

UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS – UNISINOS

UNIDADE ACADÊMICA DE PESQUISA E PÓS – GRADUAÇÃO

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

NÍVEL DOUTORADO

FERNANDO DE MORAES TOLLER

Tirolese na Região de Piracicaba no Final do Século XIX: aspectos identitários e étnicos do Tirol no Brasil italiano

São Leopoldo

2025

FERNANDO DE MORAES TOLLER

**Tirolese na Região de Piracicaba no Final do Século XIX: aspectos
identitários e étnicos do Tirol no Brasil italiano**

Tese apresentada como requisito parcial para a
obtenção do título de Doutor em História, pelo
Programa de Pós-Graduação em História da
Universidade do Vale do Rio dos Sinos –
UNISINOS

Orientador: Pr. Dr. Marcos Antônio Witt

São Leopoldo

2025

Catálogo da publicação

T651t

Toller, Fernando de Moraes.

Tirolese na Região de Piracicaba no final do século XIX: aspectos identitários e étnicos do Tirol no Brasil italiano / Fernando de Moraes Toller

-- São Paulo, 2025.

204 f. : il. ; 30 cm.

Tese (Doutorado) - Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Programa de PósGraduação em História, São Paulo, 2025.

Orientador: Marcos Antônio Witt.

1. Imigração. 2. Tirolese. 3. Identidade. 4. Piracicaba. 5. Augusto Toller.

I. Título.

CDU: 93:325.11(815.3)(043)

Nome: TOLLER, Fernando de Moraes.

Título: *Tirolese na Região de Piracicaba no Final do Século XIX*: aspectos identitários e étnicos do Tirol no Brasil italiano.

Tese de Doutorado apresentada à Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor em História.

Aprovado em: ____ / ____ / ____

Banca examinadora

Orientação: Marcos Antônio Witt

Professor(a):	_____	Instituição:	_____
Assinatura:	_____	Julgamento:	_____

Professor(a):	_____	Instituição:	_____
Assinatura:	_____	Julgamento:	_____

Professor(a):	_____	Instituição:	_____
Assinatura:	_____	Julgamento:	_____

Professor(a):	_____	Instituição:	_____
Assinatura:	_____	Julgamento:	_____

Dedico este trabalho às pessoas muito especiais em minha vida: Maria Lúcia Lopes de Moraes Toller, Ana Flávia Lopes de Moraes Toller (Aninha), Maria Fernanda Lopes de Moraes Toller (Fefê) e João Augusto de Moraes Toller (irmão querido, e memória viva da família Toller). Além, é claro, dos meus queridos pais (já falecidos), mas que vivem sempre no meu coração: Ângelo Hilário Toller e Roselys Maria de Moraes Toller.

AGRADECIMENTOS

Agradeço às três pessoas que mais me ajudaram na composição da presente pesquisa: Marcos Antônio Witt, meu orientador; João Augusto de Moraes Toller, pelas suas precisas informações sobre fatos do passado de Augusto Toller e a Juliano Mazzola que me ajudou muito nas pesquisas que realizei junto ao arquivo da Prefeitura Municipal de Nova Trento, em Santa Catarina. Além disso, meus primos: Fernando Romeiro, Rui Romeiro e João Vicente do Nascimento que, sem medir esforços, receberam-me na graciosa Charqueada/SP e contribuíram em muito com informações sobre Catarina Toller Romeiro e seus descendentes.

RESUMO

Esta pesquisa tem por objetivo analisar, por meio de um estudo de caso, aspectos identitários dos imigrantes tirolezes que se estabeleceram na região de Piracicaba, estado de São Paulo, mais precisamente nas localidades de Santa Olímpia, Santana e Charqueada. O recorte histórico refere-se ao final do século XIX, desde a chegada das primeiras levas de imigrantes tirolezes ao Brasil, na década de 1870, até o término do referido século. Muito se escreveu, pesquisou e publicou sobre a imigração italiana e alemã no Brasil. No entanto, a imigração tiroleza é pouco difundida, e seus estudos resumem-se a algumas teses, dissertações e poucos artigos sobre o tema, além da atuação de alguns círculos tirolezes que tentam, de certa forma, reconstituir tal processo migratório. Notamos, inclusive, uma tendência da historiografia em estudar os tirolezes no Brasil ora como um apêndice das imigrações italiana e alemã, ora como um grupo totalmente absorvido pela imigração ítalo-germânica. Com o intuito de reconstituir, tanto quanto possível, o processo migratório tirolês no Brasil – sobretudo na perspectiva da luta desse grupo étnico para reconstruir seus laços identitários em "terra estranha" e de caracterizar suas diferenças em relação a outras etnias com as quais foi amalgamado ou confundido, esta empreitada adotou os seguintes passos metodológicos: levantamento bibliográfico, trabalho com fontes históricas e o desenvolvimento de um estudo de caso por meio da reconstrução de uma trajetória de vida específica. A pesquisa demonstrou que os imigrantes tirolezes não foram passivamente absorvidos ou assimilados por outras correntes imigratórias, como frequentemente sugerido pela historiografia. Pelo contrário, o estudo de caso revelou um processo ativo de negociação identitária e de reconstrução de laços comunitários. Conclui-se que a experiência imigratória tiroleza foi marcada por um esforço coletivo deliberado a sustentar uma identidade distinta, organizada em suas referências culturais.

Palavras-Chave: Imigração; Tirolezes; Identidade; Piracicaba; Augusto Toller.

ABSTRACT

research aims to analyze, through a case study, the identity aspects of Tyrolean immigrants who settled in the region of Piracicaba, State of São Paulo, more precisely in the localities of Santa Olímpia, Santana, and Charqueada. The historical timeframe focuses on the end of the 19th century, from the arrival of the first waves of Tyrolean immigrants to Brazil in the 1870s until the end of the said century. Much has been written, researched, and published about Italian and German immigration to Brazil. However, Tyrolean immigration is not widely known, and its studies are limited to a few theses, dissertations, and scarce articles on the subject, in addition to the efforts of some Tyrolean associations that attempt, in a way, to reconstruct this migratory process. There is even a tendency in historiography to study Tyroleans in Brazil sometimes as an appendage of Italian and German immigration, and sometimes as a group entirely absorbed by Italo-German immigration. With the purpose of reconstructing, as much as possible, the Tyrolean immigration process in Brazil – especially from the perspective of this ethnic group's struggle to rebuild its identity ties in a "foreign land" and to characterize its differences in relation to other ethnicities with which it was amalgamated or confused – this endeavor adopted the following methodological steps: a bibliographic survey, work with historical sources, and the development of a case study through the reconstruction of a specific life trajectory. The research demonstrated that Tyrolean immigrants were not passively absorbed or assimilated by other immigration currents, as often suggested by historiography. On the contrary, the case study revealed an active process of identity negotiation and reconstruction of community ties. It is concluded that the Tyrolean immigration experience was marked by a deliberate collective effort to sustain a distinct identity, organized around its cultural references.

Keywords: Immigration; Tyroleans; Identity; Piracicaba; Augusto Toller.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

IMAGENS

Imagem 1 – Mapa da divisão da Região Trentina que engloba regiões da Áustria e Itália atual.....	24
Imagem 2 – Pintura de Andreas Hoffer – Liderança Identitária Tirolesa no Século XIX...	36
Imagem 3 – Mapa do Império Austro-Húngaro – Século XIX	38
Imagem 4 – Quadro com a imagem do Imperador Franz Joseph da Áustria	40
Imagem 5 – Pintura: a redenção de Cã – Modesto Brocos	66
Imagem 6 – Mapa do Município de Rio dos Cedros SC	76
Imagem 7 – Fotografia antiga de arrozeiras – atual Rio dos Cedros – Santa Catarina ...	81
Imagem 8 – Fotografia atual de Rio dos Cedros – Santa Catarina	82
Imagem 9 – Fotografia de rodeio no começo do Século XX	84
Imagem 10 – Atual da cidade de Rodeio em Santa Catarina - núcleo de imigrantes tirolese imagem atual de Rodeio/SC	85
Imagem 11 – Capela de São Vígilio – Caxias do Sul	91
Imagem 12 – Capela de São Vígilio – Caxias do Sul	92
Imagem 13 – Fotografia antiga da Cidade de Piraquara – no Estado do Paraná	95
Imagem 14 – Fotografia de Piraquara no Começo do Século XX	96
Imagem 15 – Mapa da Região de Trento	99
Imagem 16 – Fotografia atual de Piracicaba – Estado de São Paulo	104
Imagem 17 – Fotografia atual da Igreja de Santa Olímpia – Bairro de Santa Olímpica – Piracicaba – São Paulo.....	107
Imagem 18 – Fotografia antiga da Igreja do Bairro Piracicabano e Tirolês de Santa Olímpia	109
Imagem 19 – Navio alemão - utilizado pela travessia dos tirolese pelo atlântico	110
Imagem 20 – Fotografia das primeiras mulheres de Santa Olímpia e Santana	125
Imagem 21 – Fotografia antiga dos Primeiros Homens Tirolese que Chegaram no Bairro de Santa Olímpia – Piracicaba – SP	126
Imagem 22 – Fotografia de uma versão das Festas da Polenta Realizada no Século XX no Bairro de Santa Olímpia – Piracicaba SP	128

Imagem 23 – Fotografia atualizada do Bairro de Santa Olímpia, Piracicaba/SP Local onde se concentra a maior parte dos descendentes de imigrantes tirolese	132
Imagem 24 – Augusto Toller (Giuseppe Agostino Toller)	136
Imagem 25 – Igreja Matriz de Segonzano	140
Imagem 26 – Documento referente a Maria Domenica Toller	142
Imagem 27 – Certificado de óbito de Catarina Toller Romeiro	145
Imagem 28 – Documento que comprova a existência de mais um irmão de Augusto Toller – nascido no Brasil	146
Imagem 29 – Índice de óbitos em Blumenau dando conta do falecimento de Constantino Toller Ainda Em Tenra Idade	147
Imagem 30 – Fotografia de Victório Rachella e Luigia D'Albroi	151
Imagem 31 – Fotografia Maria Rachella Toller	153
Imagem 32 – Fotografia de Augusto Toller E Maria Rachella Toller	154
Imagem 33 – Certidão de nascimento de Victor (Victório)	156
Imagem 34 – Fotografia do comércio de Bebedouro na década de 1910	158
Imagem 35 – Fotografia de Bebedouro no começo do Século XX	159
Imagem 36 – Fotografia antiga da Fazenda São Juliano - Terreiro de Café com a presença de Agoncilo Caldeira	160
Imagem 37 – Publicação de uma fotografia de Conrado Caldeira em jornal local	161
Imagem 38 – Certidão de óbito de Rita Toller Fornazari	162
Imagem 39 – Fotografia antiga da Cidade de Pirangi SP	164
Imagem 40 – Certidão de casamento de Domingos Toller	165
Imagem 41 – Atestado de óbito de José Toller	166
Imagem 42 – Fotografia da família Toller: Augusto, Maria, Victor, Aurélia, Rita, Antônio, Domingos, José e João	167
Imagem 43 – Certidão de casamento de João Toller	168
Imagem 44 – Certidão de casamento de Maria Toller Nogueira	169
Imagem 45 – Certidão de casamento de Luiz Toller	170
Imagem 46 – Certidão de Nascimento de Ângelo (Hilário) Toller	171
Imagem 47 – Fotografia atual onde foi o primeiro armazém de Augusto Tollerq	172
Imagem 48 – Fotografia atual da Rua Vali	174
Imagem 48 – Fotografia atual do primeiro armazém e casa adquirida por Augusto Toller	

em 1931	175
Imagem 50 – Fotografia do segundo armazém de secos e molhados de Augusto Toller – Bebedouro	177
Imagem 51 – Fotografia de Maria Rachella Toller e Luigia D'albroi Maria Rachella Toller (Viúva de Augusto Toller) e Luigia D'albroi Rachella	178
Imagem 52 – Fotografia da parte internar do segundo armazém de Augusto	179
Imagem 53 – Fotografia em que Antônio Toller está na parte dos fundos do imóvel da Rua Francisco Inácio	180
Imagem 54 – Fotografia da agência chevrolet da rua Oscar Werneck	182
Imagem 55 – Fotografia do posto de gasolina da rua Antônio Alves de Toledo	184
Imagem 56 – Posto de gasolina de Augusto Toller	185
Imagem 57 – Fotografia do interior do comércio de Augusto Toller e alguns dos produtos comercializados	186
Imagem 58 – Nova agência Chevrolet de Bebedouro – 1950	187
Imagem 59 – Fotografia de Maria Rachella Toller já viúva	188
Imagem 60 – Propaganda da agência Chevrolet de Bebedouro	189
Imagem 61 – Fotografia atual do local onde outrora fora a primeira Agência Chevrolet de Augusto Toller	190
Imagem 62 – Fotografia da agência chevrolet na parte alta da Rua Doutor Oscar Werneck	191
Imagem 63 – Fotografia do local atual onde foi a última agência chevrolet de Augusto Toller e seus filhos	192
Imagem 64 – Fotografia do jazigo da Família Toller - local de sepultamento de Augusto Toller	194
Imagem 65 – Fotografia composta de Augusto Toller e seu filho Ângelo (Hilário)	195
Imagem 66 – Fotografia do Edifício Augusto Toller – localizado na área central de Bebedouro	196

QUADROS

Quadro 1 – Documento: Dados do Nascimento de Domenico Toller – Pai de Augusto Toller	138
Quadro 2 – Documento sobre o Nascimento de Constante Giovanne Toller – Irmão de	

Augusto Toller	139
Quadro 3 – Documento Referente a Maria Domenica Toller.....	141
Quadro 4 – Documento sobre o nascimento de Catarina Toller	143
Quadro 5 – Dados do Nascimento de Pietro Toller - Irmão de Augusto Toller	143

Gráfico

Gráfico 1 – Gráfico evolução da população conforme a etnia	67
--	----

TABELA

Tabela 1 – Número de Imigrantes Tiroleses que vieram para a Região de Piracicaba SP – entre 1875-1914	101
Tabela 2 – Municípios de máxima presença trentina entre 1881 e 191474	103

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	13
2 A ORIGEM DO TIROL.....	19
2.1 ASPECTOS GEOGRÁFICOS DO TIROL.....	21
2.2 A ORIGEM DE TRENTO.....	24
2.3 O CRISTIANISMO E O TIROL TRENTINO.....	27
2.4 O TIROL E OS “POVOS DO NORTE”	28
2.5 O TIROL DO RENASCIMENTO URBANO E CULTURAL	30
2.6 O TIROL DO SÉCULO XIX.....	31
2.6.1 A ameaça napoleônica.....	32
2.6.2 O Tirol e o império Austro-Húngaro no Século XIX	37
2.7 O TRATADO DE SAINT-GERMAIN-EM-LAYE	41
3 FATORES DA IMIGRAÇÃO TRENTINA	45
3.1 FATORES INTRÍNSECOS DO PROCESSO MIGRATÓRIO TIROLÊS	45
3.2 FATORES EXTRÍNSECOS DA IMIGRAÇÃO TIROLESA.....	52
3.3 CONDIÇÕES POLÍTICAS E ECONÔMICAS DO BRASIL IMPERIAL RECEPTOR DE IMIGRANTES	56
4 O PROCESSO E A EVOLUÇÃO DA IMIGRAÇÃO TIROLESA NO BRASIL.....	69
4.1 OS PRECURSORES.....	70
4.2 A COLÔNIA DOM PEDRO II NOS LIMITES DAS ALTEROSAS	71
4.3 A COLÔNIA NOVA TRENTO	72
4.4 OS TIROLESES NO SUL DO BRASIL.....	74
4.4.1 Os tirolezes de Blumenau.....	75
4.4.2 Rio dos Cedros.....	76
4.4.3 A colônia tiroleza de Rodeio	84
4.4.4 O Tirol no Rio Grande Sul	88
4.4.4.1 Colônia Caxias.....	89
4.4.4.2 A Colônia de Conde d’Eu de Dona Isabel.....	90
4.4.4.3 São Vigílio, um caso à parte	91

4.4.5 Os tirolese no Paraná.....	95
4.5 E ELES CHEGARAM A SÃO PAULO.....	98
4.5.1 O Tirol em “nova pátria”.....	103
4.5.2 Por que Piracicaba?	104
4.5.3 Santa Olímpia	106
4.5.4 Bairro de Santana.....	108
5 QUESTÕES IDENTITÁRIAS E POLÍTICAS DOS TIROLESES DE PIRACICABA	112
5.1 QUESTÕES IDENTITÁRIAS DO TIROLÊS NO BRASIL.....	115
5.2 ASPECTOS E PARTICULARIDADES DAS QUESTÕES IDENTITÁRIAS DOS TIROLESES DE SANTA OLÍMPIA E SANTANA	124
6 GIUSEPPE AGOSTINO TOLLER - A TRAJETÓRIA DE UM	135
IMIGRANTE TIROLÊS MEDIANTE O ENFOQUE IDENTITÁRIO	135
7 CONCLUSÃO	198
REFERÊNCIAS	202

1 INTRODUÇÃO

O interesse por esta pesquisa surgiu de questionamentos que sempre acompanharam minha trajetória pessoal e acadêmica, especialmente em relação ao fenômeno da imigração, com foco na imigração italiana e, mais especificamente, na imigração tiroleza para o Brasil. Essas inquietações emergiram de forma empírica, a partir da convivência com meu pai e, em menor medida, com minha avó materna. Por meio de relatos familiares, percebia notáveis diferenças entre as origens étnicas de meus avós paternos, manifestadas em seus costumes, línguas e até mesmo em seus valores, inclusive religiosos. Meu avô, Augusto Toller, natural de Segonzano, na Província de Trento, era tirolês, enquanto minha avó, Maria Rachella Toller, era natural de Carmignano di Brenta, distrito de Pádua, na região do Vêneto. As diferenças entre eles eram mais evidentes no uso de dialetos distintos, nas tradições culinárias e nas convicções políticas do meu avô, uma figura conservadora e profundamente religiosa. Essas observações despertaram em mim motivação e um interesse profundo pelo estudo dos tirolezes, do Tirol e de sua imigração para o Brasil.

A partir dessas reflexões, surgiu a necessidade de investigar a imigração tiroleza no Brasil sob a perspectiva da identidade étnica. O foco do trabalho desenvolvido foi, portanto, o estudo dos aspectos identitários dos tirolezes, com ênfase nas comunidades rurais de Santa Olímpia e Santana, em Piracicaba/SP. A pesquisa busca analisar as questões identitárias dessas comunidades, além de incluir um estudo de caso sobre a vida itinerante de um imigrante tirolês que viveu nos estados de Santa Catarina e São Paulo.

O trabalho também aborda o processo de imigração dos tirolezes para a América, explorando as razões que os levaram a deixar sua terra natal, tanto de ordem interna (econômicas, sociais e políticas) quanto externa (oportunidades no Novo Mundo). Além disso, foram analisados a implantação e o desenvolvimento das colônias tirolezas no Brasil, com destaque para as regiões de Santa Catarina e São Paulo.

Como parte dessa investigação, a pesquisa acompanha a trajetória de um imigrante tirolês que, ao chegar ao Brasil, viveu em duas regiões bastante distintas: Santa Catarina e São Paulo. Com base nesse estudo de caso foi possível estudar e ilustrar como o processo migratório muitas vezes se desdobrava de forma prolongada, levando muitos tirolezes a se deslocarem para diversas regiões do Brasil e até para outros países da América, como Argentina, Uruguai, Chile, Estados Unidos e Canadá.

Com o intuito de abordar os aspectos identitários dos imigrantes tirolese que desembarcaram no Brasil a partir de 1858 – um fenômeno que se estendeu até o final do século XIX e início do século XX –, foram examinados fundamentos teóricos relacionados à compreensão científica das questões identitárias e dos processos de construção identitária de uma etnia. Para tanto, recorreremos a diversos estudiosos, cujas contribuições foram essenciais para tecer considerações pertinentes ao tema. Um dos principais referenciais foi o historiador inglês Eric Hobsbawm, cuja análise não apenas esclarece o conceito de identidade, mas também ilumina o processo de construção do poder simbólico associado a essa identidade.

Esta pesquisa, portanto, busca não apenas compreender a trajetória dos imigrantes tirolese no Brasil, mas também refletir sobre como suas identidades foram reconstruídas em solo americano, transformadas e ressignificadas, ao longo do tempo e em diferentes contextos geográficos e culturais.

Os símbolos são instrumentos por excelência da “integração social” enquanto instrumentos de conhecimento e comunicação, e eles tornam possível o “consenso” acerca do mundo social que contribui fundamentalmente para a reprodução da ordem social: a integração “lógica” e a condição de integração “moral” (Hobsbawm, 2008, p. 10).

Nesse sentido, este estudo busca destacar como os tirolese que migraram para o Brasil, a partir do século XIX, embora considerados parte de outras etnias, procuraram manter, ao longo dos anos, suas características identitárias. Essas características são facilmente observáveis ao adentrar às comunidades tirolese espalhadas pelo país, principalmente em áreas como Santa Olímpia e Santana, que são foco central deste trabalho de pesquisa.

Um fator significativo que influenciou os aspectos identitários entre os tirolese no Brasil foram as redes sociais, manifestadas por meio de casamentos, compadrio e amizades.

As manifestações da cultura, costumes, tradições e identidade foram muito mais marcantes em Santa Olímpia e Santana do que em outros núcleos espalhados pelo Brasil e pela América. Isso se deve, em parte, ao modelo de ocupação da terra ocorrido nessas comunidades. Ao contrário do que ocorreu em Rio dos Cedros, Rodeio, Caxias do Sul, Paraná e no Espírito Santo, onde as comunidades foram assentadas em lotes previamente traçados e ocupados pelos novos moradores. Enquanto em Santa Olímpia e Santana, os próprios imigrantes tirolese compraram os seus torrões de terra para nele se fixarem, como será plenamente evidenciado no desenvolvimento da pesquisa.

A presença e a atuação dessa rede social são percebidas e verificadas na trajetória do personagem tratado no capítulo 5º ao tratarmos das relações de casamento, compadrio e no

trabalho envolvente de toda a família de Augusto Toller em conjunto com filhos, genros, noras etc.

O objetivo deste trabalho é identificar e comprovar que os tirolese, uma etnia distinta de italianos, austríacos, alemães e poloneses, mantiveram manifestações culturais, ideológicas, políticas, religiosas e costumes nos bairros rurais de Santa Olímpia e Santana, localizados no município de Piracicaba, São Paulo. E a hipótese é de que mesmo estando distantes de suas terras natais e em contato com outras etnias de imigrantes e brasileiros locais, essas expressões culturais persistiram, mesmo que de forma superficial, em que pese a reconstrução e a construção dos aspectos identitários em terras brasileiras. E nessa esteira, a descrição da trajetória de um imigrante tirolês oferece ao trabalho, uma realçada gama de aspectos culturais tirolese que, de uma forma ou outra, passou a ser cultuada e construída em novas paragens.

A proposta deste trabalho foi dividi-lo em cinco capítulos: o primeiro destina-se à história dos tirolese, desde suas origens mais remotas até o final da Primeira Guerra Mundial, encerrando-se assim o período abordado pela minha tese; o segundo capítulo aborda os fatores intrínsecos e extrínsecos do fenômeno da imigração tirolese para o Brasil e para a América; o terceiro capítulo foca na implantação das diversas comunidades tirolese que foram estabelecidas no Brasil, na segunda metade do século XIX, incluindo comunidades no Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, Minas Gerais, Espírito Santo e São Paulo; o quarto capítulo trata dos aspectos identitários identificados nas comunidades tirolese dentro do Brasil, com destaque para os bairros rurais de Santa Olímpia e Santana, no município de Piracicaba, estado de São Paulo; por fim, o quinto capítulo consiste em um estudo de caso sobre o processo de imigração e migração do meu avô no Brasil, um tirolês que chegou após 1880 e está sepultado aqui no Brasil, deixando uma considerável descendência que se espalhou pelo país, ao longo de cinco gerações.

A justificativa para este estudo está centrada em dois problemas principais: primeiro, a falta de estudos sobre a imigração dessa etnia no Brasil e segundo a luta dessa comunidade para ter sua identidade reconhecida de forma diferenciada dos outros imigrantes europeus.

A bibliografia consultada foi pesquisada em três fases distintas: a primeira aborda as fontes históricas, incluindo obras de autores como José D'Assunção Barros, Peter Burke, Carlo Ginzburg e Hobsbawn. A segunda esfera inclui os autores Pierre Bordieu, Iracema Cani e Thompson, todos eles voltados para a questão delimitadora e definidora de etnia. No quarto capítulo, foram consultados autores como Bonatti e Lenzi, Marcelo Armelin Correa, Cristiano

Dalpiaz, Paulo César Possamai, Everton Altmaier Leopoldino, Maria Luísa de Almeida Leme e Renzo Grosselli, entre outros.

O recorte temporal da tese aborda desde a chegada dos primeiros imigrantes tirolese ao Brasil em 1858, em Minas Gerais, até o início do século XX, com o término da imigração tirolese com o advento da Primeira Guerra Mundial e o fim do Império Austro-Húngaro. O recorte espacial inclui as colônias de tirolese estabelecidas em Piracicaba e os imigrantes que se espalharam a partir das fazendas de café em Charqueada/SP, como o caso do meu avô, Augusto Toller (Agostino Giuseppe Toller).

Em seguida, abordamos o processo de imigração dos tirolese para a América, explorando as razões que os levaram a deixar sua terra natal, tanto internas quanto externas. Além disso, analisamos a implantação e desenvolvimento das colônias tirolese em todo o Brasil, com destaque para as áreas de Santa Catarina e São Paulo.

No próprio capítulo, nos dedicamos a analisar minuciosamente as razões que levaram os italianos do século XIX a migrarem para o Brasil. Especificamente, abordamos as causas que influenciaram os tirolese a se juntarem a esse movimento migratório. O objetivo do capítulo é demonstrar que tais causas foram influenciadas tanto pelo polo exportador de pessoas quanto pelo polo receptor desses imigrantes, no caso, o Brasil. Para tanto, estabelecemos duas principais razões para esse processo: os fatores intrínsecos e extrínsecos da migração dos tirolese para o Brasil.

Do ponto de vista interno, segundo as lições sempre atualizadas de Renzo Grosselli (2008), as causas foram principalmente econômicas, alimentadas pelo atraso no processo capitalista de desenvolvimento industrial. A indústria no Tirol, quando existente, era obsoleta e artesanal, o que resultava na falta de empregos, especialmente para os jovens. Além disso, contribuindo para o colapso econômico da região, estava a injusta distribuição da terra, nas mãos de uma burguesia urbana e da Igreja. Enquanto isso, os camponeses eram relegados ao trabalho agrícola em terras alheias, recebendo o mínimo de salário como empregados, parceiros ou até mesmo sujeitos ao antigo sistema romano-feudal de clientelismo e servidão.

O campo também era uma fonte de miséria devido às condições geográficas do Tirol como um todo, onde as terras estavam situadas em regiões montanhosas e íngremes, com solo complicado para o plantio e a colheita. Com pouca terra e difícil exploração, somando-se à sazonalidade dos produtos cultivados e às doenças ou pragas agrícolas frequentemente associadas ao intenso inverno e à neve, toda a produção campeira era prejudicada.

Além dos fatores econômicos, outros serão considerados, como, por exemplo, os altos e injustos tributos; o incentivo da Igreja para que seus súditos migrassem; e o militarismo austríaco, que muitas vezes, de forma compulsória, recrutava grandes quantidades de soldados para conflitos bélicos absurdos produzidos pelo imperialismo, fundamentado na luta pela ocupação de terras.

Ao abordar questões relacionadas ao processo e incentivo da imigração tiroleza, é importante destacar diversos aspectos que foram explorados em subcapítulos específicos. Entre esses aspectos, destacam-se as migrações sazonais dos tirolezes para trabalhar como reserva de mão de obra na indústria de alguns países europeus; a eficaz e persuasiva propaganda das agências de migração, que foi especialmente incentivada pelo governo brasileiro dentro do território europeu; a influência das redes sociais que começaram a se formar entre os primeiros imigrantes pioneiros que vieram para o Brasil e seus conterrâneos que permaneceram na Europa; o fim do tráfico negreiro no Brasil a partir de meados do século XIX e a tardia abolição da escravidão negra, bem como a crescente necessidade de mão de obra, especialmente nas novas fronteiras agrícolas estabelecidas pelo cultivo e produção de café. Por fim, é relevante abordar a preocupação das elites brasileiras em "branquear" a população do Brasil, composta em sua maioria por negros, mestiços e índios, devido ao temor de um evento semelhante ao ocorrido no Haiti, onde escravizados negros lideraram uma revolução que resultou na independência do país.

A imigração, a partir do século XIX, passou a ser vista no Brasil como um processo civilizatório e a forma mais racional de ocupação e colonização das terras devolutas, utilizando-se do pressuposto da superioridade branca como argumento para o estabelecimento no sul do país de um modelo de colonização em pequenas propriedades e com base na vinda de trabalhadores europeus, que aqui formaram núcleos e colônias, num modelo diferente do sistema escravagista (Figueiredo; Zanelatto, 2017).

No contexto desse processo migratório, iniciamos a identificação do problema a ser estudado nesta tese, que é a condição dos imigrantes tirolezes. Embora sejam oficialmente reconhecidos nos registros brasileiros como imigrantes italianos, austríacos e alemães, esta pesquisa se propõe a levantar dados e fontes que abordem esse processo migratório de uma perspectiva diferente. Um dos nossos objetivos específicos é compreender por que esses imigrantes tirolezes escolheram o Brasil e como buscaram estabelecer suas próprias colônias, distintas de outras etnias, com o intuito de difundir suas tradições culturais e identidade. Esse fenômeno parece ter ocorrido em todas as comunidades tirolezas ao redor do Brasil, incluindo

os bairros de Santa Olímpia e Santana, no Estado de São Paulo, que serão objeto de estudo nesta tese como representantes da comunidade tiroleza.

Ao longo do desenvolvimento da tese, em cada um de seus capítulos, estabelecemos conexão entre o tema abordado e a questão identitária dos tirolezes, bem como a sua tentativa de construção dessa identidade.

No entanto, o capítulo quarto foi reservado especificamente para explorar este tema em profundidade. Inicialmente, esse capítulo aborda a questão da identidade étnica sob diferentes perspectivas: histórica, científica e ideológica.

No caso das comunidades tirolezas condicionais no Brasil, incluindo a identidade de São Paulo, aspectos essenciais de sua identidade não foram apenas trasladados da Europa, mas em muitos casos, foram com o tempo construídos e fortalecidos. Localidades como Santa Olímpia e Santana, na região de Piracicaba, exemplificam como as raízes culturais e identitárias dos tirolezes foram se amoldando e se adaptando à “nova terra” ocupada.

Apesar de enfrentarem desafios no reconhecimento de sua cultura tão distinta de outras etnias imigrantes, como italianos, poloneses e alemães, os tirolezes demonstraram uma notável capacidade de adaptação e resistência. Ao longo de mais de um século, entretanto, algumas mudanças ocorrerão. Em certas localidades, elementos identitários foram modificados ou até esquecidos, tornando-se parte da memória coletiva e da história.

Em comunidades menores, como Santa Olímpia e Santana, esforços contínuos têm sido feitos para manter alguns resquícios dessas tradições.

Esse processo de manutenção e transformação da identidade tiroleza no Brasil reflete tanto as influências externas quanto os esforços internos das comunidades em manter vivas suas tradições, mostrando como as questões identitárias podem ser dinâmicas, adaptando-se às condições locais sem perder a essência de sua origem.

Por fim, o capítulo cinco foi dedicado à trajetória de um imigrante tirolês em terras brasileiras. Onde procuramos apresentar um quadro que demonstra as dificuldades, carências econômicas, desafios e enfim êxitos e derrotas de um determinado indivíduo e sua família, em busca de melhores condições de vida e de trabalho, moldados pela afirmação e reafirmação de seus ideais calcados em suas crenças e valores que, de uma forma ou outra, foram se amoldando à cultura brasileira e fincando raízes no imaginário de seus descendentes brasileiros.

2 A ORIGEM DO TIROL

Definir o que significa ser tirolês é uma tarefa complexa devido às diversas variantes e nuances desse conceito. A dificuldade reside no fato de que não existe uma única definição simples que abranja todas as facetas desse povo. No entanto, é possível identificar elementos identitários que unem os tirolese, como a forte ligação com o território montanhoso dos Alpes, o culto de tradições culturais e linguísticas e um sentimento de pertencimento a uma história comum, mesmo após a divisão política da região entre Áustria e Itália.

Para resolver um pouco essa questão, é necessário abordar o tema a partir de diferentes perspectivas: etimologia, geografia, história, sociologia e antropologia. No entanto, dada a amplitude do assunto, este trabalho se concentrará principalmente na etimologia, geografia e história. As dimensões sociológicas e antropológicas serão abordadas em outras seções do desenvolvimento da tese, à medida que a pesquisa avança e se desdobra.

Apesar da complexidade, é possível, ainda que com dificuldades, tentar esclarecer o que significa ser tirolês. Isso se torna especialmente relevante considerando as questões de fronteiras entre povos com origens e etnias semelhantes, mas separados por divisões territoriais e interesses capitalistas. A identidade tirolesa, portanto, não se limita a uma nacionalidade específica, mas está enraizada em uma história compartilhada, em tradições culturais e em uma geografia única que moldou o caráter desse povo.

Nesse contexto, para o presente trabalho, definimos etnicidade como um grupo de indivíduos que compartilham um passado comum, tradições históricas e culturais similares (Viana, 2009, p. 18). Segundo o antropólogo Clifford Geertz *apud* Viana (2009), etnicidade pode ser entendida como:

[...] visto que a cultura está inevitavelmente envolvida nestes assuntos – dos ‘dados’ supostos da existência social: contiguidade imediata e ligação forte principalmente, mas para além destas a disponibilidade proveniente do fato de se ter nascido numa determinada comunidade religiosa, de se falar a mesma língua, ou mesmo um dialeto de uma língua, e de se seguir determinadas práticas sociais. Considera-se que esta semelhança de sangue, fala, costumes etc., possui um poder de coação indescritível e por vezes esmagador de e em si própria. Está-se ligado aos parentes, aos vizinhos, aos correligionários, ipso facto não só em resultado da atração pessoal e da necessidade de convívio, do interesse comum e da obrigação moral assumida, mas também, pelo

menos em grande parte, em virtude de certo sentido absoluto e inexplicável atribuído ao próprio laço em si (Viana, 2009, p. 18)¹.

Outros autores ampliam a compreensão de etnia de diversas maneiras. Luvizotto (2009), com base em Poutignat e Sheriff (1998), sugere uma abordagem que integra várias perspectivas inter-relacionadas. Essas perspectivas incluem: a) o caráter ou qualidade do grupo étnico (Glazer; Moynihan, 1975); b) fenômenos situacionais (Williams, 2015); c) o sentimento de coesão entre os membros de um povo (Gordon, 1964); d) o relacionamento entre grupos que se consideram e são considerados culturalmente distintos (Eriksen, 1991); e) fenômenos de natureza política ou econômica que englobam grupos unidos por interesses comuns (Cohen, 1974).

Com base nessa análise, Luvizotto conclui que o conceito de etnia pode ser "avançado" para uma definição mais explícita e refinada, conforme a visão da autora.

Esta identidade étnica é a forma de se colocar limites do grupo e de reforçar sua solidariedade [...]. Os traços culturais que demarcam os limites do grupo podem mudar, e a cultura pode ser objeto de transformações, sem que isso implique o esvaziamento da solidariedade étnica (Luvizotto, 2009, p. 4).

Como corolário da relação entre etnia e identidade, podemos entender que a identidade é um produto e uma expressão da etnia. Em nossa visão, a identidade manifesta e preserva o aspecto étnico e a conexão entre os indivíduos de um grupo. Essa conclusão é respaldada por Woodward que afirma que a identidade envolve reivindicações essencialistas. Tais reivindicações são fundamentadas na natureza ou em versões da "identidade étnica", "raça" e relações de parentesco (Woodward, 2009, p. 13).

É igualmente importante considerar a interação entre etnia, identidade e cultura. A identidade étnica não apenas contribui para a formação da cultura, mas também está sujeita a mudanças, ao longo do tempo. Etnicidade e cultura não são conceitos estáticos; ao contrário, eles evoluem e se transformam com o passar dos anos, refletindo as alterações nos grupos étnicos e em suas dinâmicas sociais.

De acordo com Barth (1998), grupos não podem ser ordenados como um todo homogêneo. Culturas estão sempre em movimento, contêm contradições e são incoerentes. Juntando a problemática das variações que cada cultura traz consigo e sua

¹ VIANA, Adriana; PEREIRA, Edmundo. *Etnografia: campo, escrita, teoria, subjetividade*. Curso proferido no Museu Nacional do Rio de Janeiro – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2009.

implicação no estudo da identidade étnica de um grupo, Barth afirma que a cultura pode ser utilizada para manter a diferenciação entre grupos étnicos próximos

geograficamente, por meio de processos internos que possam acentuar as diferenças entre eles (Luvizotto, 2009, p. 6).

Para complementar o que foi descrito até aqui, é crucial destacar a visão de Barthes sobre etnia. Segundo Barthes, os grupos étnicos “não são unidades sociológicas discretas nem unidades sociais estruturadas em torno de traços culturais distintivos (portadores da especificidade grupal)” (Villar, 2004). Em vez disso, são “categorias nativas que regulam e organizam a interação social dentro e fora do grupo [...] A manutenção das fronteiras étnicas não resulta do isolamento, mas da própria interrelação social” (Villar, 2004). Para Barthes, uma maior interação com outros grupos leva ao fortalecimento das fronteiras de natureza étnica.

A história dos tirolese é rica e complexa, com mais de mil anos de evolução cultural e identitária. Ao longo dos séculos, essas comunidades moldaram seus aspectos culturais e identitários, o que influenciou sua etnicidade. Esse processo foi intensificado pela miscigenação e pelo contato com outras etnias e culturas. Esses encontros, seja por dominação, relações amistosas, seja por interações econômicas e culturais ou mudanças geográficas, contribuíram para a formação de vários “símbolos” étnicos no Tirol.

Com isso, iniciamos a exploração da origem do termo "Tirol," que, à primeira vista, refere-se aos indivíduos pertencentes à etnia tirolese. O termo tem origem no século XIII, quando a região, que hoje se divide entre Áustria e Itália, era composta por condados sob a posse dos Condes do Tirol. O nome do território, que abriga os tirolese, também é conhecido como "Land Tirol" (mundo do Tirol ou província do Tirol). A parte sul, hoje compreendendo as regiões de Trento e Bolzano, é chamada Tirol do Sul ou Tirol Meridional (atualmente na Itália). A parte norte, conhecida como Brennero, onde se localiza Innsbruck – outrora capital do Condado e atualmente parte da Áustria – completa o território tirolês.

2.1 ASPECTOS GEOGRÁFICOS DO TIROL

Antes de iniciar a descrição da história do Tirol, é fundamental destacar seus aspectos geográficos para situar melhor os tirolese no mapa europeu. Compreender a geologia, o clima e a vegetação da região são cruciais para explicar como o "povo tirolês" se adaptou e viveu nesse ambiente. Esses fatores são essenciais para entender a relação entre o espaço e o tempo

desse povo, bem como o impacto da natureza em sua existência e nas dificuldades que enfrentaram.

A geografia montanhosa dos Alpes não apenas definiu o modo de vida dos tirolese, mas também contribuiu para a formação de uma identidade fortemente ligada à terra. A vida nas montanhas exigiu resiliência, cooperação e um profundo respeito pela natureza, características que se refletem na cultura e nas tradições tirolese. A paisagem alpina, com seus vales profundos e picos imponentes, tornou-se um símbolo da identidade tirolese, representando tanto a beleza quanto os desafios enfrentados por esse povo, ao longo dos séculos.

Portanto, começaremos por situar a região do Tirol, que atualmente abrange parte do sul da Áustria e parte do norte da Itália, delineando as fronteiras entre esses países. Embora essas regiões sejam politicamente separadas, compartilham uma origem comum em termos sociais, linguísticos, religiosos e culturais. A unidade territorial do Tirol foi mantida apenas durante o período do Império Austro-Húngaro, que se estendeu do século XIX até o final da Primeira Guerra Mundial (1914-1918).

O Tirol faz fronteira com a Alemanha ao norte, a Itália ao sul, a Áustria a leste e a Suíça a oeste.

Antes de 1918, o Tirol constituía um estado único dentro do Império Austro-Húngaro, com a cidade de Innsbruck como sua capital – hoje, Innsbruck é a capital da região do Tirol austríaco.

O nome Trentino se deve à predominância do dialeto local, o trentino. A região de Ampezzo foi anexada à Província de Belluno devido a políticas do fascismo de Mussolini, na década de 1920, que buscavam erradicar o nacionalismo tirolês. Essa divisão territorial persiste até hoje, embora haja movimentos e manifestações populares que desejam que Ampezzo retorne ao Tirolo Italiano.

Quanto à região conhecida atualmente como Trentino-Alto Ádige, ela está situada no norte da Itália, entre os vales formados pelos rios Ádige e Isarco.

A atual Província de Trento cobre uma área de 6.560 quilômetros quadrados e está situada no norte da Itália. Embora seja uma região autônoma conhecida como Trentino-Alto Ádige, politicamente faz parte da Itália.

Localizada no coração dos Alpes Orientais, Trento é uma região montanhosa, cercada por imponentes cadeias montanhosas e profundos vales. Seus limites históricos eram ao norte com a Alemanha, ao sul com a Itália, à leste com a Áustria e a oeste com a Suíça.

Segundo Poffo (2013 *apud* Bonatti; Lenzi, 2006), “Aproximadamente dois terços da região tiroleza têm uma população de etnia predominantemente germânica, e a parte do extremo Sul de Trento tem sua população de etnia italiana”.

A região montanhosa de Trento é caracterizada pela presença das Dolomitas, notáveis por suas impressionantes "agulhas graníticas" que atingem alturas superiores a 3.000 metros e são praticamente inacessíveis ao homem (Vicenzi, 2000, p. 27).

Devido a essas condições, o relevo da região é extremamente acidentado, com despenhadeiros íngremes e escarpados, conhecidos como "Le Alpi". No cume das montanhas, de beleza deslumbrante, há neve que persiste durante todo o ano, apesar de contribuir para o abastecimento dos rios através do constante degelo.

Do ponto de vista geral, pode-se afirmar que as diferenças topográficas variam desde os 200 metros até as culminâncias de 3.342 metros de altitude, contribuindo assim para um panorama turístico excepcional, entre neves perpétuas, em maravilhosa e pitoresca natureza (Vicenzi, 2000, p. 27).

Quanto à vegetação, o território tirolês é dominado por plantas típicas dos Alpes. A região apresenta uma combinação de cordilheiras montanhosas e planícies, com vales onde o solo é utilizado para o cultivo de trigo, pomares de frutas locais, vinhedos e pastoreio.

No sul do Tirol, destacam-se vários rios que são alimentados pelos degelos dos Alpes. Entre eles, podemos citar o Ádige, o Fersina, o Avisio, o Noce e o Isarco. Esses rios desempenham um papel crucial na manutenção da vida, fornecendo água para a alimentação, o ar, as plantas e os domicílios. Segundo Victor Vicenzi (2000), em relação às questões hídricas, esses rios são essenciais para o sustento e o desenvolvimento da região.

As águas dos Alpes dividiam a Província do Tirol em duas vertentes: a do Norte, cujas águas formavam o Ádige, que depois entrava no Vêneto italiano e desembocava no Adriático. Esta vertente meridional do Tirol Austríaco era ocupada por uma população de língua alemã (formando o Alto Ádige) e ao Sul, em torno da cidade de Trento, por uma turbulenta população de língua italiana (Vicenzi, 2000, p. 33).

Após a guerra, o Tratado de Saint-Germain resultou na divisão do território do Tirol em três partes, uma divisão que perdura até os dias atuais: Nordtirol, Osttirol e Südtirol. Os dois primeiros, de língua predominantemente alemã, foram incorporados à República da Áustria alemã (Republik Deutschösterreich), que posteriormente deixou de existir. O Tirol do Sul, com uma população que fala alemão, italiano e ladino, foi cedido ao Reino da Itália.

De acordo com Cláudia Alessandra Poffo, "Após a Primeira Guerra Mundial, o Tirol foi dividido em quatro regiões: Nordtirol e Osttirol (pertencentes à Áustria) e Südtirol e Trentino (Tirolo Italiano)" (Poffo, 2013, p. 25), como se verifica no mapa que segue

Imagem 1 – Mapa da divisão da Região Trentina que engloba regiões da Áustria e Itália atual



Fonte: Banco de imagens Google.

Segundo a autora, foi somente em 1960, com a formação da Província Autônoma de Trento (Alto Adige ou Südtirol), que a região foi oficialmente unida à Província Autônoma de Bolzano (Trentino-Südtirol ou Welschtirol). Em nossa opinião, essa é, talvez, a interpretação mais precisa.

É importante observar que, em 1875, quando teve início a imigração de trentinos para a América, o território ainda pertencia à Áustria. Apesar de serem italianos em termos de etnia, língua, religião e cultura, na época os trentinos tinham registros de nacionalidade austríaca (Poffo, 2013).

2.2 A ORIGEM DE TRENTO

A origem do Tirol está profundamente ligada à geografia dos Alpes e às montanhas que o cercam. Esse cenário montanhoso é o ponto de referência do primeiro povo que habitou a

região: os ilírios. Esse povo indo-europeu surgiu aproximadamente em 2000 a.C. na região dos Balcãs, que inclui áreas da atual Sérvia, Montenegro, Albânia, Bósnia-Herzegovina e Croácia (Leopoldino, 2014, p. 14).

A ocupação do Tirol por diversos povos, como os celtas, réticos e romanos, contribuiu para a formação de uma identidade multicultural. A miscigenação e o intercâmbio cultural entre esses grupos criaram uma base étnica e cultural diversificada, que ainda hoje é evidente na região. A presença romana, em particular, deixou marcas profundas, como a introdução do cristianismo e a fundação de cidades como Tridentum (atual Trento), que se tornou um importante centro administrativo e religioso.

Diversos autores dividem a história do Tirol do Sul ou da região trentina em quatro fases distintas. Cristiano Dalpiaz (2020), por exemplo, classifica a história da região conforme os períodos de domínio que lá se estabeleceram: da pré-história até 1004; de 1004 a 1803, que corresponde ao período de 800 anos do Principado de Trento; os cem anos sob domínio do Império Austro-Húngaro; e, finalmente, o período da República Italiana.

Por outro lado, Vicenzi (2000) argumenta que o Tirol não foi habitado apenas pelos ilírios, mas é o resultado da fusão de várias estirpes: lígures, ítalo-sículos, etruscos, além de vênets, ilíricos e gauleses que se estabeleceram posteriormente (Vicenzi, 2000, p. 30).

Alguns historiadores acreditam que a ocupação do Tirol, especialmente da região trentina, ocorreu muito antes do que sugere Vicenzi. Zanutelli (2011), por exemplo, aponta descobertas arqueológicas que indicam a presença de homens pré-históricos na região há cerca de quatro mil e quinhentos anos antes de Cristo.

Descobertas pré-históricas como as de “Riparo Gaban” e “Loc III”, “Vate di Zambana” ao longo do Vale do Ádige e Fassa mostram que o Trentino foi, desde épocas imemoriais, lugar de intercâmbio e passagem dos povos europeus, especialmente espaço de relação dialética de poder e influência entre os povos latinos e germânicos (Zanutelli, 2011, p. 20).

Independentemente das diferenças nas teorias sobre os primeiros habitantes, é certo que a ocupação do território do Tirol foi marcada pela presença de povos ou pela miscigenação deles, que estabeleceram as primeiras formações tribais ou comunidades rurais. Segundo Vicenzi (2000), esses grupos se fixaram nos vales dos Alpes, onde os banhados existentes foram transformados em férteis planícies pela ação humana.

Nos profundos vales, ainda visíveis em locais como Mezzocorno, Matarello e Caliano, os rios Ádige, Avisio, Noce, Saluga, Fersina e outros córregos transportavam areias e pedras durante as enchentes, formando vastas áreas alagadiças. Os habitantes primitivos da região

trentina, portanto, estabeleceram-se nas áreas mais elevadas para evitar essas condições adversas. "Entretanto, através de enormes sacrifícios e ao longo dos séculos, a mão humana conseguiu desentulhar os rios, e as áreas alagadiças foram transformadas em férteis planícies, cultivadas, floridas e verdejantes" (Vicenzi, 2011, p. 30).

Além dos ilírios, a região também foi ocupada pelos celtas que se espalharam por vastas áreas da Europa, incluindo a Península Ibérica, Ilhas Britânicas, Ásia Menor (atual Turquia), e estenderam-se pelo território que hoje corresponde à Alemanha, Áustria, Sud Tirol e região trentina.

Parte da historiografia também menciona a presença dos réticos na região, com alguns estudiosos sugerindo que esses poderiam ser sinônimos dos etruscos.

Sabe-se, contudo, que os récios, habitaram entre 800 e 500 a.C. o território denominado Récia, nas atuais regiões oeste e central da Suíça, sul da Alemanha, Áustria (Voralberg e boa parte do Tirol) e norte da Itália (Lombardia); a principal cidade dos réticos foi Augusta (atual Augsburg, na Alemanha). Na atual área tirolense, a Récia compreendia as regiões de Val Venosta e parte de Val d'Isarco. Região vizinha à Récia era a Nórica, originalmente habitada pelos panônios (ilíricos), seguido dos celtas para, finalmente ser conquistada pelos rúgios, oriundos da atual Noruega (Leopoldino, 2014. p. 17).

Com o avanço do Império Romano, que se expandia cada vez mais por várias regiões do mundo conhecido na época, os romanos chegaram ao que é hoje o norte da Itália e o sul da Áustria, dominando a região a partir de 229 a.C. Em 225 a.C., Roma estabeleceu controle sobre o norte da atual Itália, penetrando em terras habitadas por réticos e gauleses.

Por volta de 89 a.C., os celtas, ilírios e réticos já estavam completamente romanizados (Leopoldino, 2014). O Tirol Meridional fazia parte da Regio Decima, uma região que os romanos denominavam Venetia et Histria. A área de Venosta foi incorporada à Récia "romanizada", enquanto a região de Pusteria passou a fazer parte de Noricum. É relevante destacar que, mais tarde, os romanos fundaram Veldina no século IV, que viria a se tornar a cidade de Innsbruck.

Cerca de 81 a.C., os romanos começaram a dominar o povoado de Trent, que passou a ser conhecido como Tridentum sob o domínio romano.

Quanto à origem do nome Trento, Leopoldino (2014) apresenta algumas teorias. Uma sugere que o nome é uma adaptação romana de um antigo topônimo, enquanto outra propõe que ele pode ter origem céltica, em homenagem ao deus das águas, ou ainda origem rética, derivando da palavra "Trent", que indicava uma trifurcação do Rio Ádige.

Outra opinião sobre o nome de Trento é a do tridente, isto é, uma forca com três pontas do deus Netuno: Tridentum". Existe realmente na Praça del Duonno, em pleno centro

da cidade, um expressivo monumento dedicado ao deus Netuno” (Vicenzi, 2000, p. 31).

No ano de 30 a.C. o povoado se transforma “no centro militar-político-administrativo mais setentrional do mundo romano” (Zanotelli, 2011, p. 20).

2.3 O CRISTIANISMO E O TIROL TRENTINO

A introdução do cristianismo no Tirol desempenhou um papel fundamental na formação das comunidades locais que se organizaram ao redor das igrejas e de suas práticas religiosas. Essas comunidades, que incluíam muitos imigrantes “trentinostirolese” que se estabeleceram no Brasil, encontraram na religião uma importante fonte de identidade.

O catolicismo, em particular, tornou-se um pilar da identidade tirolesa, especialmente após o Concílio de Trento (1545-1563), que reforçou a fé católica como um elemento unificador frente à Reforma Protestante. A religiosidade tirolesa, marcada por festas tradicionais, peregrinações e devoção aos santos locais, continua a ser um aspecto central da cultura tirolesa, refletindo a importância da fé na vida cotidiana e na coesão social.

A introdução do cristianismo no Tirol desempenhou um papel fundamental na formação das comunidades locais, que se organizaram ao redor das igrejas e de suas práticas religiosas. Essas comunidades, que incluíam muitos imigrantes

“trentinostirolese” que se estabeleceram no Brasil, encontraram na religião uma importante fonte de identidade.

Apesar do declínio e do eventual desaparecimento do Império Romano do Ocidente, Trento continuou a estar ligada ao sistema administrativo romano, tornando-se uma das últimas cidades latinas da região alpina a se desvincular da autoridade da antiga cidade imperial (Leopoldino, 2014).

Desde a época de Carlos Magno e do Sacro Império Romano-Germânico, o Tirol sempre teve uma importância estratégica como um ponto de passagem entre a Península Itálica e a Europa Central. Politicamente, a região era governada pelos nobres condes do Tirol, originários de Merano, que dividiam o poder com o Príncipe-Bispo de Trento.

Paradoxalmente, o latim, a língua dos romanos, foi gradualmente substituído pelos dialetos germânicos trazidos pelas tribos nórdicas que se estabeleceram nos Alpes Centrais (Leopoldino, 2014). O Tirol, como outras regiões do sul da Europa, recebeu um fluxo de imigração de povos do norte, frequentemente denominados “bárbaros” pelos romanos. Esses “bárbaros” chegaram ao sul da atual Áustria, atravessaram o Tirol e chegaram até o norte da

Itália, integrando-se e miscigenando-se com os povos locais que habitavam essas regiões há muitos séculos.

Embora a chegada desses novos povos tenha introduzido novos aspectos culturais, sociais e econômicos, a religião tiroleza permaneceu predominantemente católica. O catolicismo continuou a ser a principal religião da população tiroleza, preservando sua influência e coesão religiosa.

2.4 O TIROL E OS “POVOS DO NORTE”

A penetração dos “povos do Norte” pelos Alpes trouxe novas influências culturais e linguísticas para o Tirol, especialmente dos bávaros, que se estabeleceram na região e deixaram uma marca duradoura na língua e nas tradições locais. A divisão linguística entre o norte (de língua alemã) e o Sul (de língua italiana) reflete essa interação histórica e contribuiu para a formação de uma identidade tiroleza plural que abrange diferentes grupos étnicos e linguísticos.

Apesar das diferenças linguísticas, os tirolezes compartilham um sentimento de pertencimento a uma história comum, marcada pela resistência a invasões e pela preservação de suas tradições. A figura de Andreas Hofer, líder da resistência tiroleza contra as forças napoleônicas, é um exemplo emblemático dessa identidade compartilhada, simbolizando a luta pela autonomia e pela construção da cultura tiroleza.

As tribos atravessavam as montanhas principalmente através da Via Claudia Augusta e eram constituídas por populações inteiras ou grupos étnicos aparentados que se uniam em busca de novas terras e eram constituídas por populações inteiras ou grupos étnicos aparentados que se uniam em busca de novas terras. Eram eles longobardos, godos, alamanos, francos, vândalos, hérulos e principalmente baiuwares (Leopoldino, 2014, p. 19).

Altmeir Leopoldo nos ensina que os "bávaros" eram um povo originário da Bavária que expandiu sua presença não apenas na Alemanha, mas também até a região ao redor do rio Ádige, incluindo os arredores do Lago de Garda e Verona.

Do ponto de vista linguístico, essa presença bávara influenciou a divisão linguística na região. No norte do Tirol, predomina o alemão, enquanto no Sul, a língua italiana, originária do latim, é amplamente falada. Essa divisão reflete a interação e a miscigenação cultural que moldaram a identidade linguística e cultural do Tirol.

Os baiuwares se instalaram principalmente na região onde, posteriormente se desenvolveria o condado do Tirol, e ali se fixou uma fronteira linguística natural que dividiu os falares germânicos daqueles de origem latina. Desde a Baviera até a parte sul da cidade de Bolzano, predominaram os falares germânicos, mas na parte baixa do Rio Ádige muitos vales preservaram o idioma latino, sem, contudo, deixar de sofrer as influências do idioma e cultura germânicos. Trento passou a ter uma parte da

população de origem germânica e na Idade Média era uma cidade “italiana” com uma minoria alemã (Leopoldino, 2014, p. 19).

Em 568 o povo longobardos foi o último povo “bárbaro” a se assentar no Norte da Itália (planície padana). Quanto a esse povo, na opinião de Leopoldino (2014), foi o que mais influenciou culturalmente o Tirol, mas o seu idioma se perdeu aos poucos. Com o longobardo, Trento se torna um ducado, por obra do rei Albuino.

“Em 568 d.C., Albuino, rei dos lombardos que invadiram o Império Romano e o dividiram em 36 ducados, com capital em Pavia, transforma a X região itálica (trentino) em ducado, o Ducado de Trento” (Zanotelli, 2011, p. 21).

No ano de 600 d.C., os longobardos que habitavam a região de Trento foram convertidos ao catolicismo. No entanto, no século VIII, foram gradualmente substituídos pelos francos. Em aliança com os bávaros, os francos reorganizaram a região sul do Tirol, estabelecendo o Ducado de Trento.

No início de 773, sob o comando de Carlos Magno, o Ducado de Trento foi transformado em uma marca, uma forma de condado que incluía vários condados subordinados. Posteriormente, Carlos Magno foi coroado pelo Papa Leão III, marcando o início do Sacro Império Romano-Germânico. Esse império incluiu o Tirol do Sul e o reino germânico fundado por Otto, que mais tarde seria conhecido como Áustria.

Com o passar dos anos e à medida que chegamos ao final do século IX, a região trentina é cedida a Henrique, duque da Bavieira e irmão de Oto I do reino germânico.

Em 1027, o ducado de Trento é separado da Itália por Conrado II, imperador do Sacro Império Germânico, e é anexado ao ducado da Baviera, e o território trentino ficará mais próximo do cenário germânico do latino e é nessa época que se dá início aos Principados Episcopais de Trento e Bressanome.

Em 1027, a fundação dos Principados Episcopais de Trento (Trientner Furstbistum; Principado vescovile di Trento) e Bressanone (Brixner Furstbistum; Principado vescoville di Bressanone) e, em 1150 a fundação do Condado do Tirol. Estes dois momentos históricos definem o Trentino como parte de uma região cultural e politicamente unida por praticamente mil anos: o Tirol Histórico (Altmayer, 2009 *apud* Dalpiaz, 2020, p. 28).

Nesses principados, os bispos exerciam poderes e prerrogativas equivalentes aos dos príncipes, governando como se fossem senhores de um principado com investidura imperial. Isso conferia um grau significativo de autonomia à administração desses bispados.

A constituição desses principados decorreu de fatores como guerras, pobreza e reivindicações de soberania territorial – eventos que o Trentino enfrentou em várias ocasiões, ao longo de sua história (Dalpiaz, 2022, p. 28).

2.5 O TIROL DO RENASCIMENTO URBANO E CULTURAL

Durante o Renascimento, o Tirol experimentou um florescimento cultural e urbano, com Trento se tornando um importante centro religioso e político. O Concílio de Trento não apenas reforçou a identidade católica da região, mas também colocou o Tirol no mapa da história europeia, destacando seu papel como ponte entre o mundo germânico e o latino.

A escolha de Trento para sediar o Concílio reflete a importância estratégica e cultural do Tirol, que continuou a ser um ponto de encontro entre diferentes culturas e tradições. Essa dualidade cultural, entre o mundo germânico e o italiano, é um aspecto central da identidade tiroleza que se reflete na língua, na arquitetura e nas tradições locais.

Durante toda a Idade Média e a Idade Moderna, o Tirol permaneceu um pequeno condado. No entanto, Trento ganhou destaque mundial com a realização do Concílio da Igreja Católica na cidade, entre 1545 e 1563.

O advento do luteranismo, que afetou principalmente as regiões nórdicas e os reinos germânicos, trouxe uma nova proposta religiosa que começou a atrair muitos fiéis da Igreja Católica. Em resposta a essa crescente adesão ao protestantismo, a Igreja Católica iniciou uma contraofensiva que culminou na Contrarreforma, uma reação à Reforma Protestante.

Entre as medidas adotadas para conter a disseminação do protestantismo e preservar a fé católica, o Concílio de Trento se destacou por promover importantes reformas doutrinárias. Assim, Trento e o Tirol passaram a ser reconhecidos na história e na geografia como o local do significativo Concílio realizado pela Igreja Católica Romana.

O Trentino, uma região histórica do Tirol desde o século XIV, integrou-se à Federação Tiroleza no século XV. Naquele período, o governo do Tirol era compartilhado entre os nobres, como os condes de Castel Tirol e Merano, e os bispos de Trento, Bressanone e Salzburgo (Leopoldino, 2008).

De acordo com Leopoldino (2014), a escolha de Trento para a realização do Concílio se deu porque a cidade representava um ponto de encontro entre os mundos germânico e latino. A

opinião de Leopoldino é de que “não poderia haver melhor local para a Igreja Católica do que a cidade de Trento, situada no coração do Tirol”.

Com o Concílio, o Sacro Império Germânico assumiu uma postura firme em defesa do catolicismo nas terras do Tirol. Nos séculos seguintes, a Casa de Áustria manteve uma política de culto familiar que fortaleceu a missão histórica dos Habsburgos, assegurando a indivisibilidade do império por meio do governo hereditário e da defesa da fé católica (Leopoldino, 2014, p. 35).

Outra consequência do Concílio foi a promoção da língua italiana em espaços públicos em vez do alemão, conforme a sugestão da Igreja Católica. A língua latina, usada nas missas e em outras atividades religiosas, continuou a ser a língua oficial até as reformas introduzidas por João XXIII, na década de 1960.

A partir do século XVII, Innsbruck substituiu Merano como a capital do Tirol, em função da construção da residência imperial do Imperador Maximiliano I do Sacro Império Germânico na cidade.

Através do tratado de Utrech, a maior parte do território italiano ficou sob o domínio da dinastia Habsburgo-austriaca, que determinava Sardenha, Mântua, Nápoles, Milão e Sicília. As únicas regiões independentes da Itália, eram, então, Veneza, Lucca, San Marino e Gênova (Durant, 1993 *apud* Dalpiaz, 2020, p. 21).

No século XIX, ocorrem reformas políticas no reino da Áustria, entre as quais o processo de unificação tiroleza.

2.6 O TIROL DO SÉCULO XIX

O século XIX foi um período de grandes transformações para o Tirol, marcado pela ameaça napoleônica, pela integração ao Império Austro-Húngaro e pelo surgimento de movimentos nacionalistas. Apesar das divisões políticas e territoriais, os tirolezes mantiveram uma forte identidade cultural, baseada na língua, na religião e nas tradições locais.

A resistência tiroleza à dominação napoleônica, liderada por Andreas Hofer, é um exemplo emblemático dessa identidade compartilhada, que transcende as fronteiras políticas e une os tirolezes em torno de uma história comum. A figura de Hofer, ainda hoje celebrada como um herói nacional, simboliza a luta pela autonomia dos tirolezes.

O século XIX, resultado das grandes transformações do final do século XVIII, pode ser compreendido através de três pilares principais: o econômico, com o avanço da burguesia impulsionado pela Primeira Revolução Industrial; o social, marcado pela ascensão da burguesia no cenário político, um processo iniciado pela Revolução Francesa; e o político, evidenciado

pela ascensão dos burgueses ao poder e pela independência dos Estados Unidos da América do Norte, em relação ao domínio colonial inglês. Esse período foi também caracterizado pelo desenvolvimento das ideias dos iluministas, começando com Locke e se aprofundando nas obras de Montesquieu, Rousseau, D'Alembert, Diderot e Voltaire, até chegar a Alexis de Tocqueville no século XIX.

Se para Eric Hobsbawm o século XX foi a era dos extremos, podemos considerar o século XIX como a era das máquinas, marcando o início da aceleração da vida no Ocidente. O Tirol, por estar como coadjuvante no cenário do teatro das potências europeias do século XIX, passa por constantes e abruptas transformações políticas, econômicas, ideológicas e culturais, assim como toda a Europa e o mundo passaram.

Diante dessas premissas, ao tratar da história do Tirol no contexto do século XIX, podemos e devemos transcrevê-la através da divisão de três períodos que são muito divergentes entre si e que contam as transformações por quais passaram os tirolese a partir dos anos “oitocentos” (1801-1900).

2.6.1 A ameaça napoleônica

Com o advento das megalomânicas ações de Napoleão Bonaparte a partir de seu desejo de ser o Imperador da França e todo o lado ocidental da Europa, a Áustria e consequentemente o Tirol são objetos das conquistas militares do imperador francês.

Aliás, o processo de invasão do Império Germânico por Napoleão inicia-se a partir da invasão do principado de Trento.

A Itália, no final do século XVIII, já vinha sendo invadida dominada e governada pela França. Napoleão Bonaparte conquistou grande parte da Itália em nome da Revolução Francesa e tornou vários estados clientes e governos absolutos. Nesse contexto, o norte e o centro da atual Itália foram invadidos e reorganizados como um novo Reino da Itália, enquanto a metade sul da península era administrada, primeiro por José Bonaparte e, depois, por Joachim Murat, respectivamente irmão e cunhado de Napoleão, que foram coroados como reis de Nápoli (Dalpiaz, 2020, p. 20).

A partir de 1796, o exército napoleônico, aliado aos bávaros, invadiu os territórios tirolese, desmantelando o poder episcopal e substituindo-o por governos locais aceitos ou tolerados pelos habitantes. Em resposta, o Sacro Império Romano-Germânico formou uma coalizão com a Prússia, Inglaterra e Rússia para proteger-se e combater as ambições de Napoleão sobre toda a Europa. Apesar das vitórias da coalizão em batalhas como Montenotte, Millesimo, Lodi, Favorita, Rivoli, Lonato e Arcole (Dalpiaz, 2020, p. 21), a França continuou

a avançar sobre o território austríaco. A Áustria sucumbiu na batalha de Austerlitz em 1805, a Prússia foi derrotada em 1806 e a Rússia em 1807 (Leopoldino, 2011, p. 39).

Com a vitória de Napoleão sobre o reino austríaco, o império austríaco, sob Francisco I, chegou ao fim, com o imperador abdicando de seu trono. Napoleão extinguiu o império de Francisco e os principados episcopais, incluindo o do Tirol. Em 1803, Napoleão cedeu o Trentino à Áustria, encerrando, após oitocentos anos, a existência do Principado Episcopal do Trento.

Em 1805, Napoleão transferiu o Tirol para o Reino da Baviera em troca de apoio militar contra a Áustria. Nesse período, a administração bávara introduziu ideias iluministas francesas no Tirol, uma mudança bem recebida pela burguesia e pela nobreza local.

No entanto, a ocupação francesa encontrou resistência. Liderados por Andreas Nikolaus Hofer, um trentino que organizou uma força de cidadãos armados, os tirolese conseguiram expulsar os franceses de Napoleão Bonaparte. Esse evento, juntamente aos esforços de toda a Europa, contribuiu para o fim do império napoleônico.

A imposição de um governo filobávaro e a supressão das leis que regiam a autonomia dos Lânder provocaram, em 1809, a revolta dos tirolese e dos trentinos, os Schutzzem comandados e guiados por Andreas Hofer. Depois da vitória de Napoleão a Wagram, na Áustria, Andreas Hofer, abandonado também pela Áustria, foi capturado e fuzilado em Mantova, em fevereiro de 1810 (Cani, 2011, p. 21).

Pelo tratado de 1810, o Tirol Meridional (Trentino) passou a ser controlado administrativamente pelo Reino Itálico da França sob o comando do vice-rei da França Eugênio de Beauharnais (Zanotelli, 2011). Esse Reino compreendia o Vale do Rio Pó, a República de Veneza e o Tirol Meridional.

A revolta contra Napoleão simbolizava uma “guerra santa”, na qual o inimigo não era somente uma ameaça estrangeira, mas assumia uma representação diabólica, contrária às leis da ordem natural e da moral cristã. Não é por menos que o levante liderado por Hofer teve seu início “oficial” com um ato religioso ocorrido em abril de 1809, ministrado pelo padre capuchinho Joaquim Haspiger, considerado um dos líderes da insurreição tirolese (Zanotelli, 2001, p. 26).

A partir de 1813, a região do Tirol passou a integrar o Império Austríaco, após ter sido parte do Império Bávaro e do Reino Itálico. De acordo com Bonatti e Lenzi (2006), “os tirolese de etnia italiana puderam, pela primeira vez, se sentir italianos”.

No mesmo ano, ocorreu a laicização dos governos dos bispos de Trento e Bressanone, com esses territórios sendo incorporados à administração estadual do Tirol. Com a derrota de Napoleão e o subsequente Congresso de Viena, os países vencedores restauraram o antigo

regime, e, nesse contexto, a região do Tirol, incluindo o Trentino, retornou ao domínio do Império Austro-Húngaro.

No ano de 1815, Napoleão foi derrotado definitivamente e dessa vez pela Inglaterra, na famosa batalha de Waterloo. Napoleão, foi, então, exilado definitivamente na Ilha de Santa Elena na costa africana, onde veio a falecer em 1820. Após a guerra, foi feito um tratado, o Congresso de Viena, de 1814 a 1815, o qual declarou os países que derrotaram Napoleão Bonaparte, como a Inglaterra, Áustria, Rússia e a Prússia, que se reuniram para organizar as fronteiras da Europa. Daí saiu a ideia de formação da Santa Aliança, que consiste em países absolutistas que querem evitar uma outra possível sublevação francesa. A Santa Aliança era formada pelo Império Russo, a Prússia e a Áustria (Dalpiaz, 2020, p. 22).

Com o passar do tempo, em 1854, Francisco José I, Imperador do Império Austríaco, casou-se com a duquesa da Baviera Elisabeth de Wittelsbach, conhecida pelo apelido familiar de Sissi. Sua vida, marcada por grande popularidade e admiração no Tirol, foi até objeto de produções cinematográficas.

Um ano após o Congresso de Viena, os Principados Episcopais de Bressanone e Trento deixaram de estar sob administração eclesiástica e passaram a ser governados por autoridades leigas. Esses territórios foram então designados como Tirol Setentrional (de língua alemã) e Tirol Meridional (de língua italiana) dentro da província do Tirol, cuja capital seria Innsbruck (Zanotelli, 2011, p. 27).

Em 1818, o Trentino foi integrado ao Condado Tirolês dentro da Confederação Germânica.

Foi este o período de grandes transformações. Os velhos equilíbrios foram arruinados, uma consciência nova estava se afirmando; formou-se uma nova classe dirigente mais autônoma e tensa, todavia, nas persistentes contradições estabeleceu-se uma nova autonomia, fundada sobre uma maturada consciência do povo (Cani, 2011, p. 22).

Nos meados do século XIX, a monarquia austríaca pôs fim ao poder temporal do bispo de Trento, extinguindo o Principado Episcopal e derrubando um sistema de governo feudal anacrônico, ainda presente em algumas partes do mundo naquela época (Grosselli, 2008, p. 21).

Em 1867, o Império Austríaco uniu-se ao Reino da Hungria, formando o Império AustroHúngaro sob a liderança do imperador da Áustria. Esse vasto império, atravessado pelo Rio

Danúbio, incluía terras da Áustria, Hungria, República Checa, Liechtenstein, Eslováquia, Eslovênia, Croácia, Bósnia-Herzegovina, Trentino-Alto Ádige, Trieste (Itália), Transilvânia (Romênia), Galícia (Polônia) e Rutênia (Ucrânia). Muitos desses territórios foram adquiridos, ao longo dos anos, por meio de guerras ou através de direitos hereditários resultantes de casamentos dentro da dinastia dos Habsburgos, como foi o caso da Boêmia e da Hungria.

O Império Austro-Húngaro foi uma das grandes potências europeias do século XIX e foi governado pela dinastia dos Habsburgos. No entanto, o período também viu o surgimento de movimentos nacionalistas e de unificação territorial na Europa. Com a unificação alemã e italiana, o Tirol passou a se situar na fronteira dessas movimentações, tornando-se uma região estratégica em meio às mudanças políticas e sociais que marcaram a Europa, na metade do século XIX.

Os movimentos irredentistas, ações políticas praticadas por certos grupos etnolinguísticos, entre eles os italianos, eram muito frequentes no Império AustroHúngaro durante o século XIX. O movimento irredentista italiano tinha como objetivo unificar a península itálica, anexando a ela os territórios de população de fala italiana sob o domínio austríaco (Corrêa, 2018, p. 20).

Nessas circunstâncias, começaram a emergir movimentos nacionalistas e unificadores no Tirol. A burguesia trentina, em particular, viu a possibilidade de independência como uma chance de se unir ao futuro Estado Italiano, dada a afinidade linguística com o italiano e a subjugação aos domínios austríacos. No entanto, Renzo M. Grosselli apontou uma certa falta de articulação por parte dessa burguesia para implementar mudanças políticas significativas. Segundo Grosselli, “a burguesia trentina era incapaz de liderar um movimento popular que pressionasse nesse sentido”.

Por outro lado, Grosselli também observou que o imperador da Áustria adotava uma política de afeto em relação às populações camponesas, o que, de certa forma, desestimulava um levante popular contra o status quo em Trento.

Everton Altmayer Leopoldino corroborou essa visão em sua tese, destacando um contraste entre a burguesia trentina, que buscava a unificação com a Itália e a anexação do Tirol ao futuro governo de Roma, principalmente por motivos financeiros, e a população proletária urbana e rural, que, por simpatia ao imperador ou pela influência do “mito” de Andreas Hofer, apoiava o imperador austríaco.

[...] entre a população mais simples ao proporem ideias que se demonstravam contrárias ao mito de Andreas Hofer, cuja imagem mantinha o consenso de que a união tiroleza estava intrinsicamente ligada à Casa d’Áustria. Não é por menos que durante esse período houve grande resistência de setores da elite burguesa tridentina pela substituição do topônimo Tirolo italiano por Trentino, reforçando sua diferenciação perante o Tirol alemão, já que os motivos dessa diferenciação não seriam apenas linguísticos, mas também históricos, culturais e políticos (Leopoldino, 2014, p. 49).

Como em todo Trento nessa época era predominante uma sociedade rural, não havia no seu seio uma “cultura política” de aproximação com os ideais nacionalistas e unificadores da Itália. Havia pelo contrário, um sentimento de pertença ao Império Austríaco, pois esse

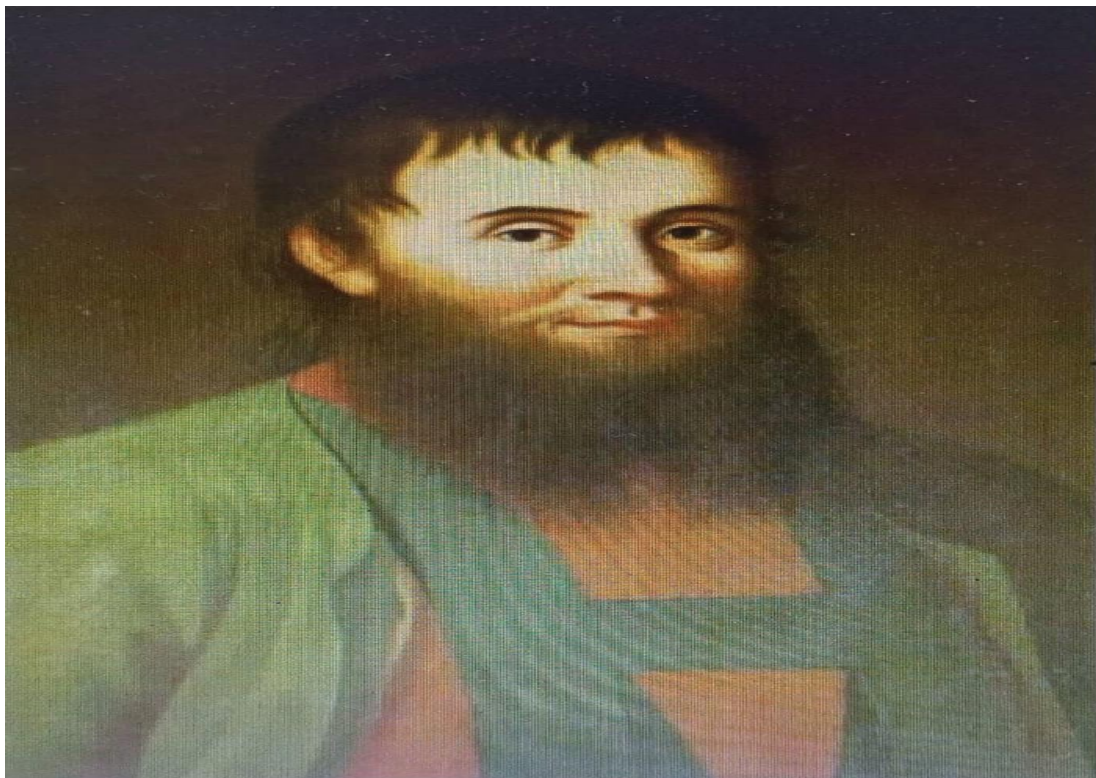
representava a preservação da história, da tradição, da cultura e da religião do povo do Tirol de língua italiana.

Paulo César Possamai assim se posiciona sobre essa questão

Hobsbawn identificou a noção de “terra sagrada” no Tirol, na combinação de terra-ícones-fé-imperador-Estado que se seguiu ao Concílio de Trento [...]” Segundo o mesmo autor, entre os habitantes das chamadas “terras sagradas” (Rússia, Tirol e talvez a Irlanda) se observa a ausência de dois elementos que frequentemente associamos com as definições de nação: linguagem e etnicidade. No Império AustroHúngaro, único estado europeu que permaneceu não nacional, a religião da pátria foi substituída pelo culto da dinastia (Possamai, 2005, p. 28).

Esse posicionamento dos tirolezes do norte da atual Itália era baseado na relação do imperador de Viena com a Igreja Católica, pois isso era uma forma de manter unido o único império multinacional daquela época (Império Austro-Húngaro), coisa que era combatida de forma veemente pelos nacionalistas espalhados por toda a Europa e particularmente pela Itália e assim “Trento permaneceu como um símbolo de força do catolicismo frente aos seus inimigos” (Possamai, 2005, p. 29).

Imagem 2 - Pintura de Andreas Hoffer – Liderança Identitária Tirolesa no Século XIX



Fonte: imagem de Andreas Hoffer (Monastério De São Romildo- Trento) Leopoldino, (2014, p. 42).

Em imagem pintada e que se encontra digitalizada no presente texto, aparece a figura de Andreas Hoffer. Hoffer teria sido ao longo do tempo uma liderança na conduta da luta da etnia tiroleza em busca de sua identidade e na limitação de um possível “Estado” tirolês que poderia ter sido constituído a partir do século XIX. Hoffer ficou assim, marcado como um ícone do Tirol como a figura mais importante ativa no que se refere a autonomia e identidade dos tirolezes.

2.6.2 O Tirol e o império Austro-Húngaro no Século XIX

A união da Áustria e da Hungria em 1867 resultou na formação de um grande e poderoso império, o Império Austro-Húngaro, um paradoxo para a época. No século XIX, a Europa estava imersa em teorias políticas que promoviam a divisão territorial, em vez da anexação. Essas teorias eram influenciadas pelos princípios iluministas, pela Independência dos EUA e pelos resquícios da Revolução Francesa de 1789.

No entanto, a continuidade histórica da Revolução Francesa, marcada por sua limitação e desorganização sob o Império Napoleônico no início do século XIX, e o subsequente ostracismo político e militar de Napoleão até sua morte, permitiram o surgimento ou fortalecimento dos “Déspotas Esclarecidos”, renovados pelo Tratado de Viena, em 1815.

Nesse novo contexto, o Império Austro-Húngaro emergiu como uma das principais potências da Europa, abrangendo territórios como o Tirol, tanto de língua alemã quanto italiana, todos governados pela dinastia dos Habsburgos. Esse império foi estabelecido através de acordos entre o governo da Áustria e o governo da Hungria, em 1867.

Ante o vastíssimo território que esse Império possuía (nas referências geográficas das dimensões do continente europeu) muitas etnias e variadas comunidades linguísticas foram absorvidas, mas que do ponto de vista administrativo e político se “curvavam” aos mandamentos oriundos de Viena.

Terra de fronteira entre o mundo alemão e o mundo italiano, o Trentino esteve subordinado, durante cento e vinte anos, à administração (ou dominação, como querem alguns) “estrangeira”, sobretudo austríaca. Se de fato, de 1806 a 1815 o Trentino foi administrado por bávaros, franceses e italianos manobrados por franceses bonapartistas (foi o período do Reino Itálico, cujo vice rei era o francês Eugênio Beauharnais), durante alguns anos precedentes a este período e até a derrota do Império austro-húngaro na guerra concluída em 1918, o Estado foi território sujeito à coroa habsbúrgica, e seu destino determinado em Viena. (Grosselli, 2008, p.21).

Imagem 3 - Mapa do Império Austro-Hungaro – Século XIX



Digitaliz

Fonte: Áustria-Hunria ([2025]).

O Império Austro-Húngaro, formado em 1867 pela união da Áustria e da Hungria, representou uma reconfiguração significativa no cenário político europeu. Originalmente centralizado e unitário, o antigo Império Austríaco agora dividia seu poder político e administrativo entre Viena e Budapeste, refletindo uma estrutura dualista.

Apesar dessa junção, o alemão continuava a ser a língua oficial, e muitos dos territórios anexados ao longo do tempo foram adquiridos através de guerras e do direito hereditário associado aos casamentos estratégicos da dinastia dos Habsburgos, como foi o caso da Boêmia e da Hungria (Correa, 2014 *apud* Dalpiaz, 2020, p. 18).

Cristiano Dalpiaz observa que o processo de unificação dos dois impérios marcou uma mudança irreversível, com concessões de domínio político aos húngaros em detrimento do antigo Império Austríaco. A família Habsburgo, uma das mais poderosas da Europa no século XIX, perdeu parte de seu território e influência, ao dividir seu domínio com a Hungria. Assim, surgiu o Império Austro-Húngaro, uma monarquia dualista com duas capitais: Viena no Oeste e Budapeste no Leste. Até 1918, um único imperador governava ambos os países.

Apesar das concessões à Hungria, havia uma certa equidade na administração territorial. O lado ocidental do império estava sob a administração da Áustria, enquanto o lado oriental era governado pela Hungria. Essa estrutura permaneceu por 41 anos, até o fim da Primeira Guerra Mundial. Dalpiaz destaca que, durante esse período, o império experimentou um aumento de prosperidade, com reformas destinadas a melhorar sua situação econômica e social (Dalpiaz, 2020, p. 18).

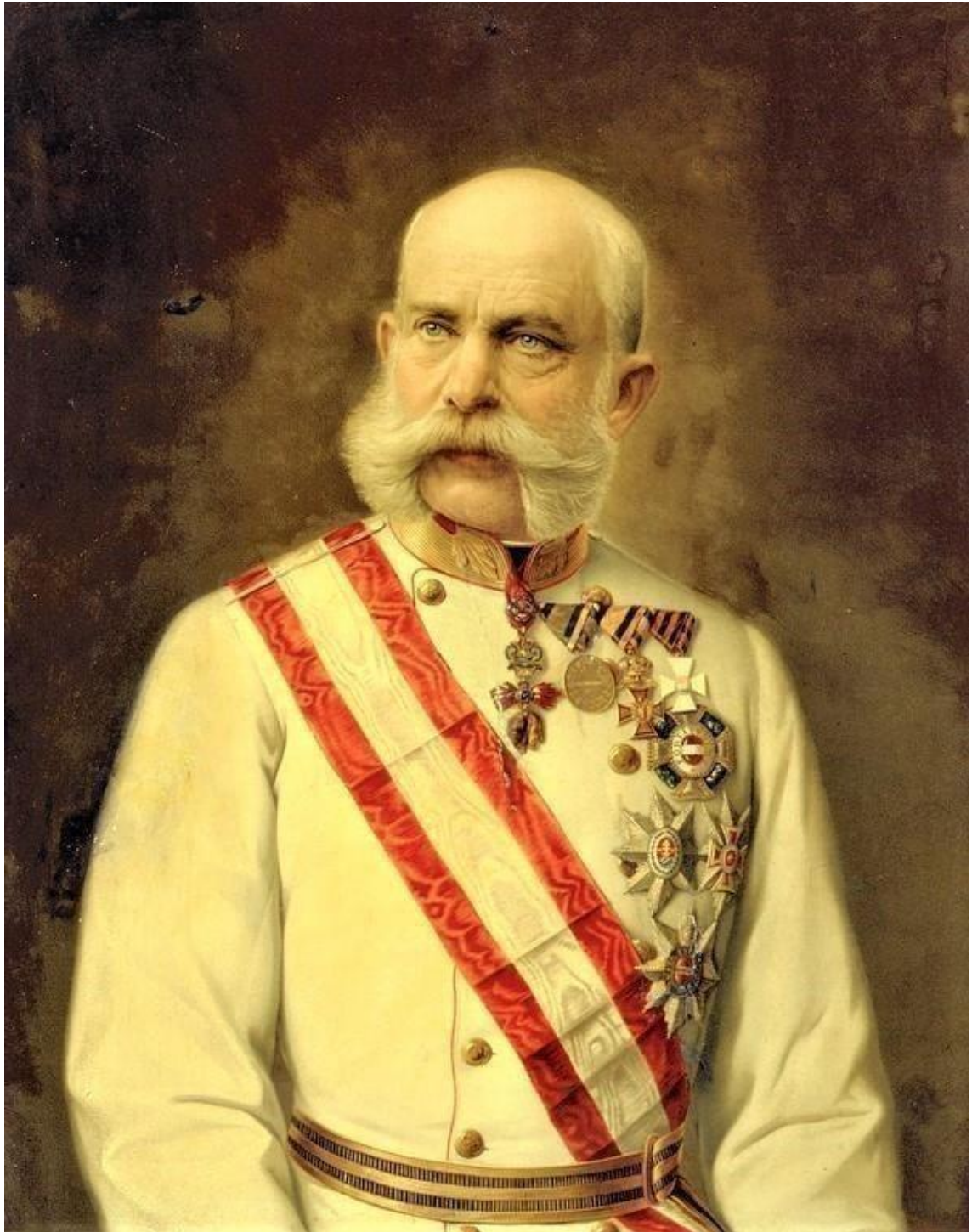
O Império, inicialmente uma monarquia absolutista com centralização política em Viena, passou a ser uma monarquia constitucional após 1861, em resposta às pressões liberais. A nova configuração permitiu uma maior descentralização e a formação de parlamentos regionais, com maior autonomia para as diversas partes do império.

No entanto, o Império Austro-Húngaro foi o único, entre as grandes potências europeias do século XIX, a não possuir territórios na África, Ásia ou América. Em 1850, a Lombardia foi cedida ao Reino da Itália e, em 1866, o Vêneto foi perdido para a Itália após a derrota na guerra contra a Prússia, aliada dos italianos.

O tratado de 1867, que formalizou a união austro-húngara, estabeleceu um governo dualista, com o imperador ostentando duas coroas: a de imperador da Áustria e a de imperador da Hungria. Isso resultou na criação de dois estados independentes em relação aos seus assuntos internos, duas câmaras legislativas distintas, e uma administração separada para a Áustria e a Hungria. Apenas a figura do Chefe de Estado e a política externa permaneceram comuns. Essa dualidade persistiu até o final do Império, em 1918.

No Tirol, especialmente na parte de língua italiana, a sociedade era conservadora, dividida entre uma burguesia emergente e camponeses pobres. Esse conservadorismo estava enraizado nas tradições políticas, com uma profunda reverência pelo Imperador, particularmente Francisco José I, e no catolicismo ultramontano, que defendia a autoridade absoluta do papa em questões de fé e disciplina (Correa, 2014 *apud* Dalpiaz, 2020, p. 23).

Imagem 4 – Quadro com a imagem do Imperador Franz Joseph da Áustria



Fonte: https://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Franz_Joseph_of_Austria_1910_old.jpg.

O Imperador Francisco José I (pessoa que identificamos na imagem de n.º 2) nascido em 1830 e falecido em 1916, foi o último imperador do Império Austro Húngaro e que teve o

reinado mais longo, governando por sessenta e oito anos, de 1848 até sua morte. Filho de Francisco Carlos e Sofia da Baviera, Francisco José assumiu o trono com apenas dezoito anos, sucedendo seu tio Fernando I, que havia abdicado devido a graves problemas administrativos e às revoltas liberais, incluindo a "Primavera dos Povos" de 1848.

Sob seu governo, o Império Austro-Húngaro se tornou um vasto território, abrangendo extensas áreas do Leste, Sul e Centro da Europa, e uma diversidade cultural significativa. O império incluía uma mistura de povos germânicos, eslavos, latinos, italianos, romenos, tirolese e trentinos.

A questão da nacionalidade era particularmente problemática, dado o mosaico de idiomas, costumes e religiões presentes no império. Os movimentos nacionalistas, ao desafiar a coesão do Estado, minavam a unidade do império e destacavam as tensões entre os diversos grupos étnicos e culturais.

Para se compreender o Império Austro-Húngaro, deve-se abordar o problema das nacionalidades, da diversidade de grupos etnolinguísticos, dos movimentos irredentistas e, ainda, das reivindicações por parte de nações históricas, como Hungria, República Checa, Croácia e Polônia (Corrêa, 2018, p. 19).

Ainda que a língua oficial do Império Austro-Húngaro fosse o alemão, havia em grande parte o falar dos magiares, dos eslavos em vários subdiomas e os tirolese com língua alemã, italiana, ladina e seus vários dialetos. Do ponto de vista religioso é necessário destacar os vários grupos em que se dividiam: o católico (oficial do império); cristão ortodoxos, muçulmanos e judeus que se espalhavam por todo o território.

2.7 O TRATADO DE SAINT-GERMAIN-EM-LAYE

O Tratado de Saint-Germain-en-Laye, que dividiu o Tirol entre Áustria e Itália, após a Primeira Guerra Mundial, representou um desafio para a identidade tirolesa.

Apesar da divisão política, os tirolese continuaram a se identificar com sua história e cultura comuns, mantendo viva a memória de um Tirol unido.

A criação de regiões autônomas, como o Trentino-Alto Ádige, permitiu a composição de tradições linguísticas e culturais tirolese, reforçando a identidade local. A língua alemã, o ladino e os dialetos trentinos continuam a ser elementos importantes da cultura tirolesa, refletindo a diversidade e a riqueza dessa identidade.

Em 1914, a Áustria entrou na Primeira Guerra Mundial, e, conseqüentemente, a região do Trentino também se viu envolvida no conflito. Durante a guerra, a Itália se posicionou contra

a Áustria e reivindicou os territórios de Trento e Trieste. Os trentinos, que haviam estado sob domínio austríaco por mais de cem anos, participaram da guerra contra os italianos, em parte devido ao desejo de manter-se sob a administração austríaca.

Quatro anos depois, a guerra terminou com a vitória da Itália sobre os austríacos, resultando em significativas mudanças no cenário geográfico e territorial da Europa, incluindo o Tirol e, especialmente, Trento.

Após o fim da Primeira Guerra Mundial, a configuração geográfica da Europa foi redefinida pelo Tratado de Saint-Germain-en-Laye. O Norte do Tirol passou a fazer parte da Áustria (agora reduzida ao território da antiga Áustria, desmembrada do Império AustroHúngaro), enquanto o Sud Tirol foi incorporado ao Reino da Itália, que havia se Unificado, no final do século XIX.

De acordo com o Tratado, o Tirol foi dividido geograficamente em três regiões, uma divisão que persiste até hoje:

1. **Tirol do Norte** (em alemão, *Nordtirol*; em italiano, *Nordtirol*): Essa região, de língua predominantemente alemã, passou a integrar a recém-formada República da Áustria alemã (*Republik Deutschösterreich*), que uniu a maioria dos territórios de língua alemã do extinto Império Austríaco.
2. **Tirol do Leste** (em alemão, *Osttirol*; em italiano, *Tirol dell'Est*): Também de língua predominantemente alemã, essa região foi incluída na Áustria.
3. **Tirol do Sul** (em alemão, *Südtirol*; em italiano, *Sudtirol*): Com uma população de línguas alemã, italiana e ladina, o Tirol do Sul foi incorporado ao Reino da Itália.

Dentro da Itália, o Tirol do Sul compreende atualmente: a. Província Autônoma de Bolzano-Alto Ádige (em italiano, *Província Autônoma di Bolzano Alto Adige*; em alemão, *Autonome Provinz Bozen Südtirol*): Também conhecida como Sudtirol, essa região é predominantemente de etnia germânica, com o alemão como língua principal. De acordo com Bonatti e Lenzi (2006, p. 15), "69% da população fala alemão, 26% falam italiano e 5% falam ladino, com este último mais presente no Val Gardena e Val Badia". A capital é Bolzano.

a. **Província Autônoma de Trento** (em italiano, *Província Autônoma di Trento*; em alemão, *Welschtirol*): A população aqui é predominantemente italiana, com o italiano como a língua principal. No entanto, são falados diversos dialetos trentinos, com exceção

dos Vales de Mocheni e Cimbi, onde se fala alemão, e no Val di Fassa, onde se fala ladino (Bonatti; Lenzi, 2006, p. 15).

b. **Ampezzo** (ou Haydn): Durante o regime fascista, o Trentino-Alto Ádige foi desmembrado e, mais tarde, reintegrado ao Sudtírol. A região se destaca pelo predomínio da língua ladina, embora o italiano seja o idioma oficial.

A língua alemã é predominante em grande parte do Tirol, falada tanto no Land Tirol (na Áustria) quanto no Sudtírol (na Itália). No Tirol austríaco, o alemão é a segunda língua mais ensinada nas escolas, após o italiano. O alemão falado nessas regiões é o alemão padrão (Hochdeutsch), enquanto o alemão tirolês (Tirolerisch) inclui vários dialetos, pertencendo ao grupo bávaro. Entre os dialetos bávaros mais falados no Tirol estão o mòcheno (Fersentalerisch) e o cimbro (Zimberisch).

No Trentino e no Sudtírol, o italiano é a língua oficial e, no Trentino, além do italiano, é falado o dialeto trentino, que abrange diversos subdialetos. O dialeto trentino, também chamado de tirolese, é uma variação do ladino influenciada pelos dialetos italianos lombardos e vênets.

O ladino (ou ladin) é uma das línguas mais antigas faladas no Tirol, presente em algumas regiões do Sudtírol e do Trentino. Semelhante ao reto-romanche da Suíça e ao friulano da Itália, o ladino não é uma língua oficial, mas é preservado por meio de seu ensino em escolas básicas e sua presença nos meios de comunicação locais, como rádio, televisão, jornais e revistas.

Na região onde o ladino é falado, existem cinco dialetos principais: gardenês, badioto, marebano, fassano e ampezzano. Há também outros dialetos de origem ladina, como o ladino falado no Val di Non e no Val Disole, que sofreram influências do dialeto trentino, e o dialeto do Val di Fiemme, que também apresenta influências trentinas.

Durante a Segunda Guerra Mundial (1939-1945), os trentinos estiveram sob domínio italiano e se tornaram aliados da Alemanha nazista. Com a vitória dos aliados (EUA e URSS), a Itália enfrentou várias consequências, mas, para o Tirol, a situação teve um aspecto positivo. Apesar de ainda pertencer ao território italiano, o Tirol conquistou maior autonomia político-administrativa através do Estatuto de Autonomia assinado em 1948 e referendado pelo governo de Roma. Assim, o Tirol passou a ser dividido em três regiões bem definidas: Tirol do Norte, com capital em Innsbruck, sob domínio da Áustria; Tirol do Sul, com capital em Bolzano; e o Trentino, com capital em Trento.

Em 1946, após a Segunda Guerra Mundial, foi assinado em Paris um acordo entre Alcide De Gasperi (do Trentino) e Alfons Gruber (do Sudtírol), reafirmando as fronteiras entre Itália e

Áustria, estabelecidas em 1918. Em 1948, o Parlamento italiano aprovou o primeiro Estatuto de Autonomia Especial do Trentino-Alto Ádige/Sudtírol. Em 1972, um novo Estatuto de Autonomia foi criado e entrou em vigor em 1992. Esse estatuto permanece em vigor até hoje e aborda a autonomia das regiões que antes pertenciam ao Tirol, tanto o Tirol austríaco quanto o Tirol italiano, incluindo todas as suas subdivisões.

Atualmente, a região trentina é uma das mais prósperas da Itália, com uma população superior a quinhentos e vinte mil habitantes distribuídos por 6.212 km². A região se destaca pela produção agrícola robusta, uma indústria moderna, embora modesta, e um significativo fluxo turístico que contribui para sua economia.

Com a formação da União Europeia e a permissão de livre acesso entre os países, muitos problemas políticos históricos da região tiroleza foram superados. Projetos como o Instituto Ítalo-Germânico ajudam a superar as diferenças históricas e os conflitos passados, promovendo uma maior integração cultural e econômica entre as regiões de Trento, Alto Adige e Tirol (austríaco). As figuras históricas de Andreas Hoffer e Alcide De Gasperi são amplamente lembradas e respeitadas por sua contribuição à união das populações de língua italiana, ladina e alemã.

Nesse contexto, é relevante explorar as questões de cunho histórico que influenciaram a configuração atual das regiões e o papel dessas figuras na integração da diversidade cultural.

3 FATORES DA IMIGRAÇÃO TRENTINA

O retrato histórico da imigração tiroleza é multifacetado, envolvendo uma série de aspectos e fatores, entre os quais se destacam questões econômicas, sociais e políticas.

Conforme observado por Iracema Cani (2011, p. 25), “As novas condições geopolíticas e econômicas geradas pelas revoluções, juntamente com a busca por novos equilíbrios, foram acrescidas de uma crise econômica estrutural que afetou toda a Europa e impactou especialmente o Trentino”.

Este capítulo tem como objetivo pesquisar o processo histórico da imigração tiroleza e trentina, distinguindo-o do processo de imigração alemã, austríaca ou italiana, apesar de muitas vezes esses movimentos não terem ocorrido de forma isolada, especialmente no caso dos imigrantes italianos que vieram para o Brasil e a América.

O processo de imigração que envolveu o território trentino foi impulsionado por diversas causas, tanto intrínsecas quanto extrínsecas. A seguir, exploraremos essas causas, começando pelas intrínsecas.

3.1 FATORES INTRÍNSECOS DO PROCESSO MIGRATÓRIO TIROLÊS

Entre as principais razões para o desejo de emigração dos trentinos, especialmente entre os "contadinos" – termo usado por Grosselli em sua obra *Vivere o Morire*, publicada pela primeira vez em italiano em 1982 –, destaca-se a questão econômica. A divisão e posse da terra desempenharam um papel crucial nesse processo.

Até meados do século XIX, a população camponesa do Trentino vivia sob condições feudais. A persistência dessas condições, combinada com a pressão econômica e social, contribuiu para o impulso migratório. A busca a uma vida menos limitada foram força motriz significativa por trás da imigração tiroleza.

A migração europeia entre seus próprios países e a emigração de europeus para a América (Estados Unidos da América do Norte, Brasil, Argentina, Colômbia [...], para a Austrália e Nova Zelândia [...] na última metade do século XIX e início do século XX tem como contexto a crise final do sistema feudal provocada pelo capitalismo que, também, entra em grave crise, portanto, em 1873 (Zanotelli, 2011, p. 35).

Na Europa, especialmente no Norte, vivia-se um processo de transformação econômica contínuo e dinâmico, impulsionado pela Revolução Industrial. Essa revolução trouxe profundas mudanças nos campos dos países europeus que foram os primeiros a vivenciar as novas realidades sociais de uma economia capitalista. A produção em larga escala, o aumento

considerável do consumo entre a população, os êxodos rurais em massa e o crescimento das cidades caracterizavam esse fenômeno.

A Revolução Industrial teve seu início na Inglaterra, que foi seu berço, e se espalhou para outros países como a França, com suas características iluministas e burguesas, a Prússia e os Países Baixos. Cada uma dessas nações vivenciou a revolução dentro de seus próprios contextos religiosos e sociais, como luteranos, presbiterianos, metodistas e anglicanos.

No trentino, porém, essa libertação do regime feudal não levou a uma solução capitalista. Faltavam as condições. As terras cultiváveis eram poucas e a população densa. Para os camponeses trentinos a reforma representou de imediato somente a conquista do direito de vender a própria pouca terra ou de continuar a viver de uma agricultura de pura subsistência na sua própria terra (Zanotelli, 2011, p. 29).

Os trentinos permaneciam muito longe de questões que pudessem envolver industrialização e produção em massa. Isto não pertenciam ao universo do Tirol. Um “povo” que se fixara no trabalho rural aos moldes de reminiscências feudais e outros em pequenos trabalhos citadinos tipificados nas antigas corporações de ofício e nada mais.

“O trentino parecia, na metade daquele século e durante algumas décadas, incapaz de modernizar sua própria economia e adequar sua sociedade civil ao enfim vitorioso ‘vento do Norte’” (Grosselli, 2011, p. 28).

Soma-se a isso a independência da Lombardia (1859) e do Vêneto (1867) do Império Austro-Húngaro. Essas regiões, que anteriormente funcionavam como mercados consumidores dos produtos agrícolas tirolese e como pontos de distribuição desses produtos para outras partes da Europa, deixaram de desempenhar esse papel essencial.

Como resultado, os tirolese enfrentaram a crescente dificuldade de investir na modernização de sua indústria artesanal e adaptá-la às exigências da segunda fase da Revolução Industrial.

A economia do Tirol, especialmente no Trentino, dependia fortemente da agricultura. A população lutava para sobreviver com a produção agrícola, apesar das adversidades impostas pelo terreno, que no Alto Adige era íngreme e de pouca fertilidade, além das intempéries da natureza. As condições variavam entre invernos rigorosos e frios intensos, e períodos de calor e chuvas tempestivas, contribuindo para a miséria e a falta de perspectivas dos “contadinos”.

O trentino era, e continuo sendo mesmo após as profundas modificações em sua estrutura sócio-econômica, ocorridas no curso daquele século, terra de agricultura. [...] à agricultura, que não satisfaziam com generosidade as necessidades alimentares da população (Grosselli, 2008, p. 28).

As características do relevo do Tirol não ajudavam em nada os agricultores. Aliás, atrapalhavam em demasia, sem dúvida alguma. É muito difícil cultivar qualquer atividade agrícola em terreno que fica em 42% acima da altitude de 1.500 metros e 70% de altitude acima de mil metros ao nível do mar (Grosselli, 2008, p. 28).

Na verdade, a estrutura agrária do Trentino era arcaica, com características ainda dos tempos medievais, e não se modernizaram em relação ao restante da Europa. Além disso, o terreno era muito montanhoso, cheio de pedras e um clima hostil (Bonatti; Lenzi, 2006, p. 29).

Devemos realçar que as terras mais férteis que ocupavam os vales eram de propriedade de nobres e bispos que para produzir faziam suas terras serem arrendadas pelos camponeses a custo de divisão da produção, o que não tornava as condições de miséria econômica diferente para os “contadinos”.

Se os camponeses quisessem adquirir terras, só sobravam aquelas em condições precárias das encostas das serras.

A região trentina, como se disse, tinha uma configuração topográfica adversa à agricultura com vales estreitos ladeados por íngremes encostas rochosas, o que reduzia as áreas produtivas a pequenas propriedades que, em média, não passavam de 2.000 m² (Bonatti; Lenzi, 2006, p. 30).

Da mesma forma, o clima também era um obstáculo para os agricultores tirolese. De novembro a março, nada podia ser produzido nos campos do Tirol devido ao rigoroso inverno.

Além disso, do total da área do Tirol Trentino, 47% não era cultivável, pois era composta por bosques, e outra área de 18% era destinada à pastagem coletiva nas encostas das montanhas.

Para cada pessoa camponesa cabia, em média, menos de um hectare produtivo e, deste, quase metade era composta de pastagens alpinas. A maior parte dos estábulos alpinos e dos bosques eram de propriedade do município e a comunidade camponesa os explorava para retirar madeira e lenha e criar alguns animais (Zanotelli, 2011, p. 36).

Mesmo diante da realidade de propriedades agrícolas extremamente pequenas, havia aqueles que, sem sequer um pedaço de terra para plantar, recorriam ao sistema de arrendamento. No entanto, esse arrendamento gerava baixa produtividade e exacerbava a miséria. Nessas condições, “[...] a metade das colheitas de cereais, dois terços da colheita de uvas e a totalidade das folhas de amoreira eram do proprietário da terra” (Zanotelli, 2011, p. 37).

Diante desse cenário de escassez de terra e baixa produção, uma alternativa para melhorar a renda dos camponeses era o cultivo de amoreiras e a criação de bichos-dados, ou sericultura. Naquela época, essa atividade oferecia uma oportunidade significativa para gerar algum rendimento e aliviar a situação dos agricultores.

Para a classe camponesa, era praticamente o único produto a ser colocado no mercado que lhes rendia aquela quantidade mínima de dinheiro líquido, indispensável às míseras aquisições a que, contudo, não podia renunciar, sobretudo trigo, alguma roupa e miudezas, sal, gasolina (Grosseli, 2008, p. 36).

No entanto, toda essa produção frequentemente enfrentava diversos contratemplos. Um exemplo significativo foi a epidemia de pebrina, uma doença que afetou os bichos-da-seda e “[...] destruiu quase completamente esta indústria” (Vicenzi, 2000, p. 38). A partir de 1859, a pebrina devastou a sericultura, enquanto um criptógamo atacou as videiras a partir de 1850, reduzindo a produção de vinho de cerca de 200.000 hectolitros para 76.000 hectolitros em 1874 (Zanotelli, 2011, p. 43).

Embora a produção de seda tivesse oferecido um auxílio econômico significativo aos camponeses tirolezes, esse benefício foi temporário e entrou em crise com a chegada da seda oriental ao mercado europeu, que apresentava preços mais competitivos.

[...] seda japonesa e oriental pode ser considerada uma causa direta da nova organização econômica do continente, que aumentava cada vez mais seu raio geográfico de ação e permitia (com as invenções do navio a vapor e da ferrovia) transportes mais rápidos e econômicos das mercadorias em qualquer parte do globo em que fossem produzidas (Grosseli, 2008, p. 41).

Em 1875, chuvas torrenciais devastaram ainda mais os já limitados terrenos agrícolas do Tirol, cenário associado à degradação do solo provocada pelo desmatamento descontrolado, desde meados do século XIX. Esse desmatamento resultou em enchentes catastróficas, como as ocorridas nos vales dos rios Ádige e Avisio em 1882 e 1885 (Zanotelli, 2011, p. 62), consequências da ganância econômica de alguns em detrimento do ambiente e da população.

Além disso, a economia local do Tirol foi severamente impactada pela obsolescência de sua indústria precária que estagnou no tempo com métodos artesanais e manufatureiros. Essa indústria estava muito distante dos avanços industriais observados nos parques fabris da Inglaterra, França, Bélgica, Holanda e da emergente Alemanha. Muitas dessas nações acumularam capital significativo através de financiamentos burgueses na exploração e colonização das Américas, desde o século XVI, promovendo uma nova abordagem de acumulação de riquezas baseada no conceito de "salvação pelo trabalho", um princípio introduzido pela Reforma Protestante liderada por Martinho Lutero.

O trentino também não acompanhou as grandes mudanças tecnológicas que, durante o período de 1850 a 1870, transformaram os métodos de produção indústria em toda a Europa, permitindo produtos de melhor qualidade a preços menores. Com isso, a pequena indústria trentina de seda, do vinho, do vidro, do papel e do couro, passou a enfrentar imensas dificuldades em seus mercados, resultando numa significativa redução da oferta de empregos e menor demanda para as matérias-primas agrícolas” (Bonatti; Lenzi, 2006, p. 31).

O Tirol, ao longo de sua história sob o domínio do Império Austríaco e, posteriormente, do Império Austro-Húngaro, foi marginalizado no que diz respeito à acumulação de capital burguês, durante a Idade Moderna, e às ideias religiosas promovidas pelas reformas cristãs. Em particular, Trento tornou-se um bastião da Igreja Católica contra os reformistas e suas doutrinas de salvação da alma, sendo o local do Concílio de Trento, que se opôs às ideias econômicas dos reformadores do século XVI.

Enquanto a população do Tirol crescia, a produção agrícola e o número de empregos disponíveis não acompanhavam esse aumento. Assim, a solução para o excedente de mão de obra era exportar esse recurso. Dois caminhos se abriam para a difusão dessa força de trabalho: um local, que envolvia o abastecimento de operários para os países industriais da Europa; e outro internacional, que incluía a emigração para a Austrália, os Estados Unidos e alguns países da América do Sul.

Essa estratégia visava a minimizar o risco de revoltas populares, que eram uma ameaça constante para a burguesia local devido à escassez de recursos para sustentar as massas, especialmente a população camponesa da Europa.

Outro fator que agravava a miséria no Tirol e contribuía para a diáspora da população economicamente vulnerável era a carga tributária. O aumento dos impostos pelo Império Austríaco sobre o Tirol, enquanto os investimentos eram desproporcionalmente direcionados para o norte de fala alemã, exacerbava a dificuldade econômica dos pequenos agricultores. Como observou Grosselli (2008, p. 44), "O trabalhador da terra finalmente se via questionando se valia mais a pena trabalhar sua pequena propriedade ou vender sua força de trabalho".

Além disso, três subcausas contribuía para o êxodo rural: a depreciação dos valores fundiários que resultava em leilões de propriedades rurais abandonadas por aqueles que partiam; o aumento da miséria que forçava a constante expulsão de camponeses; e mudanças nos valores fundiários.

A questão religiosa também desempenhou um papel significativo no processo de imigração. Para Grosselli (2008, p. 57), uma parte da Igreja, mais citadina e burguesa, viu a emigração como uma válvula de escape para o desastre social e uma chance de salvar a cultura e a sociedade camponesa.

Finalmente, o "militarismo austríaco" foi uma concausa interna para o processo migratório no Tirol. Para proteger-se das novas ideologias burguesas e da transformação das monarquias absolutas em repúblicas dominadas pela alta burguesia industrial e financeira, o Império Austríaco necessitava aumentar seu efetivo militar.

O exército austríaco tinha, portanto, uma verdadeira fome de homens. As autoridades civis e militares austríacas estavam fanaticamente atentas ao processo de recrutamento, que cumpria um papel de extraordinária importância no desenrolar dos acontecimentos que caracterizava a vida camponesa. E eram principalmente os camponeses os objetos desta “atenção” especial por parte das autoridades” (Grosselli, 2008, p. 60).

Everton Altmayer Leopoldino (2014), em sua tese de doutorado, aponta um fator que praticamente resume todos os fatores internos elencados e cria um neologismo para tanto. Leopoldino classifica o processo imigratório tirolês como “fuga da pobreza”, alegando que esse fenômeno social se inicia em 1875. Para ele:

Não somente da pobreza, mas era a fuga de um modo de vida que não permitia ao trabalhador braçal vislumbrar o futuro digno para seus descendentes. Nesse sentido, tratou-se de fuga do arcaico sistema agrário, no qual pequenos proprietários eram totalmente dependentes de um sistema tradicional de divisão de terras que privilegiava o irmão mais velho, além de fuga do poderio dos “Senhores do Tirol”, isto é, das famílias de antigo prestígio regional e donos da economia nos vales” (Leopoldino, 2014, p. 84).

A influência da Igreja Católica na vida da população tirolesa era tamanha, principalmente sobre os camponeses, que no interior da sociedade trentina foi criada e difundida a ideia da oposição ao italianismo.

Não se trata de uma causa propriamente dita, mas importante aqui é também ressaltar como é definida por alguns historiadores, entre eles Jandir João Zanotelli (2011), sobre o cotidiano do camponês tirolês no período que antecede sua migração para outros “mundos”.

Outros dados sobre essa situação são descritos por Zanotelli (2011), ao afirmar que as casas dos camponeses mais pobres dispunham apenas de dois cômodos (o que ele chama de peças) e de uma estrebaria que ficava embaixo do imóvel. Esse imóvel por dentro era muito simples, posto que o teto era de palha e o piso de terra batida. Alguns poucos tinham uma casa um pouco maior e melhor, que chegava a dois pisos. Na parte inferior ficava a cozinha e a estrebaria e no andar superior ficavam os quartos. Era muito comum, nos rigorosos invernos dos Alpes, essa família ficar o dia todo em casa, aproveitando o calor provindo da cozinha e dos animais que ficavam na parte de baixo da casa.

O ambiente camponês era pobre e pouco sadio. Os camponeses viviam em pequenas vilas. “As vilas eram formadas de casas construídas umas ao lado das outras, com falta de luz e sem arejamento suficiente. Os cuidados higiênicos não eram um hábito em voga na época e as ruas eram muitas vezes invadidas pelas imundícies. Um costume que chegou, através dos tempos até nossos dias, era o de amontoar o esterco dos bovinos que serviria como adubo ao lado da casa e debaixo das janelas da mesma (Zanotelli, 2011, p. 50).

Zanotelli oferece uma visão detalhada das condições de vida dos camponeses do Tirol. Ele descreve o vestuário típico da época: "O vestuário limpo e decente era feito de lã, produzido artesanalmente para o inverno, e de cânhamo e linho para o verão" (Zanotelli, 2011, p. 52). Apesar de limpo, o vestuário era bastante simples e rústico, tanto para homens quanto para mulheres e crianças, sendo esse último ainda mais básico.

Zanotelli também detalha a alimentação dos camponeses. A dieta baseava-se em cereais, que eram usados para fazer pão, hortaliças, um pouco de queijo e leite de vaca, cabra ou ovelha. O pão era acompanhado principalmente por polenta, batatas, nabos, feijão e repolhos em conserva. As bebidas básicas incluíam água, vinho, uma mistura de água e vinho, e aguardente feita de milho.

No romance "Sonho de um Imigrante", escrito por Remy Valduga, a vida e a moradia dos trentinos são retratadas, de forma fictícia, antes de partirem para o Brasil. Embora seja uma obra de ficção, as descrições são notavelmente precisas e refletem a realidade vivida pelos tirolezes do Tirol italiano. As cenas descritas no romance se assemelham muito às descrições feitas por Zanotelli em seu livro "A Saga de um Imigrante Trentino", que se baseia em informações históricas recolhidas no Tirol italiano do século XIX.

A seguir, apresentamos um trecho do romance que, através da narrativa de personagens fictícios, oferece uma visão vívida da vida dos camponeses tirolezes, na época:

Eleonora sai da estrebaria e sobre os doze degraus de pedra irregular da escada que dá acesso à cozinha, carregando no braço direito meia sêcia (balde de madeira) de leite. A cozinha mede oito metros quadrados. No canto direito, próximo à parede fica o fogorolo (fogão, tradução nossa), feito de tijolos e barro. A sua frente, ergue-se o guarda-comidas, com duas portas superiores que abrem para os lados, fechadas por uma fina tela que impede a invasão de insetos, especialmente moscas, que proliferam no andar de baixo e penetram em todos os compartimentos. Ao lado do fogorolo, sobre quatro postes toscos de madeira, apoia-se a pia, construída de tábuas largas de pinho, aplainadas a facão. Logo acima, cinco ganchos de ferro presos num caibro, suportam os baldes e outros utensílios. No centro da cozinha, fica a mesa de refeições, também feita de tábuas de pinho, já velha e sebosa. Atrás do fogolaro, uma banca de madeira, onde a família senta para se aquecer quando o inverno começa seu domínio (Valduga, 2012, p. 17).

Entre as causas internas do processo de imigração dos tirolezes, a questão econômica foi, sem dúvida, a mais preponderante na decisão de abandonar suas terras e buscar novas oportunidades do outro lado do Oceano Atlântico. A falta de perspectivas para os camponeses do Tirol levou-os a emigrar, em busca de melhores condições de trabalho e de um "pedaço de chão" próprio para cultivar. Essa oportunidade de possuir uma terra própria, algo impensável no Tirol do século XIX para muitos, tornou-se um fator crucial para a sobrevivência e o bemestar de suas famílias.

3.2 FATORES EXTRÍNSECOS DA IMIGRAÇÃO TIROLESA

Entre os fatores que forçaram a imigração dos tirolese e que vieram de “fora para dentro”, podemos destacar o processo que foi chamado por Enzo Grosselli de migração sazonal ou periódica. Tudo começa com o advento de certa indústria manufatureira no território austríaco, e muitos tirolese para livrar-se da falta de emprego e de condições míseras de vida, migravam por certos períodos do ano para as regiões de Voralberg. Além disso, alguns se dirigiam para as novas regiões conquistadas pelos austríacos, como por exemplo a Bósnia e a Ezergovina bem como a região mineradora pertencente à França.

Muitos chefes de família e jovens saíam de sua terra em procura de emprego em países vizinhos da França, Suíça, Áustria e Alemanha, cuja renda ajudasse a diminuir em parte a penúria que levavam. Outros jovens serviam ao exército pelo espaço de 6 a 8 anos. No término das guerras voltavam para casa criando situações ainda mais alarmantes (Vicenzi, 2000, p. 39).

Esse migrar, por parte dos trentinos, não era apenas um deslocamento por períodos curtos, ocorre de forma simultânea, mediante um “ir” com mais eficácia e que protraía no tempo e no espaço. Havia já um exército de trabalhadores que passaram a emigrar para regiões que não pertenciam ao Império da Áustria.

A emigração trentina em direção à Europa e às Américas iniciada na metade do 800, continuou com ritmo intenso até 1914, ano do início da Primeira Guerra Mundial. Interrompeu-se depois até o fim da Segunda Guerra Mundial, para reascender depois em 1945 e continuar até os anos 80. Foram escritas histórias diversas entre os Trentinos remanescentes na província e os que partiram com a mala na mão escolheram terras para procurar um futuro para si e para os filhos (Cani, 2011, p. 26).

Agora, o migrar acontecia para regiões outras da Europa, sob o domínio político de outros países, na maioria das vezes, os países industrializados. Esse processo migratório ocorreu de duas formas: de migrantes que lá iam e por lá ficavam e outros que iam e depois retornavam, ao que Grosselli (2008) definiu como “emigração temporária” (não sazonal), ou a emigração proporcionada pelo trem (“A ferrovia trouxe consigo não apenas mercadorias, como também ideias”) (Grosselli, 2008, p. 68).

E esse ir e voltar a outros países, sob condições econômicas diferentes e “mais avançadas” ou mais complexas, repercutia na vida e na sociedade do Tirol, principalmente no Tirol italiano.

Os maiores agentes de mudança eram os emigrantes, sobretudo os temporários. Espalhavam-se pela Europa em busca de trabalho e permaneciam por longos períodos distantes de suas comunidades, da autoridade dos patriarcas e dos padres, da ordenada e quase imutável sobrevivência de sua cultura. Em contato com outras realidades, agora capitalista, amadureciam aos poucos uma nova visão do mundo, que levavam para casa (Grosselli, 2008, p. 68).

Portanto, a nova economia, com seus modelos e meios de produção inovadores, estava transformando a realidade da Europa capitalista e influenciava também as regiões periféricas, como o Tirol, não do ponto de vista geográfico, mas econômico e social.

Essa nova organização social que estava chegando ao Tirol impulsionava a demanda por trabalhadores tirolese em toda a Europa e até mesmo fora do continente, em regiões como América e Oceania. Essa tendência se concretizou com a emigração significativa.

Além disso, um fator importante que estimulou o processo de emigração dos tirolese foi a intensa propaganda das agências de imigração que surgiram na Europa, principalmente na Itália, Alemanha, Polônia, Rússia, Slávia e, especialmente, no Tirol italiano. Essas agências promoviam a imigração com promessas de oportunidades e melhores condições de vida.

O marketing dessas agências, combinado com os relatos positivos dos primeiros emigrantes que chegaram à América e compartilhavam suas experiências favoráveis por meio de correspondências, retratava o Novo Mundo como uma terra de oportunidades. Para os tirolese, a América passava a ser vista como um "novo mundo" onde poderiam reconstruir uma comunidade camponesa, livre das pressões e crises da velha ordem capitalista que ameaçava a tradicional estrutura familiar e religiosa da Itália do Norte. Em resumo, a imigração era vista como uma chance de restaurar a ordem e os valores da antiga cultura camponesa.

Existia uma publicidade em torno do que seria o Brasil, a partir da qual se criava uma imagem do paraíso: lugar perfeito que, através de trabalho e dedicação, seria possível uma pessoa enriquecer ou, pelo menos, tornar-se um pequeno proprietário de terras. Um lugar que possui bom solo produz várias colheitas, como o feijão, milho, café, arroz, uva, amoreiras [...] sendo que alguns desse produtos chegariam a ser colhidos duas vezes ao ano. Existem minas de ouro, diamantes, prata, cristal, mármore, carvão e uma infinita variedade de outros materiais (Poffo, 2013, p. 34).

Havia, também, além da propaganda, a figura dos agenciadores de emigração. Esses se concentravam no nordeste da Itália, mais propriamente no Vêneto. Esta região não foi escolhida aleatoriamente pelos agenciadores. Isso a partir do “imaginário” de que essa população trentina era a ideal para ser colono na América, posto que tinha fama de ser gente que trabalhava muito e era ordeira, principalmente no que tange ao cumprimento de ordens superiores ou de autoridades.

Essa propaganda nascia também de parentes e amigos que vieram nas primeiras leva emigratórias para o Brasil, mais precisamente para Juiz de Fora (MG) e no estado do Espírito Santo, quando chegavam aos tirolese a notícia de uma terra propícia ao sucesso e abundância.

A América como a “cucagna”: terras em abundância, de propriedades dos agricultores, onde não há “siori” e ricos que mandam e colhem sem trabalhar, onde a família camponesa possa estar unida sem necessidade de o pai migrar em todos os outros à

busca de complementação da renda familiar, onde a guerra e o serviço militar não mais atormentam a todos; onde os impostos não seriam escorchantes e injustos como no Trentino (Zanotelli, 2011, p. 63).

Assim, dessa forma, pensamos que por mais difícil que fosse ao trentino, houve em sua saga imigratória uma tendência sempre muito forte de reproduzir no “novo mundo americano (aqui no caso Brasil) sua cultura, ainda que “disfarçado” ora de tedesco, ora de italiano. Assim, pensamos que para o trentino, o processo de mudar para outro continente foi sem dúvida mais penoso, pois havia a necessidade de reproduzir a cultura europeia e ao mesmo tempo reproduzir a sua identidade cultural, política, social e religiosa dentro de comunidades reconhecidas no Brasil como colônias italianas ou alemãs.

Mediante informação colhida junto a Enzo Grosselli (2008), a emigração de tirolese foi maciça a partir dos anos 1840, por razão desses todos fatores.

Uma pesquisa realizada por volta dos anos '40 estabeleceu que cerca de 17.000 trentinos emigravam sazonalmente para fora da Província em busca de trabalho, sobretudo em direção às regiões limítrofes do Império, e Battisti calculou que em seguida esta emigração envolveu entre 25.000 e 30.000 camponeses. [...] O fenômeno durou até os anos '90. Não se tratava mais de emigração sazonal de camponeses que conheciam bem a profissão de artesão.

Tratava-se de diaristas, trabalhadores braçais ou “vagabundos”, como eram definidos na época [...]. Espalharam-se em um raio geográfico vastíssimo.

Pesquisas de arquivos revelam que chegaram aos territórios da atual Áustria, Alemanha, França, Suíça, Iugoslávia, Hungria, Romênia (Grosselli, 2008, p. 69).

Grosselli (2008) continua sua análise sobre a migração tirolesa e chega através de análise de correspondência entre migrados e seus familiares para informar os locais para onde foram espalhados trentinos por toda a Europa: Ezergovina, Boêmia, Romênia, Prússia, Baviera, Baden, Piemonte, Vêneto, Lombardia, Hungria, Bósnia, Arlberg, Voralberg, Stiria, Sérvia, Turíngia, Cantão Ticino, Ístria, Croácia, Cantão San Gall, Cantão de Uri, Cantão de Zurique, Saxônia, Westfalia, Wurtemberg, Tirol alemão, região do Mosell. Também em seu estudo, Renzo Grosselli cita também as cidades de onde partiram tais correspondências: Milão, Gênova, Pinerolo, Sesto Fiorentino, Feltre, Verona, Cervo Ligure, Novi Ligure, Alessandria, Trieste, Domodóssola, Florença, Turim, Pavia (esses da atual Itália) e outras pela Europa: Rieden, Lípsia, Bochum,

Ravensburg, Lion, Puerto Blanco, Krupa, Zenica, Graz, Bregenz, Feldkirch, Valenstadr, Salisburgo, Breslávia, Ostirávia, Budapeste, Bucareste, Stuttgart, Sr. Anton, Bellinzona, Calamatos e Estocolmo.

Alguns autores consideram a guerra Franco-Prussiana, de 1870, como fator externo da imigração tirolesa. É o caso por exemplo de Vicenzzi (200), para quem:

Nesse transe difícil, o Governo alemão proibiu toda e qualquer saída do país de seus cidadãos. Doutor Blumenau teve então que recorrer às autoridades austro-húngaras, com o fim de obter a quota de colonos a que era obrigado por contrato com o Governo brasileiro. Viena acedeu ao pedido, colocando à disposição da região do Sul do Tirol, na área de Trento de língua italiana (Vicenzzi, 2000, p. 38).

A instabilidade política que afetava o Tirol italiano também desempenhou um papel significativo no processo de imigração dos trentinos. Com a unificação da Itália, surgiu o desejo de anexar parte do Tirol ao novo Estado italiano, especialmente devido à presença de uma população de língua italiana na região.

Essa instabilidade gerava insatisfação entre os tirolezes que preferiam permanecer sob a administração da monarquia austríaca. A administração austríaca oferecia uma maior consonância com os aspectos políticos, culturais e religiosos que eram importantes para os habitantes da região, fazendo com que muitos desejassem continuar sob a tutela do Império Austro-Húngaro.

No entanto, essa questão foi resolvida apenas após o final da Primeira Guerra Mundial, quando o Império Austro-Húngaro foi desmembrado e a nova configuração geográfica da Europa, moldada pelos interesses do capitalismo dominante, incluiu o Tirol na Itália.

Além disso, políticas de incentivo à imigração promovidas pelos países receptores também contribuíram para o fluxo migratório. Um exemplo disso foi a colaboração entre o governo de São Paulo e a Sociedade Promotora da Imigração que firmou contratos para trazer tirolezes para trabalhar nas fazendas de café no Brasil. Essas iniciativas de estímulo à imigração, promovidas pelos governos dos países receptores, foram um fator externo importante que impulsionou a emigração dos tirolezes.

O Estado de São Paulo pagava 75.000 réis por adulto, a metade pelos meninos de 7 a 12 anos e um quarto pelas crianças de 3 a 7. A mesma quantia podia ser conseguida por quem chegasse sem viagem paga [...] Em outro trecho, aparece o papel do interventor do governo no processo de destinação dos imigrantes para as fazendas do interior: “Concluído o acordo com cada fazendeiro, os colonos eram levados de trem, à causa do governo de São Paulo, até as respectivas fazendas [...] (Correr, 2014, p. 56 *apud* Trento, 1988, p. 111).

Outro fato, a ser considerado no processo exógeno de imigração tiroleza, constitui-se nas redes sociais no processo imigratório. Essas redes sociais se constituíam na relação entre os que já estavam na América e de certa forma estabilizados, para não dizer que estavam prósperos em seus anseios econômicos, de trabalho e de posse ou propriedade de terra, e os que ainda permaneciam na Europa, um pouco mais cautelosos em mudar de país e de vida. Mas essas redes foram bastante importantes para convencer os mais resistentes a virem e a se aventurarem para “fazer a América” também.

[...] central para compreender como, mesmo com a escassez de trabalho e com o fim dos acordos bilaterais entre Estados, os fluxos permanecem contínuos por muitos anos, sendo, muitas vezes, quase impossível cessá-los, mesmo com restrições legais. Essas redes ligam pessoas nos países de destino e de origem, constituindo-se em pontos de apoio para o imigrante [...]. Quando a família de Rosa Pompermayer e Jacob Correr partiu para o Brasil, outros tirolesees parentes destes já haviam emigrado e se dirigido para a mesma fazenda à qual se destinavam os novos imigrantes (Correr, 2014, p. 58).

Essas redes sociais são muito bem tratadas e demonstradas pela historiadora Mayra Inês Vendrame (2016), posto que em sua obra intitulada “O poder na Aldeia” ela faz muitas referências de como se dava esse processo. Pois na opinião da mencionada autora essa integração também foi possível à medida que as famílias precursoras na chegada ao “novo mundo” foram essenciais para o enquadramento e acolhimento dos que vieram depois.

Depois da identificação e entendimento das ações cotidianas é possível compreender processos mais amplos como as formas de integração, o ajustamento num novo espaço e a capacidade dos indivíduos de se inserirem em redes formais que garantissem maiores recursos no campo político e econômico (Vendrame, 2016, p. 175).

André Bortolazzo Correr (2014), em sua dissertação de mestrado na Universidade de São Paulo, corrobora a análise de Vendrame ao afirmar que, quando a família de Rosa Pompermayer e Jacob Correr imigrou para o Brasil, outros tirolesees já haviam se estabelecido na mesma fazenda para a qual os novos imigrantes se dirigiam (Correr, 2014, p. 58).

Assim, tanto as causas extrínsecas quanto as intrínsecas foram cruciais para a emigração dos tirolesees, mesmo na ausência de incentivos ou apoio por parte do governo do Império Austro-Húngaro. Na verdade, o Império se opôs ativamente a essa emigração, adotando uma postura até mesmo agressiva. Os súditos que desejavam emigrar eram obrigados a arcar com todas as responsabilidades associadas e, além disso, tinham de renunciar à sua cidadania imperial, evidenciando o desagrado do Estado austro-húngaro em relação a essas iniciativas. Apesar dessas restrições, a falta de emprego, a miséria social e econômica e a ausência de perspectivas, especialmente no que diz respeito à posse de terra, impulsionaram uma significativa parcela dos tirolesees ao autoexílio.

3.3 CONDIÇÕES POLÍTICAS E ECONÔMICAS DO BRASIL IMPERIAL RECEPTOR DE IMIGRANTES

Agora vamos analisar as causas do processo migratório dos tirolesees sob a perspectiva do Brasil, como país receptor de imigrantes europeus, incluindo os oriundos do Tirol, que

muitas vezes eram erroneamente classificados como alemães, austríacos ou italianos, em vez de tirolese.

Na segunda metade do século XIX, o Brasil, assim como outros países sul-americanos, era predominantemente um produtor e exportador de produtos agrícolas, enquanto importava uma quantidade significativa de produtos industrializados, especialmente do parque industrial britânico.

No Brasil meridional, havia uma demanda crescente por trabalhadores rurais, pedreiros e outros operários. Essa necessidade era impulsionada pela rápida expansão e urbanização de centros urbanos como Rio de Janeiro e São Paulo, além da implantação e expansão da rede ferroviária.

Mormente após a abolição da escravidão, em 1888, foi sobretudo a partir de São Paulo que se tentou atrair imigrantes europeus, através de assim chamadas passagens gratuitas. O valor dessas passagens era adiantado pelo governo paulista ou por companhias de colonização ou de navegação, e deveria ser restituído passado certo prazo. Dava-se preferência à migração de famílias numerosas, pois estas, enquanto “unidades familiares”, eram menos flexíveis e podiam ser mais facilmente exploradas, justamente na cafeicultura (Prutsch, 2008, p. 9).

A partir da década de 1850, a emigração começou a se transformar em um negócio altamente lucrativo. Além de beneficiar os países receptores de mão de obra, a emigração também gerava lucro para empresas de transporte marítimo, empresas de colonização e companhias ferroviárias. Para os países exportadores de mão de obra, a emigração oferecia uma solução para o desemprego, subemprego e miséria que causavam graves problemas sociais e econômicos, uma vez que não havia uma solução imediata para essas questões.

Como uma nova fonte de comércio e lucro, foi criada uma rede de agentes e intermediários responsáveis pela exportação de trabalhadores que recebiam uma comissão por cada emigrante que conseguiam contratar para empreendimentos além mar. Campanhas de propaganda para recrutamento de emigrantes eram frequentemente organizadas na Europa e contavam com o apoio de figuras proeminentes nas cidades e vilarejos, como padres, professores e estalajadeiros (Prutsch, 2008, p. 9). Esses intermediários eram remunerados por facilitar o processo emigratório que se expandia rapidamente.

Assim como o “fanático João Solerti, outros padres trabalharam a favor da imigração para a América, e igualmente foram denunciados pelas autoridades policiais como agentes “clandestinos”. Durante as pregações religiosas, os sacerdotes não se limitavam a apenas orientar os paroquianos sobre as facilidades que encontrariam no além-mar, caso decidissem abandonar a península. Colocavam-se como agentes organizadores das viagens, recebendo inscrições dos camponeses montando listas com nome, idade e número de membros de cada família, encaminhando, por fim, os interessados para o porto de Gênova”. [...]. Assim como ele, outros faziam parte da

rede de mediadores locais que atuavam nas comunas da região do Vêneto, constituindo “ponte” entre as famílias camponesas e as empresas marítimas de Gênova que levavam os italianos à América. Os padres se destacaram no estabelecimento de um circuito de troca de cartas para obter informações e garantias junto às empresas de navegação (Vendrame, 2016, p. 124).

O processo de propaganda e recrutamento de emigrantes era altamente sofisticado. Cartazes atraentes retratavam a América como um lugar de prosperidade, com terras férteis e amplos espaços para trabalho e crescimento econômico. Essas campanhas publicitárias eram amplamente divulgadas em jornais, folhetos bem elaborados e até mesmo inseridas em livros de orações religiosas.

Para ilustrar essa prática, apresentamos um trecho do romance de Remy Valduga, onde, em uma das passagens, um padre fictício faz propaganda e incentiva seus fiéis a atravessar o Oceano Atlântico para emigrar para a América e "construir um novo mundo".

Veja o trecho a seguir:

O sacerdote sabe que ultimamente não apenas em Rovereto, mas em toda região do Trento, não se fala em outra coisa senão na emigração. Para alguns, o caminho de uma nova vida, a busca do ideal de liberdade. Para outros, uma verdadeira utopia, completamente dominados pelo medo e pela incerteza sobre o que encontrarão na nova pátria. Inspirado pela gigantesca imagem impressa no vitral à sua frente, onde Moisés estende seu bastão para separar as águas do Mar Vermelho, diz com voz forte e segura: - Meus irmãos, volto a lhes falar sobre o mesmo assunto de domingo passado. Afinal, qual é o dever de um vigário para com seus paroquianos? É trabalhar para que todos vivam segundo os padrões da dignidade humana. Não estou induzindo ninguém a deixar o país, porque quem o fizer o fará de livre e espontânea vontade. Mas os anos passam, sucedem-se as gerações e vocês, a exemplo de seus pais e seus avós, até agora só conheceram a miséria e o luto provado pela fome e pela guerra (Valduga, 2012, p. 20).

Assim, portanto, o Brasil do século XIX era um país agrícola, baseado no modelo e na produção latifundiários e com base na mão de obra escravista, contando para isso com a mão de obra africana e afrodescendente. A primeira obtida através do tráfico ilícito de escravos oriundos da África, haja vista que havia limitações legais a esse processo de transposição de mão de obra escravizada, tanto em esfera internacional (o tratado de Aberdeen) como interna, mediante a promulgação da Lei Eusébio de Queirós.

O tráfico negreiro se extinguiu pela Lei Eusébio de Queiroz, em 1850. Em 1855, ocorreu o último desembarque de escravos em Pernambuco. Era por meio desse comércio que se fornecia mão-de-obra à economia colonial. Até a metade do século XVII, a maior parte dos negros ia para os engenhos de açúcar de Pernambuco e da Bahia. No século XVIII, a descoberta de ouro em Minas Gerais deslocou o centro dinâmico da economia para o sul, e os escravos passaram a ser enviados preferencialmente para essa região (Leme, 2001a).

Por meio da Lei Eusébio de Queiroz, promulgada em 1850, o tráfico negreiro foi formalmente proibido no Brasil, tornando-se ilegal, exceto em casos de contrabando. Esse marco determinou o fim do desembarque legal de africanos escravizados na província de Pernambuco, embora o tráfico clandestino continuasse. Essa tentativa de eliminar o fornecimento de mão de obra escravizada visava a acabar com uma prática que, desde os tempos coloniais, tinha sustentado a economia brasileira.

Até meados do século XVII, esse comércio brutal abastecia os engenhos do Nordeste, especialmente em Pernambuco e Bahia. Posteriormente, muitos africanos escravizados foram redirecionados para o trabalho na extração de minérios em Minas Gerais, refletindo uma mudança no centro econômico do país para o sul. Nesse período, o Rio de Janeiro e Vila Rica (atualmente Ouro Preto) se tornaram importantes centros de compra e venda de escravizados.

Durante o processo de abolição, outras legislações surgiram com o objetivo de combater a escravização. A Lei do Ventre Livre, de 1871, foi um exemplo notável, pois garantia a liberdade dos filhos de escravos nascidos a partir daquela data. Com o tempo, além das mudanças legislativas, a abolição passou a ser uma causa amplamente apoiada pela opinião pública, ganhando cada vez mais simpatia e apoio social no Brasil.

A partir de 1880, essa campanha tomaria força redobrada com a fundação de inúmeras sociedades abolicionistas, como a Sociedade Brasileira Contra a Escravidão, no Rio de Janeiro. Em 1882, começaram as libertações espontâneas. Em 1884, o Ceará tornou-se a primeira Província a extinguir a escravidão em seu território. Em 28 de setembro de 1885, era assinada a Lei dos Sexagenários, libertando escravos com mais de sessenta e cinco anos de idade. Cresceu o movimento pela emancipação total, com a promoção de manifestações públicas e a organização de fugas em massa de escravos pelos abolicionistas. Finalmente, a 13 de maio de 1888 era assinada a Lei Áurea pela Regente do Império, a Princesa Isabel, acabando com a escravidão negra em todo território nacional (Leme, 2001a, p. 34).

Mediante o descrito modo de produção agrícola vigente no Brasil imperial, produzia-se para o mercado internacional o açúcar proveniente da cana e o café, entre outros produtos (esses em menor escala, como algodão, tabaco e charque) para o mercado internacional europeu ou norte-americano, nossos principais compradores.

Mas o Brasil não podia continuar nessas mesmas condições de produção que sustentaram o país por quase todo o transcorrer do século XIX e, assim, havia um desejo de mudanças nessa situação.

Na década de 1870, os fazendeiros percebendo que a campanha abolicionista deflagrava no Brasil, seguida por leis que aos poucos foram cerceando a facilidade na aquisição e manutenção de escravos, partiram a procura de imigrantes estrangeiros para trabalharem na lavoura, em substituição aos escravos negros (Leme, 2001a, p. 34).

Essas mudanças eram queridas, tanto pelo imperador do Brasil, muitos latifundiários, republicanos e antiescravistas e de uma certa burguesia que aos poucos ia nascendo nos seios de algumas cidades espalhadas pelo “Brasil afora”.

Vários motivos desencadearam a necessidade da imigração para o Brasil. O primeiro fato era relativo à realidade existente entre o Brasil Colônia e o Brasil Império, à medida que crescia o movimento de libertação dos escravos. As províncias começavam a perder os fortes braços negros para o duro trabalho da terra e da fazenda. Os trabalhadores eram prioritariamente indispensáveis e fundamentais para a economia em geral. A libertação da escravatura forçava o governo brasileiro a tomarem novas medidas para a substituição dos negros nas lavouras e, conseqüentemente, nas ricas casas dos fazendeiros (Cani, 2011, p. 30).

À medida que o tráfico negreiro foi banido do Brasil (o que passou a ocorrer de forma apenas ilegal), houve o último desembarque de negros escravizados, na província de Pernambuco. Numa tentativa, ainda que não total, de acabar com o fornecimento de mão de obra que vinha desde os tempos do Brasil colonial e que fomentou a economia da Colônia brasileira. Até meados de 1650, esse bárbaro comércio atendeu o abastecimento de mão de obra para os engenhos do Nordeste brasileiro, em maior quantidade para Pernambuco e Bahia. Depois, muitos escravizados passaram a ser enviados para o trabalho na extração de minérios em Minas Gerais, havendo um certo deslocamento ou amplitude do centro da economia mais para o sul, havendo grande intercorrência de venda e compra de mãos escravizadas no Rio de Janeiro e Vila Rica (atual Ouro Preto). Em processo para banimento da escravização no Brasil, ocorreram outras legislações que procuravam timidamente a extinção dessa prática em território brasileiro. É o que ocorreu com a Lei do Ventre Livre em 1871 que tornava livres todos os filhos de escravos que viessem a nascer no território do império brasileiro, a partir daquela data. Aos poucos, além da legislação a abolição se tornava uma campanha de apelo popular, que ganhava a cada dia mais simpatia da opinião pública brasileira a respeito dessa necessidade de caráter social.

Até meados do século XVII, esse comércio brutal abastecia os engenhos do Nordeste, especialmente em Pernambuco e Bahia. Posteriormente, muitos africanos escravizados foram redirecionados para o trabalho na extração de minérios em Minas Gerais, refletindo uma mudança no centro econômico do país para o sul. Nesse período, o Rio de Janeiro e Vila Rica (atualmente Ouro Preto) se tornaram importantes centros de compra e venda de escravizados.

Durante o processo de abolição, outras legislações surgiram com o objetivo de combater a escravização. A Lei do Ventre Livre, de 1871, foi um exemplo notável, pois garantia a liberdade dos filhos de escravos nascidos a partir daquela data. Com o tempo, além das

mudanças legislativas, a abolição passou a ser uma causa amplamente apoiada pela opinião pública, ganhando cada vez mais simpatia e apoio social no Brasil.

Na então província de São Paulo, os escravos aos poucos foram sendo substituídos pelos trabalhadores oriundos da Europa. Nas províncias de Minas, Espírito Santo e Rio de Janeiro, os negros forros passaram a trabalhar na lavoura a título de assalariados e os imigrantes foram para o trabalho na lavoura por intermédio de sistemas de parcerias. Legalmente, o primeiro governo a se preocupar em fazer do Brasil um lugar receptor de imigrantes a serem assentados em colônias com o intuito de povoar o Brasil foi Dom João VI que, a partir do momento que transferiu a Corte portuguesa de Lisboa para o Brasil, em virtude da ameaça configurada de invasão francesa ao reino português e passou a residir na cidade do Rio de Janeiro, publicou os primeiros decretos no sentido de trazer “outros povos” para trabalhar na “nova corte” portuguesa. As razões para Dom João gestar uma política de colonização no Brasil tinha por desiderato algumas razões, as quais podemos elencar: a) razão de ordem econômica, pois só o governo poderia conceber e preparar um plano conjunto com países emigratórios para tal ensejo; b) as terras livres no Brasil pertenciam de direito à Coroa que tinha o poder sobre elas; c) o recrutamento de imigrantes e a instalação desses colonos ficaria a encargo da Coroa; d) ao se instalar imigrantes em pequenas propriedades havia pela primeira vez no Brasil uma nova forma de ocupação da terra que não fosse os latifúndios e afeita ao trabalho escravo, seja indígena seja por negros africanos.

Na então província de São Paulo, os escravos começaram a ser gradualmente substituídos por trabalhadores europeus. Nas províncias de Minas Gerais, Espírito Santo e Rio de Janeiro, os negros forros passaram a atuar na agricultura como assalariados, enquanto os imigrantes europeus foram empregados na lavoura por meio de sistemas de parceria.

O primeiro governo a efetivamente promover a imigração para o Brasil, a fim de ocupação e desenvolvimento do território, foi o de Dom João VI. Após transferir a Corte portuguesa de Lisboa para o Brasil em 1808, devido à ameaça de invasão francesa ao reino português, e estabelecer-se na cidade do Rio de Janeiro, Dom João VI publicou decretos para atrair "outros povos" para trabalhar na "nova corte" portuguesa.

As razões que motivaram Dom João VI a implementar uma política de colonização no Brasil incluíam:

- a) **Razão econômica:** Somente o governo tinha a capacidade de formular e coordenar um plano com países emissores para tal fim.

- b) **Propriedade das terras:** As terras disponíveis no Brasil pertenciam legalmente à Coroa que detinha o poder sobre elas.
- c) **Responsabilidade pela imigração:** O recrutamento e a instalação dos imigrantes eram responsabilidades da Coroa.
- d) **Nova forma de ocupação:** A instalação de imigrantes em pequenas propriedades introduziu, pela primeira vez no Brasil, uma forma de ocupação da terra distinta dos latifúndios e da prática de trabalho escravo, seja indígena seja africano.

Formou-se uma classe dirigente que começou a agir de acordo com a “ótica” brasileira, tentando e conseguindo espaços de manobra independentes de Lisboa. Iniciou-se também a ação no sentido de uma modificação da sociedade, com a abertura gradual à imigração europeia, e com a tentativa de favorecer o surgimento, ao lado do latifúndio, da pequena propriedade (Grosselli, 2008, p. 103).

Uma das principais razões para o insucesso das iniciativas de imigração foi a forte resistência dos grandes proprietários de terras, que eram, ao mesmo tempo, latifundiários e escravocratas.

Após a independência, houve a primeira tentativa de trazer trabalhadores rurais europeus para o Brasil, com destaque para o envio de imigrantes alemães em 1828 para a colônia que hoje corresponde à cidade de São Leopoldo, no Rio Grande do Sul, situada a poucos quilômetros de Porto Alegre. Essa colônia foi fundada por açorianos que chegaram ao Brasil no final do século XVIII.

A partir da segunda metade do século XIX, as pressões externas e internas para acabar com o tráfico de escravizados, impulsionadas pela Inglaterra e por políticos antiescravistas que se manifestavam na imprensa brasileira, levaram o Império a considerar a implementação de uma política de imigração. O objetivo era trazer mão de obra agrícola livre e branca para o Brasil, em substituição ao trabalho escravo.

Desde o início do século XIX, a campanha pela abolição do tráfico encontrara adesão da maioria dos países. A Inglaterra, que em 1807 havia proibido tal comércio em todas as suas possessões [...]. O Brasil e Portugal resistiram durante muito tempo à pressão inglesa [...]. Em 1822, a mediação da Inglaterra para o reconhecimento da independência política do Brasil fora decisiva. Em troca, exigira, do Brasil. A abolição definitiva do tráfico. Em 1826, o Brasil assinou a lei da abolição do tráfico, mas foi promulgada somente em 7 de novembro de 1831. A abdicação do Imperador e a subida ao poder da classe interessada na manutenção do tráfico fez, dessa lei, mais uma vez, uma letra morta [...]. Assim, o tráfico de escravos, oficialmente proibido, continuou de forma intensiva, atingindo uma média anual de 50.000, entre os anos de 1840 a 1850 (Manfroi, 1975, p. 25).

Com o advento da produção cafeeira, primeiro nas fazendas localizadas na então província do Rio de Janeiro (Vassouras, Resende, Paraíba do Sul, Itaperuna etc.), e depois

avançando pelo Vale do Paraíba no Estado de São Paulo (Taubaté, Pindamonhangaba, Lorena, Guaratinguetá e outras) até chegar às terras “roxas” cobertas de cobaltos no nordeste e norte do estado de São Paulo, onde destacamos Ribeirão Preto e adjacências, há necessidade da abertura de novas frentes de trabalho.

Os preços do café conheceram um longo período de expansão, que se acentuou quando a Europa, com o fim das guerras napoleônicas, aumentou novamente a sua demanda de produtos tropicais. A terra brasileira revelou-se ideal para o produto, que em trinta anos tornou-se o principal item de exportação. Dadas as características típicas da cultura, o baricentro econômico deslucou-se em direção ao centro do país, na vasta região entre o Rio de Janeiro e os Estados de São Paulo e Minas Gerais (Grosselli, 2008, p. 107).

Enquanto o café era produzido na província do Rio de Janeiro e no Vale do Paraíba, na província de São Paulo, a mão de obra negra escrava, de certo modo deu conta, pois o negro cativo era trazido da região nordestina do Brasil, numa espécie de tráfico de cabotagem, ou tráfico interno de escravizados.

No entanto, a partir da abertura de frentes agrícolas para a produção do “ouro negro” nas fazendas que iam de Campinas até Franca, houve a necessidade de farta e abundante mão de obra, a qual a demanda de escravos internos não dava conta de suprir e a legislação interna e externa não permitia ao Brasil trazer mais escravizados da África, apesar de ocorrer ainda o tráfico ilícito dessa mão de obra, essa, agora, muito restrita e ainda mais cara para aqueles que quisessem adquirir escravizados para o trabalho agrícola.

“O Brasil do café”! Essa famosa frase proclamada no Parlamento nos meados do século XIX era um reflexo da euforia causada pela expansão e evolução do “Império do Café”. Os acontecimentos políticos e sociais obedeciam aos interesses desse soberano da economia brasileira. São Paulo, o grande produtor do ouro negro, tornara-se o centro político e econômico do país. A abolição do tráfico coincidiu com o início da expansão da cultura do café. Ora, o café, mais que o açúcar, exigia uma importante mão-de-obra (Manfroio, 1975, p. 26).

Começava a surgir entre os fazendeiros paulistas a necessidade de encontrar uma nova fonte de mão de obra para atender às crescentes demandas das fazendas de café que se expandiam rapidamente na província de São Paulo.

A busca por trabalhadores na Europa focou especialmente em países que enfrentavam altos índices de desemprego, declínio nas produções agrícolas devido a fatores climáticos ou conflitos, ou que estavam envolvidos na complexa transformação promovida pela Segunda Revolução Industrial. Naquele momento, países como Inglaterra, França, Holanda e a recentemente unificada Alemanha estavam passando por essas mudanças. Outras regiões da Europa também enfrentavam dificuldades semelhantes, com excedentes de trabalhadores que

estavam "famintos e sem perspectivas de futuro". Entre esses grupos, destacavam-se muitos italianos, poloneses, eslavos, russos, ucranianos e alemães, além de tirolezes, especialmente aqueles de língua italiana, mas também aqueles que falavam alemão e ladino.

Foi um político brasileiro de grande influência econômica, o senador Nicolau Vergueiro, que iniciou o processo de recrutamento de trabalhadores europeus para suas fazendas de café no Brasil. Vergueiro trouxe os primeiros imigrantes para sua propriedade, a Fazenda Ibiacaba, localizada no que hoje é o município de Limeira, na época parte da comarca de Campinas, no estado de São Paulo.

Em 1847, o Senador introduziu, em sua fazenda, 80 famílias alemãs, num total de 400 pessoas. O recrutamento foi organizado, em Hamburgo, pelo cônsul geral do Brasil, Marcos Antônio de Araújo. O governo brasileiro adiantara ao Senador Vergueiro a soma necessária para o transporte dos imigrantes (Manfroi, 1975, p. 27).

A partir da experiência pioneira de Nicolau Vergueiro, outros fazendeiros começaram a se aventurar na "importação" de mão de obra europeia. Muitos acreditavam que a forma mais adequada e "justa" de manter os novos trabalhadores seria através do regime de parceria, conforme feito por Vergueiro. À primeira vista, essa modalidade parecia vantajosa para ambas as partes envolvidas. No entanto, com o tempo, revelou-se extremamente prejudicial para os imigrantes colonos. Como observou Leme (2001, p. 46), "o imigrante, ou seja, o colono, ficava preso aos patrões, quase na condição de escravo, sem perceber que o fazendeiro o conduzia numa típica sociedade escravocrata".

Outro fator determinante para a promoção em larga escala da imigração de europeus e asiáticos para o Brasil, especialmente a partir da segunda metade do século XIX até o início do século XX, foi a intenção das autoridades brasileiras e da elite proprietária de terras de promover o "branqueamento" da população brasileira.

Durante os debates políticos da década de 1870, a pauta incluía questões como o café, a abolição da escravidão, a ocupação de novas terras, a implantação da república e a Guerra do Paraguai. A importância crescente dos militares brasileiros, após o "êxito" da guerra que devastou o país vizinho, também era um tema relevante. Além disso, uma nova questão emergia: a construção da identidade nacional e as implicações raciais dessa construção.

Essa discussão ocorria à luz de teorias então consideradas científicas, que defendiam a superioridade do homem branco, além de afirmarem que a miscigenação entre diferentes raças humanas causava degeneração. Em regra, os intelectuais brasileiros assimilavam essas ideias sem qualquer contestação e questionavam apreensivos como o Brasil se desenvolveria, uma vez que o país era constituído em sua maioria por uma população não branca – negros, indígenas e mestiços (Santos, 2018).

A esteira dessas teorias racistas, advindas da Europa e dos Estados Unidos, ligava-se à elite econômica e intelectual brasileira, pois caía aqui como uma luva toda teoria que permitisse aos que conduziam nossa política naquela época legitimar e tornar natural as hierarquias sociais existentes e concluir que a nação brasileira era composta, em sua maioria, por população racialmente inferior, posto que era composta de negros, mestiços e índios.

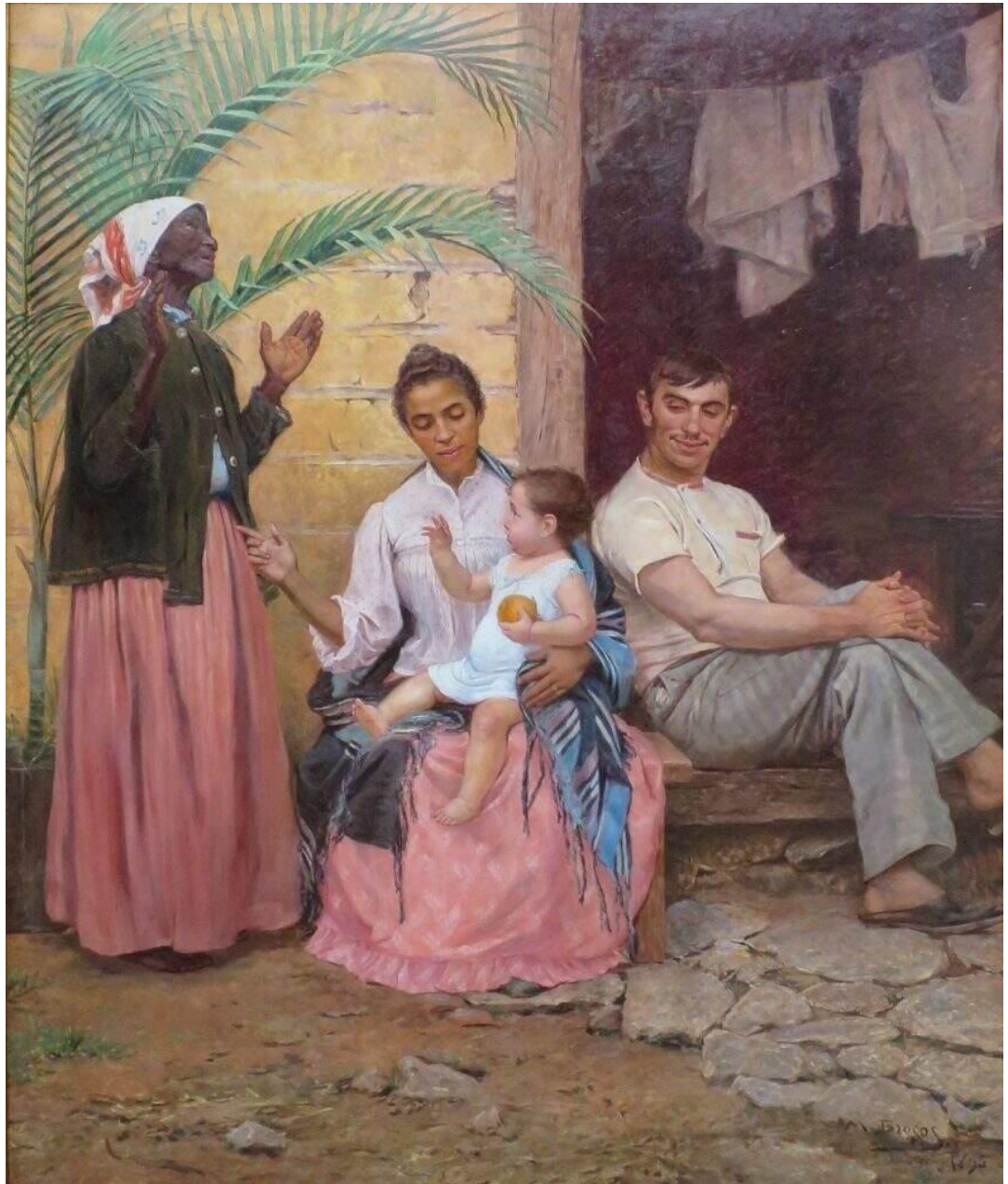
Para essa “elite pensante” a única solução para vencer essa nossa “sub-raça” era a tese de branqueamento da população brasileira, como medida de limpeza étnica, eugênica ou coisa que valha. Conforme o apontamento de Lilia M. Schwarcz (1996, p. 89): “A saída foi imaginar uma redescoberta da mesma nação, selecionar e digerir certas partes da mesma teoria, com a evidente obliteração de outras; enfim, prever ‘um modelo racial particular’”.

Assim nesse processo de branqueamento da população brasileira, uma das maneiras de fazê-lo foi o grande número de imigrantes que vieram da Europa para cá, principalmente para o estado de São Paulo e o Sul do Brasil (Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul), não se desprezando também levas de imigrantes que foram para o interior de Minas Gerais, Espírito Santo, Rio de Janeiro e uns poucos para o Nordeste brasileiro.

O Branqueamento na prática, várias ações foram tomadas para promover o processo de branqueamento, sobretudo na província que contava com maior dinamismo econômico: São Paulo. Um número apontado pelo historiador brasilianista George Reid Andrews joga luz a esse fato: Entre 1890 e 1914, mais de 1,5 milhão de europeus cruzariam o Atlântico rumo a São Paulo, com a maioria (63,6%) das passagens pagas pelo governo do Estado (Andrews, 1998, p. 98).

Esse processo engendrado para a busca do branqueamento da população do Brasil só teve fim a partir do final da República Velha (1889-1930), quando a questão da identidade dos brasileiros e o Brasil como nação passou a ser vista “teoricamente” como a existência de uma “democracia racial”, onde haveria uma relação de cordialidade entre as várias raças que viviam no Brasil, processo teórico construído principalmente pela obra “Casa Grande e Senzala” da lavra do sociólogo e antropólogo brasileiro Gilberto Freyre, cuja teoria foi combatida a partir da década de 1970 pelo sociólogo Florestan Fernandes e pelo historiador Thomas Skidmore.

Imagem 5 – Pintura: a redenção de Cã – Modesto Brocos



Fonte: Banco de imagem Google Arts and Culture A redenção de Cã (1895) de Modesto Brocos

A pintura de Modesto Brocos, intitulada “A redenção de Cã” (1895) foi utilizada na época para indicar a seguinte tendência demográfica no Brasil: Boletim Estatístico Sobre Povoamento no Século XIX.

Gráfico 1 – Gráfico evolução da população conforme a etnia



Entrada de Imigrantes no Estado de São Paulo entre 1827 e 1929

Ano	Número de Imigrantes
1827-1884	37.481
1885-1889	168.127
1890-1899	735.076
1900-1909	388.708
1910-1919	480.509
1920-1929	712.436
Total	2.522.337

Fonte: “Movimento Imigratório do Estado de São Paulo”, *Boletim da Diretoria de Terras, Colonização e Imigração*, nº1, São Paulo, 1937.

Boletim da DTIC sobre a entrada de imigrantes no Estado de São Paulo 1827-1929.

Talvez outros países da América, como a Argentina, Uruguai, Chile e EUA, oferecessem aos emigrantes tirolezes até melhores condições de ampará-los, mas, no entanto, essa não foi a

escolha deles, ainda que as condições de clima, vegetação e de ofertas de trabalho fossem mais sedutoras, pois o vir para o Brasil que no imaginário dos emigrantes, era terra de animais peçonhentos, índios bravios e clima muito quente, seria mais propício, pois aqui pelas dimensões do país, seria o lugar mais fácil de eles se tornarem proprietários de um torrão de terras, coisa jamais imaginável no seio da sociedade a que pertenciam. Essa “ilusão” de certa forma fez com que a grande maioria emigrasse para o Brasil, para aqui se “fazer a América”.

E assim, esse pedaço de terra foi conquistado seja de forma direta, como ocorreu na maioria das colônias de tirolezes no Brasil, seja de forma indireta, como ocorrera no interior do estado de São Paulo, ao conseguirem a aquisição das fazendas, de forma cooperativa, de Santa Olímpia e Santana.

4 O PROCESSO E A EVOLUÇÃO DA IMIGRAÇÃO TIROLESA NO BRASIL

Neste capítulo, pretendemos trabalhar a história dos imigrantes tirolese, a partir de sua chegada ao Brasil, explorando a trajetória dos primeiros imigrados ao Brasil.

Serão abordadas informações sobre os primeiros tirolese que chegaram ao Brasil, os locais e regiões que receberam esses imigrantes, a quantidade total de tirolese que se estabeleceram aqui e como foram frequentemente confundidos com imigrantes italianos, austríacos e alemães. Esse equívoco histórico foi progressivamente corrigido, à medida que os tirolese iam construindo a identidade na nova terra.

Estatísticas e registros indicam que, a partir da década de 1870, a imigração de austríacos para o Brasil ganhou importância. De acordo com Grosselli (2008), podemos destacar os seguintes números relacionados ao fluxo de imigrantes provenientes do norte da Itália e do sul da Áustria:

Entre 1872 e 1914, entraram no Brasil 78.358 austríacos e, destes, 27.463 seguiram para São Paulo. Segundo os dados de Sobral, estes últimos foram 1562 a mais. Baseando-nos sempre sobre estas estatísticas e considerando a falta de dados para os anos de 1876 e 1881, podemos tranquilamente supor que cerca de 30.000 cidadãos pertencentes ao Império Austro-Húngaro tenham emigrado para São Paulo durante o período considerado. Mas [...] os erros existentes nessas fontes estatísticas nos sugerem pensar em um número maior de austríacos emigrados, seja em São Paulo como em todo o Brasil. Poderemos, pois verossimilmente colocar entre 35.000 a 40.000 os austríacos que entraram em São Paulo no período por nós considerado (Grosselli, 2008, p. 154).

De acordo com Leopoldino (2014), os imigrantes austríacos mencionados por Grosselli "não eram todos tirolese, mas pertenciam a diversas etnias do Império Austro-Húngaro", incluindo alemães da Áustria, romenos da Romênia e da Hungria, poloneses, húngaros, eslovenos, croatas, italianos (friulanos e trentinos), tchecos e eslovacos.

No entanto, a maioria desses imigrantes era de tirolese de língua italiana que professavam o catolicismo romano. Esses tirolese se estabeleceram principalmente em São Paulo e em outras colônias do Brasil, como Minas Gerais, Espírito Santo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

Os dados sobre o número exato de trentinos que emigraram para o Brasil são imprecisos e controversos, com muitas divergências entre os pesquisadores. Em nossa opinião, esse é um aspecto que merece uma investigação mais aprofundada. No entanto, existem informações não totalmente precisas que sugerem que mais de trinta mil emigrantes do Tirol vieram para o Brasil.

O quadro mais detalhado e confiável sobre os números de imigrantes do Tirol é apresentado por Úrsula Prutsch. Em seu artigo intitulado "A Emigração de Austríacos para o

Brasil (1876-1938)”, Prutsch fornece dados mais comprováveis e abrangentes do que outros estudos, incluindo os que constam deste trabalho. Vejamos a seguir:

Devido à já mencionada insegurança a respeito das fontes de informações e às categorizações enganosas, não é mais possível reconstruir com exatidão a distribuição territorial de muitos dos migrantes. O certo é que eles se fixaram, sobretudo, nas províncias, depois Estados, da região Sul do Brasil, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Adicionando-se os seus descendentes, segundo cálculos dos diplomatas austríacos, por volta de 1916 aproximadamente 30.000 austríacos viviam em São Paulo. Friederich Sommer fala em São Paulo, Pariqueira Assú, Sabaúna, Piaguí e a capital de São Paulo como locais de residência de austríacos de fala alemã. Em Jorge Tibiriçá,

Campo Belo, Santo Amaro, Vila Mariana, Campinas, Rio Claro, Capivari, Amparo e Piracicaba viviam austríacos de diversas nacionalidades; em Santana e Santa Olímpia, por exemplo muitos provenientes do Tirol do Sul. Entre 70.000 e 80.000 emigrantes da porção austríaca do Império viviam no Estado do Paraná, dentre os quais 40.000 a 45.000 devem ter sido rutenos e entre 26.000 e 30.000, poloneses. Em Curitiba havia uma Sociedade Filantrópica Austro-Húngara, que cuidava dos emigrantes provenientes do Império. Em São Paulo foi fundada em 1913, pouco antes da irrupção da Primeira Guerra Mundial, a Associação Austríaca Donau. Antes dela existira uma associação austríaca com o nome latino de Viribus Unitis. Após uma breve fase de fechamento durante a Grande Guerra, ela foi reaberta em 1919. Seu presidente era o industrial austríaco Theodor Putz, também cônsul honorário da Áustria em São Paulo. Ao redor de 16.000 austríacos viviam em Santa Catarina, e perto de 30.000 no Rio Grande do Sul, em São Bento, Pelotas, Porto Alegre, São Leopoldo, Cruz Alta, Novo Hamburgo e, sobretudo, em Ijuí. O grupo de tirolezes que se estabeleceu na Colônia Tirol, hoje município de Santa Leopoldina, assim como em Vitória, no Espírito Santo, constituiu uma exceção (Prutsch, 2008, p. 10).

A maior parte dos imigrantes tirolezes estabeleceu-se em Santa Catarina, especialmente nos assentamentos oferecidos por Blumenau, fixando-se em cidades como Rio dos Cedros, Rodeio, Timbó, Ascurra e nas áreas circundantes. Alguns migraram para o sul do estado, estabelecendo-se em Nova Trento e São João Batista. Com o tempo, expandiram-se por todo o estado e muitos se dirigiram para a região de Caxias do Sul, no Rio Grande do Sul. Também houve uma migração significativa para o interior dos estados de São Paulo, Espírito Santo, Minas Gerais, Bahia e Paraná.

4.1 OS PRECURSORES

Juiz de Fora, no estado de Minas Gerais, foi o local no qual os primeiros imigrantes tirolezes que aqui aportaram em conjunto com demais nacionalidades europeias, em conjunto com alemães, austríacos e italianos, foram principalmente confundidos e considerados como

originários da Itália².

4.2 A COLÔNIA DOM PEDRO II NOS LIMITES DAS ALTEROSAS

Com o advento da Primeira Revolução Industrial e o surgimento das primeiras máquinas automotrizes, destaca-se, entre as inovações desse período, o trem. No Brasil, mesmo diante do atraso em relação à nova "civilização" que florescia na Europa, o imperador Pedro II vislumbrou a necessidade de construir ferrovias e estabelecer uma malha ferroviária para o futuro do país.

Assim, surgiu a necessidade de construir uma linha férrea que ligasse as montanhas de Minas Gerais à capital do Império, no Rio de Janeiro. Nascia, então, a ferrovia que, em uma primeira etapa, conectaria Juiz de Fora, em Minas Gerais, ao Rio de Janeiro, conhecida como a linha "do capital e da indústria".

A responsabilidade por essa empreitada recaiu sobre Mariano Procópio, que, diante da falta de mão de obra qualificada para a construção, obteve autorização governamental para buscar trabalhadores na Alemanha. Assim, chegaram ao Brasil os primeiros imigrantes tirolese de língua germânica que se estabeleceram na "Colônia Dom Pedro II", criada para receber esses emigrantes e situada em um bairro afastado da então Santo Antônio de Paraibuna (atualmente Juiz de Fora).

A primeira experiência de imigração austríaca no Brasil começou em 1858, com a chegada de tirolese de língua alemã e italiana que se juntaram a colonos alemães na Colônia Dom Pedro II. Esses imigrantes foram contratados pela antiga Companhia União e Indústria para trabalhar na construção da ferrovia ligando Minas Gerais ao Rio de Janeiro. Os contratos entre a Companhia e os colonos eram firmados no porto de Hamburgo, de onde partiam os imigrantes.

Esse grupo representa a primeira leva de imigrantes tirolese no Brasil, que, apesar de terem sido contratados como germânicos, não passaram despercebidos. Eles chegaram em grande número, trazendo consigo uma diversidade linguística que incluía alemão, italiano e ladino.

Os tirolese desembarcaram a partir de 1858 nos navios Gundela e Osnabrück, oriundos de várias localidades do Tirol setentrional (como Fulpmes, Matrei, Reith, Telfs) e

² Na verdade, a historiografia apresenta como o primeiro lugar de chegadas de trentinos no Brasil, na Colônia de Santa Tereza em Juiz de Fora, MG, posto que isso já foi aventado e comprovado acima neste próprio trabalho.

meridional (como Brixen, Cavalese, Kastelruth, Lüssen, Merano), além de Vorarlberg (Feldkirch) que, na época, estava administrativamente unido ao Tirol. Essa imigração marcou o início da presença tirolese no Brasil, e, na chamada "Colônia Alemã" de Juiz de Fora, os tirolezes formavam uma minoria. Ali, estabeleceram a pequena comunidade de Sant'Ana (ou Santana do Tirol), que ainda abriga uma capela e muitos de seus descendentes.

4.3 A COLÔNIA NOVA TRENTO

Um determinado cidadão originário de Trento foi o responsável pela formação da primeira colônia tirolese no atual Estado do Espírito Santo foi Pietro Tabachi.

De história um pouco nebulosa, esse tirolês ao que parece malsucedido nos negócios em Trento, teria fugido do Tirol pois, em virtude de sua falência, não possuía numerário suficiente para arcar com número considerável de credores.

Junto ao Arquivo Público do Estado Espírito Santo descobrimos, de fato, um documento de 1875, no qual o Consulado Austríaco do Rio de Janeiro informa ao Presidente da Província do Espírito Santo que, no processo de liquidação dos bens de Pietro Tabachi, inseria-se também em uma série de credores trentinos que lhe atribuíam dívidas bastante altas e que exigiam juros a partir de 27 de dezembro de 1851 (Grosselli, 2008, p. 170).

A instalação da Colônia Nova Trento, na então província do Espírito Santo, teve início com a aquisição, por Pietro Tabachi, de uma fazenda localizada no município de Santa Cruz, chamada Fazenda "Mont delle Palme".

É importante destacar que a colônia estabelecida por Tabachi não foi a primeira a ter imigrantes tirolezes no estado do Espírito Santo. Segundo Leopoldino (2014), já havia um núcleo conhecido como Tyrol. Wagemmann (1949, p.24) relata que, em 1860, 82 tirolezes de língua alemã haviam se estabelecido na Colônia Santa Leopoldina, com alemães, suíços e holandeses (Leopoldino, 2014, p. 89). Esses imigrantes eram originários do Tirol Setentrional e do atual Sudtirol.

Em 1871, Tabachi concretizou sua ideia de fundar uma colônia de tirolezes na fazenda que possuía. Ele propôs ao Governo Imperial do Brasil um contrato no qual se comprometia a "importar e estabelecer nas terras do Espírito Santo, 30 famílias de imigrantes alemães ou do norte da Europa, ou 150 pessoas treinadas nos trabalhos de agricultura" (Grosselli, 2008, p. 175).

Escreve ao Governo Imperial propondo trazer da Europa 50 (mais tarde 70) famílias de agricultores e localizá-la numa colônia previamente preparada com desmatamento, plantio de milho, feijão, mandioca, batatas e outros cereais para sustentar os colonos nos primeiros tempos, alojamento, 4 e 5 léguas de estrada até o rio Piraque-Assu para

interligar-se com o vilarejo de Santa Cruz e, em troca, pede licença para derrubar 3.500 jacarandás (Zanotelli, 2011, p. 99).

No ano seguinte, o Ministério da Agricultura do governo brasileiro autorizou Tabachi e o presidente da Província do Espírito Santo a firmar o mencionado contrato. Em forma aditiva tal contrato passou a prever a “importação” de setenta famílias e não mais trinta.

Por volta de 1870, em Trento, já existe propaganda para o processo de emigração para a América e principalmente para o Brasil. Envolvendo tirolese urbanos e citadinos.

Já a partir dessa data há procura por passaporte para iniciar o traslado de continentes.

E assim, dessa forma, o traslado de famílias tirolese foi feito. Em 03 de janeiro de 1874, saía do porto de Gênova o navio à vela “La Sofia”. “A bordo havia 388 camponeses, o capelão Dom Domenico Martinelli, de Centa, o médico Pio Limna, de Borgo Valsugana [...] (Grosselli, 2008, p. 177). O primeiro grande grupo de tirolese no Brasil desembarcou no Espírito Santo em 1874, participando de um projeto de imigração que ficou conhecido como Spedizione Tabachi, porque chefiada pelo comerciante tridentino Pietro Tabacchi (?-1874). A expedição Tabachi trouxe para a região 388 lavradores, um religioso e um médico, além de um auxiliar, Pietro Casagrande. A maioria dos imigrantes era oriunda do Tirol Italiano, principalmente de Valsugana, além de três ou quatro famílias vênetas” (Leopoldino, 2014, p. 90).

Após 45 dias de viagem, singrando o oceano Atlântico, o navio La Sofia chega ao Porto de Vitória.

A segunda leva de imigrantes tirolese para o Estado do Espírito Santo partiu do Porto de Havre, na França, em 17 de abril de 1875. Sob contrato com Pietro Tabachi, mais 350 tirolese, entre adultos e crianças, homens e mulheres, chegaram a bordo do navio Rivadávia. As condições de viagem eram precárias, semelhantes às das viagens anteriores que haviam trazido esses imigrantes aventureiros e necessitados.

Após a chegada, os tirolese seguiram para formar a colônia planejada por Tabachi em sua fazenda. Como relata Zanotelli, “Oito dias depois, foram transportados por um barco a vapor até Santa Cruz, que estava a 6 léguas da Colônia Nova Trento na fazenda de Tabachi” (Zanotelli, 2011, p. 103).

Com o tempo, outros núcleos tirolese surgiram nas terras capixabas, incluindo as colônias de Rio Novo, Timbhuy, Cachoeiro, Leopoldina e Castelo. Essas novas colônias foram formadas por imigrantes que inicialmente haviam se estabelecido na Colônia de Tabachi. Algumas famílias se mudaram para a Colônia de Santa Leopoldina, enquanto outros fundaram a Colônia no município de Santa Tereza. Além disso, alguns imigrantes seguiram para o Sul do Brasil, onde já existiam colônias fundadas por italianos, alemães e tirolese.

Segundo Grossielli (2008), uma quantidade significativa de trentinos que inicialmente se estabeleceram no Espírito Santo acabou se transferindo para o Rio Grande do Sul, possivelmente devido à dificuldade de adaptação às condições climáticas e topográficas da região. Corrêa (2018) acrescenta que entre as famílias que se mudaram do Espírito Santo para o Rio Grande do Sul estavam as famílias Loss, Pezzi e Tartarotti, que se estabeleceram nas atuais Bento Gonçalves e Caxias do Sul.

Além dessas colônias, em 1895 havia no Espírito Santo, 8 núcleos: Costa Pereira, Afonso Cláudio e Antônio Prado (com as seções: São Jacinto, Santa Maria, Mutum, Estrada de Baunilha, Baunilha Acima, Baunilha Abaixo e Vila Colatina como centro comercial), Accioly Vasconcellos (com as seções: Pau Gigante, Ubás, Triunfo, Esperança, Treviso, Café e Othelo, tendo Linhares como centro comercial), Moniz Freire (com seções na região do Rio Doce: Cavalinho, Lagoa do Limão, Brasil, 07 de Setembro, 15 de Agosto e Santo Emílio e 06 seções na região de Riacho: Ribeirão, Retiro, Taquaral Santo Antônio, São Gabriel e Gabriel Emílio), Demétrio Ribeiro (com sete seções: Coruxibá, 13 de junho, Clotário, São Carlos, Alto Bérnago, São Benedito e Tranquilo), Santa Leocádia e Nova Venécia (Zanotelli, 2011, p. 94).

Nas pesquisas estatísticas do século XIX são apontadas que, de 1870 a 1855, num espaço de quinze anos, mais de quatrocentos mil trentinos migraram para o Brasil. Em contrapartida, as migrações ocorridas para outros locais foram muito mais tímidas, para não dizer insignificantes: três mil e quinhentas “almas” foram para outros países da América do Sul e um pouco mais de cinco mil migrantes foram para a América do Norte, mais notadamente para os EUA.

4.4 OS TIROLESES NO SUL DO BRASIL

De forma minuciosa, faremos uma pequena incursão sobre a vinda de tirolezes para o Sul do Brasil. E dessa forma podemos destacar tal migração que se estendeu pelos, hoje, Estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e no Paraná.

Segundo Grosselli (1987), Santa Catarina e Rio Grande do Sul foram os destinos preferidos pelos imigrantes trentinos, sendo que a maioria deles foi para Santa Catarina, onde se instalaram em torno de 5000 trentinos nas colônias de Itajaí-Príncipe Dom Pedro e Blumenau. Para o autor, a primeira colônia brasileira a receber trentinos foi Santa Leopoldina, no Espírito Santo; 400 trentinos destinados a outros lugares foram encaminhados para aquela colônia, mas muitos deles [...] pediram e obtiveram a sua transferência para colônias do Rio Grande do Sul (Grosselli, 1987, p. 259).

Para Possamai (2005), sete por cento dos emigrados italianos que vieram para o Sul do Brasil eram trentinos, principalmente das localidades de Fieira di Primeiro, Pérgine e Roveretto.

4.4.1 Os tirolese de Blumenau

Antes de abordarmos a migração tirolese para o município de Blumenau e seus arredores, é essencial fazer um breve relato sobre a formação do núcleo migratório que acolheu imigrantes de diversas origens, como alemães, italianos, tirolese, russos, poloneses, entre outros.

A colônia de Blumenau foi fundada pelo alemão Hermann Bruno Otto Blumenau. Em 1850, ele adquiriu uma área de terras, de duas léguas, habitadas pelos índios Kaigangs e Xoclinggs, localizada nas margens do ribeirão Garcia e do rio Itajaí.

Blumenau estabeleceu uma colônia agrícola nessa área, que não era exclusivamente destinada a imigrantes alemães, mas a europeus de várias origens. Em 2 de setembro de 1850, chegaram ao local as primeiras levas de imigrantes, que se fixaram onde hoje está o município de Blumenau, no estado de Santa Catarina. Aos poucos, foram medidos e demarcados lotes de terra, ao longo dos rios e ribeirões da região, formando a colônia na área concedida pelo governo imperial do Brasil.

Até 1860, a colônia foi de propriedade de Hermann Blumenau. Após esse período, a administração passou para o Governo Imperial, que incorporou a colônia, mas manteve Blumenau na sua gestão. Em 1880, a colônia de Blumenau foi elevada à categoria de município, e em 1886, Blumenau tornou-se uma comarca. Finalmente, em 1928, o município recebeu o título de cidade.

Herança da história de sua colonização, a microrregião de Blumenau possui costumes e tradições únicos. Colonizada no início por alemães, seguidos de italianos e poloneses, também recebeu habitantes do Vale do Rio Tijucas, descendentes de portugueses. Mesmo assim, as cidades da microrregião incorporaram principalmente a cultura alemã e italiana.

Até 1934 o território de Blumenau somava 10.610 km². Hoje se resume a 519,8 km². Trinta e oito novos municípios resultaram de sucessivos desmembramentos. Estes, em conjunto com Blumenau, compõem essa próspera região do Estado de Santa Catarina (Prefeitura de Blumenau[2025]).

Entre os municípios nascidos do desmembramento do município, surge em 1874 o município de Rio dos Cedros³, local de maior afluência de imigrantes tirolese daquela região.

³ Hermann Bruno Otto Blumenau nasceu a 26 de dezembro de 1819, na Alemanha. Estudou farmácia. Em 1846 formou-se em filosofia na Universidade de Erlangen e 27 dias depois da formatura embarcou, no dia 30 de março do mesmo ano para o Brasil. Veio ao Rio de Janeiro e propôs ao governo imperial a formação de uma colônia de imigrantes para explorar o Vale do Itajaí-Açu em 1848, atual cidade de Blumenau e redondezas (Vicenzi, 2000, p. 11-13).

4.4.2 Rio dos Cedros

O atual município de Rio dos Cedros foi o primeiro local ocupado pelos trentinos, ao chegarem à Colônia Blumenau.

O primeiro grupo de imigrantes trentinos a ocupar essa região foi composta de vinte e sete famílias, quinze oriundas de Matarello e doze dos arredores da cidade de Trento. Essas famílias embarcaram no porto de Trieste em dezembro de 1874 e em Itajaí chegaram ao final de janeiro do ano seguinte (1875). Rio dos Cedros faz parte de um desses recantos pitorescos do Vale do Itajaí, situado entre as montanhas e planícies traduzindo um pouco as paisagens do Norte da Itália. Sua altitude varia entre os 75 e 1020 metros. Área de 556 km quadrados, clima mesotérmico, temperatura média: 22 graus (Vicenzi, 2000, p. 10).

Imagem 6 – Mapa do Município de Rio dos Cedros SC



Digitalizado com CamScanner

Fonte: Vicenzi, (2000, p. 22-23).

De acordo com o Padre Mario Bonatti, as primeiras famílias a se estabelecerem em Rio dos Cedros foram: “Bertold, Bonatti, Carlini, Filipi, Marchetti, Nardelli, Perini, Piseta, Tafner e Uber” (Bonatti; Lenzi, 2006, p. 53).

Esses imigrantes, como era comum na época, foram frequentemente confundidos com pomeranos, ou seja, alemães da região da Pomerânia que fundaram Pomerode, também no estado de Santa Catarina, na região de Blumenau.

Em 1874, quinze famílias aceitaram o convite da administração da Colônia de Blumenau, feita pelo comendador Joaquim Caetano Pinto Júnior (responsável pelo processo de imigração trentina para o Vale do Itajaí), para deixar Matarello, em Trento, e se estabelecer em Rio dos Cedros.

Além dessas quinze famílias de Matarello, também chegaram doze famílias adicionais dos arredores de Trento. Segundo Vicenzi:

Levaram consigo apenas seus pertences pessoais: roupas utensílios doméstico, livros devocionais, ferramentas e objetos comuns. As propriedades imobiliárias foram deixadas para os filhos casados que lá ficaram, ou vendidas por pouco dinheiro, devido ao entusiasmo e à pressa de viajar [...] o último adeus à sua terra de Matarello em

demanda da nova pátria. Blumenau deveria ser a sua meta, as sua nova Matarello (Vicenzi, 2000, p. 39).

Eles, os imigrantes, saíram de suas casas e partiram para o Porto de Trieste, onde em um navio a vapor, em dezembro de 1874, partiram para o Brasil, aportando em Itajaí, ao final de janeiro de 1875, passando as festas de Natal em alto mar. A partir de Itajaí foram de barco, pelo rio Itajaí-Açu para Blumenau.

A travessia do oceano Atlântico, era na época, uma verdadeira epopeia, ante o alto risco da viagem. Eram longas, cansativas e desgastantes. Havia a possibilidade de transmissões de doenças epidêmicas durante a viagem, como varíola, “influenza”, cataporas e sarampos, além de infestação de piolhos, onde todos, inclusive as crianças sofriam com essas condições.

Os imigrantes vinham “enlatados como sardinhas”, tudo em função do lucro perseguido pelos agentes da imigração, famintos de suas comissões financeiras. Vinham aglomerados em “buracos de ratos”, no dizer dos próprios imigrantes, ou em “ninhos de aves” (Grosselli), disputando o espaço com animais, o que contribuía para disseminar e acelerar as epidemias em plena travessia. Casos de infecções várias, estados febris agudos, atingiam crianças e adultos. Velhas feridas se complicavam e se reabriam exalando o seu odor pútrido, e que fatalmente se transformariam depois nas dolorosas erisipelas (zipra, rosapila), assim como as constantes icterícias (mal zald), que atingiria dezenas de pessoas. Mulheres grávidas davam à luz, esposas desesperadas atiravam-se nos braços dos maridos suplicando que retornassem. Pouco a pouco, mais e mais mortes ocorriam. Os que morriam eram “ensacados” e jogados no mar; às vezes com os corpos ainda quentes, iam direto para as bocas dos peixes. Os trentinos, por serem muito católicos, organizavam o funeral religioso, rezando e cantando para “elevar ao céu” as almas que partiam deste mundo para sempre (Cani, 2011, p. 29).

Muitos velhos, crianças e adultos não conseguiam chegar, acolhidos pela morte, e o local do enterro era o próprio mar.

O navio trazia a primeira leva de trentinos para a Colônia de Blumenau e zarpou do porto de Trieste às vésperas do Natal de 1874. Fez escala no porto de Recife, onde os imigrantes tiveram a oportunidade de fazer o primeiro contato com gente brasileira. Eram vendedores ambulantes de amendoim torrado, rapadura, abacaxi, abacate e outras frutas da região, obviamente desconhecidas dos imigrantes, que subiram ao navio. Os ambulantes cumprimentavam amavelmente os passageiros com um sonoro “bom dia” e ofereciam-lhes seus produtos. Desconfiados, os imigrantes não parecem ter tido uma boa impressão no primeiro contato com os brasileiros. Primeiro, porque era a primeira vez que viam gente de cor preta e, depois, porque essa gente não lhe inspirava confiança. Parafraseando a saudação dos ambulantes, que não entendiam e apelidaram-nos de “*bondie*” (Bonatti; Lenzi, 2006, p. 38).

Descreveremos, a seguir, a fala de um velho imigrante que, no dizer de Bonatti e Lenzi (2006, p. 35)

narrava ao neto o que aconteceu com um grupo de trentinos do qual ele fizera parte, quando chegaram ao porto de Marselha e conheceram o navio que os traria para o Brasil: O pânico tomou conta de quase todo mundo. Momentos de dúvidas e apreensão ameaçavam a coragem de prosseguir a viagem. Acometidos pela emoção natural e

contagiosa do momento, não se podia resistir às lágrimas. As mulheres se atiravam nos braços de seus maridos e abraçavam desesperadamente seus filhos entre choros e lamentos. O que fizemos, meu Deus do céu [...] Voltemos para casa.

Na versão romanceada de Valduga, assim, em pequeno trecho de seu livro, descreve as complicações e os desafios de uma viagem entre a Europa e o Brasil, no final do século XIX:

Embora a tensão, o cansaço e a expectativa de pisarem em solo brasileiro, a viagem segue seu curso normal. Muitas mulheres, que no início sofreram com enjoo de alto mar, estão refeitas à custa de chás. O cheiro de suor, exalado por aqueles que não se preocupam com a higiene, já não repugna tanto. Os emigrantes atravessam salões, se aproxima daqueles que falam dialetos diferentes, alguns choram com saudades da terra, dos parentes e da comida. Duas semanas tomando café com leite, comendo pão com geleia, arroz, feijão e massa sem gosto, e começam a lembrar da lasanha, da polenta com “fortaia”, pizza, “gnochi” e “tagliarini”. À noite, na hora da reza do terço, já vêm para o salão aqueles que, até poucos dias eram considerados estranhos. Depois da oração, cantam canções folclóricas de suas regiões, jogam cartas, “mora” e dançam. Parecem que em meio a tanta diversidade de costumes, a convivência transforma em unidade o conjunto de pensamentos daqueles que estão descobrindo serem cúmplices em sonhos e esperança (Valduga, 2012, p. 60).

Ao chegar a Santa Catarina, aportavam em Itajaí, porto que servia à Colônia de Blumenau. Aqui nesse local, havia três casas que hospedavam os imigrantes recém-chegados. Nesse local, de forma um pouco provisória, acomodava em camas nos quartos coletivos os colonos e ainda havia duas latrinas em cada casa e uma cozinha comunitária. Tudo de madeira e de pouco luxo.

Essas primeiras habitações coletivas construídas para alojar a leva de imigrantes foi denominada de barracões. Eram ranchos horizontais construídos de madeira. De lá, desses barracões após em média dois dias de hospedagem, os imigrantes partiam para as colônias para seus respectivos assentamentos.

Enquanto as mulheres, filhos menores e alguns anciãos permaneciam nos barracões, requisitados para fazer a comida advinda do governo e realizar os demais serviços, o novo proprietário de um lote, que passara a ser o chefe de família, partia a Timbó onde se iniciava o itinerário dos lotes, abrindo picadas a foice, a facão e machado, desmatando para escolher a área de terra que viria a ser o seu sonhado chão [...] Terminada a permanência nos barracões, iniciavase para os imigrantes outra fase da dura saga [...] Começavam a nascer os primeiros filhos em solo brasileiro, as primeiras crianças na quais era vislumbrada a promissora solução: os novos braços para um grande trabalho cujo futuro ainda dormia no berço (Cani, 2011, p. 93).

A alimentação dos que aportavam consistia em farinha de mandioca, peixe seco, feijão e charque. Comida que era servida de forma gratuita, nos dois primeiros dias de alojamento.

A permanência em tais barracões às vezes ultrapassava os dois dias previstos e chegava a alcançar em alguns casos mais de duas semanas, o que era fator de reclamação dos imigrantes, pois a comida deixava, depois de dois dias, de ser servida de forma gratuita.

Os primeiros imigrantes tirolezes que chegaram aqui foram aqueles que formaram as comunidades de Santo Antônio em Pomeranos. Doze, em Rodeio, e uma parte do Caminho Tirolezes. Ao findar o ano de 1875 chegaram os imigrantes de Encruzilhada “Crosara” (atual Pomeranos Médio), Rio dos Cedros, Rodeio II, Rodeio I, o restante do Caminho Tirolezes e Maria Madalena (atual Pomeranos Central e Alto) (Bonatti; Lenzi, 2006, p. 40).

Também por rio, agora pelo Rio Benedito, chegaram a Timbó e daí para frente caminharam pela estrada Pomeranos e se fixaram na Colônia de Santo Antônio, ao que parece no meio do mês de maio de 1875.

Os trentinos foram sendo instalados ao longo da “Pomerstrass” na medida em que foram chegando em sucessivas levas, fundando as várias comunidades, tendo sido Pomeranos Santo Antônio a primeira e, depois, sucessivamente, Encruzilhada (Crosara); Caravagio (Samon); Glória (Busa) (Bonatti; Lenzi, 2006, p. 44).

Na chegada da primeira leva de imigrantes trentinos a Rio dos Cedros, eles saudaram a nova pátria com lágrimas de alegria e profunda emoção, erguendo os braços para os céus e repetindo incessantemente: ‘Grazie, ó Signore! [...] Sai lodato il tuo santo nome! Grazie!’ (Vicenzi, 2000, p. 40). Inicialmente, plantaram pequenas roças para subsistência e logo retornaram a Blumenau para trazer suas famílias: mulheres, crianças e idosos.

Cada família escolheu e tomou posse de seu próprio pedaço de terra. A partir daí, começaram a derrubar a mata, construindo moradias provisórias de pequeno porte feitas de ripas de palmito, calafetadas com barro e cobertas com folhas largas de Guaranica, utilizando materiais abundantes na natureza. O chão dessas “cabanas” era de terra batida, as camas eram feitas de estacas de madeira e cipó, geralmente elevadas para proteção contra animais peçonhentos. As cadeiras e mesas eram improvisadas com troncos de árvores e caixotes de madeira, enquanto cordas de cipós eram esticadas entre as paredes para pendurar roupas, embutidos, espigas de milho, cebolas, alhos e feijão.

As casas provisórias deram lugar, com o tempo, a residências com telhados de madeira e telhas “scandôle”. Posteriormente, foram erguidas casas de madeira fechadas com tábuas serradas, e em 1880 surgiram as primeiras construções de tijolos de barro.

Os imigrantes exploraram amplamente a vasta floresta ao redor de seus lotes de terra, obtendo várias espécies de madeira de lei: canela, usada por carpinteiros na construção de casas; sassafrás, utilizado para extração de óleo de cozinha e como combustível para lampiões; cedro, empregado por marceneiros; além de jacarandá, ipê, pindaíba (para cabos de ferramentas agrícolas), peroba, cangerana e bicuíba.

Localizada a partir de Timbó, a colônia estendia-se por cerca de vinte quilômetros ao norte de Blumenau, próximo à atual Pomerode. A cerca de dez quilômetros de Timbó, os

tirolese se estabeleceram na colônia de Matarello, hoje conhecida como Pomeranos Santo Antônio.

Paralelamente à estrada principal, foi aberta outra, conhecida como Pommerwege ou margem Esquerda, que margeava o Rio dos Cedros. Por último, a "Estrada dos Tirolese", a cerca de quatro quilômetros do Rio dos Cedros, recebeu esse nome devido aos imigrantes do Tirol que ali se estabeleceram. Como descreve poeticamente Vicenzi: "Assim surgia o esplendor de uma nova aurora no céu azul de Rio dos Cedros, cujos clarões iriam iluminar, através dos séculos, as exuberantes terras riocedrenses" (Vicenzi, 2000, p. 14).

Naquela época, Rio dos Cedros era uma região inexplorada, composta por vastas florestas entrecortadas por vários córregos que desaguavam no Rio dos Cedros, assim chamado devido à abundância de cedros nas suas margens. Outro rio que banha as terras dos tirolese é o Rio Benedito, ambos afluentes do Rio Itajaí-Açu, que atravessa a cidade de Blumenau.

A primeira exploração do Rio dos Cedros, desde a barra com o Rio Benedito foi realizada, portanto, numa viagem de canoa por aqueles destemidos homens, que penetraram com muita dificuldade rio acima, num percurso de 15 Km. Depois voltaram para trás, na impossibilidade de avançar, por causa do rio se tornar impraticável à canoa e pela escassez de alimentos. Aquele grupo descobriu, entretanto, que a região vista do alto de um morro era muito extensa e fértil. Percebeu também que, para além das montanhas que circundavam o vale, poderia existir um grande planalto, o que realmente se verificou mais tarde (Vicenzi, 2000, p. 15).

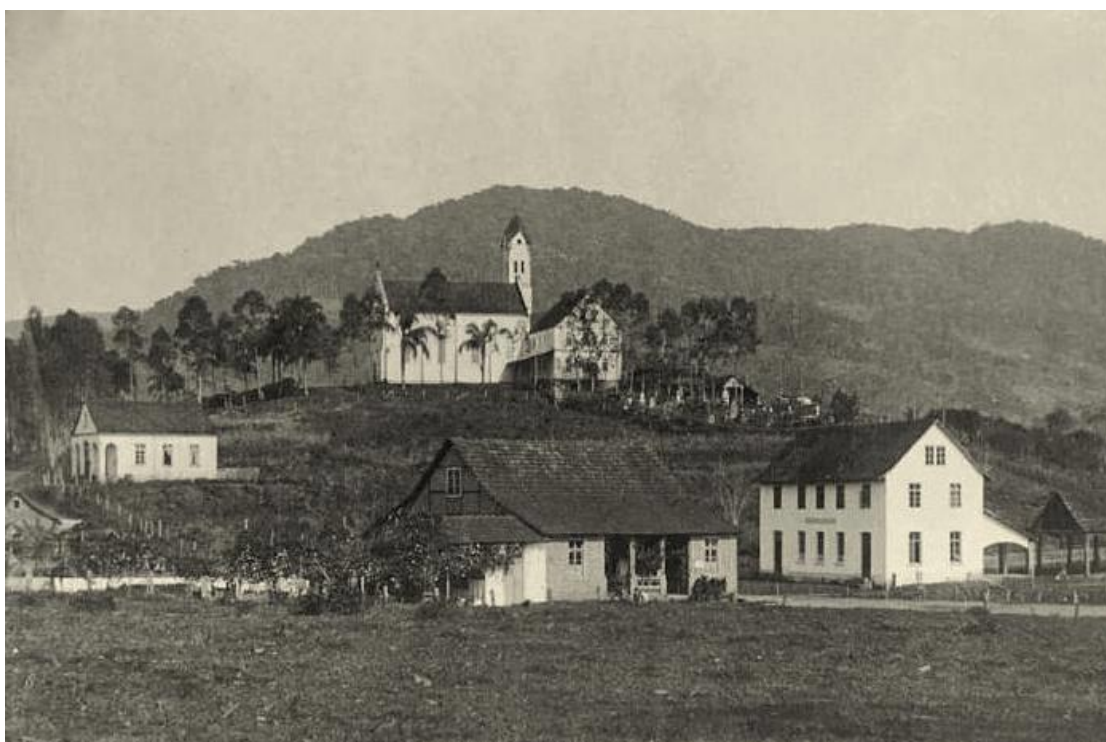
Antes da chegada do "homem branco", a região de Rio dos Cedros era ocupada, única e exclusivamente, por índios kaingang, xokelngs, coroados e remanescentes de carijós (tribos indígenas provenientes das regiões da parte litorânea de Santa Catarina). Esses povos foram evidentemente expulsos de suas áreas de ocupação, a partir do momento que se começou o processo de colonização dos europeus nessas áreas por Blumenau e os colonos italianos e tirolese.

Em linhas gerais, as terras desses primeiros tirolese eram acidentadas, mas muito férteis. Coube a cada colono o importe de um pedaço de terra que media duzentos metros de largura com mil metros de fundos, totalizando área de vinte hectares. Na divisão dos lotes, sempre se procurou dividi-los com atendimento de acesso à água com o intuito de atendimento da agricultura, pecuária e uso dos moradores.

Assim que cada chefe de família escolheu e tomou posse de seu respectivo lote de terra, iniciou-se a derrubada da mata e a limpeza do local onde ergueria uma pequena moradia, normalmente feita com ripas de palmito, calafetada com barro e coberta com folhas largas de guaricana, espécie de palmeira abundante na floresta (Bonatti; Lenzi, 2006, p. 56).

A cidade de Rio dos Cedros foi fundada em 1875 e se emancipou de Blumenau em 19 de dezembro de 1961, por intermédio da Lei estadual n.º 793, nessa oportunidade a cidade foi desmembrada de Timbó. O município de Rio dos Cedros possui a dimensão de 554,91 quilômetros quadrados, fica a oitenta e cinco metros do nível do mar e se distancia da atual capital de Santa Catarina, Florianópolis, cerca de 185 quilômetros.

Imagem 7 – Fotografia antiga de Arrozeiras – atual Rio dos Cedros – Santa Catarina



Nota: Rio dos Cedros (chamada nessa época de Arrozeiras).

Fonte:

https://www.facebook.com/photo/?fbid=1106172399395237&set=a.534595869886229&locale=pt_BR.

Acredita-se que 60% de sua população seja de descendentes de tirolese trentinos, havendo também descendentes de outras regiões do norte da Itália, e tirolese, e em menor número há também descendentes de poloneses e alemães que residem no município.

“A Serra do mar, os Picos Rosina, Simão, Rio Bonito e uma imensa região montanhosa, fazem o município de Rio dos Cedros se assemelhar um pouco dos aspectos orográficos de Trento e Tirol, de onde vieram os primeiros imigrantes” (Vicenzi, 2000, p. 16).

Hoje, o evento cultural de maior evidência e expressão é a Festa Trentina. A economia da cidade, atualmente, circula em torno de atividade industrial (indústria de pequena e média monta, de caráter familiar): nos ramos metal-mecânica e beneficiamento de madeira. Na

agricultura, o seu território é utilizado principalmente para a produção de arroz irrigado e banana, cultivos realizados em minifúndios. Há também, na cidade, a produção artesanal com vime.

O crescimento da população é contido pela pequena, mas contínua migração de riocedrenses para cidades próximas, em busca de melhores oportunidades de trabalho, aprimoramento educacional e ascensão social. Ocupam-se de vasta gama de atividades e entre eles encontramos empresários, profissionais liberais, grande parte no magistério superior e médio, executivos, além de técnicos nas mais diversas atividades industriais e comerciais (Bonatti; Lenzi, 2006, p. 52).

Hoje Rio dos Cedros possui uma população com cerca de dez mil habitantes, apresentando uma densidade demográfica na casa de 16,3 habitantes por quilômetro quadrado e assentada em uma planície, cercada pelo Rio dos Cedros, composta na maioria de agricultores descendentes de tirolezes.

O município foi fundado por imigrantes italianos e austríacos, vindos principalmente da região de Trento e do Tirol meridional que, no ano de 1875, era de propriedade AustroHúngara. Em função das frequentes guerras em busca da unificação da Itália, a região de Trento passou por crises econômicas de grande proporção, empobrecendo a região e toda uma população sem esperanças futuras em sua pátria (Poffo, 2013, p. 40).

Imagem 8 – Fotografia at



ual de Rio dos
Cedros- Santa Catarina

Nota: Foto área e atualizada de Rio dos Cedros. Fonte:

https://web.archive.org/web/20161020234026if_/http://static.panoramio.com/photos/lage/59244489.jpg

No planalto que margeia a cidade, há floresta composta de margem virgem, habitada por pouca gente. As colônias são praticamente as mesmas dos tempos da imigração, com duzentos metros de largura por mil metros de fundos. Pouco mudou em relação a isso, tendo os tirolezes, portanto, sido assentados em minifúndios, mediante repartição equitativa da posse e propriedade da terra.

Cada família de imigrante receberá um lote de 24 hectares, povoado por mata virgem, formado por vales e montes. Cada colônia está abastecida com água de vertente e córregos, estradas ou picadas para o acesso. Os núcleos serão chamados de Linha, por obedecerem à mesma direção em sua extensão: norte-sul ou leste-oeste. Maiores informações vocês obterão quando chegarem à colônia. Lá serão recebidos por outros inspetores, especializados no assentamento de colonos” (Valduga, 2012, p. 77).

Aqui de forma fictícia o romancista Valduga nos dá a ideia de um pronunciamento das autoridades responsáveis pelo assentamento dos imigrantes tirolezes que acabavam de chegar ao Sul do Brasil e recebiam suas pequenas propriedades e quais eram as recomendações aos recém-chegados do Tirol.

Rio dos Cedros se localiza na região denominada de Bacia do rio Itajaí-Açu e faz limites com os municípios de Rio Negrinho e Corupá ao Norte; Jaraguá do Sul e Pomerode ao Leste; ao sul com Timbó e a oeste com Benedito Novo. Situa-se a 75 metros do nível do mar. Seu ponto mais elevado é o planalto de Alto Pedra Preta, com 1.020 metros do nível do mar.

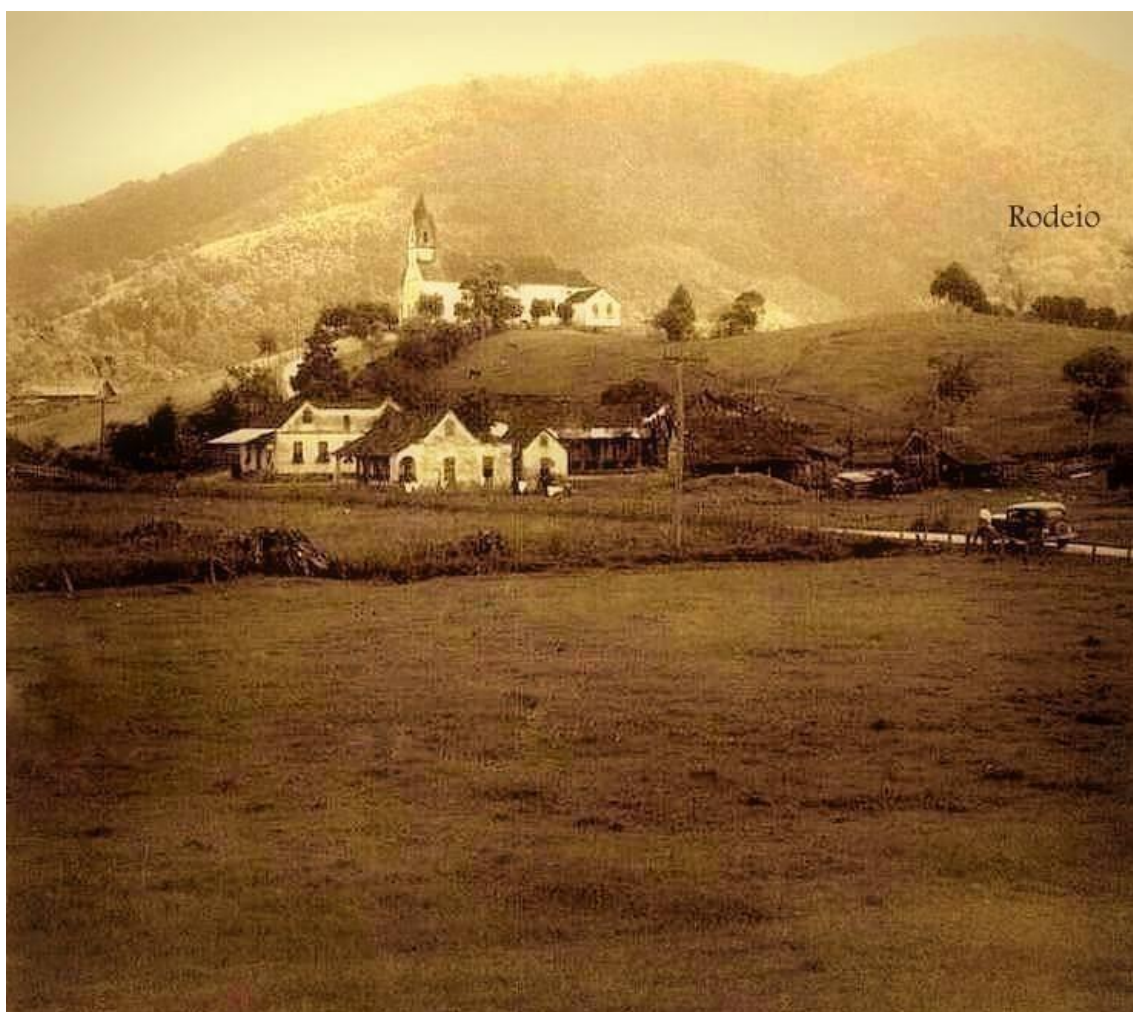
4.4.3 A colônia tirolesa de Rodeio

Rodeio faz parte do cinturão verde do Vale do Rio Itajaí-Açu, ocupando uma planície circundada por áreas montanhosas. Cerca de 58% do seu território é composto por áreas íngremes, historicamente desafiadoras para a agricultura, atualmente utilizadas para o plantio de árvores para a extração e reflorestamento. Outros 34% são formados por ondulações e encostas, enquanto 8% são áreas planas.

O vale é de uma beleza singular sobre o qual deitam os arrozais, os bananais, o variado cultivo de pequenas produções agrícolas, um aglomerado de pastos, arvoredos, quintais, gramados e jardins em torno ao casario de estilo antigo e moderno, em meio a um verde exuberante e perene de vegetação variada. Dezenas de córregos tornam as terras férteis, sob um céu normalmente azul, límpido e sereno (Cani, 2011, p. 7).

Fotografia da Cidade de Rodeio SC no começo do Século XX

Imagem 9 – Fotografia de rodeio no começo do Século XX



Fonte: https://www.facebook.com/photo/?fbid=754892041189943&set=a.528311083848041&locale=pt_BR.

A cidade possui uma altitude média de aproximadamente 88 metros acima do nível do mar, com pontos mais elevados atingindo até 946 metros, como o Pico da Montanha na Serra do Mar, entre as serras de São Pedrinho e do Ipiranga.

O clima predominante é mesotérmico temperado, com temperatura média anual de 23 graus Celsius, apresentando amplitudes térmicas que variam de 36 graus no verão a temperaturas próximas de zero no inverno. O registro de neve na Serra do Ipiranga foi um evento único e raro na região.

A população atual de Rodeio, incluindo a zona rural, é estimada em pouco mais de onze mil habitantes, majoritariamente descendentes de trentinos, cuja cultura religiosa católica é preservada na cidade, notadamente pela Igreja Matriz de São Francisco de Assis. Construída

em 1898 por imigrantes trentinos fundadores, sua arquitetura gótico-romana passou por várias reformas, ao longo dos anos.

A região é rica em recursos hídricos, com vários ribeirões como Rodeio Doze, do Salto, Ipiranga e São Pedro, nascidos nas respectivas serras. O Rio Benedito atravessa o município, fluindo para Timbó, passando por Rio dos Cedros até desaguar no Rio ItajaíAçú em Indaial. Os ribeirões Doze e Salto deságuam no Rio Benedito, enquanto Ipiranga, São Pedro e Damiana deságuam diretamente no Itajaí-Açú, esse último recebendo as águas dos ribeirões São Pedro Novo e Velho.

Economicamente diversificada, Rodeio possui indústrias têxtil, plástica e madeireira, além de granjas de produção de ovos. Na agricultura destaca-se o cultivo de arroz irrigado, milho, banana e uva, enquanto na pecuária há criação de gado leiteiro, piscicultura e apicultura. A silvicultura também é relevante, com o plantio e replantio de florestas para produção de madeira.

Fotografia atual da cidade de Rodeio – SC

Imagem 10 – Atual da cidade de Rodeio em Santa Catarina - núcleo de imigrantes tirolese
imagem atual de Rodeio/SC



Fonte: Banco de imagens Google.

A cidade de Rodeio dista quarenta e cinco quilômetros da cidade de Blumenau, maior centro urbano da região e local propulsor dos assentamentos de imigrantes por sua região (fato

já descrito anteriormente). Em 1937, emancipou-se do município de Blumenau. É um local onde opera a estagnação demográfica em virtude de vários fatores, entre os quais podemos destacar: evasão escolar; demanda por novos empregos em cidade maiores; a conquista de melhores condições profissionais e matrimônios em outras localidades.

o vizinho município de Rio dos Cedros, a 28 quilômetros, é o que até hoje mais se identifica com Rodeio, pela afinidade de origens, pelas suas características e costumes. A ligação histórica é muito forte devido às migrações de parentes, resultantes da fusão de várias famílias oriundas dos mesmos paesi do Trentino (Cani, 2011, p. 17).

O município de Rodeio foi oficialmente criado em 22 de outubro de 1936, pela Lei Estadual nº 104, durante o governo de Nereu Ramos. Inicialmente, Rodeio abrangia também a área do atual município de Benedito Novo e parte do município de Timbó. O primeiro prefeito de Rodeio foi o Sr. Sílvio Scoz, descendente direto de imigrantes tirolese. Em 31 de março de 1938, através do Decreto-Lei Estadual nº 86, Rodeio foi elevado à categoria de cidade, com a sede localizada no distrito de Rodeio, enquanto Benedito Novo tornou-se um distrito pertencente a Rodeio.

A origem do nome "Rodeio" remonta ao período anterior à chegada dos imigrantes trentinos. O nome foi dado pelos primeiros desbravadores brancos da região que foram encarregados de abrir um caminho para localizar os lotes que seriam posteriormente adquiridos pelos imigrantes para a formação da colônia. O trajeto desse caminho resultou em uma linha semicircular, originando assim o nome "Rodeio".

Os primeiros imigrantes tirolese estabeleceram suas roças em Rodeio, cultivando milho nas encostas dos morros, além de batata, taiá e outros tubérculos. Esses produtos alimentavam tanto as famílias quanto os animais, como porcos, coelhos, galinhas, vacas e bois. A produção era voltada para o consumo interno, sem a comercialização de carne para fora da colônia.

A maior parte do terreno concedido era dedicada ao cultivo de arroz, café e cana de açúcar, bem como à criação e engorda de gado leiteiro. Esses produtos eram cultivados com o objetivo de gerar uma produção significativa para venda e comercialização.

O processo de cultivo era rudimentar, baseado em técnicas trazidas pelos imigrantes do Tirol. Tanto o plantio quanto a colheita eram feitos manualmente, e a adubação era de origem animal. Animais de tração, como cavalos e bois, eram utilizados para arar a terra, transportar carroças e montar, enquanto os carros de boi (slita) eram empregados no transporte de ração para os pastos.

Os colonos supriam suas necessidades básicas com o que produziam em seus lotes, adquirindo apenas itens como trigo, sal e petróleo, que não eram produzidos localmente. Além

disso, mantinham pomares em seus lotes, cultivando frutas para consumo próprio, incluindo laranjas, tangerinas, mamões, goiabas, cortiças, pitangas, peras, melancias, abacates, ameixas, pêssegos, ingás, limas, limões e uvas.

4.4.4 O Tirol no Rio Grande Sul

Ao relatar como se processou o assentamento de famílias tirolesas no atual estado do Rio Grande do Sul, devemos levar em consideração que nesse estado o modo de recrutamento de imigrantes do Tirol e a concessão de terras em favor desses muito se assemelharam a esse modelo migratório do modelo implantado em Rio dos Cedros, no Estado de Santa Catarina.

Nas colônias imperiais do Sul, os tiroleses se concentravam principalmente em colônias rurais, sendo muito menor o número de indivíduos que residiam nas pequenas cidades existentes àquela época. Já nas províncias de São Paulo, Minas e Espírito, eles seguiram principalmente para as grandes fazendas de café, onde para substituir a antiga mão de obra escrava juntamente com outros imigrantes (italianos, alemães entre outros). No Rio de Janeiro e no Espírito Santo, os trentinos fundaram pequenos núcleos rurais; na Bahia, os poucos emigrantes que ali se estabeleceram, optaram por viver em Salvador, trabalhando em pequenos ofícios (Leopoldino, 2014, p. 94).

Como os tiroleses, muitas vezes vieram para o Sul do Brasil, ora confundidos com germânicos, ora como italianos, e por virem também à revelia do governo austríaco que não incentivava e nem apoiava a ideia de seus súditos se debandarem para outras plagas, os tiroleses foram mais ou menos espalhados por várias colônias já existentes no Rio Grande do Sul e se misturando com outras etnias.

Os imigrantes da região do Trentino-Alto Ádige que se instalaram no Rio Grande do Sul eram chamados austríacos ou de tiroleses, pois assim foram descritos pelas listas de chegada de imigrantes. No entanto, segundo Giron (2005), muitos tiroleses foram listados pelas autoridades brasileiras como italianos ou como alemães, o que impossibilita a identificação da região de sua procedência. No século XIX, os trentinos, em geral, entravam no Brasil com passaporte austríaco e eram chamados de tiroleses ou austríacos. Corrêa (2014), ao optarem pela saída da região do Tirol italiano, recebiam o passaporte e tinham que se declarar não mais pertencentes a essa comunidade, perdendo seus direitos de súditos do Império Austro-Húngaro. Além disso, eram informados de que não receberiam nenhuma ajuda do governo austríaco na solução de seus problemas (Dalpiaz, 2020, p. 43).

No Rio Grande do Sul, o maior contingente de trentinos chegaram nos anos de 1875 e 1876, e os demais italianos se fixaram nessa região a partir do ano de 1875 e estenderam o processo emigratório que se findou em 1914 às portas da Primeira Guerra Mundial.

Aqui no Brasil, esses imigrados trentinos foram chamados de austríacos ou de tiroleses, pois assim foram descritos nas listas de chegadas dos imigrantes do Brasil, no entanto em algumas oportunidades foram classificados pelas autoridades brasileiras como sendo imigrantes

italianos ou alemães, o que torna bastante complicada qualquer estipulação do número de imigrados para o Brasil na condição de trentino, fazendo com que haja estatísticas incompletas ou titubeantes a esse respeito. Mesmo assim calcula-se que a entrada de imigrantes tirolese no Rio Grande do Sul, entre os anos de 1874 e 1889, tenha chegado à casa de treze mil almas.

Segundo Frosi e Mioranza (2009) e Possamai (2005), 7% dos emigrados italianos que vieram para o sul eram trentinos, provenientes, em sua maioria, do sul da província de Trento (98%), principalmente das localidades de Fier adi Primiero, Pérgine e Roveretto. Bolzano contribuiu apenas com 2% (Corrêa, 2018, p. 46).

Assim, passamos a elencar algumas dessas colônias absorvedoras de tirolese, no atual estado do Rio Grande do Sul:

Segundo Grosselli (2008) chegaram ao Rio Grande do Sul cerca de 4.500 trentinos, dirigindo-se principalmente para as colônias de Conde d'Eu (hoje Garibaldi), Dona Isabel (Bento Gonçalves) e Colônia Caxias. Houve alguns que foram se fixar entre “Santa Maria Soledade, Silveira Martins e Alfredo Chaves” (Dalpiaz, 2020, p. 43). Há também alguns tirolese que foram para Porto Alegre, ajudando a compor a colônia de Vila Nova de Itália.

4.4.4.1 Colônia Caxias

Fundada em 1875, com o nome de Fundos de Nova Palmira, ocupava os campos de Cima da Serra, ao norte, e as colônias de Nova Petrópolis, Nova Palmira e Picada Feliz mais ao sul. Essa colônia foi ocupada primeiramente por milaneses.

A maior parte dos imigrantes trentinos que chegaram ao Rio Grande do Sul se instalaram na Colônia Caxias, para onde se dirigiam cerca de 1700 trentinos (Grosselli, 2008) [...]. Na cidade de Caxias, existe um monumento em homenagem aos trentinos, localizado na Praça do Tirolese, o qual foi projetado em 1975, por ocasião do centenário da imigração italiana no Rio Grande do Sul e inaugurado em 22 de maio de 1977 (Corrêa, 2018, p. 5354)⁴.

Caxias foi conhecida também como “Campo dos Bugres” em alusão aos índios caigangues (coroados) que ali naquela região habitavam.

⁴ “Em julho de 1876, a colonização chegava ao lugar denominado: “Campo dos Bugres” que, pela sua posição central, foi escolhido como sede da colônia sob o nome de “Sede Dante”. A Sede Dante terá um futuro brilhante, pois de 3 no Sudeste, o maior número de imigrantes tirolese se estabeleceu no estado de São Paulo. Destes, a grande maioria foi trabalhar nas fazendas de café espalhadas pelo interior, concentrando-se principalmente na região central do estado, que abrange os atuais municípios de Campinas, Piracicaba, Rio das Pedras, Sorocaba, Bragança, Amparo, Serra Negra, Rio Claro, Araras, Pirassununga, Descalvado, Araraquara, São Carlos, Jaú, Brotas, Pederneiras, Lençóis Paulista e Botucatu (Grosselli, 2005, p. 183- 184). Aqueles que na Áustria haviam trabalhado, na abertura de estradas de ferro ou em pequenos ofícios, seguiram para os centros urbanos do interior (Jaú, Campinas), para a capital (muitos deles para o atual Bairro da Lapa) e cidades do Grande ABC, principalmente para São Bernardo do Campo e Santo André. Feitas as devidas ressalvas para a cidade de São Paulo, os centros urbanos paulistas do início do século XIX não contavam com número tão elevado de habitantes.

simples sede colonial passou a ser o quinto distrito de São Sebastião do Caí, cidade de Caxias e, enfim, a Pérola da Colônias. A Sede Dante ficava situada ao Norte da quinta légua e ao Sul da sétima. A quinta, sexta e sétima léguas foram povoadas por imigrantes provindos de Belluno, Treviso, Pádova, Mantova e do Tirol. A ocupação do território foi rápida. Em 1878, a população da colônia Caxias estava assim

composta: italianos 2.315; tirolezes 1.007; brasileiros 208; alemães, 202; poloneses, 40; espanhóis, 21; franceses, 30; suíços, 14; ingleses, 7. (Manfroi, 1975, p. 72).

Em fins do mesmo ano, chegaram imigrantes vênnetos, lombardos e os tirolezes.

4.4.4.2 A Colônia de Conde d'Eu de Dona Isabel

A colônia em questão, assim como a Colônia Dona Isabel, foi fundada pelo governo da província do Rio Grande do Sul em 1869, portanto, antes da criação da Colônia Caxias. Ela estava situada entre os municípios de Montenegro e Lagoa Vermelha, com a colônia Maratá localizada à esquerda e Dona Isabel à direita de Maratá.

Essas colônias passaram a se transformar com o aumento populacional e o progresso na produção agrícola, especialmente após a chegada de novos imigrantes italianos, em 1876. Conforme relatado por Manfroi (1975), o ministério da Agricultura, em seu relatório de março de 1877, mencionava que, em setembro de 1876, a Colônia Conde d'Eu tinha 1.118 habitantes, dos quais 812 eram tirolezes, classificados como austríacos. Já na Colônia Dona Isabel, havia 2.431 habitantes, com 749 identificados como austríacos (Tirol). Assim, tanto em Conde d'Eu quanto em Dona Isabel, a maioria dos habitantes era de origem tirolesa.

Os colonos se dedicavam ao cultivo de diversas culturas, incluindo feijão, milho, batata, fumo, mandioca, cana, lúpulo, centeio, trigo e uvas. Em 1884, estatísticas da época indicavam que a Colônia Dona Isabel abrigava 6.591 italianos e 800 trentinos. Nessa região, os trentinos foram os primeiros a povoar o chamado "Vale dos Vinhedos", atualmente um distrito do município de Bento Gonçalves.

Os registros apontam para as primeiras famílias que chegaram a esse local, incluindo os Zora, Larentis, Giordani, Baldissarelli, Zandonai, Valduga e Gonzatti.

Em 1883, a Colônia Conde d'Eu contava com 527 imigrantes tirolezes na Linha 1 Figueira de Melo e 147 na Linha Azevedo Castro. Na Colônia Dona Isabel, estavam registrados 174 austríacos na Linha Leopoldina e 512 na Estrada Geral.

4.4.4.3 São Vigílio, um caso à parte

Essa parte da colonização trentina no Rio Grande do Sul também está localizada na Colônia de Caxias, no entanto, merecerá de nossa parte um tratamento diferenciado, tendo em vista que foi nomeada levando em conta o padroeiro dos tirolezes (ou melhor, Santo Padroeiro de Trento). São Vigílio, na verdade, é apenas uma linha, localizada na segunda légua da Colônia Caxias, e foi povoada quase que totalmente por famílias trentinas, com cerca de noventa e cinco por cento de famílias oriundas do atual norte da Itália.

A pequena localidade de São Vigílio, da Segunda Légua da ex-colônia Caxias, situada nos fundos de Nova Palmira, no alto das encostas do rio Caí, dista 12 quilômetros da cidade e oito da vila de Forqueta, no atual município de Caxias do Sul (Barbosa, 1980, p. 7).

A localidade foi fundada por imigrantes tirolezes em novembro de 1875, incluindo as famílias Costamilan, Bampi, Onzi, Perini, Lazzareti, entre outras (Corrêa, 2014a, p. 66 *apud* Barbosa, 1980). A família Bampi, que foi pioneira na fundação, era composta por três irmãos: João Batista, Francisco e Maximino. Posteriormente, chegaram os Lorezenti, Capeletti, Perini, Bertotti, Perottoni, Polesso, Boniatti, Longo, Berna, Vitti, Fiamochi, Deconz, Paniz, Marchesini, Fruet, Mezzomo, Ferrari e outros, a maioria oriunda do Tirol italiano, além de alguns provenientes de Pádua e Vicenza.

Os imigrantes escolheram o nome da localidade em homenagem a Santo Vigílio, o santo padroeiro de Trento, refletindo a presença de uma paróquia com o mesmo nome na região de Trento. Segundo Corrêa (2018) e Barbosa (1980), existia até um hino dedicado ao santo padroeiro, que era cantado por todos os moradores. Um trecho do hino diz: “Santo Vigilio, protetor de Trento, com la Croce de oro e bastoncin de argento.”

A capela, ainda existente, foi erigida e inaugurada em 1880, sendo a primeira construída na região. Junto à capela, foi estabelecida uma escola, a Escola de São Martinho, onde as aulas eram ministradas em língua italiana.

Num domingo [...] de dezembro de 1880 com missa celebrada pelo Pe. Fintano Baerlocher S.J, os imigrantes inauguravam solenemente a sua igreja, revivendo as históricas festas do seu padroeiro de São Vigílio e de Trento, na velha Itália, sua terra natal. [...] todos os domingos, o povo reunia-se para orar e cantar, sob a direção de Maximino Bampi, que se fazia de padre, quando esse não podia comparecer (Barbosa, 1980, p. 16 *apud* Corrêa, 2018, p. 58).

A capela foi construída pelos moradores locais, entre eles as famílias Onzi e Bampi que transportavam as pedras nas próprias costas para erguer as paredes com argamassas de barro (material abundante naquela região) e foram dando formas à pequena igreja ali construída.

Agora, todos os domingos, o povo reunia-se para orar e cantar, sob a direção de Maximino Bampi, que fazia de padre, quanto este não podia comparecer. Com o andar dos anos, a capela sofreu algumas reformas, recebendo belo acabamento, com acréscimo de dois capitéis, à semelhança de duas pequenas torres, encimando os ângulos superiores de frente (Barbosa, 1980, p. 17).

Quando da sua inauguração, a Capela de São Vigílio pertencia à Paroquia de Santo Inácio de Feliz, com sede no Morro das Batatas. Além de São Vigílio, outros locais na vizinhança, como os atuais municípios de Caxias do Sul, Farroupilha, Carlos Barbosa, Garibaldi e outros, também pertenciam à mesma paróquia.

Fotografia atual da Capela de São Vigílio – Caxias RS

Imagem 11 – Capela de São Vigílio - Caxias do Sul



Fonte: https://www.tripadvisor.com.br/Attraction_Review-g303534-d23822771-Reviews-Igreja_Sao_Virgilio-Caxias_Do_Sul_State_of_

Fotografia atual da capela de São Vigílio – Caxias do Sul RS.

Imagem 12 – Capela de São Virgílio - Caxias do Sul



Nota: Capela dedicada a São Virgílio, padroeiro da cidade de Trento e do Tirol. Fonte: Tirolesees [...] ([2019]).

A escola de São Martinho anexa à Capela de São Vigílio é considerada como a mais antiga instalada nas colônias de Caxias do Sul. Isso está, na opinião de Corrêa (2018), relacionado ao fato de os trentinos valorizarem em demasia a educação formal em relação aos demais emigrantes, haja vista que possuíam uma taxa de alfabetização maior do que outros “oriundis”.

Inaugurada a capela em dezembro de 1880, a sociedade providenciou logo na construção de uma escola, ao lado do cemitério local onde hoje se ergue o salão da comunidade. De 1880 a 1900, a escola esteve sob a regência do professor Antônio Berna, imigrante, que ministrava aula em italiano (Barbosa, 1980, p. 28).

A colônia “formatada” com casas, capela e escola era muito semelhante a uma vila trentina. Prova de que os imigrantes tirolezes tinham o capricho de “transplantarem” para o “novo mundo” a sua cultura e os seus costumes.

A revolução camponesa, portanto, pode ser compreendida como a rejeição de uma sociedade e a construção de uma outra, não no interior ou nas ruínas da sociedade renegada, mas em um contexto geográfico novo (Grosselli, 2008, p. 69, *apud* Corrêa, 2018, p. 59).

É importante destacar que a transposição de cultura e de identidade, observada em São Vigílio, também se manifestou de maneira notável nos bairros tirolezes de Santana e Santa Olímpia, em Piracicaba, o que pode ser facilmente percebido em um simples passeio pela área. Esse aspecto será abordado com mais detalhes em um capítulo subsequente.

A Colônia de São Vigílio foi estabelecida em uma área montanhosa de aproximadamente 900 hectares, subdividida em vinte e cinco minifúndios. Localizava-se entre o rio Belo e um pequeno afluente do arroio Ouro, ambos tributários do rio Caí.

Atualmente, uma estrada municipal conecta a antiga Colônia de São Vigílio à cidade de Caxias, à vila de Forqueta e à rodovia estadual do Vale Real. Essa estrada passa pelas localidades de Conceição, São Martinho, São Vigílio, Loreto, São Valentim e Forqueta Baixa. Por meio dessa estrada, a localidade de São Vigílio está a vinte quilômetros de Nova Palmira, a vinte e quatro quilômetros da Rodovia BR-116 e a quarenta quilômetros da cidade de Feliz.

Situada a uma altitude de 750 metros, São Vigílio oferece uma vista panorâmica das cidades de Caxias do Sul, Farroupilha, do vale do Caí, Nova Petrópolis, e, à noite, é possível avistar a iluminação de Porto Alegre. A região é caracterizada por sua topografia montanhosa e pedregosa, o que limita a mecanização da lavoura. Por isso, a terra tem sido tradicionalmente utilizada pelos trentinos para o cultivo de videiras, uma cultura que melhor se adapta às condições do solo e da geologia local, e que se tornou a base econômica da colônia. Além das vinhas, também há a prática da forma mais modesta do cultivo de pomares, a criação de animais

em pequena escala, a lavoura de milho e o plantio de eucaliptos, apesar das condições irregulares e pedregosas do terreno.

A vegetação original da região, antes do desmatamento para a instalação da colônia, era predominantemente composta por árvores típicas da região do rio Caí e do rio das Antas, com uma grande presença do pinheiro araucária.

4.4.5 Os tirolezes no Paraná

No atual estado do Paraná, os imigrantes tirolezes fundaram a colônia Nova Tirol, também conhecida como Colônia de Santa Maria do Novo Tirol da Boca da Serra, localizada no município de Piraquara, na região metropolitana de Curitiba.

Essa colônia foi estabelecida por um grupo de imigrantes que chegou à região no final do século XIX, como parte de um movimento mais amplo de emigrantes europeus que vieram ao Brasil em busca de trabalho nas lavouras, especialmente nas plantações de café.

A primeira colônia a receber os imigrantes italianos foi a Colônia Nova Itália. No entanto, devido a vários fatores, incluindo sua distância de Curitiba, a colônia não teve sucesso. Assim, cerca de 350 famílias de imigrantes trentinos e vênets abandonaram Nova Itália, em busca de melhores oportunidades em Curitiba.

Dessas famílias, uma parte se estabeleceu no bairro de Santa Felicidade, na capital da então província do Paraná, enquanto a outra parte se dirigiu a uma porção de terras no bairro de Piraquara, que na época fazia parte do município de São José dos Pinhais.

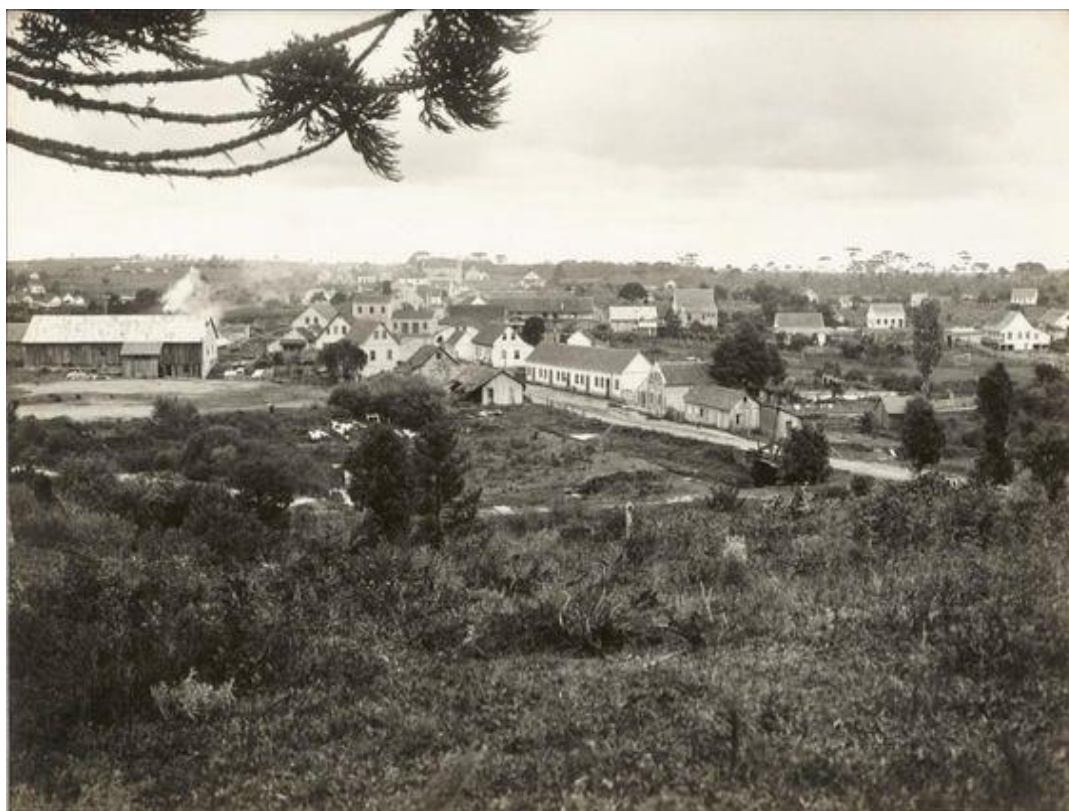
A Colônia de Santa Maria era composta por 88 lotes urbanos e 60 rurais, com cada família recebendo um lote urbano e um rural. Na zona urbana, os lotes foram dispostos em ruas retas e quadras assimétricas, incluindo praças, boulevards e terrenos públicos.

Esse planejamento urbano foi bastante inovador para o século XIX e indicava um desenvolvimento considerável para o novo núcleo urbano.

No início, a comunidade de Santa Maria contava com uma escola mista, que atendia meninos e meninas no mesmo espaço, ainda uma inovação para a época.

A construção da igreja católica local era uma reivindicação dos colonos, mas o poder público não assumiu essa responsabilidade. Assim, foram os próprios colonos que, às suas próprias custas, ergueram a igreja em 1879.

Imagem 13 – Fotografia de Piraquara/PR



Nota: Fotografia de Piraquara/PR - aí se assentou o Núcleo Tirolês de Santa Maria do novo Tirol da Boca da Serra.

Fonte: Dorocinski (2023a).

As edificações de outras obras também ficaram a cargo dos colonos: o cemitério local e de algumas estradas para dar vazão aos lotes rurais.

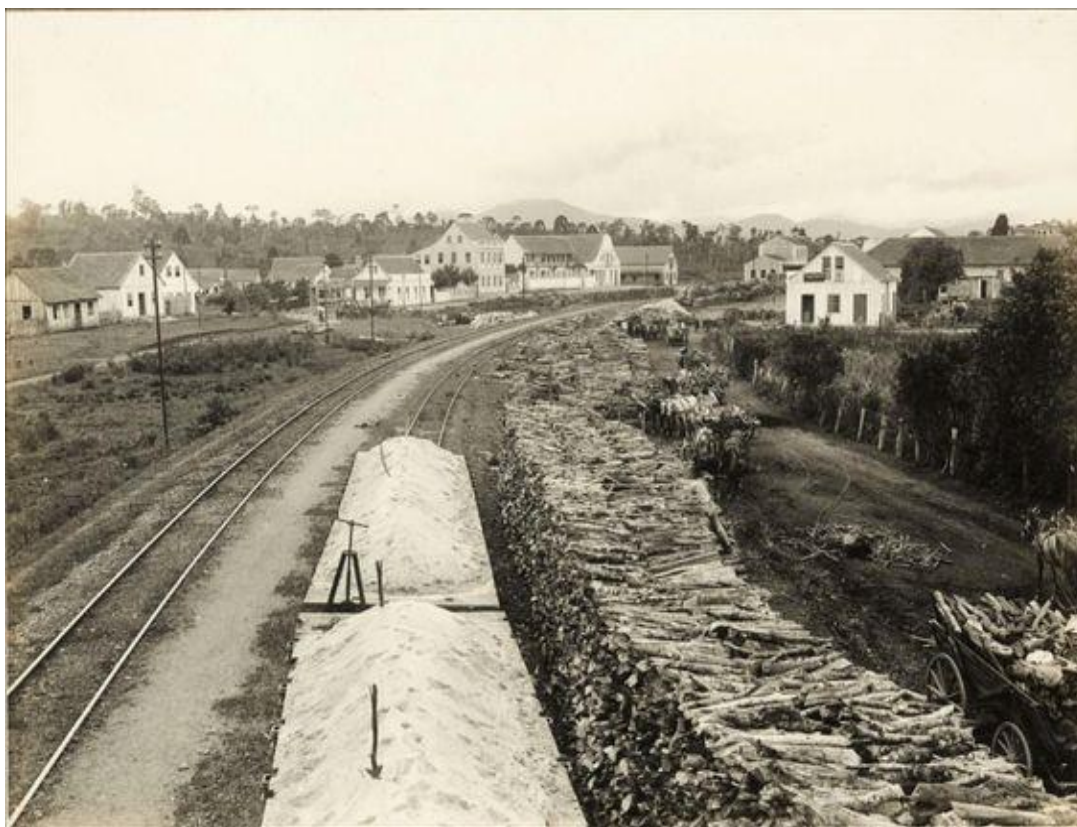
No núcleo rural, os trentinos de Santa Maria desenvolveram o cultivo de trigo, arroz e outras atividades agrícolas. Tinham moinhos que produziam fubá quirera e farinha de trigo, descasque de arroz e corte de palha, havia também serrarias para a produção de madeira para os abrigos dos homens e dos animais, móveis domésticos e ferramentas de trabalho.

No núcleo urbano, foram construídos os três primeiros estabelecimentos comerciais, e neles os colonos desenvolviam atividades de natureza artesanal como o de sapateiros, construtores, carpinteiros e ferreiros.

Em 1885, chegou a Piraquara a primeira estação de linha de ferro e assim o núcleo recebeu um número maior de habitantes, sem ser de grande monta. Sem dúvida alguma, a maior parte dos habitantes de Piraquara era formada, naquela época, por colonos trentinos e assim, no ano de 1890, a localidade recebeu o “status” de município.

Fotografia da Comunidade Tirolesa de Santa Maria (fotografia antiga) – Município de Piraquara – Estado Do Paraná

Imagem 14 – Fotografia de Piraquara no começo do Século XX



Fonte: Dorocinski (2023a).

No começo do século XX até a década de 1940, a população da Colônia Santa Maria do Novo Tirol da Boca da Serra foi diminuindo, pois muitos abandonaram seus lotes e se fixaram no núcleo urbano de Piraquara ou foram se assentar em outras colônias que ficavam em São José dos Pinhais e Curitiba.

A identidade tirolesa em Piraquara é representada por uma variedade de símbolos, monumentos e eventos culturais que celebram essa herança. Entre os exemplos notáveis estão as exposições que prestam homenagem aos trentinos fundadores da localidade, os livros de genealogia que documentam as famílias de descendência trentina, e a presença de nomes de ruas e instituições que fazem referência à cultura tirolesa. O brasão oficial da cidade também é um símbolo importante dessa herança.

Além desses aspectos, a influência tirolesa é visível na culinária, na arquitetura e no aspecto físico da população local. Piraquara se destaca como a única cidade com raízes trentinas no Brasil, e a construção dessa história é uma prioridade significativa para a comunidade piraquarense. O compromisso com a reconstrução e celebração dessa identidade cultural é evidente em todas as facetas da vida na cidade.

4.5 E ELES CHEGARAM A SÃO PAULO

Os imigrantes tirolezes não foram os primeiros a chegar às terras paulistas para trabalhar nas fazendas de café. O pioneirismo nesse contexto pertence a Nicolau Pereira de Campos Vergueiro, conhecido como senador Vergueiro. Em 1847, o senador Vergueiro tentou estabelecer um assentamento de colonos europeus na Fazenda Ibiacaba, hoje localizada no município de Limeira/SP, sua propriedade na época. Ele introduziu famílias de lavradores portugueses com o objetivo de substituir gradualmente a mão de obra escravizada.

Como essa primeira tentativa com colonos portugueses não teve sucesso, Vergueiro não abandonou sua meta de trazer mão de obra europeia. Em vez disso, ele continuou seus esforços e, posteriormente, trouxe imigrantes alemães e suíços para suas terras.

O contrato de trabalho baseava-se no regime de parceria, sendo que trazia uma vantagem para o trabalhador europeu comparado ao dos serviços assalariados, pois lhe garantia uma liberdade mais ampla em relação aos possíveis conflitos de tradições e costumes. A parceira procurava conciliar o regime de serviços assalariados, praticado em geral pela mão de obra livre local nas fazendas, e o das pequenas propriedades, utilizado nos núcleos coloniais sustentados pelo governo anteriormente (Giraldelli, 1992, p. 200).

Diferente do que ocorreu em Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Minas Gerais, onde os imigrantes europeus eram assentados em colônias e minifúndios, o processo de assentamento dos imigrantes tirolezes no estado de São Paulo seguiu um modelo mais semelhante ao da primeira leva de imigrantes do Espírito Santo. No início, a imigração tirolesa em São Paulo foi organizada por meio de um contrato de parceria entre o Visconde de Indaiatuba e os imigrantes, que trabalhavam como meeiros, e não como colonos, na Fazenda “Sete Quedas”.

De fato, os primeiros trabalhadores estrangeiros a trabalhar na fazenda do visconde de Indaiatuba foram alemães, que chegaram em 1852. Nessa época, os imigrantes e os escravos africanos trabalhavam juntos no cultivo da cana de açúcar. No entanto, ao contrário dos escravos, os alemães trabalhavam sob um sistema de parceria, com contratos de quatro anos de duração.

Segundo Grosselli (199), os trentinos que emigraram para o Brasil foram para as colônias nos estados do Espírito Santo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul conseguiram prosperar porque ganharam um lote de terra para plantar. Os que se dirigiram para as fazendas de São Paulo, devido aos baixos salários que recebiam, não puderam se desenvolver, pois poucos se tornaram proprietários de terras (Corrêa, 2018, p. 163).

Segundo informações de Leme (2001b), baseada em Giraldelelli (1992), “O Visconde de Indaiatuba foi pessoalmente à Europa, ao norte da Alemanha (Holstein), trazendo consigo duzentos estrangeiros, no ano de 1870.

Em 1876, o Visconde de Indaiatuba foi para o Tirol-Austríaco e com auxílio de um intermediário chamado Joaquim Caetano Pinto Júnior que possuía uma empresa de arregoimento e expatriação de colonos no Tirol oportunizaram a vinda de várias famílias de tirolezes para assentar na Colônia da “Sete Quedas”.

Segundo Vitti (1977) e os moradores dos bairros tirolezes, os únicos que vieram como não imigrantes foram o Sr. Bortolo Vitti e sua esposa, Maria Sartori, porque tinham medo de se tornar escravos no Brasil. Venderam suas pequenas propriedades no Tirol Austríaco e conseguiram tirar o passaporte (Leme, 2001b, p. 36).

Em Piracicaba, os imigrantes que primeiro lá aportaram foram também trabalhar como colonos em fazendas de café e não houve da mesma forma assentamentos em núcleos ou comunidades de imigrantes.

No Sudeste, o maior número de imigrantes tirolezes se estabeleceu no Estado de São Paulo. Destes, a grande maioria foi trabalhar nas fazendas de café espalhadas pelo interior, concentrando-se principalmente na região central do estado, que abrange os atuais municípios de Campinas, Piracicaba, Rio das Pedras, Sorocaba, Bragança Paulista, Amparo, Serra Negra, Rio Claro, Araras, Pirassununga, Descalvado, Araraquara, São Carlos, Jaú, Brotas, Pederneiras, Lençóis Paulista e Botucatu (Leopoldino, 2014, p. 94 *apud* Grosselli, 205, 2009 p. 183).

A primeira leva de tirolezes partiu do porto de Gênova, no dia 31 de julho de 1877, embarcada no navio “Nord America”, embarcação bastante avariada e de alto risco, e aportou no Rio de Janeiro em 23 de agosto do mesmo ano. Segundo Leme ([198-], p. 50 *apud* Grosselli, 2008, p. 156), o número de tirolezes nessa embarcação era de 162 pessoas, entretanto, o autor afirma que outras fontes dão 266 pessoas, divididas em 32 famílias tirolezas. Essas estatísticas são bastante conflituosas, pois a mesma autora (Leme, [198-], p. 52) aponta que outro autor,

Giraldelli (1992, p. 26), ressaltou que, no ano de 1877, o visconde de Indaiatuba recebeu mais ou menos cinquenta lombardos e trezentos e cinquenta tirolese⁵.

Em 31 de julho de 1877, as famílias Stenico e Pompermayer, de Romagnano, Vitti, de Cortesano, e Christofolletti, de Vigo Meano, partiram do porto italiano de Gênova a bordo do Navio Nord America em direção ao Brasil. Vitti (1993, p. 401) afirma que a viagem foi dificultosa e que as condições eram precárias, pois se tratava de um navio velho que necessitou fazer paradas para reparos antes de aportar na cidade do Rio de Janeiro em 23 de agosto de 1877. Giraldelli (1992) trata de 350 tirolese que chegaram a bordo do navio e Grosselli (2008, p. 156) apresenta o número de 162 imigrantes, embora afirme que em outras fontes conste o número de 266 pessoas divididas em trinta e duas famílias (Leopoldino, 2014, p. 111).

A origem desses imigrantes eram Meano, Vigo Meano, Cortesano, Romagnano, Sardagna, Trento e arredores. Vinham em famílias inteiras (geralmente marido, mulher, filhos e até genitores dos maridos ou mulheres).

Mapa do Tirol do Sul – Século XIX

Imagem 15 – Mapa da região de Trento



Fonte: Leopoldino (2014, p. 112).

⁵ Charqueada é um município brasileiro do estado de São Paulo. Sua população estimada em 2010 era de 15 085 habitantes. O município é formado pela sede e pelo distrito de Paraisolândia (que inclui os bairros de Recreio e Santa Luzia).

Nessa fazenda, foram contratadas algumas famílias, cuja história registrou: Vitti, Forti, Brunelli, Correr, Cristofolletti, Pompermayer e os Stenicos.

Segundo Vitti (1993), essas famílias de imigrantes foram lideradas por Bortolo Vitti, desde a partida do antigo Tirol até a futura contratação nas fazendas de café em Campinas, na colônia denominada Saltinho, de propriedade de Joaquim Bonifácio do Amaral (Leme, [dec. 198-], p. 52).

A proposta de trabalho dada pelo proprietário da Fazenda Sete Quedas foi aceita pelos signatários tirolezes. Havia entre os colonos dois sentimentos bastante claros a nosso ver. A vinculação a esse território como trabalhador rural era a garantia de emprego e sobrevivência em local tão distante da pátria de origem e havia também a possibilidade de ganho e poupança de dinheiro que poderia ser aplicado em propriedade rural posteriormente no nome dos colonos, o que se verificou em momento posterior.

Outro grupo de tirolezes veio para o estado de São Paulo em dezembro de 1881 no navio “Frankfurt”, de bandeira alemã e foram trabalhar também na Fazenda Sete Quedas, em Campinas.

Nessa viagem, segundo Leopoldino (2014), vieram as famílias Brunelli, Correr, Forti e Pompermayer, de Romagnano, Degasperi, de Sardagna e Crhistofolletti, di Vigo Meano e Cortesano. Chegaram ao Brasil em 24 de dezembro de 1881, às vésperas do Natal e foram trabalhar na propriedade do Amaral que ficava em Campinas.

O contrato para trabalharem na fazenda Sete Quedas foi feito nas seguintes bases: prazo de nove anos; trato de cafezais sem ganho, recebendo quinhentos réis por alqueiro de café colhido; não havendo serviço de capinação, o fazendeiro era obrigado a dar-lhes outras obrigações ou ocupações, pagas por diárias, ou conseguir-lhes trabalhos avulsos em fazendas vizinhas. O imigrante tinha além disso, direito ao uso da terra para o plantio de cereais, sem limites e condições, obrigando-se o contratante a fornecer os víveres (gêneros alimentícios) para o sustento das famílias, para posterior desconto depois das colheitas de café (Leme, [dec. 198-], p. 53-54 *apud* Vitti, 1988, p. 4).

É necessário ressaltar que, por Trento pertencer, naquela época ao império AustroHúngaro e este não permitia que houvesse emigrações entre os seus súditos e, assim, a forma desses indivíduos imigrarem para o Brasil eram vir em bandeiras de outros países, e, por isso, foram muito e bem confundidos com alemães ou italianos.

São imprecisos os dados sobre os colonos tirolezes que trabalharam nas fazendas de café do estado de São Paulo [...]. Sabe-se, entretanto, que a maioria dos tirolezes que se estabeleceu em São Paulo era originária do Vale do Rio Ádige (Trento, Matarello, Romagnano, Sardagna, Cortesano, Aldeno e adjacências), de Vallagarina (Rovereto e distritos vizinhos, da Valsugana e do Primiero (Leopoldino, 2014, p. 100).

Após o término do contrato com o fazendeiro proprietário da fazenda Sete Quedas, em Campinas, o que ocorreu após o transcurso de nove anos, muitos tirolese se dispersaram para outras áreas agrícolas do estado de São Paulo, como Amparo, Capivari, outros lugares perto de Campinas e ainda uma boa parte dirigiu-se para trabalhar na fazenda Monte Alegre, de propriedade de Joaquim Rodrigues Amaral, que se localizava nas cercanias de Piracicaba/SP.

Tabela 1 – Número de imigrantes tirolese que vieram para a região de Piracicaba SP – entre 1875-1914

Período	Número de imigrantes	
	Mínimo	Máximo
1875 – 1882	600	1.200
1883 – 1890	3.000	4.000
1891 – 1897	1.200	1.600
1898 – 1910	350	700
1911 – 1914	400	500
Total:	5.500	8.000

Fonte: Leopoldino, 2014, p. 101.

Ali, naquela fazenda, esses colonos tirolese pertencentes às famílias de Correr, Stenico, Pompermayer, Cristofolletti, Degaspari e Brunelli trabalhavam também como colonos e lá plantavam a cana de açúcar. Isso ocorreu pelo prazo de cinco anos.

Acabando o contrato de nove anos, apenas as famílias de Bortolo Vitti e um dos Forti renovaram o contrato por mais um ano. As outras famílias dirigiram-se a várias cidades, como Amparo, Capivari e Piracicaba (cidades próximas a Campinas). A esta última cidade, dirigiram-se, no ano de 1886, as famílias dos Correr, Stenico, Forti, Cristofolletti, Degaspari e Brunelli, para trabalhar na fazenda Monte Alegre, de propriedade de Joaquim Rodrigues Amaral. As famílias tirolese que dirigiram acabando o contrato de nove anos, apenas as famílias de Bortolo Vitti e um dos Forti renovaram o contrato por mais um ano. As famílias tirolese que dirigiram a esta fazenda fixaram-se por cinco anos, até 1892, trabalhando como colonos, onde plantavam e colhiam cana de açúcar (Leme, 20010b, p. 37).

Em 1892, pouco após se estabilizarem na Fazenda Monte Alegre, os colonos tirolese adquiriram a Fazenda Santa Olímpia, que mais tarde deu origem ao bairro de Santa Olímpia, situado no município de Piracicaba, SP. Todas as famílias de tirolese mencionadas se mudaram para Santa Olímpia, com exceção de duas: os Vitti e os Forti, que se dirigiram para trabalhar como colonos em uma fazenda na área rural de Rio Claro/SP. Eles permaneceram lá até 1893, quando compraram a Fazenda Sant'Ana, vizinha à Santa Olímpia, e fundaram o bairro de Santana, também localizado no município de Piracicaba.

Outras famílias tirolezas se estabeleceram em cidades próximas a Campinas, como Amparo e Capivari.

4.5.1 O Tirol em “nova pátria”

Assim, sem levar em conta tirolezes que permaneceram espalhados pela região de Campinas e até na capital paulista, a maioria daqueles que no estado de São Paulo chegou depois de 1877, fixou na “nova morada”, consistente nas fazendas piracicabanas de Santa Olímpia e Sant’Ana e por ali ficou, construindo suas moradas, seus lares, tendo os seus filhos, netos, e a vida seguiu.

Não era novidade no entorno rural de Piracicaba a fixação de imigrantes europeus. Isso se deu, a partir da segunda metade do século XIX, com alemães, espanhóis, italianos, japoneses, libaneses, sírios e outras etnias, além dos tirolezes que aportaram nas fazendas que, posteriormente, deram origem aos ditos bairros de Santa Olímpia e Santana.

No início do século XX, Piracicaba despontava como grande força agrícola, não só em cana-de-açúcar, mas também, segundo estatísticas de 1900, com a produção do café, que chegou a 5,5 milhões de arrobas. Em 1910-1912, a área de plantio de milho abrangia 250 mil alqueires; a de arroz, outros 250 mil; a produção de feijão chegava a 40 mil arrobas; a de cebola, 30 mil arrobas; e a de batata, 5 mil arrobas. A produção de frutas: laranja, manga, abacaxi, uva e outras chegou a 90 toneladas por ano. A pesca atingiu a produção de quatro toneladas de peixes anuais. Era uma cidade próspera (Leme, [dec. 198-], p. 55).

E toda essa produção, obviamente, era produto dos braços de negros escravizados, caboclos mestiços (portugueses e índios), imigrantes europeus e asiáticos de várias etnias e dentre esses os tirolezes, mantendo com sua produção a construção de sua cultura e identidade no mundo “além-mar” (no novo mundo).

Segundo estatísticas realizadas por Pisani (1937), em 1934, os principais agricultores residentes em Piracicaba eram todos oriundos do antigo Tirol: Agostinho Forti (residente no bairro de Santana), Angelo Vitti (bairro Santana), Angelo Brunelli (Anta Olímpia), Giovanni Forti (Santana), Giuseppe Degaspari (Santa Olímpia), Luigi Negri (residente na fazenda Negri), Sebastiano Degaspari (Santa Olímpia) (Leme, [dec. 198-], p. 55).

Tabela 2 – Municípios de máxima presença trentina entre 1881 e 1914/74

Cidade	Região	Número de famílias
Campinas	Central	114
Pirassununga	Paulista	86
Amparo	Mogiana	81
Ribeirão Preto	Mogiana	46
Itu	Central	43
Descalvado	Paulista	25
Brotas	Araraquarense	24
Piracicaba Araras	Central	23
São Carlos	Paulista	22
Jaú	Paulista	22
	Araraquarense	21

Fonte: Leopoldino, 2014, p. 102.

4.5.2 Por que Piracicaba?

O município de Piracicaba está localizado na região central do estado de São Paulo, em uma área que hoje é altamente povoada e inclui vários municípios de significativa importância econômica e elevado Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). Entre essas cidades, destacam-se Limeira, Rio Claro, Santa Bárbara d'Oeste, Americana, Itu, Araras, Salto, além de outras menores. Estima-se que a região abrigue mais de um milhão de pessoas, com Piracicaba concentrando mais de 350 mil habitantes.

Piracicaba tem uma área territorial de 1.376,91 quilômetros quadrados, sendo o décimo nono município do estado em termos de extensão. Sua área urbana cobre 229,66 quilômetros quadrados, enquanto a área rural abrange 1.147,25 quilômetros quadrados. A topografia é levemente acidentada, e o clima é tropical de altitude, situando-se a 540 metros acima do nível do mar (Prefeitura de Piracicaba, 2024).

O município está a 152 quilômetros da capital, São Paulo, e faz parte da região administrativa de Campinas. Sua malha rodoviária inclui as rodovias estaduais 127, 147, 304 e 308. Piracicaba faz divisa com os municípios de Rio Claro, Limeira, Santa Bárbara d'Oeste, Laranjal Paulista, Iracemápolis, Anhembi, São Pedro, Charqueada, Rio das Pedras, Tietê, Capivari, Conchas, Santa Maria da Serra, Ipeúna e Saltinho.

Localiza-se quase no centro do estado, na direção noroeste da capital paulista, com latitude de 22° 42'30" e longitude de 47° 38'00". O município é composto por seis distritos: Anhumas, Artemis, Guamium, Ibitiruna, Santa Terezinha e Tupi, além de dois bairros rurais: Santa Olímpia e Santana.

Atualmente, Piracicaba é um importante centro de produção de etanol, com várias usinas na região, e abriga diversas indústrias, incluindo montadoras de veículos. A cidade possui uma considerável população estudantil, atendida por universidades públicas e privadas.

No entanto, a realidade de Piracicaba e da região era muito diferente no século XVIII, por volta dos anos 1750. Naquela época, a área era composta por pequenas vilas e povoados, muitos dos quais surgiram devido à presença dos bandeirantes que partiam de São Paulo em busca de pedras preciosas, produtos das matas e para dominar e escravizar os indígenas.

Imagem 16 – Fotografia atual de Piracicaba – Estado de São Paulo



Nota: Cidade de Piracicaba, fotografia atual do município. Local sede dos bairros Santa Olímpia e Santana.
Fonte: Schuttersock ([2025]).

Quando os tirolese chegaram à região de Piracicaba, a cidade era ainda uma pequena localidade com uma história recente. Fundada por Antônio Corrêa Barbaso, um capitão do exército, a cidade teve sua origem em uma decisão do capitão-general de São Paulo, D. Luís

Antônio de Souza Botelho Mourão. Corrêa Barbaso foi encarregado de escolher a foz do rio Piracicaba para estabelecer o novo povoado. No entanto, devido à presença dos índios Paiguás e alguns posseiros na foz do rio, ele optou por um local alternativo, situado à margem direita do salto, a 90 quilômetros da foz do rio Piracicaba.

A fundação do novo local foi estrategicamente planejada para servir como ponto de apoio para as embarcações que navegavam pelo rio Tietê, oferecendo suporte ao abastecimento do Forte Iguatemi, no rio Paraguai. Isso visava a fortalecer a defesa da Colônia Brasileira e apoiar os bandeirantes em suas expedições, em busca de metais preciosos e escravização de indígenas.

Oficialmente, o povoado de Piracicaba foi fundado em 1º de agosto de 1767, com o nome de Nossa Senhora dos Prazeres. Em 1774, o povoado foi elevado à categoria de freguesia, com uma população estimada em 230 habitantes.

Em 29 de novembro de 1821, o povoado foi promovido à categoria de vila e passou a se chamar Vila Nova da Constituição, em homenagem à nova Constituição Portuguesa de 1821.

A partir de 1836, a vila começou a se expandir, com todos os lotes disponíveis sendo ocupados para o cultivo de café, arroz, feijão, milho, algodão e pastagem de gado. Piracicaba se tornou um importante centro abastecedor da região.

Finalmente, em 24 de abril de 1856, Vila Nova da Constituição foi elevada à categoria de cidade. Em 1877, atendendo a um pedido do vereador Prudente de Moraes (futuro presidente do Brasil), a cidade passou a ser oficialmente conhecida como Piracicaba, em referência ao rio que a banha.

4.5.3 Santa Olímpia

São considerados os fundadores de Santa Olímpia Giacomo Jacob Correr e sua esposa, Rosa Pompermayer, ambos originários de Romagnano, no Tirol. Eles chegaram ao Brasil com suas famílias na primeira leva de imigrantes tirolese para o estado de São Paulo.

Santa Olímpia, atualmente um bairro de Piracicaba, está localizada a cerca de 22 quilômetros do centro da cidade. O acesso ao bairro se dá pela SP-308, também conhecida como Rodovia Hermínio Petrin, que está totalmente asfaltada. Essa rodovia conecta Piracicaba a Charqueada/SP, dois municípios vizinhos.

Nas proximidades de Santa Olímpia, encontram-se outros núcleos de origem tirolese, como o bairro de Santana, a Fazenda Negri e diversas propriedades agrícolas que foram se formando, à medida que os imigrantes tirolese se estabeleciam na região.

A Fazenda Santa Olímpia foi adquirida pelos tirolezes que anteriormente residiam na Fazenda Monte Alegre, também em Piracicaba. Originalmente, a Fazenda Santa Olímpia abrangia 580 hectares e atualmente corresponde ao bairro de Santa Olímpia.

Deixando a fazenda Sete Quedas, após o término do contrato em 1888, um grupo de tirolezes rumo a Piracicaba intencionando encontrar uma pequena propriedade para a instalação de suas famílias. Enquanto essa oportunidade não surgia, empregaram-se na condição de colonos, na fazenda Monte Alegre (Geraldelli, 1992, p. 35).

Segundo Correr (2014): quem optou por essa área foi a matriarca Rosa Pompermayer Correr, que optou por um local mais afastado da zona urbana de Piracicaba, pois naquela época, os preços das terras nessas circunstâncias eram muito mais baratos, em que pese um certo e constante afastamento de outros núcleos urbanos que ali, naquela região, progrediam.

O início da vida dos tirolezes em Santa Olímpia foi difícil e recheado de sofrimentos como aconteceu com diversos grupos de imigrantes. Conta a tradição oral que as terras tiveram que ser compradas por diversas vezes, pois os imigrantes acabaram sendo enganados no contrato. Provavelmente, a dificuldade com o idioma português dever ter sido o fato decisivo para que isso ocorresse (Correr, 2014, p. 85).

A fazenda adquirida pelos tirolezes estava em estado de abandono, quando eles se instalaram. Utilizaram as casas de taipas, que anteriormente serviam como moradia para os escravos da fazenda, para acomodar suas famílias. O local ainda possuía um terreiro para secagem de café e um grande barracão que abrigava uma máquina para beneficiamento dos grãos. Aproximadamente um quarto da área da fazenda estava coberto por pés de café, enquanto os outros três quartos eram ocupados por mata virgem e serraria, que seriam utilizados para obter madeira para a construção das casas e demais benfeitorias dos colonos.

No contrato de compra da fazenda, figuravam dez sócios: Virgílio Correr e Luís Correr, filhos de Jacob Correr; Virgílio Stenico, Simão Stenico, Dionísio Degasperi e José Cristofolletti, netos de Jacob Correr; e José Forti, primo de Jacob Correr.

Esses compradores enfrentaram consideráveis dificuldades para quitar as dívidas da aquisição, o que levou vários anos. No final, a certidão da compra foi deferida a eles.

Na época, a região era bastante isolada, com estradas precárias que dificultavam o transporte para Piracicaba. Apenas uma carroça na fazenda permitia o transporte urgente e necessário. Segundo Geraldelli, uma vez adquirida a fazenda: “inicia-se, então, um processo penoso de pagamento [...] devorando os rendimentos da lavoura e deixando as famílias endividadas” (Geraldelli, 1992, p. 36).

Imagem 17 – Fotografia atual da Igreja de Santa Olímpia – Bairro de Santa Olímpia – Piracicaba – São Paulo



Nota: Igreja do Bairro Santa Olímpia, município de Piracicaba. Fonte: Pertille (2015).

4.5.4 Bairro de Santana

A origem do bairro Santana é bastante semelhante à do bairro Santa Olímpia. Em ambos os casos, a origem está ligada à aquisição de fazendas. A fazenda Sant'Anna, com 726 hectares na época, deu origem ao segundo núcleo tirolês em Piracicaba. Em 1893, os imigrantes Bortolo Vitti e Francesco Forti compraram a Fazenda Sant'Anna, que se tornou o bairro de Santana (Correr, 2014, p. 85).

O bairro está situado a 20 quilômetros do centro de Piracicaba e é acessível por uma via pavimentada em bom estado de conservação, localizado na região noroeste do município.

A Fazenda Sant'Anna, que deu origem ao bairro, pertencia ao Barão de Serra Negra no final do século XIX. A família Vitti, por meio de Bortolo Vitti, interessou-se pela compra da propriedade, que foi concretizada em 1892.

De acordo com informações obtidas da dissertação de mestrado de Maria Luísa Almeida Leme, Bortolo Vitti, orientado por padres capuchinhos do convento de Piracicaba, tomou conhecimento da Fazenda Santana, localizada perto da Fazenda Santa Olímpia e disponível para venda. Essa gleba de terra era uma antiga sesmaria pertencente ao senador Vergueiro e ao Visconde de Valença, tendo sido posteriormente adquirida pelo Barão de Serra Negra. Com a abolição dos escravos em 1888, muitos fazendeiros enfrentaram dificuldades em administrar suas propriedades, e a Fazenda Santana foi um dos casos em que a falta de mão de obra e a consequente redução na produção levaram à venda da propriedade devido a hipotecas acumuladas.

Bortolo Vitti se interessou pela fazenda e a adquiriu, resultando na formação do bairro Santana. Anos após, com a morte de Bortolo, essa propriedade foi dividida entre seus herdeiros.

Havia o costume de se dividir a propriedade apenas entre os filhos homens da família porque seria eles os responsáveis pela sustentação de sua esposa e filhos. As filhas se casadas teria a herança do marido ou, então, a parte delas era paga em dinheiro. A fazenda foi dividida; dos filhos solteiros dividiram uma parcela única de onze alqueires cada um e os filhos casados receberam, aproximadamente, trinta e dois alqueires (Giraldelli, 1992, p. 42).

Atualmente, a comunidade tiroleza em Piracicaba é composta pelos descendentes dos pioneiros imigrantes que se estabeleceram na região, no final do século XIX. Essa comunidade está concentrada principalmente no bairro Santana, que ocupa o território da antiga Fazenda Sant'Anna, no bairro Santa Olímpia, que foi fundado na antiga Fazenda Santa Olímpia, e também na Fazenda Negri, onde ainda residem alguns descendentes dos primeiros tirolezes.

Nesses bairros, a cultura, os costumes e a identidade tiroleza são preservados. Embora muitos descendentes dos tirolezes tenham se mudado para outras localidades em busca de educação e emprego, outros permaneceram e estabeleceram suas raízes na região. O progresso econômico é visível na qualidade das casas e na limpeza e conservação dos bairros.

Hoje, os bairros são bem servidos por estradas asfaltadas que conectam Piracicaba a outros municípios, e o transporte público atende à comunidade local. Existem escolas públicas, uma municipal e outra estadual, que atendem os alunos descendentes dos tirolezes. Além disso, há igrejas católicas bem construídas que servem os dois bairros.

Importantes atividades culturais são promovidas na região, incluindo festas públicas, corais, teatro, ensino do dialeto tirolês e danças. O Circolo Trentino, que tem sua sede na área, também contribui para a construção da identidade tiroleza em terras paulistas. Essas iniciativas culturais serão detalhadas e analisadas no próximo capítulo.

Imagem 18 – Fotografia antiga da igreja do bairro Piracicabano e Tirolês de Santa Olímpia



Nota: Fotografia do bairro de Santa Olímpia no começo do Século XX. Fonte: Banco de imagem Google.

O fenômeno do processo migratório em direção ao Brasil, ao longo do século XIX, merece uma análise mais aprofundada, mesmo sendo um tema extensivamente pesquisado e analisado em uma vasta bibliografia existente, presente em numerosos livros, teses, dissertações e artigos científicos. Esse assunto já recebe significativa atenção por parte das nossas universidades, pesquisadores e estudiosos de diversas áreas.

Ao analisarmos as condições que deram início ao processo migratório de colonos europeus para a América, a partir da segunda metade do século XIX, podemos segmentar esse processo considerando diversos grupos étnicos: alemães, italianos, poloneses, ucranianos, russos, tchecos, eslovacos, sérvios, armênios, austríacos, romenos, húngaros e tiroleiros. Todos eles provinham de regiões que ainda não se beneficiavam plenamente da segunda onda da Revolução Industrial, que àquela época estava em pleno vigor em nações unificadas e

economicamente estáveis. Nesse contexto, destacam-se países como Inglaterra, França e Holanda, que, devido a razões históricas, se configuravam como "nações estáveis" e receptoras de mão de obra proveniente de outros reinos ou condados europeus.

Fotografia do Século XIX do Navio alemão utilizada pelos tirolezes para atravessar o oceano atlântico em caminho para o Brasil

Imagem 19 – Navio alemão - utilizado pela travessia dos tirolezes pelo atlântico



Fonte: <https://oespiritodolugar.blogspot.com/p/santana.htm> l . Acesso em: 29 abr. 2024.

5 QUESTÕES IDENTITÁRIAS E POLÍTICAS DOS TIROLESES DE PIRACICABA

Com o intuito de abordar os aspectos identitários dos imigrantes tirolese que desembarcaram no Brasil, a partir de 1858, um fenômeno que se estendeu até o final do século XIX e início do século XX, examinaremos alguns fundamentos teóricos relacionados à compreensão científica das questões identitárias ou dos processos identitários de uma determinada etnia.

Para isso, recorreremos a diversos estudiosos, a fim de tecer algumas considerações que consideramos pertinentes. Inicialmente, podemos citar o historiador inglês Eric Hobsbawm, cuja análise dessa temática nos proporciona não apenas uma compreensão do conceito de identidade, mas também do processo de construção do poder simbólico dessa identidade.

Os símbolos são instrumentos por excelência da “integração social” enquanto instrumentos de conhecimento e comunicação, e eles tornam possível o “consenso” acerca do mundo social que contribui fundamentalmente para a reprodução da ordem social: a integração “lógica” e a condição de integração “moral” (Hobsbawm, 2008, p. 10).

Da construção dessa simbologia ou desses símbolos sociais de identidade, emergem elementos fundamentais como cultura, língua, arte e religião. A partir dessa construção simbólica, se desdobram dinâmicas de poder e dominação, evidenciando suas interligações com a moral, a economia e a política (Ennes; Frank, 2014, p. 7). Assim, é seguro concluir que a identidade é uma questão de poder. Nessa perspectiva, percebemos que a cultura, enquanto um dos pilares da identidade de um povo, está integrada às relações sociais e as práticas identitárias de um grupo social específico estão constantemente em fluxo e em meio a disputas.

De certo modo, podemos aproximar tal consideração ao modo como Thompson (1998, p. 17) define cultura e sua conotação como uma arena de elementos conflitivos, um cenário de ambivalências, contradições e fraturas com aparência de unidade ou de sistema social (Ennes; Frank, 2014, p. 8).

Thompson, de fato, vai além ao enumerar uma série de condições que evidenciam, na construção dessa identidade, aspectos de poder, disputa, construção e reconstrução. Ele delinea um processo conflituoso e dialético entre os diversos componentes de uma sociedade específica.

E quanto à ‘experiência’ fomos levados a reexaminar todos esses sistemas densos, complexos e elaborados pelos quais a vida familiar e social é estrutura e a consciência social encontra realização e expressão [...]: parentesco, costumes, as regras visíveis e invisíveis da regulação social, hegemonia e deferência, formas simbólicas de dominação e resistência, fé religiosa e impulsos milenaristas, maneiras, leis, instituições e ideologias – tudo o que, em sua totalidade, compreende a ‘genética’ de todo processo histórico, sistemas que se reúnem todos, num certo ponto, na

experiência humana comum, que exerce ela própria (como experiências de classe peculiares) sua pressão sobre o conjunto (Thompson, 1981, p. 188-189).

Certamente, a expressão identidade é frequentemente entendida como um veículo para a valorização das culturas locais ou para legitimar grupos sociais específicos. No entanto, é fundamental explorá-la sob uma perspectiva mais ampla, considerando não apenas seu papel nesse contexto, mas também sua aplicação em microconflitos sociais. Esses conflitos não apenas geram sentimentos de diferença, mas também de pertencimento dentro dos grupos sociais em questão, destacando-se a complexidade e a dinâmica da identidade em estudos e pesquisas.

[...] é possível dizer que o pertencimento e a alteridade são produzidos por meio de relações de poder e que nossas escolhas e sentidos de identificação resultam de maneira de nos pensarmos e de nos imaginarmos no mundo, a partir do contexto e das relações sociais nos quais estamos envolvidos. Se, por um lado, o pertencimento reflete certa particularização da existência social, por outro, coloca em dúvida também qualquer amplitude generalista da mesma (Ennes; Frank, 2014, p. 8).

No processo identitário, diferentes atores entram em disputa por um bem ou objeto material que possui valor simbólico. Apesar dessa relação muitas vezes conflituosa, existe a possibilidade de que a simbologia construída seja mantida no cerne de uma determinada comunidade. Por exemplo, Cuche (2002) argumenta que essa dinâmica de disputa entre os indivíduos resulta em processos de classificação, hierarquização e atribuição de significados morais e políticos, dentro das relações sociais.

O que pode estar em disputa nos contextos de identificação faz parte do entendimento coletivo sobre desigualdades no acesso a recursos ecológicos e econômicos, a honra, os meios de produção, as memórias sociais, os objetos de valor moral ou religioso, os prestígios, os territórios, os títulos sociais, entre outros. Tais disputas não são necessariamente caracterizadas pelas relações produtivas, mas envolvem questões de valores e crenças construídas coletivamente (Ennes; Frank, 2014, p. 8).

A partir da análise proposta por Ennes e Frank, percebemos que os processos identitários são moldados por dinâmicas políticas, fundadas na relação de poder entre os membros de uma comunidade específica. Nesse contexto, surgem desigualdades e hierarquias que, influenciadas por fatores históricos e sociais, ao longo do tempo, estabelecem normas morais e costumes para a preservação do grupo.

Segundo Bourdieu (1989, p. 10), essa dinâmica de poder, dentro dos grupos sociais, é mediada por produções simbólicas que servem à dominação, refletindo a ideologia daqueles que detêm o poder. Para os subjugados, resta apenas a internalização desses mitos. Dessa forma, os processos identitários são moldados pela interação entre todos os membros do grupo, mesmo que haja resistência por parte dos subordinados, o que, com o tempo, estabelece uma relação de

conformidade entre dominantes e dominados, contribuindo para a construção de tradições, costumes e características culturais.

Já de acordo com Hobsbawm (1997, p. 10), a tradição, diferentemente dos costumes, é algo imutável em um grupo social, pois impõe práticas fixas e repetíveis. Enquanto os costumes podem permitir mudanças, agindo como motores e direcionadores das transformações em uma comunidade. Sua função principal é facilitar as mudanças desejadas em um determinado momento e local, limitadas pela tradição.

Portanto, enquanto a tradição representa um conjunto de práticas rituais ou simbólicas destinadas a transmitir valores e normas de comportamento através da repetição, compreendemos que a dinâmica entre dominantes e dominados na formação desses símbolos ideológicos pode permitir mudanças nos costumes, mas preservar a tradição, como apontado por Hobsbawm e Ranger (1997). Essa condição pode criar fronteiras ou limites que favorecem a reprodução do status quo e dificultam a penetração de outras ideologias no contexto social do grupo. Assim, ao longo do tempo e espaço, desenvolvem-se sentimentos de pertencimento e identificação dentro do grupo social em questão.

Essas relações são mediadas por fronteiras materiais ou simbólicas que funcionam como elementos definidores e demarcadores do eu/nós e do nós/outros. Tais fronteiras são socialmente construídas e são ressignificadas em razão das mudanças dos contextos sociais e históricos que, ora se configuram de modo centralizado e unificado, ora descentrado e fragmentado, como demonstrou Stuart Hall (2002). Se o sujeito centrado não desapareceu com o advento do sujeito descentrado, significa dizer que vivemos um movimento dialético entre concepções de identidade estáveis, fixas e sólidas, por um lado, e de identidades dinâmicas, fluídas e ambivalentes, por outro (Ennes; Frank 2014, p. 9).

Os marcadores sociais de identidade se expressam através de comportamentos, vestimentas, idiomas, laços familiares, territórios, características fenotípicas, entre outros. De acordo com Bauman (2021), em grupos sociais, especialmente em contextos de imigração, a identidade pode passar por uma reconfiguração ideológica. Nesses casos, o conflito ou desacordo entre o indivíduo e a comunidade abre espaço para uma possível identificação com outras comunidades. No entanto, essa mobilidade não necessariamente resulta em uma reconfiguração total da identidade. Especificamente com base na afirmação de Bauman (2021), a reconfiguração ideológica da identidade em contextos de imigração não ocorre com intensidade total, pois essa mobilidade não necessariamente resulta em uma configuração total da identidade, pois é parcial ou seletiva, não completa.

Nesse sentido, este estudo busca destacar como os tirolezes que migraram para o Brasil, a partir do século XIX, embora considerados parte de outras etnias, procuraram manter ao longo

dos anos suas características identitárias. Essas características são facilmente observáveis ao adentrar às comunidades tiroleas espalhadas pelo país, principalmente em áreas como Santa Olímpia e Santana, que são foco central deste trabalho de pesquisa.

5.1 QUESTÕES IDENTITÁRIAS DO TIROLÊS NO BRASIL

Assim como em Minas Gerais, Espírito Santo, Paraná, Bahia, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Argentina, EUA e São Paulo, os tirolezes, embora frequentemente confundidos com germânicos, austríacos ou italianos, sempre buscaram se afirmar como um grupo identitário distinto dos mencionados anteriormente. Além disso, sempre se esforçaram para preservar duas questões fundamentais de sua história e cultura: a religião e a política, mesmo quando distantes de sua "pátria" e estabelecidos em terras além-mar.

No caso específico dos tirolezes (também conhecidos como trentinos por muitos) que se estabeleceram nas colônias do Brasil e de São Paulo, muitos aspectos de sua identidade foram tangenciados com outras comunidades de outras etnias ou nativas adjacentes.

Durante o processo de recepção dos imigrantes, o governo brasileiro, principalmente nas colônias, conforme observado por Dalpiaz (2020), procurou evitar a formação de blocos étnicos, optando por uma política de miscigenação, "misturando imigrantes de diversas origens". Dessa forma, se um tirolês recebesse um lote de terra distante dos outros tirolezes, ele frequentemente buscava trocar esse lote com outro imigrante não tirolês para ficar mais próximo de seus compatriotas. Essa prática contribuía para a formação de pequenas "ilhas culturais".

[...] em determinadas linhas onde feltrinos, trentinos e vicentinos, por exemplo, se instalaram. Nos núcleos gêmeos de Urussanga e Crisciúma (1880), em Santa Catarina, os lotes foram distribuídos de modo que cada italiano se encontrasse entre um polonês e um brasileiro. Dentro de poucos anos, porém, através da troca de lotes, os grupos étnicos concentraram-se em determinadas linhas, criando sociedades mais homogêneas do ponto de vista linguístico (Dalpiaz, 2020, p. 54).

Para Possamai, por exemplo: “Desde o início do processo imigratório, os trentinos faziam questão de afirmar uma identidade separada em relação a outros italianos” (Possamai, 2005 *apud* Corrêa, 2018, p. 60). Mantinham o orgulho de serem classificados como tirolezes, aceitavam de forma tranquila o domínio dos austríacos sobre sua “pátria”, mas não se consideravam, por isso, germânicos ou germanizados, algo que permanece até hoje no imaginário dos trentinos no norte da Itália.

Além disso, os trentinos provinham do Norte, região mais rica, economicamente e culturalmente. Essa posição contrastava com a dos imigrantes da região sul que eram

pobres e aqui chegaram em maior número algumas décadas depois, instalando nas cidades ao invés das colônias. A rivalidade entre as regiões do Norte e do Sul vinha de muitos séculos, devido à essas diferenças culturais e econômicas (Corrêa, 2018, p. 60).

Como o governo austríaco não incentivava nem apoiava a imigração de seus súditos, e os tirolese buscavam novos horizontes devido às precárias condições de vida em termos econômicos, oportunidades de emprego e remuneração digna, eles começaram a migrar. Dessa forma, adentraram no Brasil e na América com passaporte austríaco, sendo chamados de austríacos ou tirolese. Tinham, então, que formalmente declarar que não seriam mais considerados súditos do Império Austro-Húngaro, perdendo assim seus direitos de cidadania austríaca. Além disso, recebiam formalmente uma declaração de que não teriam qualquer tipo de ajuda ou amparo para os problemas decorrentes de sua empreitada migratória.

Segundo as conclusões de Dalpiaz (2020), essa situação fez com que os trentinos fossem mais subservientes aos patrões e autoridades brasileiras, originando uma considerável fama de que, entre os imigrantes, eram os mais propensos ao trabalho e os que menos reivindicavam seus direitos.

Os trentinos não contaram com o respaldo do governo austríaco às suas reivindicações, sendo por ele abandonados, já que este desaconselhava a emigração e procurava impedi-las por meios legais, deixando assim de se responsabilizar pelos que tomavam a decisão de emigrar (Possamai, 2005, p. 84).

Em razão disso, os trentinos ou tirolese em geral eram chamados de “senza bandiera” (sem bandeira), pois chegavam à América como um grupo étnico distinto, mas sem nacionalidade formal.

Os trentinos, mesmo em outra “pátria”, mantiveram nas colônias que habitavam uma grande união, demonstrando uma relação muito estreita com a Áustria e aversão à cultura italiana ou aos italianos, apesar de falarem a língua italiana.

Outra questão que colocava os trentinos em situação adversa aos “italianos” era o posicionamento da Igreja Católica da Áustria, que era a favor da infalibilidade papal e da condução pelo Papa, enquanto os italianos do sul, na ótica dos tirolese, eram influenciados por ideias anarquistas e socialistas e, portanto, considerados ateus ou contrários aos domínios da Santa Sé.

[...] para tal imigrante, portanto, diferenciar-se dos demais italianos era reafirmar sua rejeição, tanto da propaganda socialista ou anarquista, quanto dos agentes de uma italianidade anticlerical ou ambígua (Ghirardi, 1994, p. 22). Em Santa Catarina, a rivalidade entre italianos e trentinos era alimentada pelos padres franciscanos alemães que tinham a intenção de [...] proteger os bons tirolese dos socialistas e maçons italianos (Corrêa, 2018, p. 61).

Não só a questão religiosa fazia parte de uma certa “rivalidade” entre “italianos” e “tirolezes”. Havia também um motivo político. Os trentinos eram, principalmente os camponeses, contrários a uma possível unificação da “Itália do Sul” com a “Itália do Norte”, pois veneravam a figura do imperador Francisco José. Eles o consideravam seu verdadeiro dirigente político em detrimento do rei italiano Vítor Emanuel: “Era muito comum os trentinos trazerem consigo um quadro com uma pintura do imperador da Áustria” (Corrêa, 2018, p. 64).

Alguns estudiosos argumentam que o respeito e a devoção ao imperador austríaco eram tão profundos entre os trentinos que eles estendiam sua simpatia e reverência a Francisco José para o imperador do Brasil, Dom Pedro II, e eram contrários à deposição do imperador brasileiro com a chegada da república. Entre esses pesquisadores estão Renzo Grosselli, Possamai e Marcelo Armellini Corrêa.

O índice de alfabetização dos tirolezes era consideravelmente superior ao dos imigrantes de outras regiões da Itália. Isso também alimentava certo preconceito entre as partes e reforçava a sensação de "superioridade" que os tirolezes sentiam em relação aos italianos. Realmente, os índices de alfabetização entre as duas etnias eram bastante diferentes. Isso refletia também a questão do "orgulho" de "pertença" dos tirolezes ao Tirol austríaco, em oposição ao sentimento de pertencimento à Itália. Esse contexto alimentava ainda mais o desejo dos trentinos de serem reconhecidos como "não italianos", pois para eles, os italianos eram vistos como pobres, incultos, analfabetos ou pouco instruídos. Como ressaltado por Grosselli, em 1880, a taxa de analfabetismo em Trento entre pessoas com mais de seis anos era de aproximadamente 14,5% da população total, sendo que dos imigrantes italianos metade era analfabeto (Corrêa, 2018, p. 71).

Esse processo de alfabetização das crianças tirolezas persistiu no Brasil, especialmente com a chegada de professores trentinos. Nas colônias, a preocupação em construir capelas e escolas era evidente, com o claro objetivo de preservar suas identidades, ou através da religião ou da educação.

As escolas mais antigas da região colonial italiana surgiram em locais onde os trentinos eram maioria. Na linha Figueira de Melo, na Colônia Conde D’Eu, foi inaugurada uma escola particular, em 1877, a qual pertencia aos imigrantes trentinos Basilio Turatti (Luchese 2015). No Travessão São Vigílio, na Segunda Légua da Colônia Caxias, habitado majoritariamente por trentinos, conforme referido anteriormente, foi construída a escola São Martinho (Corrêa, 2018, p. 77).

No século XIX, o sistema familiar era patriarcal, onde o pai exercia autoridade e influência significativas sobre as diretrizes da vida familiar. Nessa dinâmica, era ele quem

determinava o que considerava melhor para seus filhos, inclusive decidindo muitas vezes os parceiros de casamento para seus filhos e filhas.

Durante os primeiros tempos da colonização e algumas décadas subsequentes, a família era a mais importante das instituições, organizada e respeitada. A transmissão cultural procedia-se de forma natural, simples e humana, de pai para filho. Os conhecimentos e as técnicas para vida diária, sobretudo para o trabalho, envolviam toda a família. A experiência e a educação dos filhos resultavam da convivência diária, da autoridade máxima do pai – o chefe absoluto dos filhos –, além do recato e sabedoria das mães, responsáveis pela administração do lar e do bem-estar de todos (Cani, 2011, p. 201).

A família entre os tirolese era reverenciada como algo "sagrado", sendo sua preservação vital para cada membro e integrante de sua identidade coletiva. Por conseguinte, era encorajada e zelada a formação de novas famílias por meio de casamentos e da procriação. A constituição familiar representava, além disso, um meio de edificar a nova sociedade almejada pelos imigrantes, tanto aqui no Brasil quanto na América. O núcleo familiar não apenas desempenhava um papel fundamental na transmissão de conhecimentos e valores culturais, mas também servia para manter viva, ao longo das gerações, a conexão com a "pátria" distante.

Para Costa (1977), a imagem familiar advinha não só da posse da terra e da casa: possuir terras era muito importante para ascensão econômica e para a respeitabilidade do nome, mas também da necessária dedicação ao trabalho, o que se tornou um fato fundamental para imagem social da família (Corrêa, 2018, p. 91).

Os batizados e as crismas, sacramentos da Igreja Católica, estavam intimamente ligados ao compadrio entre os trentinos. Essas relações de apadrinhamento eram frequentemente estabelecidas entre vizinhos, inclusive no contexto dos casamentos, perpetuando assim os laços sociais que mantinham viva a identidade dos emigrantes, mesmo distantes de suas aldeias de origem e de sua pátria.

A identidade dos trentinos também se expressava através da religião católica, especialmente daquela Igreja Católica romanizada pelo Império Austro-Húngaro. No Brasil imperial, o sistema de padroado estava em vigor, permitindo a interferência política dos respectivos imperadores nas questões hierárquicas da Igreja Católica Romana, em seus territórios. Vale ressaltar que essa prática era defendida pelos tirolese, mas condenada pelos italianos por motivos políticos, teológicos e culturais.

O clero trentino era influenciado pelo movimento "ultramontano" que preconizava o retorno aos valores do cristianismo primitivo e afirmava a infalibilidade do Papa. Para os sacerdotes trentinos e os emigrantes tirolese, uma Igreja Católica que não aderisse a essas concepções estaria sujeita à influência negativa de anarquistas, socialistas e maçons. Eles viam nesses grupos uma ameaça aos valores fundamentais dos fiéis católicos, que poderiam ser

distorcidos em "heresias" religiosas, colocando em perigo as tradições identitárias religiosas dos católicos tirolezes.

No entanto, ao final do século XIX, a situação do clero no Rio Grande do Sul deixava muito a desejar. Desenvolviam um catolicismo festeiro, de tradições leigas, caracterizado por festas ruidosas, desrespeito ao celibato, interesse por enriquecimento, muito longe, portanto, das diretrizes ultramontanas da Santa Sé, deixando, em segundo plano, a assistência religiosa por ela preconizada (Corrêa, 2018, p. 101).

É relevante notar que os trentinos eram percebidos pelos nativos brasileiros, em comparação com outros imigrantes, especialmente os italianos, como conservadores tanto em seus costumes quanto em sua prática religiosa. Essa concepção ideológica naturalmente os levava a ter uma inclinação política mais alinhada à direita, com uma forte oposição ao liberalismo, à maçonaria e ao anarquismo, além de adotarem um estilo de vida marcado pela disciplina, ordem e rigidez (Corrêa, 2018).

Segundo Bonatti e Lenzi (2006, p. 21), ao descrever a psicologia do povo trentino, eles são caracterizados como sérios, frequentemente severos e trabalhadores, com uma aversão pronunciada à improvisação fácil e à busca de aventuras espirituais ou econômicas, portanto, conservadores.

As expressões religiosas dos trentinos já começavam durante a travessia da Europa para a América. Durante a jornada marítima, demonstravam um profundo apego à religião e ao mundo espiritual. Caso ocorresse algum falecimento a bordo, o corpo era lançado ao mar, seguindo uma prática que visava a proporcionar um destino digno ao defunto. No entanto, antes disso, realizavam um velório, acompanhado de orações e cânticos liderados por um leigo, até que as águas envolvessem o corpo (Vicenzi, 2000, p. 112). Esse ritual representava uma forma de realizar um sepultamento digno para o falecido, independentemente de sua idade. Essa profunda religiosidade, característica dos tirolezes, os acompanhava durante a travessia e nas comunidades "campos" da América, sendo uma manifestação cultural e identitária que persistiu por mais de um século.

Ao se estabelecerem em terras estrangeiras, os trentinos preocupavam-se não apenas em construir abrigos, mesmo que simples, mas também em estabelecer e institucionalizar um "campo santo", um local sagrado para os entes queridos serem sepultados com dignidade, acompanhados por cerimônias fúnebres conduzidas por um sacerdote (Vicenzi, 2000, p. 112). Essas práticas foram as primeiras demonstrações de solidariedade entre os colonos em um ambiente estrangeiro.

A organização religiosa dos tirolese era fortemente centrada no catolicismo, a fé que eles trouxeram consigo em sua migração. Essa religião não apenas representava seus princípios espirituais, mas também era um aspecto fundamental de sua identidade cultural.

Na casa de Marco, Eleonora abre todas as gavetas e, organizadamente, vai colocando dentro de uma caixa de madeira os pertences mais imediatos: roupas, lençóis, toalhas, panelas, pratos, talheres [...] canecas de barro e um velho crucifixo já carcomido pela ferrugem [...] Dez minutos depois, chega o casal Giuventino e Francesca, carregando uma caixa de madeira suspensa por duas alças. As crianças não resistem à curiosidade: - O que tem aí dentro? Quer saber Amália. Giuventino faz sinal pedindo um pouco de paciência e com muito cuidado abre a caixa. - É uma Madona! - grita Enrico [...] Esculpiu a imagem de Nossa Senhora das Neves, conforme havia prometido (Valduga, 2012, p. 53).

Nas colônias ou nos núcleos familiares formados pelos tirolese no Brasil, ao construírem suas capelas, era comum preservarem o mesmo padroeiro venerado em suas comunidades de origem na Europa. Além disso, oratórios eram encontrados em toda parte, geralmente instalados nas próprias residências, onde os santos de sua devoção eram venerados.

Muitos sacerdotes acompanharam os imigrantes tirolese, originários do Tirol, e exerciam grande influência sobre os trentinos, tanto no aspecto religioso quanto no moral e na educação familiar. No entanto, a disponibilidade de clérigos para atender a todas as capelas erigidas pelos trentinos no Brasil era limitada. Assim, frequentemente, um leigo trentino era escolhido pela comunidade para realizar atividades religiosas, como as orações dominicais, os dias santos e a recitação do terço, práticas muito comuns entre eles, além de ensinar o catecismo às crianças e administrar os batismos. O indivíduo escolhido para essa função geralmente possuía valores morais e religiosos respeitados, às vezes sendo selecionado entre aqueles que haviam participado de corais ou atuado como catequistas no Tirol. "O vigário frequentemente exercia uma liderança comparável à do poder público, pois os católicos viviam sob um rigoroso código moral, no qual a obediência e o respeito eram altamente valorizados" (Cani, 2011, p. 144).

Apesar da condenação da Igreja à realização de bailes na época, os tirolese realizavam bailes familiares como uma forma de manter e reproduzir sua cultura, costumes e identidade. Esses eventos ocorriam em ocasiões especiais, como casamentos, bodas de prata ou de ouro (marcando vinte e cinco ou cinquenta anos de casamento, o que era comum na época), geralmente em ranchos ou nas grandes salas das residências dos pais dos noivos.

Embora os padres combatessem os bailes populares, considerando-os pecaminosos, esses eventos ainda aconteciam, deixando para o confessor o arrependimento por tais transgressões.

Nos bailes familiares de matrimônio, Bodas de Prata ou de Ouro, a comunidade, que normalmente era convidada maciçamente, juntava-se num grande congregarmento. Farta comida, vinho artesanal, bira dolza, licoreth e brindes constantes de Viva isposi, em meio à animação provocada pelo som extasiante dos bandônios, gaitas, violino e bateria, faziam que os casais, entrelaçados firmemente rodopiassem até a madrugada em danças tradicionais como a valsa, a mazurca, a tarantela e a polca (Cani, 2011, p. 232).

Ao longo dos anos e com uma maior interação com outras culturas, ou de outros imigrantes ou dos nativos da terra, foi gradualmente introduzida nos bailes uma variedade de danças foi introduzida. Além das tradicionais, como a valsa, passaram a ser apreciadas danças como a rancheira, o xote, a marchinha, o baião, o bolero, o foxtrote (com influência norte-americana) e o tango argentino.

As danças trazidas pelos tirolezes para a América incluíam o Quatro Passi, La Monfrina, La Napolinesa, La Furlana ou Frulana, El Raspapè e La Mazurka. Essas formas de dança ainda são realizadas em apresentações de grupos tirolezes mantidos e promovidos pelos Circolos Trentinos, espalhados pelo Brasil.

Os bailes trentinos também apresentavam uma série de brincadeiras originárias do Tirol, como a Dança do Lenço, a Dança da Vassoura e a Dança com a Noiva. No Brasil, esses costumes foram disseminados para outras regiões, mesmo fora das comunidades de imigrantes tirolezes ou italianos.

Atualmente, é bastante comum em festas de casamento no interior do Brasil que o noivo conceda sua gravata, e cada convidado corta um pedaço dela, compensando o gesto com uma oferta em dinheiro aos noivos. Esse costume ecoa a tradição dos tirolezes na Dança da Noiva, onde em vez da gravata do noivo, era oferecido um pequeno pedaço do vestido da noiva, desde que o convidado contribuísse financeiramente para os noivos e ganhasse o direito de dançar com a recém-casada.

Para que os bailarinos pudessem deslizar mais facilmente pelas tábuas grosseiras dos antigos ranchos transformados em salões de dança, era costume espalhar farinha de polenta no soalho, o que podia acarretar alguns escorregões ou tombos fantásticos por parte de pares afoitos, velozes e empolgados (Cani, 2011, p. 234).

Vamos agora explorar outras expressões culturais que contribuíram significativamente para a identidade dos tirolezes no "novo mundo" ou "nova pátria", mas que foram relegadas ao

tempo e ao espaço. Destacam-se o teatro, a música, a sabedoria popular e o dialeto trazidos para cá pelos trentinos.

Inicialmente, o teatro era organizado pelos párocos, que encenavam peças religiosas ou moralistas nos salões paroquiais. Além disso, algumas peças "profanas". Visavam a entreter ou emocionar, misturando o cômico ao dramático.

No Sul do país, especialmente nas colônias "catarinas", Frei Lucínio compôs algumas peças religiosas, como "La Nascita di Gesù", "O Martírio de São Tarciso" e "O Auto da Santa Notte". Mais tarde, alguns padres franciscanos escreveram o drama "As Pistrinas". Nesse contexto, também foram apresentadas peças como a comédia "Belzebu" e dramas como "Conde de Norfolk", "O Gondoleiro do Amor", "Santa Genoveva", "Honrarás Pai e Mãe" e "Fabíola: o Sangue que Ora", todas interpretadas por artistas amadores.

A música se expressava por meio de corais e bandas que se apresentavam em cerimônias religiosas. Além disso, alguns cancioneiros familiares, trazidos pelos tirolese para o Brasil, foram transmitidos oralmente a outras gerações e, ocasionalmente, resgatados pela influência dos Circolos Trentinos ou de seus descendentes. Algumas das mais conhecidas incluem: "Mèrica Mèrica", "Donna Lombarda", "Sul Castel della Mirabel", "Quatro Cavaì", "La gá gambe longhe", "Marietta tu sei bela", "Ciao, Morettina bela ciao", "Cara mamma la sposa l'èi qui", "Il campanelino", "Brevè, compare", "O Angiolina", "Si che mi bate il cuor", "La Rizzolina", "El diaol l'è morto", "L'arromba del canon" e "Canzonella Addio bel Trento", além de "Santa Lucia".

Era comum os colonos tirolese se reunirem no final do dia para tocar e cantar em alguma casa específica, envolvendo desde pais, mães, avôs e avós até moças, rapazes e crianças. Todos participavam dessa expressão cultural.

As canções guardadas na memória e tais como foram guardadas na memória. Pedacos de montanhas e vales da pátria distante trazidos pelo imigrante. Amores e desilusões da juventude. Guerras, exércitos, napoleões, saudades, vida bucólica, a vida e a morte [...] Canções religiosas, canções galhofeiras, canções (Zanotelli, 2011, p. 188).

Assim como a música, a prática da reza também era uma atividade realizada tanto de forma individual quanto coletiva entre os trentinos. Era uma prática muito presente em seu cotidiano. Ao despertar, cada pessoa dedicava-se a, pelo menos, uma oração, como o Pai-Nosso, a Ave-Maria ou invocações ao Anjo da Guarda. Para aqueles mais devotos, essas orações eram repetidas ao meio-dia e às seis da tarde. No retorno do trabalho nos campos, as famílias caminhavam juntas ao anoitecer, entoando ladainhas e cânticos sagrados, os quais todos conheciam.

Além disso, os domingos e os dias santos eram marcados por missas e recitação do terço. Novenas eram realizadas para pedir graças, como chuvas e proteção contra pragas nas plantações. Nos funerais, orações e salmos bíblicos eram proferidos em honra aos falecidos. Também eram comuns práticas mais intensivas, como novenas em devoção ao santo padroeiro da capela, celebrações de Natal, Páscoa, Pentecostes e outros eventos, propostos pela Igreja Católica.

Na Igreja, mulheres de um lado e homens do outro faziam dois coros para cantar salmos, ladainhas e preces onde o que mais interessava era o coral, a harmonia e a participação. Nem sempre os participantes sabiam o que estavam dizendo e cantando (Zanotelli, 2011, p. 190).

De acordo com a pesquisa realizada pela professora Iracema Maria Moser Cani (2011) sobre os trentinos em Rodeio/SC, o renomado pesquisador linguístico Umberto Rafael, descrito como "um dos maiores pesquisadores trentinos", foi responsável por compilar uma das mais destacadas coletâneas de provérbios da cultura trentina. A seguir, apresentaremos alguns exemplos selecionados aleatoriamente:

"Pàn emprestà, pinza renduda" (Pão emprestado se restitui com pizza);

"Piàn, piàn, se vá lontan" (Devagar se vai longe);

"Spiovezina, la gata la vâ 'n cosina" (Chuvinha miúda, a gata vai para a cozinha);

"A vardar l'aluna, se vâ 'n del fòz" (Ao olhar para a lua, se cai no valo);

"Chi sparagna, la gata magna" (O que se poupa demais, a gata come);

"San Vigili, protetor de Trento, co'le campane de oro e l'campanil d'argento" (São Vigílio, protetor de Trento, com os sinos de ouro e a torre de prata).

Além disso, é importante destacar a relevância da preservação do dialeto trentino como parte fundamental da identidade cultural. Mesmo que outros dialetos tenham sido trazidos pelos tirolezes e pelos emigrantes de diversas regiões do Tirol, o dialeto trentino, no meu entendimento, merece ser valorizado e mantido, pelos moradores de Santana e Santa Olímpia, como uma forma de propagar a rica herança cultural dessa comunidade (inclusive, muitos moradores dessa localidade defendem tal desiderato, e há na comunidade movimentos nesse sentido).

Um povo que sai de sua terra natal carrega consigo a língua materna de seu país de origem. O dialeto trentino emigrou do antigo Tirol para o Brasil. Aqui foi adotado e preservado enquanto a sociedade se mantinha genuína e livre de maiores interferências da aculturação que se imporia inevitável com o tempo. No entanto, particularmente aqui no Vale, assim como nas demais comunidades trentinas de origem espalhadas pelo Brasil, esse linguajar ainda consiste num bem cultural expressivo dentro do seu respectivo contexto patrimonial remanescente [...] nas primeiras cidades de Santa

Catarina onde se radicaram trentinos e vênnetos, assim como outras comunidades trentinas no Brasil souberam preservar boa parte do linguajar dialetal. No Rio Grande do Sul, assim como no Oeste catarinense, os dialetos trentinos e vênneto se imiscuíram com evidentes inflexões do linguajar gaúcho. Em algumas cidades do interior de São Paulo, do Espírito Santo e do Paraná, muitos núcleos familiares também preservaram sua herança linguística (Cani, 2011, p. 246).

A relevância do dialeto trentino é evidente e atual, refletida no amplo espectro de pesquisas acadêmicas conduzidas por linguistas e historiadores que se debruçam sobre esses dialetos. Especialmente notáveis são os estudos focados nas comunidades dos bairros de Santa Olímpia e Santana em Piracicaba/SP. Entre esses estudos, destacam-se as contribuições de Maria Luísa de Almeida Leme, cuja dissertação de mestrado em 1990, intitulada "A linguagem da comunidade Tirolesa-trentina: da cidade de Piracicaba – SP", oferece uma análise aprofundada. Da mesma forma, as pesquisas de Éverton Altmayer Leopoldino, com sua dissertação de mestrado em 2009 e a subsequente tese de 2014, intituladas "A linguagem da comunidade Tirolesa-trentina: da cidade de Piracicaba – SP" e "O dialeto trentino da colônia tirolesa de Piracicaba: aspectos fonéticos e lexicais", respectivamente, são referências importantes nesse campo de estudo.

Além das contribuições linguísticas, a influência cultural dos imigrantes tirolese se estende a várias formas de entretenimento ainda presentes em partes de Santa Catarina, Rio Grande do Sul e no interior de São Paulo. Jogos como bocha e os de cartas, como bríscola, a escova, o "dobellon" e o "quatrillo", foram trazidos por essas comunidades e continuam a ser praticados em algumas localidades. Também persiste o jogo de apostas conhecido como "mora", jogado com os dedos das mãos. O "filó", embora não seja propriamente um jogo ou brincadeira, é uma tradição comum em pequenos municípios catarinenses do Oeste e gaúchos, onde os vizinhos se reúnem para cantar e dançar, compartilhando uma mesa farta com comidas, bebidas e doces contribuídos por todos.

5.2 ASPECTOS E PARTICULARIDADES DAS QUESTÕES IDENTITÁRIAS DOS TIROLESES DE SANTA OLÍMPIA E SANTANA

Assim como em outras colônias de trentinos espalhadas pelo Brasil, Santa Olímpia e Santana, de certa forma, procuraram desenvolver e realçar a intensidade de suas raízes culturais e identitárias, conforme descrito no subcapítulo anterior. No entanto, ao analisarmos de forma mais precisa alguns aspectos e particularidades identitárias dos tirolese da região de Piracicaba, podemos entender com maior clareza como e por quais razões essas tradições ainda estão em processo de formação até hoje.

Os bairros tirolese de Santa Olímpia e Santana encontravam-se um pouco afastados do município de Piracicaba devido à precariedade dos meios de transporte e às dificuldades de trânsito em estradas de difícil acesso. Apesar disso, ao longo do tempo, tanto interna quanto externamente, foram observadas alterações significativas em diversos aspectos de sua identidade, as quais serão detalhadamente abordadas a seguir.

Os casamentos ocorriam internamente, entre parentes, devido principalmente ao apego à relação católica; à língua, que permaneceu ligada ao dialeto trentino e à estrutura familiar, rígida e paternalista. E através desses três fatores – isolamento, dialeto e religião – que o grupo manteve suas tradições, até hoje. Formam entre si a origem de uma tradição que foi transmitida de pai para filho e que caracteriza a identidade desse povo (Giraldelli, 1992, p. 43).

Os tirolese eram conhecidos por serem católicos tradicionais e, como tal, vivenciavam sua fé de acordo com os preceitos da Igreja, de forma rigorosa. Tinham receios de que a prática da religião fosse influenciada por hábitos "brasileiros" que consideravam imorais, o que contribuía para seu isolamento inicial em relação aos brasileiros e a outras culturas. Essa preocupação era mais um fator que contribuía para a reconstrução de sua identidade frente a outros imigrantes.

Um fenômeno geral da imigração é o da importância assumida pela religião como fator da identificação cultural dentro de uma nova sociedade. É através desta que os imigrantes conservam e ou reconstróem, em todos os países, muito do seu mundo pátrio ao redor das paróquias étnicas, que ficam sendo o centro da vida do grupo (Giraldelli, 1992, p. 44).

No caso específico de Santa Olímpia e Santana, é conhecido que, além das primeiras capelas construídas nesses núcleos, a presença do padre teve uma influência significativa na preservação da maneira como os tirolese expressavam sua religiosidade e transmitiam essas características para as próximas gerações. Correr (2014) sugere que "a rede religiosa provavelmente desempenhou o papel principal na integração social dos imigrantes e no estabelecimento em Piracicaba", destacando-se a participação crucial dos clérigos nesse processo.

Imagem 20 – Fotografia das primeiras mulheres de Santa Olímpia e Santana



Nota: Fotografia antiga de mulheres tirolezas na região de Piracicaba Fonte: Banco de imagens Google.

Os padres capuchinhos, oriundos da região do Tirol, assumiram a responsabilidade de acompanhar os imigrantes, tanto antes de sua partida de Trento quanto após sua chegada ao Brasil. Em particular, em Santa Olímpia e Santana, esses padres foram designados devido ao seu domínio do dialeto dos imigrantes, o que os capacitava a lidar melhor com as questões religiosas da comunidade.

Em 1889, esses padres chegaram ao Brasil e estabeleceram residência na cidade de Piracicaba. Lá, eles se dedicaram à evangelização em todas as paróquias da região, incluindo os bairros habitados pelos imigrantes tirolezes. A religiosidade nesses locais era caracterizada

por um catolicismo forte, influenciado pelas tradições romanas, clericais, trentinas e sacramentais, conforme descrito por Grosselli (2008) e ressaltado por Leme (2001, p. 45).

Os padres ainda hoje representam para a comunidade o elo com o país de origem, uma vez que os rituais católicos eram muito semelhantes nos dois países. O papel do padre, como representante de uma instituição consolidada mundialmente, era o de dar segurança e garantir o exercício da religião no grupo de imigrantes, que somente se dirigia à cidade para eventos religiosos – casamentos, batizados, missas solenes.

A religiosidade foi uma presença marcante na vida dos tirolezes de Piracicaba, a ponto de mais de setenta religiosos, entre padres e freiras, terem saído das famílias pertencentes à comunidade dos bairros de Santa Olímpia e Santana, conforme indicado por Leme (2001, p. 44).

Dessa forma, pode-se concluir que, ao garantir aos imigrantes a continuidade de suas práticas religiosas e ritos costumeiros, como as missas e outras celebrações religiosas, incluindo festas, o papel do padre foi de grande importância para o enlace dos laços identitários dos tirolezes no Brasil. No entanto, é importante ressaltar que as redes sociais desempenharam um papel igualmente significativo na garantia desse desenvolvimento cultural, atuando de diferentes maneiras e formas, as quais serão exploradas ao longo deste trabalho.

Assim como em outras comunidades tirolezas espalhadas pelo Brasil, havia uma preocupação muito grande com a educação entre os imigrantes moradores de Santa Olímpia e Santana.

Imagem 21 – Fotografia antiga dos primeiros homens tirolezes que chegaram no bairro de Santa Olímpia – Piracicaba – SP



Nota: Fotografia dos primeiros imigrantes homens de Santa Olímpia e Santana. fonte: Banco de imagens Google.

Dessa forma, os pioneiros contrataram e pagaram um professor de italiano chamado Antônio Michelin, que lecionava o idioma com atenção à preservação do dialeto falado pelos imigrantes locais. Posteriormente, por volta de 1922, foi estabelecida uma escola em Santa Olímpia, que funcionava numa sala de estar de uma das residências. A professora designada vinha da cidade de Piracicaba, sendo seu salário custeado pelo estado de São Paulo, e tinha a obrigação de residir na comunidade.

Em 1923, Samuel de Castro Neves construiu uma escola. O terreno onde ergueu-se a "casa de ensino" foi doado por um dos residentes do bairro de Santana. Assim, nesse local, foi erigido o grupo escolar local, composto por cinco salas de aula e denominado "Escola Reunidas Santana", um bem público que persiste até os dias atuais, embora sob outro nome, Escola Estadual Doutor Samuel de Castro Neves.

Os professores vinham do trole, e voltavam de trem para João Alfredo, hoje Artemis. Havia aula à noite para os adultos, gente com sapato cheio de barro, mãos calejadas, aprendendo a ler com lampião. Falavam o tirolês e tinham dificuldades na aprendizagem (Przotto; Vieira, 1191, p. 14 *apud* Giraldelli, 1992, p. 50).

Outras manifestações culturais foram valorizadas e mantidas pelos descendentes de tirolese em Piracicaba. Um exemplo notável foi a formação de uma banda musical em 1929, especializada em executar músicas tradicionais trentinas. Essa banda ganhou reconhecimento e era frequentemente convidada para tocar em festas religiosas nos bairros, além de eventos políticos na cidade. Seu primeiro maestro foi Genaro Donadio, um descendente direto dos tirolese. Embora a banda tenha encerrado suas atividades em 1953, ainda é lembrada com carinho pelos mais antigos da comunidade.

Os bailes eram uma tradição, após longas jornadas de trabalho nos campos, oferecendo aos imigrantes a oportunidade de cantar suas músicas tradicionais, dançar e, eventualmente, encontrar seus futuros parceiros, muitas vezes resultando em casamentos e na formação de grandes famílias, algo incentivado pela Igreja Católica.

Além disso, os jogos eram uma parte importante da vida social, especialmente o futebol, a "morra" e a "palone", um jogo similar ao vôlei.

Mesmo após mais de um século, desde a chegada dos tirolese aos bairros de Santa Olímpia e Santana, muitas das festividades introduzidas pelos primeiros colonos ainda são celebradas por seus descendentes. Destacam-se a Festa de Nossa Senhora, a Festa da Polenta, a Cuccagna e a Festa da Imigração.

A Festa de Nossa Senhora é uma das mais antigas e significativas da comunidade. Realizada no mês de maio, em homenagem a Maria, mãe de Deus, no calendário católico, a festa é um reflexo da intensa religiosidade e devoção dos imigrantes, sendo uma tradição que remonta à sua terra natal. Celebrada no segundo domingo de maio, coincide com o Dia das Mães e inclui missas e a recitação do rosário, seguidas pela partilha de pratos típicos da região.

Por outro lado, a Festa da Polenta é talvez a mais emblemática e amplamente divulgada pela comunidade. Embora não tenha sido estabelecida pelos primeiros imigrantes, foi criada pelos descendentes dos tirolezes como parte das comemorações do centenário de Santa Olímpia. A festa, realizada no último final de semana de julho, é uma expressão do desejo de celebrar a história e as tradições culturais dos tirolezes de Piracicaba.

Imagem 22 – Fotografia de uma versão das festas da polenta realizada no Século XX no bairro de Santa Olímpia – Piracicaba SP



Nota: Festa da Polenta realizada anualmente em Santa Olímpia e Santana. Fonte: Banco de imagens Google.

Essa festa não é sagrada, mas sim profana, embora inclua uma missa da qual os moradores do bairro participam. O cerne da celebração são as danças tirolezas, apresentadas

por grupos locais e também por grupos de outras regiões (inclusive de Treze Tília, onde um grupo de dança se apresentou). Além disso, há performances de corais com músicas típicas do Trentino, tanto sacras quanto italianas. Também há barracas vendendo uma variedade de comidas, algumas das quais são típicas, como a polenta com chucrute, speck e linguiça, e os canederli ou knödel (nhoques de pão). A festa da "Cuccagna" é uma celebração secular enraizada desde a chegada dos primeiros imigrantes. Consiste em festividades carnavalescas realizadas na terça-feira que antecede o período da quaresma católica. Durante o evento, são servidos pratos tradicionais, como polenta com cuccagna (uma fritada de ovos com tomates, linguiça, bacon e queijo), strangola pretti (nhoques verdes), polenta frita, salsichão e gròstoi (pasteizinhos doces), todos preparados com linguiça e especiarias locais. Acompanhando essas delícias, há uma seleção de cervejas, vinhos de uva e de laranja, além da tradicional grappa, um destilado feito com casca de uva, tudo produzido na região.

O termo tirolês "cuccagna", que pode ser trauído para o português como "fartura" é utilizado para designar um prato "típico", bem como esta festa. Com relação à comida, sua preparação envolve grande número de ingredientes, como linguiça, ovo, tomate, cebola, queijo, entre outros, o que representa o esbanjamento de comida, a ausência de fome. Com relação à festa, seu objetivo, além de celebrar o carnaval, é o de unir a comunidade, por meio da partilha dos alimentos. Dentre as atividades da cuccagna, uma das mais valorizadas pelos moradores é a chamada "catança" ou o "catara a cuccagna", momento em que passam em todas as casas do bairro, exceto nas que não tem ninguém no momento, cantando e dançando para recolher ingredientes que serão utilizados para a preparação da fritada, que é servida com polenta (Correr, 2014, p. 115).

A festa do imigrante, celebrada em 20 de novembro em comemoração à fundação do bairro de Santo Olímpia, é um evento marcante na comunidade. Durante esta festividade, uma procissão com santos percorre as ruas do bairro, culminando com uma oração na igreja em memória dos fundadores e antepassados. Além disso, uma quermesse é realizada para arrecadar fundos para a igreja local, acompanhada de diversas atividades típicas, como danças e música.

Manifestações culturais e identitárias trentinas nos bairros de Santa Olímpia e Santana também são evidenciadas pela criação e incentivo aos corais tirolezes. Esses corais, compostos por adultos e jovens, buscam manter vivas as músicas sacras e profanas dos imigrantes do Tirol. Um exemplo notável é o coral "Stella Alpina", que se apresenta trajado com vestimentas típicas da região.

É importante ressaltar que, embora muitas das músicas interpretadas pelos corais sejam de origem tiroleza, algumas são de origem italiana, como "La Bella Polenta" e "Mazzolin di Fiori", além de outras genuinamente italianas, como "Funiculi Funicula", "Tarantela" e "Vivo per lei", algumas das quais são até mesmo napolitanas.

Quanto às danças e aos trajes típicos utilizados nas festividades, esses são uma reconstrução realizada a partir da década de 1980, já que não foram transmitidos de geração em geração. Essa reconstrução incorporou elementos de diversas outras culturas, como a austríaca e a alemã, resultando em uma fusão identitária significativa.

Além dos corais e das festas, outras práticas contribuíram para a construção da identidade cultural dos tirolese em Santa Olímpia e Santana, incluindo os casamentos. Até os anos 1970, muitos casamentos ocorriam entre parentes, como forma de preservar as tradições e valores transmitidos pela igreja, que via no casamento dentro da comunidade uma maneira de manter suas famílias unidas e protegidas contra influências consideradas negativas.

No que diz respeito ao dialeto trentino dos piracicabanos, esse foi mantido desde a chegada dos tirolese até a década de 1960, quando sua prática foi proibida nas escolas. No entanto, a partir da década de 1980, movimentos surgiram para promover a fala por novas gerações desse dialeto, como evidenciado pela formação do "Circolo Trentino di Piracicaba" que tem como um de seus objetivos principais a promoção das raízes culturais da comunidade.

No dia 21 de abril de 1987, fundou-se o Circolo Trentino di Piracicaba, reconhecido pela Associazione Trentini nel Mondo. Esta entidade visa resgatar as raízes culturais das comunidades trentinas ou tirolese ao redor do mundo, promovendo o intercâmbio entre os imigrantes para a região de origem e enviando literatura aos imigrantes. O Circolo Trentino funciona numa pequena casa no bairro de Santana, com uma biblioteca de mais de 300 livros vindos de Trento (Leme, 2001b, p. 75).

Em relação à culinária, tanto no que diz respeito aos tipos de pratos quanto às técnicas de preparo, a comunidade trentina de Piracicaba tem o hábito de fomentar tal prática. Isso ocorre tanto por meio das festividades onde tais pratos são servidos, quanto através de estudos realizados por pesquisadores dedicados a mencionar essas práticas.

A polenta, símbolo principal da culinária do Tirol, ainda é preparada de maneira tradicional: o parôlo é colocado sobre o fogão à lenha e a farinha de milho é cozida lentamente com água, enquanto é mexida com a méscola até atingir o ponto ideal. Em seguida, é despejada sobre um tabiél, onde é cortada e fatiada utilizando um fio de pano preso ao tabiél. Essa iguaria, até os dias de hoje, é servida acompanhada de queijo, salame e galinha de panela.

O modo de fazê-la, ou seja, os seus rituais, mantêm-se até hoje, e as famílias conservam os “segredos” do que chamam de “uma boa polenta”. Os instrumentos e os utensílios eram precários e exigia-se dos colonos criatividade e superação para vencer os afazeres diários. A cocção dos alimentos também era rudimentar até chegarem os fogões à lenha, e a falta de refrigeradores demandava improvisos e recursos para conservar e gelar os alimentos (Poffo, 2013, p. 65).

Em relação à polenta, há diversas variações presentes nas mesas dos trentinos: a "palentola" (polenta mole com molho), polenta frita e polenta "brustolada" (assada na chapa com queijo). Além disso, outros pratos tradicionais foram transportados para a América e merecem menção: o "nhoque", que pode ser feito de batata, mandioca (como adaptação) e batata doce; o "mus", um suco de frutas com melaço de cana de açúcar, conhecido como "garapa"; a "ministra", uma sopa feita com macarrão, legumes, feijão, cenoura, batata e abobrinha, e em alguns lares, acrescentam-se pedaços de costelinha de porco. Outras iguarias incluem a "tortei", uma massa recheada com abóbora e molho de tomate; o "crauti" (repolho fermentado); "canerdeli" (sopa com bolas de pão); e a "Cuccagna", uma fritada de ovos com tomate, linguiça, queijo e bacon.

Há também doces tradicionais como o "grostói" ou "cróstoli" (semelhante à orelha de gato ou cueca virada), "pinzotti" (bolinho de chuva), "frigulote" (uma sopa doce feita de ovos com farinha de milho), "mandolate" (doce de amendoim com açúcar, tradicionalmente colocado em casquinhas de ovos na Páscoa) e diversas geleias e compotas feitas com frutas. As bebidas destiladas incluem vinhos de uva e laranja.

Quando os tirolezes chegaram ao Brasil, não tinham o hábito de consumir carne de vaca, devido à escassez de espaço para agricultura e pastos para gado no Tirol, especialmente devido à neve. Lá, era comum consumirem carne de porco, ovelha, cabra e frango. Essa tradição foi trazida para o Brasil, onde o consumo de carne de porco era predominante. Embutidos eram comuns, preparados com carnes salgadas ou cozidas e conservadas na própria banha do animal abatido. O sangue era utilizado para fazer morcilhas (chouriço) e as carnes gordurosas eram usadas para rechear linguiças e salames.

Do porco, também se aproveitavam o toucinho e o torresmo, e anteriormente, até mesmo para a fabricação de sabão. A galinha era cozida em panelas, e os frangos eram assados e recheados, frequentemente acompanhados de polenta. Dos ovos, fazia-se a "fortai", uma omelete acompanhada de linguiça.

As manifestações culturais e de costumes, tradições e identidade foram uma preocupação mais presente em Santa Olímpia e Santana do que em outros núcleos espalhados pelo Brasil e pela América, devido à unicidade daquela comunidade na região de Piracicaba. Isso contrasta com o Sul do Brasil, onde comunidades como Rio dos Cedros, Rodeio e Caxias do Sul tinham uma forte ligação com outros grupos de imigrantes de diversas etnias, o que promovia uma relação próxima e constante. Esse fenômeno também ocorreu em comunidades do Espírito Santo e do Paraná.

Numa de suas entrevistas, Grosselli nos diz que, na verdade, os tirolese de Piracicaba são mais típicos do que os próprios tirolese (trentinos) de Trento (Itália). Em Piracicaba, os tirolese são mais austríacos do que italianos, conservaram mais os costumes austríacos em suas danças, vestimentas e usam um dialeto mais “puro” do que os tirolese de Trento, que hoje são italianos e não mais austríacos (Leme, 2001b, p. 53).

Imagem 23 – Fotografia atualizada do bairro de Santa Olímpia, Piracicaba/SP Local onde se concentra a maior parte dos descendentes de imigrantes tirolese



Fonte: <https://oespiritodolugar.blogspot.com/p/santana.html>.

Assim, dessa forma, observamos que os tirolese de Piracicaba, ante sua autenticidade e seus meios utilizados para afirmar sua identidade, mesmo que passados muitos anos que aqui chegaram os primeiros emigrantes, são uma prova viva das dificuldades que tiveram aqui, no Brasil, no processo de reconhecimento de sua cultura diferenciada das culturas de imigrantes italianos, alemães, poloneses e austríacos. Mas nesse processo todo, de mais de cem anos da permanência dessa etnia no Brasil, muitas modificações foram sentidas em relação a processos identitários dos oriundos do Tirol no Brasil, a ponto de que em algumas localidades habitadas por descendentes de tirolese, esses aspectos vêm sendo modificados através do tempo e de relações com outras etnias, e alguns até se perderam, sendo objeto da memória e da história. No entanto, em outras localidades, de menor porte, assim como Santa Olímpia e Santana, muitos aspectos identitários ainda permanecem ou vêm se tentando reconstruir.

6 GIUSEPPE AGOSTINO TOLLER - A TRAJETÓRIA DE UM IMIGRANTE

TIROLÊS MEDIANTE O ENFOQUE IDENTITÁRIO

Do ponto de vista teórico e científico, a trajetória de vida pode ser definida como um conjunto de eventos que fundamentam a existência de um indivíduo. Tais eventos são determinados pela frequência, duração e localização dos acontecimentos que marcam uma ou múltiplas vidas.

Mas o que, afinal, torna um fato relevante ou irrelevante nessa trajetória? Em essência, essa seleção envolve certo grau de subjetividade (embora não se trate apenas da constância ou magnitude dos eventos biográficos). Geralmente, destacam-se os momentos marcados por percalços, transformações e rupturas – elementos que conferem densidade à narrativa.

Vale ressaltar que o conceito de trajetória de vida é uma construção da modernidade, não um fenômeno natural.

Ele emerge à medida que a vida contemporânea se estrutura em torno de instituições, regulada pelo calendário e pelo relógio mecânico, que organizam o cotidiano.

Ao analisar a trajetória de vida, é crucial diferenciá-la da biografia. Enquanto esta última é mais subjetiva – pois depende da interpretação do biógrafo sobre o biografado – a trajetória de vida permite uma narrativa mais sistemática e contínua, baseada em critérios objetivos.

Outra distinção importante reside na metodologia: as biografias são construídas predominantemente a partir de dados qualitativos, como memórias, cartas e relatos pessoais. Já a trajetória de vida frequentemente recorre a pesquisas quantitativas, coletando eventos mensuráveis e comparáveis.

A reconstrução de uma história de vida visa, sobretudo, recompor fragmentos do cotidiano de indivíduos ou grupos, transcendendo a mera descrição de suas trajetórias para revelar aspectos históricos mais amplos. Trata-se de um processo investigativo que busca desvelar o que ficou obscurecido pelo tempo, reinterpretando o passado com novos significados.

Por meio das representações e dos valores atribuídos pelos sujeitos, o exercício historiográfico permite reconstituir espaços e tempos, compreendendo como se desenvolveram diferentes práticas pedagógicas, culturais e sociais.

É nessa narrativa que o passado pode, enfim, ganhar sentido, especialmente quando atores relevantes de um cenário histórico têm suas ações cotidianas ressignificadas, convertendo-se em elementos de maior relevância para a compreensão de uma época.

Na trajetória de vida, o trabalho com a memória se dá por meio de documentos. Estes fornecem ao historiador indícios e até provas que permitem ao pesquisador produzir interpretações sobre o passado, reconstruindo, de certa forma, as experiências vividas pelos indivíduos.

No tratamento da trajetória de vida abordada neste capítulo, entendemos a memória como uma construção social que representa um modo elaborado pelos indivíduos de revisitar o passado. Assim, é por meio da narrativa que o passado adquire concretude e obtemos representações significativas das ações desses sujeitos históricos. Dessa forma, conhecemos um pouco da história vivida por uma pessoa, um grupo ou uma comunidade.

Além disso, ao trabalhar com a trajetória de vida proposta nesta pesquisa, consideramos os pressupostos da memória coletiva – entendida como algo plural, constituído por lembranças que transcendem a individualidade e são compartilhadas por todos os envolvidos.

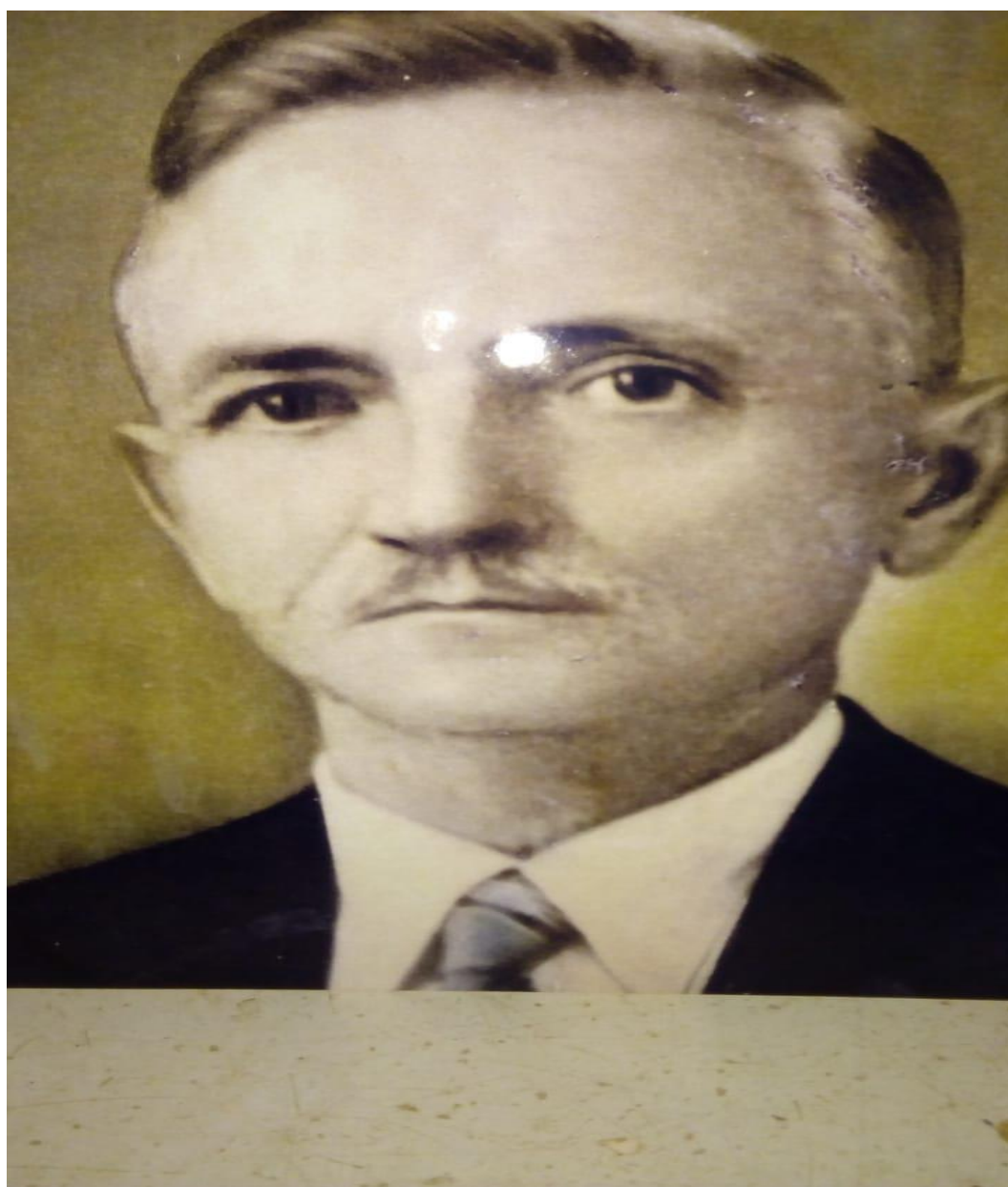
Partindo do geral e seguindo para o específico, a pretensão deste trabalho ao apresentar uma trajetória tem o condão de fazer relação entre o processo migratório tirolês para o Brasil e especificamente para o Estado de São Paulo, via Piracicaba, e o levantamento através de documentação e outras fontes possíveis, de se obter, dentro do possível, da trajetória de um imigrante tirolês específico mediante a retração de seus sucessos e fracassos em terra americana, seu continuo e até certo ponto constante processo de várias migrações que se submeteu em terras brasileiras e por último algumas pontuações em que se procura identificar no caminho por ele percorrido o seu posicionamento político e identitário ao formar sua família e seus descendentes no território paulista, em circunstâncias, talvez, bem diferente das situações culturais e ideológicas de outras imigrações paralelas como as dos italianos, dos austríacos e alemães que por peculiaridades e fatores extrínsecos e intrínsecos muito se iguala e muito se difere da imigração tirolesa pautadas em aspectos políticos, culturais e identitários muito próprio.

Não iniciarei a trajetória desse personagem real da maneira convencional, ou seja, pelo seu nascimento e pela descrição de sua ascendência. Em vez disso, começarei pela sua descendência – a consequência natural de sua vida –, hoje espalhada por várias regiões do Brasil. Seus descendentes carregam o sobrenome tirolês (Toller) e, talvez, alguns de seus costumes e valores. Muitos, porém, desconhecem sua existência e sua trajetória, especialmente

porque já estamos na quarta geração, com bisnetos atingindo a maioridade e prestes a formar suas próprias famílias.

Fotografia de Augusto Toller – Década de 1940.

Imagem 24 – Augusto Toller (Giuseppe Agostino Toller)



Nota: uma das últimas fotografias de Augusto Toller, antes de seu falecimento. Fonte: Arquivo pessoal de João Augusto de Moraes Toller

Meu personagem é meu avô, conhecido no Brasil como Augusto Toller, mas registrado no Tirol como Agostino Giuseppe Toller. Ele foi pai de 11 filhos, dos quais apenas uma filha, Lídia, ainda vive. Seus descendentes incluem 38 netos (eu sou o penúltimo), quase uma centena

de bisnetos e tataranetos, distribuídos pelo estado de São Paulo, pelo Brasil e até mesmo no exterior.

A inclusão desse personagem no presente trabalho foi necessária por alguns motivos que posso elencar a seguir. Em primeiro lugar trata-se de um personagem que é genuinamente tirolês, nascido em Trento e pelo sobrenome trata-se de alguém que possui ascendência germânica, em que pese tenha nascido em Segonzano, na região de Trento. Ele e sua família que emigraram para o Brasil, trouxeram em sua bagagem muito da cultura e identidade tirolesa em companhia de muitos outros migrantes (trentinos ou não). Depois, o autor da trajetória de vida foi um emigrante que passou pelo Brasil e aqui deitou raízes. Mas antes disso, viveu em Estados diferentes do Brasil em situação de trabalho bastante diferentes.

Nessa condição de migração dentro do processo de imigração, Augusto Toller, viveu em companhia de sua família em comunidade tirolesa no Estado de Santa Catarina e depois mudou-se para o estado de São Paulo, não mais sendo um comunitário de lotes para imigrantes e sim um agricultor que, na condição de arrendatário, buscava comprar seu primeiro torrão de terras, o que com o tempo não se efetivou, em que pese seus herdeiros tenham, com o tempo, tornado proprietários agrícolas (alguns).

Com o tempo, assim como alguns imigrantes, largou a vida campesina para se aventurar ao comércio, o que no transcorrer de sua vida foi algo de relativo êxito.

Entretanto, meu avô, assim como os demais imigrantes tiroleses que aqui aportaram, submeteram-se a uma nova realidade de trabalho, política, econômica e cultural que, com o tempo, foram moldando e ampliando muitas questões identitárias dessas pessoas no Brasil, que no transcorrer do tempo foram firmando sua etnia em constante construção pelo contato com outras etnias de imigrantes e com os hábitos e costumes da “nova pátria”.

É importante ressaltar que a intenção de dedicar um capítulo de minha tese à trajetória de meu bisavô surgiu do objetivo de reconstituir, em detalhes, a história de um imigrante tirolês. Busca-se, com isso, analisar as razões de sua emigração para o Brasil em companhia da família, bem como comprovar as dificuldades que enfrentou para se estabelecer em Santa Catarina – mesmo em uma comunidade tirolesa. Ademais, o estudo visa a acompanhar o processo migratório interno que ele vivenciou, o qual o levou de Santa Catarina até a periferia dos núcleos tiroleses em Piracicaba (Charqueada), até que se assentasse definitivamente no Nordeste do Estado de São Paulo (Bebedouro), já distante de seus conterrâneos e familiares.

Todo esse movimento, por qual trilhou meu personagem é demonstrar as dificuldades de sua adaptação, como imigrante, num país inóspito, onde as condições de vida e sobrevivência

sempre foram complicadas, dada a densidade da natureza, em que pese a possibilidade de fartura na produção agrícola. Aliado a isto, dificuldades também na manutenção de sua etnicidade, traduzida em costumes, hábitos e crenças absolutamente diferenciadas de outras etnias em que houve um intenso envolvimento.

Trata-se, portanto, de um imigrante tirolês. Sua trajetória começa, evidentemente, com seu nascimento em agosto de 1885, na localidade de Segonzano, uma pequena comuna (atualmente italiana) da região do Trentino-Alto Ádige, pertencente à Província de Trento. Com cerca de 1.437 habitantes, Segonzano faz divisa com Altavalle, Baselga di Piné, Bedollo, Cembra, Lisignago, Lona-Lases e Sover. É uma comunidade encravada entre montanhas, estendida sobre um vale no coração do Tirol italiano. O vilarejo situa-se a aproximadamente 25 km da capital Trento, com altitude variando entre 490 e 970 metros acima do nível do mar.

O município de Segonzano estende-se pelas grandes colinas e encostas do Dosso di Segonzano e do Ceramont (montanhas cobertas de árvores), que separam o Vale di Cembra do planalto de Piné. Esse território inclui 15 aldeias no total.

Agostino Giuseppe é o quarto filho de um total de seis filhos (há indícios de que tenha tido 7 irmãos) de Domenico Giuseppe (ou Giovanni) Toller e Luigia Zancaner (ou Zancanella).

Domenico, segundo apuração nos arquivos a que tive acesso, nasceu também em Segonzano, no ano dia 09 de janeiro de 1836. Era filho de Giovanni Toller, que possuía 51 anos de idade quando Domenico nasceu e sua mãe era Maria Giacomozzi que o teve com a idade avançada para a época (47 anos). Giovanni Toller, também nasceu em Segonzano em 24 de novembro de 1771 e faleceu em 09 de janeiro de 1836. Casou-se com a genitora de Domenico, Maria Giacomozzi também na Igreja de Segonzano. Maria Giacomozzi nasceu em Segonzano em 1790 e veio a falecer na mesma localidade em 30 de agosto de 1855 (aos 65 anos de idade).

Quadro 1 – Documento: Dados do Nascimento de Domenico Toller – Pai de Augusto Toller



NATI IN TRENTINO

Cognome	Toller
Nome	Domenico
Sesso	M

Nome del padre	Giovanni
Cognome della madre	Giacomozzi
Nome della madre	Maria
Data di nascita	09/01/1836
Parrocchia	Segonzano - SS. Trinità
Comune	Segonzano

Stampato da www.natitrentino.mondotrentino.net il 01/05/2025 - Scheda numero 615333.

Nota: Dados do nascimento de Domênico Toller, pai de Augusto Toller Fonte: FamilySearchGroup.

Ao que parece, Domenico era um lavrador em terras alheias, situação que perdurou até o ano de sua vinda para o Brasil, em 1889.

Domenico e Maria Giacomozzi tiveram sete filhos: Constante, Arcangelo, Maria, Pietro, Agostino, Catarina e Domingos Júnior (há indícios que teve um oitavo filho, de nome Constantino que morrera ainda muito criança).

Quadro 2 – Documento sobre o Nascimento de Constante Giovanne Toller – Irmão de Augusto Toller



NATI IN TRENTINO

Cognome	Toller
Nome	Costante Giovanni
Sesso	M
Nome del padre	Domenico
Cognome della madre	Zancanella
Nome della madre	Luigia
Data di nascita	20/02/1874
Parrocchia	Segonzano - SS. Trinità
Comune	Segonzano

Stampato da www.natitrentino.mondotrentino.net il 01/05/2025 - Scheda numero 617761.

Nota: Documento comprovante do nascimento do primeiro filho do casal Domenico Toller e Luigia Zancaner. Constante é irmão de Augusto Toller. Fonte: FAMILYSEARCH.

Domenico morreu em Santa Catarina no mês de março de 1905 aos 69 anos de idade e Luigia Zancanelli faleceu no mesmo local em dezembro de 1915 coincidentemente com a mesma idade de seu falecido marido, sessenta e nove anos.

O casal teria tido mais um filho, Constantino Toller, nascido no Brasil e falecido ainda (em tenra idade) em 1891. A criança foi enterrada em Blumenau/SC, e seu nome seria uma homenagem ao filho mais velho do casal (João Constante).

Fotografia atual da Paróquia de Segonzano - Trento – Itália

Imagem 25 – Igreja Matriz de Segonzano



Fonte: Wikimedia Commons ([2025]).

Igreja principal de Segonzano, provavelmente aí foram feitos os registros e batismos dos filhos de Domênico Toller e Luígia Zancaner nascidos em Trento, entre eles o de Augusto Toller.

João Constante, o primogênito do casal Domenico e Luigia, nasceu em Segonzano no dia 20 de fevereiro de 1874. Pouco se sabe ao certo sobre sua vida. Segundo algumas fontes, ele teria falecido antes da família emigrar para o Brasil. Outras versões, no entanto, sugerem que João Constante teria se estabelecido no Paraná, formado família e lá vivido até o fim de seus dias.

O segundo irmão de Giuseppe, também nascido em Segonzano, é Arcangelo, que veio ao mundo em 1875 (nasceu em 07 de novembro de 1875). Quando a família chegou ao Brasil, em 1888, ele tinha 13 anos de idade. Formou família, casou-se com Aracely Ortiz Nogueira. Tiveram 4 filhos: José – 1900; Antônio 1902; Francisco – 1903 e Maria – 1905 –

No Brasil, Arcangelo adotou o nome de José Toller. Faleceu na cidade de Charqueada em 04 de julho de 1925 com a idade de 59 anos.

O terceiro irmão de Giuseppe foi uma mulher, Maria Domenica, também nascida em Segonzano em 10 de agosto de 1881. Maria casou-se em Santa Catarina com um descendente da família Gatti e não há registro de seus filhos como não há também dados do seu falecimento. Sabe-se que morreu também no Estado de Santa Catarina.

Dados do Nascimento de Maria Domenica Toller – Irmã de Augusto Toller.

Quadro 3 – Documento Referente a Maria Domenica Toller



Cognome	Toller
Nome	Maria Domenica
Sesso	F
Nome del padre	Domenico
Cognome della madre	Zancanella
Nome della madre	Luigia
Data di nascita	10/08/1881
Parrocchia	Segonzano - SS. Trinità
Comune	Segonzano

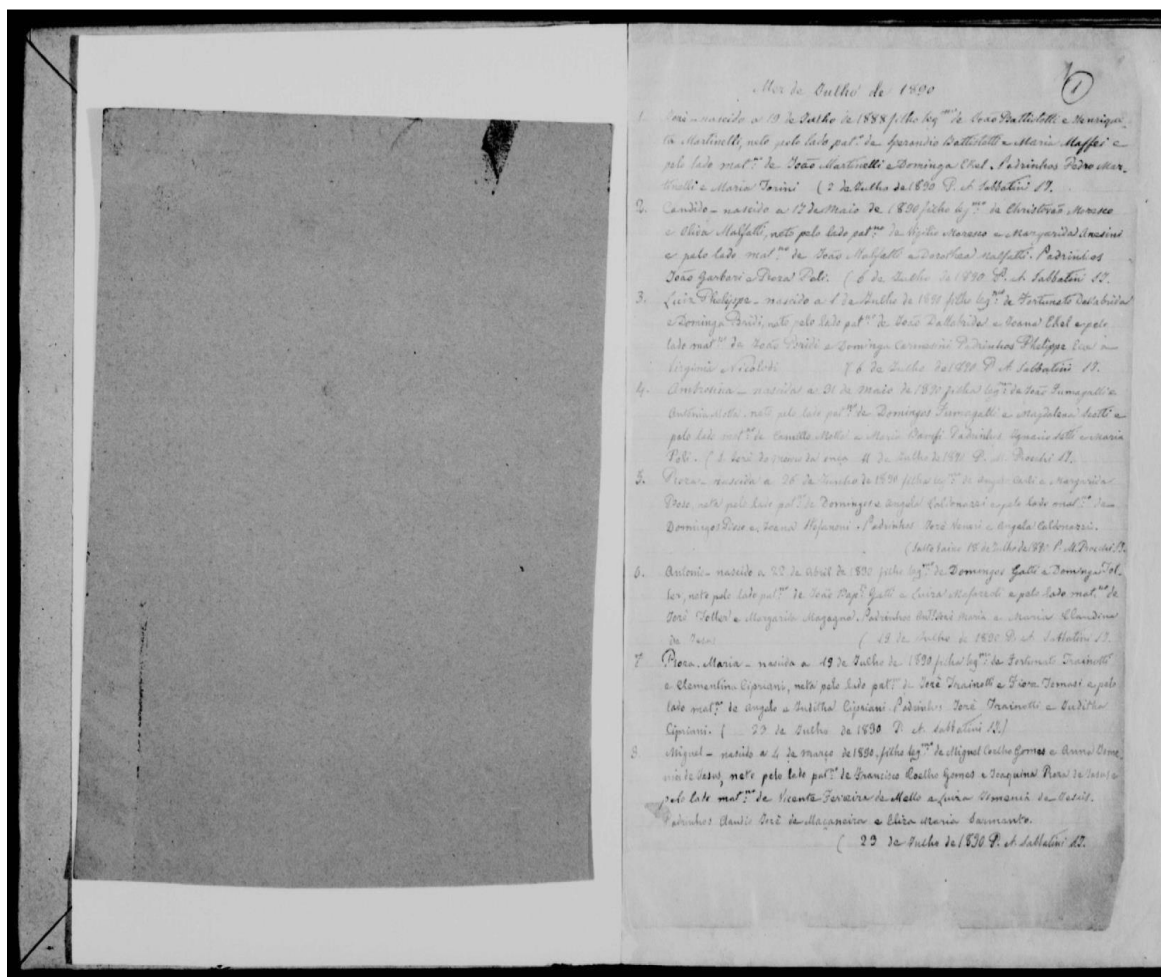
Stampato da www.natitrentino.mondotrentino.net il 01/05/2025 - Scheda numero 618326.
Nota: Alguns dados sobre a existência de Maria Domenica Toller, irmã de Augusto Toller, nascida em Segonzano, Trento. Fonte: FamilySearchGroup.

Um dos poucos documentos sobre a vida de Maria Domenica Toller, uma das irmãs de Augusto Toller.

O próximo filho do casal Domenico e Luigia foi Pietro Toller, nascido em Segonzano em 06 de abril de 1883. Veio com a família para o Brasil, chegando aqui com cinco anos. Foi o irmão mais próximo de Giuseppe Agostino por toda a vida. Ambos viveram por grande parte da vida em Bebedouro/SP e lá faleceram e estão sepultados. Pedro Toller, casou-se em Charqueada com a granadina Izabel Hidalgo Martins em 23 de maio de 1908 (três anos antes de Giuseppe e Catarina).

Documento sobre o nascimento de Catarina Toller – irmã de Augusto Toller Dados do nascimento de Pietro Toller - Irmão de Augusto Toller

Imagem 26 – Documento referente a Maria Domenica Toller



Quadro 4 – Documento sobre o nascimento de Catarina Toller



Cognome	Toller
Nome	Pietro Giovanni
Sesso	M
Nome del padre	Domenico
Cognome della madre	Zancanella
Nome della madre	Luigia
Data di nascita	06/04/1883
Parrocchia	Segonzano - SS. Trinità
Comune	Segonzano

Stampato da www.natitrentino.mondotrentino.net il 01/05/2025 - Scheda numero 618451.

Quadro 5 – Dados do Nascimento de Pietro Toller - Irmão de Augusto Toller



Cognome	Toller
Nome	Pietro Giovanni
Sesso	M
Nome del padre	Domenico
Cognome della madre	Zancanella
Nome della madre	Luigia
Data di nascita	06/04/1883
Parrocchia	Segonzano - SS. Trinità
Comune	Segonzano

Stampato da www.natitrentino.mondotrentino.net il 01/05/2025 - Scheda numero 618451
Nota: Dados do nascimento de Pietro Toller (Pedro Toller), irmão de Augusto Toller.
Pedro nasceu em Segonzano, Trento. Fonte: FamilySearchGroup.

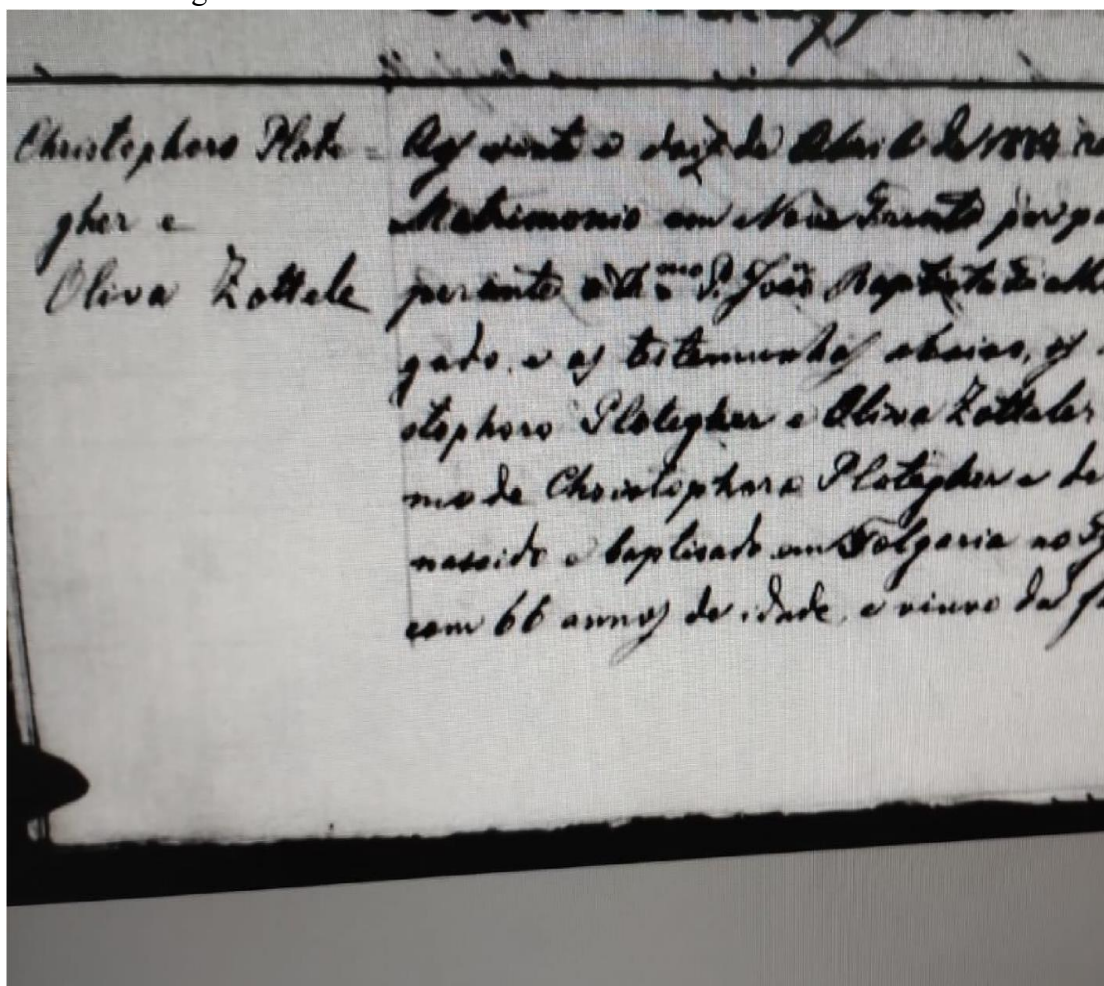
O quinto filho de Domenico e Luigia, Agostino Giuseppe Toller, nasceu em 6 de agosto de 1885, em Segonzano. Embora fosse inverno e o frio fosse intenso no norte da Itália, o mês de agosto inspirou seu primeiro nome: Agostino. Mais tarde, já no Brasil, ele o alteraria para Augusto Toller – não se sabe exatamente quando ou como essa mudança ocorreu - mas o fato é que, em todos os registros oficiais, desde seu casamento até as certidões de nascimento de seus filhos e, por fim, em sua certidão de óbito, seu nome ficou registrado como Augusto Toller.

O sexto filho, trata-se de Catarina Toller: há duas versões sobre seu nascimento:

uma indica que ela nasceu em Itajaí (SC) ou no navio durante a viagem da família ao Brasil e seu registro ter sido feito em Itajaí ou Blumenau; outra sugere que teria nascido em Segonzano e vindo muito nova para o Brasil. Seu registro de nascimento em Segonzano corrobora a segunda versão.

Consta de seu documento de casada que haveria nascido em 14 de setembro de 1888 e falecido em Charqueada em 12 de julho de 1953, com a idade de 65 anos. Foi casada com descendente espanhol (granadino) Joaquim Romeiro Martinez e teve oito filhos, todos já falecidos: Mercedes (1911); José (1914); Antônio (1915); Fernando (1917); Maria (1919); Clarice (1923); Joaquim (1931). Catarina e Joaquim casaram-se no mesmo dia e mesmo horário que Giuseppe Agostino Toller e Maria Rachela, na Igreja da Paróquia Nossa Senhora do Rosário em Charqueada.

Imagem 27 – Certificado de óbito de Catarina Toller Romeiro



Fonte: Arquivo pessoal.

Catarina Toller Romeiro era irmã de Augusto Toller. Nascida no Brasil, em Blumenau, veio para a cidade de Charqueada junto com seus irmãos mais velhos e lá casou, faleceu nesse local e está sepultada no cemitério local.

Domingos Júnior – último filho do casal Domenico e Luigia e último irmão de Giuseppe. Nasceu no dia 13 de junho de 1893, na cidade de Santa Catarina. Casou-se em Charqueada com Raquel Meneghini em 09 de julho de 1917.

Faleceu em São Bernardo do Campo no dia 21 de outubro de 1941, com a idade de 48 anos. Morto portanto muito jovem em relação aos seus irmãos.

Provavelmente Giuseppe teve mais um irmão, nascido no Brasil. Trata-se de Constantino (talvez uma homenagem ao primogênito Constante Toller). Nascido na região de

Blumenau em 10 de abril de 1890. Faleceu em 25 de dezembro de 1891 de abril de 1891, com um ano e pouco de idade.

Documento: possível nascimento de um Irmão de Augusto Toller – Nominado Constante Ou Constantino Toller.

Imagem 28 – Documento que comprova a existência de mais um irmão de Augusto Toller – nascido no Brasil

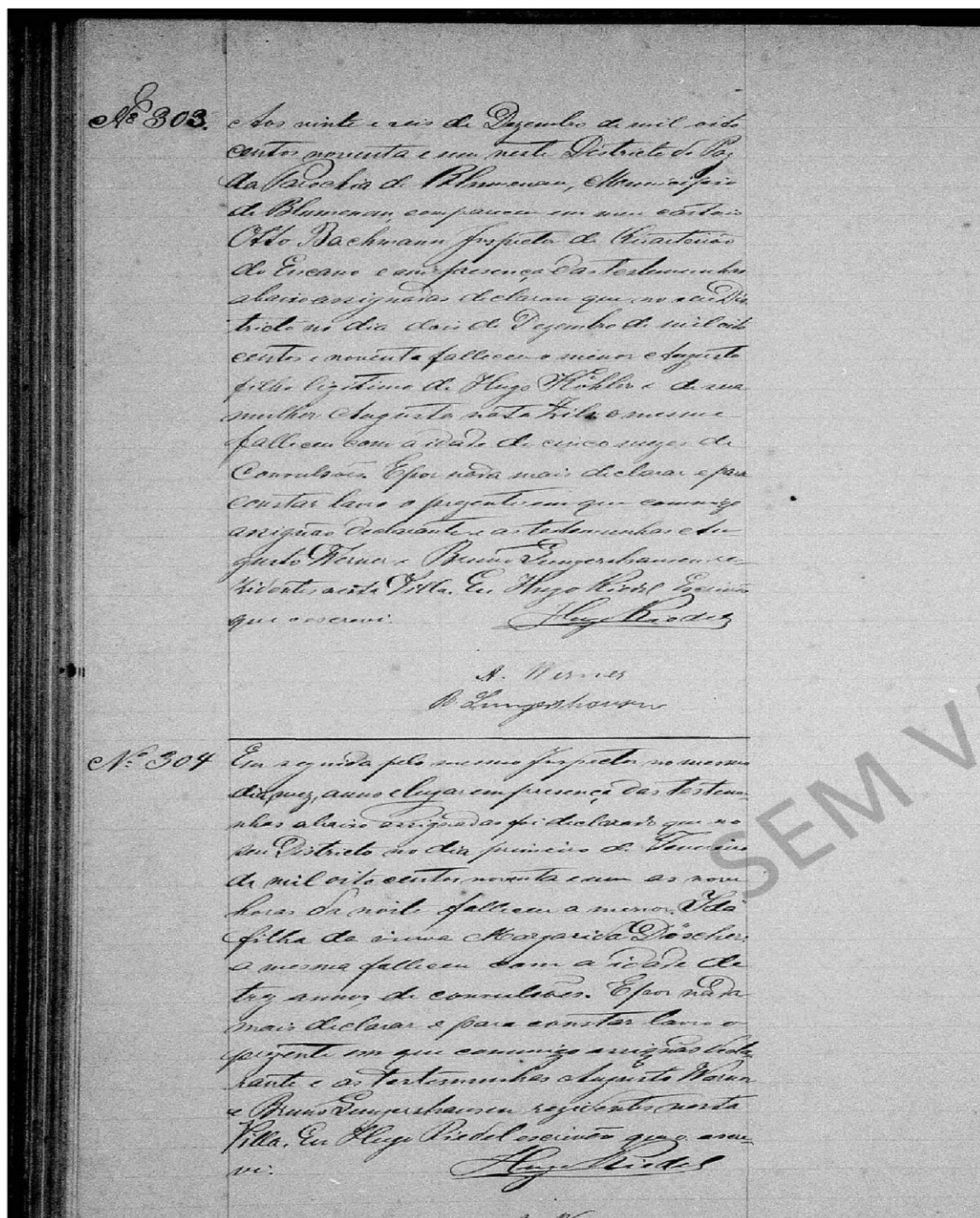


Imagem 29 – Índice de óbitos em Blumenau dando conta do falecimento de Constantino Toller

Ainda Em Tenra Idade

Schmidt	Dorothea	176	Wangert
Speman	Christiano	176v	Wheiss
Schneider	Amalia	177	"
Sutter	Yda	178	Wibers
Seeliger	Guilherme	180	Wschüppe
Stölger	Federica A. V. n. ca	184	Wührke
Silva	Francisca B. d.	185v	Wunrow
Scheidtmantel		186v	Wessanolo
Seijert	Hugo	187v	Wropps
Staraschek	Emma	189v	Wreitacker
Stahl		189v	Womsen
Schneider	Henrique	190	"
Stey	Witz	191v	Wibers
Schröder	Wilhelm	191v	"
Schmanek	Oscar	193v	"
Seber	Thasido	194	Womsen
Schoiz	Henmann	194v	Woler
Schreiber	Santa	199	Wriebe
Schvold	Guilherme	200	Wiske
Schmidt	Adolfo	200v	"
			Westi
			Wessenolo

Agostino Giuseppe assim como todos os outros imigrantes que chegavam a Catarina aportou em Itajaí em companhia com sua família, até então composta de pai, mãe e seus outros

quatro irmãos: Constante João com 15 anos de idade, Arcancelo com 14, Maria Domenica com oito, Pedro com 5 e Agostino com 4 anos de idade. Os dois primeiros filhos assim como a mãe representavam força e mãos para o trabalho nos campos, os outros filhos apenas crianças que pouco podiam contribuir para o trabalho e sustento da família, a não ser pequenos serviços ou ajuda nos trabalhos doméstico, coisa muito comum a crianças de tenra idade naquela época.

Uma certeza havia, todos eles deveriam acompanhar os seus pais nas lides campestres.

À medida que aportaram, como todos os outros que ali chegavam se dirigiam de barco seguindo o leito do Rio Itajaí-Açu em caminho para os barracões de acolhimento de imigrantes no núcleo fundado por Blumenau que em sua homenagem deu o nome da atual cidade de Blumenau no Estado de Santa Catarina.

Dalí havia vários destinos a serem alocados em torrão de terra. Geralmente os tirolezes eram enviados para: Nova Trento, Rio dos Cedros, Timbó ou Ascurra.

Foi dado a Domenico e sua família, um lote de terras para o cultivo e a família ali se fixou até que Domenico falecesse no ano de 1905. A partir daí, por questões econômicas e de sobrevivência, a família se dispersou: ficaram em Santa Catarina apenas Maria que estava casada e possuía filhos e lá se fixou até a morte da genitora de Agostino, agora viúva e ficara em companhia do filho menor Domingos Júnior que na época tinha a idade de 14 anos. Os outros filhos Arcancelo (José), Pietro (agora Pedro) e Agostino (que passara a ser Augusto) em companhia da irmã Catarina (única mulher a seguir com os irmãos) foram para o Estado de São Paulo, fixando-se em Charqueda (Xarqueada) na Região de Piracicaba próxima as unidades de tirolezes de Santa Olímpia e Santana.

Neste local havia uma grande quantidade de tirolezes fixados na terra, sejam proprietários, arrendatários ou colonos (que no caso dos tirolezes eram raros os casos), pois sua cultura e identidade obrigavam-nos, de certa forma, a ser pelo menos parceiro ou meeiro da terra e até proprietário (isto quando as condições permitiam). Prova disso foram as aquisições das fazendas Santa Olímpia e Santana, conforme dito em capítulo anterior.

A família de Agostino não encontrou sucesso em Santa Catarina – pelo contrário, enfrentou dificuldades que beiraram o fracasso. A prova disso foi a cisão da família em duas partes: uma que permaneceu no local, seja por motivos óbvios (viuvez, menoridade, casamento e constituição de família, como no caso de Maria Domenica), e outra que partiu em busca de melhores condições de vida. Os mais jovens e fortes seguiram para São Paulo, nunca mais retornando a Santa Catarina – um movimento migratório típico da época, marcado pela busca por oportunidades.

Vale ressaltar que, naquele tempo, viajar de Santa Catarina para o interior paulista era uma verdadeira epopeia. O único meio de transporte disponível era o navio, que saía do Porto de Itajaí em direção ao Porto de Santos. De lá, os migrantes seguiam de trem até São Paulo e, por fim, encaravam longas jornadas no lombo de muares ou cavalos até Piracicaba. Migrar para uma região tão distante significava, portanto, deixar não apenas o passado, mas também parte da família.

Anos mais tarde, Domenico Toller Júnior, após o falecimento de sua mãe, decidiu se reunir aos irmãos que já estavam estabelecidos em Charqueada – na época, apenas José e Catarina.

Domenico faleceu em 1905, e foi sepultado no Estado de Santa Catarina, na oportunidade Augusto era um jovem solteiro, morando e trabalhando na roça para ajudar no sustento da família.

A partir daí então, como outrora dito, alguns de seus filhos migraram para o interior do Estado de São Paulo: José, Pedro, Augusto e Catarina.

A família se estabeleceu em uma fazenda de café que hoje não existe mais, suas instalações foram demolidas, e a terra, transformada em canaviais arrendados para usinas de açúcar e álcool.

É importante ressaltar que os Toller nas terras paulistas não atuavam como colonos, mas sim como arrendatários: eles firmavam contratos para o cultivo e a colheita do café, atividade que desempenharam durante muitos anos.

Augusto chegou na Fazenda em Charqueada com a idade de 20 anos. Era moço, jovem e solteiro. Muito comum naquela época que procurasse uma mulher para o namoro e posterior casamento. Obviamente de preferência uma tirolesa ou ao menos alguém próximo a isso. E foi o que aconteceu na vida de Augusto. Naquela época era muito comum que houvesse festas ou festejos (principalmente religiosos em referência a algum santo católico). Essas festas eram mais realizadas em fazendas ou congêneres do que na área urbana. Aliás a área urbana era local para um pequeno comércio e uma igreja central que se tornava paróquia para lá se efetuar batizados, crismas e casamentos.

Quanto aos atos civis – como registros de nascimento, casamento, óbito, imóveis urbanos e rurais, além de outras questões jurídicas –, a competência era das cidades maiores e mais populosas, onde funcionavam cartórios, o Fórum e um juiz local. No caso da região de Charqueada, esses trâmites burocráticos e judiciais eram centralizados em Piracicaba, que

detinha a jurisdição sobre os pequenos municípios, distritos, vilarejos e patrimônios que se formavam e existiam na área.

Augusto conheceu Maria Rachella em uma das festas religiosas que animavam as fazendas da região de Charqueada, onde ambos moravam. Na época, ele tinha cerca de vinte anos, e ela, aproximadamente quinze. Desde o primeiro encontro, iniciaram um namoro típico daquele contexto: marcado pelos costumes rurais e pela rigidez conservadora dos imigrantes europeus – especialmente os vindos do Tirol e do Vêneto – que moldavam as tradições locais.

Agora, passamos a traçar, em paralelo, a trajetória de vida de Maria Rachella, já que, como futura esposa de Augusto, sua história também é importante. Ela nasceu em Carmignano (Vêneto, perto de Pádova, Itália) em [...] 1890. Maria era a primeira filha do casal Vittorio Rachella e Luigia D’Albroi. Ele nasceu em Fontana na Itália em 1872, filho de Pasquale Rachella (1829 - 1888) e Maria Silvello (1829-1872). Luigia era filha de Sante D’Albroi e Angela de Bortolo. Vittorio e Luigia casaram-se em Carmignano di Brento em 20 de dezembro de 1889.

Fotografia no começo do Século XX de Victorio Rachella E Luigia D'albroi – Sogros de Augusto Toller.

Imagem 30 – Fotografia de Victório Rachella e Luigia D'Albroi



Fotografia de Victorio e Luigia Rachella tirada no Brasil, não se sabe em que data. Eles eram pais de Maria Rachella Toller e sogros de Augusto Toller. Fonte: Arquivo pessoal.

Victorio Rachella, pai de Maria, chegou ao Brasil em 1890, ainda que já fosse casado e tivesse dois filhos na Itália. Inicialmente, veio sozinho para avaliar as possibilidades de estabelecimento e, depois, seguiu para a Argentina em busca de melhores oportunidades. Diferente da família de Domênico, Victorio possuía bens na terra natal – que, uma vez vendidos, lhe garantiriam recursos para investir no Brasil. Assim, após assegurar condições favoráveis, ele pôde trazer a família e fixar-se em uma região com propriedades agrícolas, seja para comprá-las ou arrendá-las.

Em 1892, Victorio retornou à Itália com a intenção de voltar ao Brasil definitivamente. Para isso, começou a liquidar parte de seus bens. Assim, após vender algumas propriedades, ele retornou ao Brasil em 1895, desta vez acompanhado da esposa, Luigia D’Albroi, e dos dois filhos menores: Maria, com 5 anos, e Ângelo com dois anos de idade.

Eles desembarcaram em Santos e se dirigiram para a Casa do Imigrante, em São Paulo (capital). De lá, a família seguiu para uma fazenda nas cercanias de Ipeúna⁶ onde trabalharam por vários anos. Durante esse período, Maria acompanhava seus pais e irmãos nas atividades da roça.

Nessa ocasião, a família estabeleceu-se na Fazenda Boa Vista da Serra, localizada no município de Rio Claro/SP (região que hoje pertence a Ipeúna). Lá, Victorio arrendou 19 alqueires de terra para o cultivo de café.

Foi no distrito de Ipojuca (hoje município de Ipeúna) que nasceram mais cinco filhos: Genoveva, Elisa (Iseta), Fioravante, Geovana e Hermínia.

Maria logo se tornou moça e começou a se relacionar com Augusto e sua família. No entanto, para surpresa de todos, seu pai, Victório, decidiu retornar com a família ao Vêneto por volta de 1910.

Maria e sua família regressaram ao Brasil no final de 1910, estabelecendo-se novamente em Charqueada⁷. O retorno ocorreu em razão da promessa feita por Victório de conceder a mão de sua filha primogênita, Maria a Augusto.

⁶ Ipeúna é um município brasileiro do estado de São Paulo. Sua população estimada em 2024 era de 6.999 habitantes. Distrito de Santa Cruz de Boa Vista, no município de Rio Claro, criado pela Lei nº 262, de 30 de abril de 1894. Denominação alterada para Ipojuca pela Lei nº 1.011, de 13 de outubro de 1906. Denominação alterada para Ipeúna pelo Decreto-Lei nº 14.334, de 30 de novembro de 1944. Município criado pela Lei nº 8.092, de 28 de dezembro de 1964.

⁷ Ribeirão Preto é um município brasileiro, no interior do estado de São Paulo, Região Sudeste do país. Localiza-se no nordeste paulista, distando cerca de 310 quilômetros da capital paulista. Ocupa uma área de 650,916 km²,

Assim, as famílias Toller e Rachella deram início a uma união que seria consolidada por meio de um namoro e posterior casamento entre o tirolês e a vêneta, realizado anos mais tarde.

Fotografia de Maria Rachella Toller, esposa de Augusto Toller.

Imagem 31 – Fotografia Maria Rachela Toller



Fonte: Arquivo de João Augusto de Moraes Toller.

Maria e Augusto casaram-se em fevereiro de 1911, na Igreja Matriz da pequena Charqueada (Igreja Matriz), e foram morar na Fazenda Santa Júlia (que hoje pertence ao

sendo que 226,35 km² estão em perímetro urbano e uma população estimada em 728 400 habitantes pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2022 (IBGE, 2023).

município de Charqueada, mas anteriormente pertenceu para a cidade de São Pedro e outrora Piracicaba), onde Augusto e seus irmãos residiam e arrendavam terras para o cultivo do café.

Imagem 32 – Fotografia de Augusto Toller e Maria Rachella Toller



Fonte: Arquivo de João Augusto de Moraes Toller.

Maria e Augusto casaram-se em fevereiro de 1911, na Igreja Matriz da pequena Charqueada (Igreja Matriz), e foram morar na Fazenda Santa Júlia (que hoje pertence ao município de Charqueada, mas anteriormente pertenceu para a cidade de São Pedro e outrora Piracicaba), onde Augusto e seus irmãos residiam e arrendavam terras para o cultivo do café.

No mesmo local, dia e hora do casamento de Augusto e Maria, casaram-se Catarina (irmã de Augusto) e Joaquim Martines Romeiro. Ambos formaram a partir daí uma numerosa família que se estenderam por várias descendências. A de Augusto praticamente formada em Bebedouro/SP e de Catarina na própria Charqueada e arredores.

Do casamento de Catharina, resultou o nascimento de vários filhos.

Giuseppe, por sua vez, iniciou sua vida com Maria na fazenda onde sempre trabalhara no Brasil, dedicando-se ao cultivo do café. Não se sabe se ele teve instrução primária, mas provavelmente sabia ler e escrever em português, pois, posteriormente, veio a ter um comércio e trabalhar como administrador de fazendas. Maria, sim, era alfabetizada – tanto em italiano quanto em português.

Nos primeiros anos de casados, nasceu, em Charqueada o primeiro filho de Augusto, registrado como Victório Rachella Toller, que na vida adulta, seria um grande parceiro de Augusto Toller na condução dos negócios e da família. O registro de seu nascimento foi lavrado no cartório de Piracicaba, tornando-o cidadão piracicabano, já que os nascimentos da região eram registrados naquela cidade.

Documento: Certidão de Nascimento de Victor (Victório) Rachella Toller – nascido em Charqueada SP e Registrado no Cartório de Registro Civil de pessoas naturais de Piracicaba SP.

Imagem 33 – Certidão de nascimento de Victor (Victório)

Talão N.º a-24 Pag. 017

NASCIMENTO (N.º 4617)

Certifico que, a fls. 173 do livro n.º a-6 de registro de nascimentos foi feito hoje, o assento de 'Victor Rachel Toller', nascido aos 15 de novembro de 1911, às 11 horas e — minutos, no ~~predio n.º~~ pr. Piraicaba deste ~~posto~~ posto, do sexo masc., de cor branca, filho legít. de Augusto Toller e de D. Maria Rachel Toller sendo avós paternos Domingos Toller e D. Beniza Toller e maternos Victorio Rachel e D. Beniza Rachel Foi declarante o registrante e serviram de testemunhas José Marcelino e Jm Cambauva.

Observações: Feito de acordo com o loc. Fed. nº 19.710 de 18/2/31.

20

O referido é verdade e dou fé.

Fonte: FamilySearchGroup.

Certidão de Victor Rachel Toller, nascido na cidade de Charqueada/SP com registro no Cartório das Pessoas Físicas de Piracicaba, no Estado de São Paulo. Trata-se do primeiro filho de Augusto Toller.

Tempos depois, veio a segunda filha, Aurélia Toller, também nascida em Charqueada, na fazenda Santa Júlia em fevereiro de 1914, e igualmente registrada em Piracicaba.

O desejo de Giuseppe de deixar a região era grande, impulsionado pela necessidade, pelo espírito aventureiro de quem já passara por duas mudanças radicais e, sobretudo, pela vontade de melhorar de vida e alcançar outras terras do Brasil.

A vida reserva obstáculos para todos, mas eles são ainda maiores para os imigrantes. No caso de quem chegou ao Brasil ainda criança, a adaptação não foi fácil, especialmente em um país com costumes e aspectos culturais tão distintos. Augusto enfrentou inúmeros problemas e fracassos ao longo de sua trajetória, embora tenha encontrado certa facilidade em Santa Catarina ao integrar-se a uma comunidade tiroleza, e depois em Charqueada, devido à proximidade com Santana e Santa Olímpia – mesmo estando à margem dessas duas colônias tirolesas no estado de São Paulo.

No entanto, as dificuldades culturais e identitárias foram ainda mais intensas durante as estadias em Pirangi e Bebedouro, onde Augusto e sua família enfrentaram os maiores desafios de adaptação.

No aspecto econômico, as dificuldades começaram pela integração da família em Santa Catarina. Lá, é provável que as promessas feitas aos colonos não tenham sido cumpridas, levando muitos a desistirem da região. Esse foi o caso de Augusto, que, com sua família, migrou para o estado de São Paulo, estabelecendo-se como não proprietários nas fazendas de café da região de Piracicaba.

Lá permaneceu por muitos anos, mas isso não foi suficiente para que alcançasse progresso econômico. Não havia em seus horizontes possibilidade de êxito financeiro, a não ser o crescimento de sua família, que chegou a ter meia dúzia de filhos.

Esse anseio também nascia no coração de muitos imigrantes estabelecidos nas fazendas de café de Campinas e arredores, e até mesmo no Sul do Brasil e na Argentina. Eles almejavam fincar raízes nos territórios que iam sendo desbravados rumo ao Norte e Nordeste da então

Província de São Paulo – mais precisamente na região de Ribeirão Preto⁸, que, com o tempo, se tornaria a capital do café no Brasil.

A região de Ribeirão Preto era considerada um solo "abençoado por Deus", pois apresentava terrenos quase planos em muitos lugares, com solo coberto por derrames de basalto, o que, no italiano, rendeu-lhe o cognome de "Terra Rossa" (terra vermelha). Com o tempo, o termo foi aportuguesado para "Terra Roxa".

Por acaso, esse território trouxe esperança e atração para Giuseppe, que não mediu esforços para juntar seus pertences, pedir demissão da fazenda onde trabalhava (após cumprir os contratos de arrendamento de terras) e rumar, em 1914, junto com sua família – composta por quatro pessoas (ele, sua esposa Maria e os filhos Vítório e Aurélia) – para trabalhar no Nordeste do Estado de São Paulo.

Fotografia da Rua Principal e Comercial de Bebedouro no começo do Século XX

Imagem 34
Fotografia
do comércio
de
Bebedouro
na década de
1910

Área
comercial de
Bebedouro
na década de
1910, com
alguns
poucos
automóveis,



Fonte: Prefeitura de Bebedouro ([2025]).

⁸ “Bebedouro é um município brasileiro do estado de São Paulo, localizado entre o Vale do Rio Grande e a Serra de Jaboticabal, a 379 km de São Paulo. Sua população, segundo o Censo IBGE 2022, era de 76.373 habitantes. Situada no nordeste do estado de São Paulo, faz parte da região imediata de Barretos e intermediária de Ribeirão

caminhões e muitas carroças puxada a cavalo.

Preto. O município é formado pelo distrito sede, e pelos distritos de Botafogo e Turvinia. Dentro do distrito sede, há dois aglomerados rurais isolados: o Lugarejo de Areias e o Povoado de Andes” (IBGE, 2023).

Augusto (Agostino Giuseppe) escolheu estabelecer-se em uma pequena cidade. Na época, o município contava com pouco mais de 31 mil habitantes, a maioria residindo na zona rural – aproximadamente 80% da população. A área urbana abrigava cerca de seis mil pessoas (20% do total), o que fazia de Bebedouro uma cidade tranquila e acolhedora. O local dispunha de alguns estabelecimentos comerciais, repartições burocráticas e até mesmo uma escola de primeiras letras. Tratava-se de Bebedouro⁹, localizada no Nordeste do Estado de São Paulo (hoje a cidade está mais desenvolvida, com uma população de mais de 80 mil habitantes, a maioria residente na área urbana).

Fotografia de Bebedouro/SP no começo do Século XX.

Imagem 35 – Fotografia de bebedouro no começo do Século XX



Fonte: Prefeitura de Bebedouro ([2025]).

⁹ Na cidade de Piracicaba também há um monumento em homenagem aos tirolezes que povoaram aquela região. Está localizado no Bairro de Santa Olímpia e foi inaugurado em 1992, em festejos relativos à chegada dos primeiros imigrantes tirolezes naquela região.

Cidade de Bebedouro no começo do século XX, nessa época a população rural era muito maior que a urbana. Assim como outros muitos imigrantes, Augusto Toller e sua família moravam na zona rural.

Naquele período, a economia da cidade baseava-se no cultivo de café, na pecuária leiteira e na agricultura de subsistência. Ao chegarem a Bebedouro, Augusto foi contratado como administrador da Fazenda São Juliano, que na época pertencia aos herdeiros do Coronel Conrado Caldeira (figura do coronelismo da Primeira República brasileira), os senhores Sinval Caldeira e Agoncilo Caldeira.

Fotografia antiga da Fazenda São Juliano Localizada no Município de Bebedouro, SP.

Imagem 36 – Fotografia antiga da Fazenda São Juliano – Terreiro de Café com a presença de Agoncilo Caldeira



Cel. Conrado Caldeira: nome de escola, de ruas e de conjunto de casas populares

Perito em agricultura e pecuária, o mineiro Conrado Caldeira não concluiu os estudos para se dedicar à terra.

Filho de ilustre família do seu Estado, destaque na época do Brasil-Colônia, contraiu matrimônio com Júlia Pinto e teve cinco filhos: Moacyr, Cival, Agoncillo, Inhá e Aida. Mudou-se para Bebedouro, tendo sua primeira casa construída na Vila de Botafogo.

HONESTO, PERSPICAZ, SOLIDÁRIO, VEREADOR, PREFEITO E AGRICULTOR, ELE FOI UM DOS RESPONSÁVEIS POR MELHORIAS NA SANTA CASA.

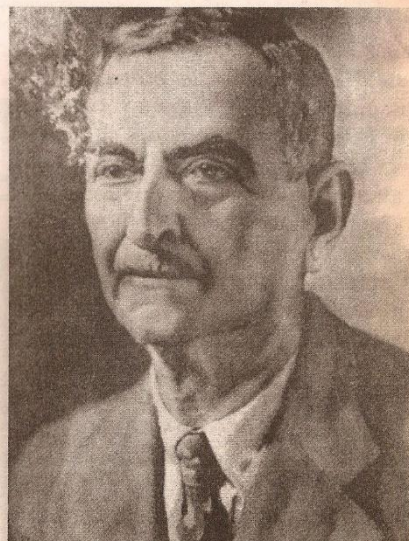
Seu trabalho foi, aos poucos, conquistando espaço na agricultura e na pecuária, tornando-se conhecido pelo seu

peculiar modo de agir com honestidade e perspicácia.

Conrado Caldeira foi eleito, por diversas legislaturas, vereador e vice-presidente da Câmara, tendo por marca registrada sua humildade e atos de solidariedade. Ele foi o responsável por instalações,

como farmácia, aparelho de raio X e eletroterapia e laboratório na Santa Casa de Misericórdia, ao doar diversas vezes parte de suas economias.

Mais tarde, foi eleito prefeito, com uma administração pautada em seriedade e honestidade. Foi um grande exemplo de caráter e bom coração e, depois de seu falecimento, seus admiradores perpetuaram seu nome em ruas e na escola situada na rua Rubião Júnior. Também tem sua identidade no conjunto habitacional do distrito de Botafogo.



Cel. Conrado Caldeira: solidariedade e qualidade no atendimento da Santa Casa foram alguns dos feitos desse benfeitor.

Fonte: EMEB Cel. Conrado Caldeira ([2025]).

Um dos coronéis (época do coronelismo municipal da Primeira República do Brasil) – Deixou vários imóveis aos seus herdeiros quando de seu falecimento.

A família dos proprietários residia na Casa Grande da Fazenda São Juliano, enquanto a família de Giuseppe foi alojada na casa do administrador – mais espaçosa e distante das moradias dos colonos (em sua maioria imigrantes italianos e negros, exescravizados ou descendentes, que ainda habitavam as fazendas tradicionais da região).

Pouco depois, nasceram mais dois filhos do casal: Rita, em 1915, e Antônio, em 1917. (Esses nasceram em Bebedouro/SP, na fazenda São Juliano). Os nascimentos foram registrados no Cartório de Bebedouro/SP.

Certidão de Óbito de Rita Toller Fornazari – Filha de Augusto Toller e Maria Rachella Toller.

Imagem 38 – Certidão de Óbito de Rita Toller Fornazari

N. C.55 Pág. 127

ÓBITO (N. 10.927 -)

CERTIFICO que, a fls. 31º - do livro n. C.17 -
 de registro de óbitos, foi lavrado hoje o assento de Rita Toller
Fornazari
 falecida ao 31º de julho de 1960, às 7 horas
 e 40 minutos, nesta cidade a rua Lib. João
Manoel, 131. -
 do sexo feminino, de cor branca
 profissão doméstica
 natural de distrito de Bebedouro
 domiciliada em Bebedouro
 e residente em "
 com 24 anos de idade, estado civil casada
 filha legítima de Augusto Toller
 profissão (já falecido)
 natural de "
 e residente em Maria Toller. -

Fonte: FAMILY SEARCH.

Atestado de Óbito de Rita Toller Fornazari. Quarto filho de Augusto Toller, nascida em Bebedouro.

O relato sobre o falecimento de Luígia Zancanelli, matriarca da família Toller, em dezembro de 1917, em Santa Catarina, e as dificuldades de comunicação e deslocamento da época, é bastante interessante e reflete bem as limitações do Brasil no início do século XX.

De fato, naquela época, uma viagem de São Paulo (especialmente de cidades como Bebedouro ou Charqueadas) até Santa Catarina seria longa, difícil e demorada, dependendo de estradas precárias, trens (que nem sempre chegavam a todas as regiões) ou mesmo navios costeiros. Além disso, a comunicação era lenta: as cartas podiam levar semanas ou até meses para chegar, dependendo da distância e dos meios de transporte disponíveis.

Os telegramas eram uma alternativa mais rápida, mas não se sabe se havia uma rede telegráfica eficiente ligando Santa Catarina a todas as regiões de São Paulo naquela época. O serviço telegráfico no Brasil já existia desde o século XIX, mas sua cobertura era irregular, especialmente em áreas mais afastadas dos grandes centros urbanos. Se a família Toller estivesse em uma região rural ou pouco conectada, é possível que a notícia da morte de Luígia Zancanelli tenha demorado a chegar ou mesmo sido transmitida apenas por carta.

É triste pensar que Augusto Toller e seus irmãos podem não ter tido a chance de se despedir adequadamente da mãe devido às limitações da época. Esse tipo de situação era comum em um país de dimensões continentais e com infraestrutura ainda incipiente.

De temperamento inquieto e sempre disposto a novas empreitadas, Giuseppe, além de administrar a fazenda, arrendou terras em 1917 na cidade de Pirangi – distante cerca de trinta quilômetros da Fazenda São Juliano – para plantar café e aumentar sua renda. Nessa ocasião, decidiu mudar-se com a família para as novas terras, pedindo demissão do cargo na fazenda, apesar das tentativas dos patrões de dissuadi-lo. Assim, partiram para Pirangi, município vizinho no Estado de São Paulo.

Fotografia da cidade de Pirangi – Estado de São Paulo – provavelmente do começo do Século XX.

Imagem 39 – Fotografia antiga da Cidade de Pirangi SP



Fonte: <https://www.facebook.com/p/Pirangi-Antiga-100089195952666/>. Acesso em: 29 ab. 2025.

Cidade de Pirangi na década de 1920. Local onde Augusto Toller arrendou terras para plantar e criar gado leiteiro e de corte. Local onde nasceu um dos seus filhos: Domingos Toller

Na época da mudança, o filho mais velho, Vitório, já tinha pouco mais de oito anos e auxiliava nos trabalhos rurais. Aurélia contava quatro anos, Rita tinha dois, e Antônio ainda era um "bebê de colo". Foi em Pirangi que Maria Rachella deu à luz ao quinto filho do casal, em 1918. A criança recebeu o nome de Domingos, em homenagem ao pai de Giuseppe, Domenico Giovanni Toller, e ao irmão mais novo dele, Domingos Toller Júnior, que compartilhava o nome com o sobrinho.

Certidão de casamento de Domingos Toller, quinto filho de Augusto Toller Imagem
40 – Certidão de casamento de Domingos Toller

N. 78.15 Pág. 0

CASAMENTO (N. - 387 -)

CERTIFICO que, a fls. 136 do livro n. 04 de r. casamentos foi lido hoje, o assento do matrimônio de mingos Toller e Maria Rachella Toller contraído perante o M. Juiz Pedro Januário testemunhas Adriano Garrido e Diana Jesus Rodrigues

ELE, nascido em Pirangi, deste Estado aos 17 de Março de 1921, profissão comerciante domiciliado em Bebedouro e residente em Bebedouro filho de Augusto Toller nascido em Trento da Itália domiciliado em Bebedouro e residente em Bebedouro e de D. Maria Rachella, nascida em Padara, da Itália domiciliada em Bebedouro e residente em Bebedouro

ELA, nascida em esta cidade de Bebedouro aos 24 de Junho de 1922, profissão costureira domiciliada em Bebedouro e residente em Bebedouro filha de Jorge Faria nascido em Monte Lobato domiciliado em Bebedouro e residente em Bebedouro e de D. Maria Rachella, nascida em Monte Lobato domiciliada em Bebedouro e residente em Bebedouro a qual passa a assinar-se Maria Rachella Toller

Foram apresentados os documentos a que se refere o a ns. 136 do Código Civil.

Observações :

O referido é verdade e dou fé.

Bebedouro, 25 de Julho de 1924

O OFICIAL,
Almyr Carlos

Fonte: FamilySearchGroup.

Naquela comunidade de Pirangi, também nasceu o sexto filho de Giuseppe, ao qual foi dado o nome de José, nascido em 23 de dezembro de 1923, nome dado em homenagem ao tio Arcancelo que aqui passou a ser chamado de José.

Certidão de Óbito de José Toller – Filho de Augusto e Maria Rachella Toller.

Imagem 41 – Atestado de óbito de José Toller

Talão N. C. 65 Página 101

ÓBITO N. 12900

Certifico que a fls 97 do livro N.º C. 19, de registro de óbitos, foi lavrado hoje, o assento de José Toller

falecido aos 21 de Dezembro de 1965
 às 7:30 horas, em no Hospital Nossa Senhora
Aparecida desta cidade, do sexo masculino
 de cor branca, profissão comerciante
 natural de Pirangi deste Estado
 domiciliado em Bebedouro
 e residente em Bebedouro
 com 17 anos de idade, estado civil casado
 filho legítimo de Augusto Toller
 , profissão (já falecido)
 natural de _____
 e residente em _____
 e de Maria Rachelia
 profissão doméstica, natural de Itália
 e residente em _____
 Foi declarante Pedrona Latore Daolio
 Sendo o atestado de óbito firmado por Dr. Petronio Stormato
Ruff que deu como causa da morte Aguda Insuficiência
cardíaca - Causas de Rins e o sepultamento será feito no cemitério de
Bebedouro

Observações: _____

Fonte: FamilySearchGroup.

Giuseppe permaneceu no local por algum tempo, até que os proprietários da terra solicitaram sua devolução, encerrando-se assim o contrato de arrendamento em 1923.

Não há registros sobre a lucratividade financeira desse empreendimento, mas tudo indica que foi bem-sucedido, pois dois fatores sustentam essa conclusão: o contrato foi integralmente cumprido até seu término, e o patrão de Giuseppe pediu-lhe que não mais arrendasse terras, passando a trabalhar exclusivamente na Fazenda São Juliano, onde recebeu aumento salarial e participação nos lucros da colheita.

Assim, Giuseppe retornou com a família para a zona rural de Bebedouro, no estado de São Paulo. Foi nesse período que nasceu seu sexto filho, João, em 04 de janeiro de 1923. A família de Domenico era então composta pelo casal e seis filhos: duas mulheres e quatro

homens, sendo o mais velho, Vítório, com 12 anos de idade e a seguir os outros: Aurélia, Rita, Antônio, Domingos e José (todos ainda bem crianças).

Fotografia da Família Toller Provavelmente Tirada em 1924.

Imagem 42 – Fotografia da família Toller: Augusto, Maria, Victor, Aurélia, Rita, Antônio, Domingos, José e João



Nota: fotografia tirada na década de 1920, pelo tamanho de João Toller, ainda de tenra idade, talvez esta fotografia tenha sido tirada entre 1923 e 1924 na Fazenda São Juliano. Do total de onze filhos até esta data haviam nascido 7 filhos.

Fonte: Arquivo pessoal.

Passaram a completar a família, todos nascidos na Fazenda São Juliano e registrados em Bebedouro. É provável que tenham sido batizados na Matriz de São João Batista ou na Capela de Botafogo.

Documento: Certidão de casamento de João Toller – Filho de Augusto Toller e Maria Rachella Toller.

Imagem 43 – Certidão de casamento de João Toller

N. 13-15 Pág. 032

CASAMENTO (N. - 2.832 -)

CERTIFICO que, a fls. 80 - do livro n. 8-11 - de registro de casamentos foi feito hoje, o assento do matrimônio de João Toller e dona Flávia Norberto Rodrigues contraído perante o M. Juiz Pedro Junior e as testemunhas Antonio Toller e Américo Toller

ELE, nascido em Neste distrito de Bebedouro aos 4 de janeiro de 1923, profissão comerciante, domiciliado em Nesta cidade e residente em Nesta cidade filho de Augusto Toller nascido em Trento, da Itália domiciliado em Nesta cidade e residente em Nesta cidade e de D. Maria Rachel Padova, da Itália, nascida em Nesta cidade e residente em Nesta cidade

ELA, nascida em No 1º Subdistrito de Campinas, deste Estado aos 3 de Agosto de 1926, profissão doméstica, domiciliada em Nesta cidade e residente em Nesta cidade filha de Agostina de Jose Rodrigues Silva nascido em Bebedouro, deste Estado, domiciliado em Nesta cidade e residente em Nesta cidade e de D. Isaura Mesario Rodriguez, nascida em Rio Claro, deste Estado domiciliada em Nesta cidade e residente em Nesta cidade a qual passa a assinar-se Flávia Toller

Foram apresentados os documentos a que se refere o artigo 180 ns. 1, 2 e 4 do Código Civil.

Observações: Resolvo a rama pita na palavra e Nesta

O referido é verdade e dou fé.

Bebedouro, 30 de Maio de 1948

O OFICIAL,
Almyr Gusmões

Nota: Certidão de Casamento de João Toller, sétimo filho de Augusto Toller, nascido em Bebedouro no dia 04 de janeiro de 1923. Fonte: FamilySearch.

Na década de 1920, a família de Giuseppe alcançou certa estabilidade. Nesse período, nasceram mais quatro filhos: Maria, Luiz em 21 de agosto de 1926 e Lídia (esta última, hoje com mais de 95 anos, reside no centro de Bebedouro). O último filho do casal veio no início de 1930, em 13 de abril. Sobre ele, há uma curiosidade a respeito do nome: Giuseppe registrou-o no cartório como Ângelo, mas, no batismo católico, recebeu o nome de Hilário Toller, pelo qual ficou conhecido por toda a vida (91 anos) – inclusive por pais, irmãos e amigos. Consta que Ângelo só descobriu ter dois nomes ao se matricular no Grupo Escolar Abílio Manoel, em Bebedouro, durante o primeiro ano primário.

Certidão de casamento de Maria Toller Nogueira – filha de Augusto Toller e Maria Rachella Toller.

Imagem 44 – Certidão de casamento de Maria Toller Nogueira

N. 9-14- Pág. 005

CASAMENTO (N. 2 605-)

CERTIFICO que, a fls. 20- do livro n. 8-10- de registro de casamentos foi feito hoje, o assento do matrimonio de Cicero Martins Nogueira e Maria Toller contraído perante o M. Juiz Francisco Barbosa e as testemunhas Antonio Toller e João Galbardo

ELE, nascido em Bebedouro deste Estado aos 16 de junho de 1916, profissão professor, domiciliado em Guararapes deste Estado e residente em Guararapes deste Estado filho legítimo de Capitão João Nogueira (já falecido) nascido em Bebedouro, domiciliado em Bebedouro e residente em Bebedouro e de D. Maria Martins Nogueira, nascida em Bebedouro deste Estado, domiciliada em Bebedouro deste Estado e residente em Bebedouro deste Estado

ELA, nascida em Mateus de Belém aos 27 de dezembro de 1924, profissão professora, domiciliada em Bebedouro e residente em Bebedouro filha legítima de Augusto Toller nascido em Trento da Itália, domiciliado em Bebedouro e residente em Bebedouro e de D. Maria Rachella, nascida em Pádua da Itália domiciliada em Bebedouro e residente em Bebedouro a qual passa a assinar-se Maria Toller Nogueira

Foram apresentados os documentos a que se refere o artigo 180 ns. 1, 2 e 3 do Código Civil.

Observações :

Nota: certidão de Casamento de Maria Toller Nogueira. Filha de Augusto Toller, nascida em Bebedouro – SP – em 29 de dezembro de 1924.

Fonte: FamilySearchGroup.

Imagem 45 – Certidão de casamento de Luiz Toller

N. B-15 Pág. 055

CASAMENTO (N. 3615)

CERTIFICO que, a fls. 1668 do livro n. B-15 de registro de casamentos foi feito hoje, o assento do matrimônio de Henry Toller e Maria Toman

contraído perante o M. Juiz Pedro Jamini e as testemunhas Pedro Bossolani e João Galliani.

ELE, nascido em cidade de São Paulo de São Paulo aos 25 de agosto de 1926, profissão comerciante domiciliado em Bebedouro e residente em " filho de Augusto Toller e Talicia nascido em ", domiciliado em " e residente em " e de D. Maria Rachella nascida em Italia - Sabro domiciliada em Bebedouro e residente em Bebedouro.

ELA, nascida em Guaratinguetá de São Paulo aos 23 de fevereiro de 1931, profissão doméstica domiciliada em Bebedouro e residente em " filha de Agostino de Guaratinguetá nascido em Bebedouro, domiciliado em Bebedouro e residente em Bebedouro e de D. Luiz de Bessa nascida em Bebedouro, domiciliada em Bebedouro e residente em Bebedouro a qual passa a assinar-se Maria Toman Toller

Foram apresentados os documentos a que se refere o artigo 180 ns. 1, 2 e 3 do Código Civil.

Observações :

O referido é verdade e dou fé.

Bebedouro, 19 de dezembro de 1932

O OFICIAL,
Henry Toman Toller

Documento: certidão de nascimento de Ângelo (Hilário) Toller – Filho de Augusto Toller e Maria Rachella Toller.

Imagem 46 – Certidão de nascimento de Ângelo (Hilário) Toller

N. 04 Pag. 88

NASCIMENTO (N. 488)

Certifico que a fls. 0123 do livro n.º 0-11
de registro de nascimentos foi feito hoje, o assento
de "Angelo Toller"
nascido aos 13 de
abril de 1930 às 4 horas e
-- minutos, em este distrito na fazenda São
Juliano do sexo masculino de cor branca
filho leg. de Augusto Toller, casado em Pira
icaba, com 44 anos, italiano, laureado, aqui residente
e de D. Maria Rachella Toller, com 40 anos, italiana
sendo avós paternos Domingos Toller
e D. Luiza Saycanella
e maternos Victorio Rachella
e D. Luiza del Broi
Foi declarante o pai da criança
serviram de testemunhas Jose Caedura padro e
Odonis Joas Caedura

Nota: certidão de nascimento de Ângelo (Hilário) Toller, o filho mais novo do casal Augusto Toller e Maria Rachella Toller, nascido na Fazenda São Juliano e registrado no Cartório de Registro Civil do Distrito de Botafogo – município de Bebedouro/SP. "Bebedouro, Bebedouro, São Paulo, Brazil registros".

Fonte: FamilySearchGroup.

Dessa forma, a família ficou completa: Vitório, Aurélia, Rita, Antônio, Domingos, José, João, Maria, Luiz, Lídia Ângelo Hilário.

Mesmo como administrador da Fazenda São Juliano, Giuseppe diversificava seus negócios na década de 1920 – afinal, precisava sustentar uma família numerosa. Para isso, montou um armazém de secos e molhados na própria fazenda, colocando seu filho mais velho, Victório Rachella Toller, à frente do negócio.

Fotografia atual de onde funcionou o primeiro armazém de Augusto Toller E Filhos.

Imagem 47 – Fotografia atual onde foi o primeiro armazém de Augusto Toller



Nota: primeiro armazém de Augusto Toller e residência nos fundos, onde foram acolhidos os filhos mais velhos da família Toller: Victor e Aurélia.

Fonte: Arquivo pessoal.

Naquela época, era comum que fazendas abrigassem múltiplas atividades econômicas. Na Fazenda São Juliano, havia a casa sede (residência do "Coronel do Café"), a casa do administrador e a do capataz – estas últimas, mais bem estruturadas e distantes das demais.

Existiam também as casas dos colonos, geralmente geminadas, onde viviam duas famílias com seus filhos.

Esses locais costumavam contar com escolas de primeiras letras, armazéns de secos e molhados (que funcionavam como farmácia, açougue e bar), serralha, olaria e até cinema – como era o caso da Fazenda Guarani, vizinha à São Juliano.

Assim, coube a Augusto encabeçar a venda que havia naquela propriedade, fornecendo variados produtos aos colonos e a todos que habitavam a fazenda.

Os produtos eram adquiridos em Bebedouro, nos armazéns de secos e molhados que existiam lá. Eram transportados em carroças puxadas por burros até a Fazenda São Juliano. Com a chegada do trem ao distrito de Botafogo, os produtos passaram a ser retirados ali e carregados em carroças até a fazenda.

Por volta de 1930, Victório (Victor), filho mais velho de Augusto, já não desejava continuar trabalhando na fazenda e manifestava interesse em mudar-se para a cidade, onde pretendia estabelecer um comércio em Bebedouro. Diante disso, Giuseppe permitiu que Victor se mudasse para Bebedouro a fim de trabalhar como empregado em um armazém de secos e molhados.

A intenção de Giuseppe era que Victório aprendesse o ofício de vendedor. Após um ano, Victor demonstrou ao pai que estava preparado para, em vez de seguir como empregado, abrir seu próprio estabelecimento comercial.

Com o tempo, o crescimento da família e a prosperidade dos negócios, Augusto, acompanhado de seus filhos mais velhos (Victor e Antônio), passou a vender mantimentos variados com uma carroça de burros pelas fazendas vizinhas, povoados e pequenos municípios próximos à Fazenda São Juliano.

O próximo passo da família foi comprar um armazém de secos e molhados no perímetro urbano. Surgiu, então, uma pequena casa comercial nos arredores de Bebedouro, na entrada da estrada de terra que ligava Bebedouro-Botafogo-Fazenda São Juliano.

Fotografia: atual da Rua Valim. Essa rua ficava na época no final da cidade e era caminho para a Fazenda São Juliano e o distrito de Botafogo.

Imagem 48 – Fotografia atual da Rua Vali



Nota: Rua Valim atualmente. Na época do armazém de Augusto Toller esse era o final da rua e o caminho para o distrito de Botafogo, o que se fazia a pé ou a cavalo. Fonte: Arquivo pessoal.

O local era estrategicamente posicionado: ficava perto da estrada que permitia atender às necessidades de compra das fazendas e localidades próximas, mantendo a clientela anterior. Além disso, evitava-se ir até Bebedouro para buscar os produtos que chegavam de trem,

simplificando o transporte. Por fim, ampliava-se a clientela, atendendo, ainda que timidamente, aos consumidores de Bebedouro.

Foi o primeiro imóvel adquirido por Augusto, um imigrante tirolês que, como tantos outros, fincava suas raízes na América. Ele comprou o imóvel em 1931, e ele ainda funciona como casa comercial, com a única diferença de que, hoje, está totalmente integrado à área urbana da cidade, sendo considerado mais um estabelecimento no centro.

Imagem 49 – Fotografia atual do primeiro armazém e casa adquirido por Augusto Toller em 1931



Fonte: Arquivo pessoal.

Primeiro Armazém de secos e molhados de Augusto Toller. Nele trabalhava Victor Rachella Toller (seu filho mais velho) acompanhado da irmã Aurélia Toller que fazia as lides domésticas da moradia ao fundo além de ajudar no armazém também.

O imóvel, comprado por Augusto em 1931, está bem preservado e é composto por uma área comercial e um conjugado residencial nos fundos, conectados por uma passagem interna.

Com a aquisição do imóvel, foi formada a sociedade Toller & Filhos, destinada ao comércio de secos e molhados, também conhecido como armazém ou empório no Estado de São Paulo

O prédio tinha três portas voltadas para a atual Rua Rubião Júnior e uma para a Rua Valim.

Na parte frontal do imóvel, foi instalado o armazém, com maior visibilidade para a Rua Rubião Júnior. Passaram a morar no local:

- Victor R. Toller, filho primogênito de Augusto, encarregado de administrar o comércio;
- Aurélia, sua irmã, responsável pelos cuidados da casa.
- Todos deveriam conciliar trabalho e estudos:
- Os homens se dedicariam ao armazém (estoque e vendas) e se formariam em contabilidade (equivalente ao ensino médio atual);
- As mulheres cuidariam dos afazeres domésticos e se formariam como professoras das primeiras letras (ensino fundamental).

Quando o imóvel foi adquirido:

- Augusto quarenta e seis anos de idade; Maria possuía 41 anos, Victor 20 anos e Aurélia dezessete anos de idade.

Inicialmente, Augusto mantinha seu trabalho como administrador da Fazenda São Juliano, onde tinha participação na colheita de café e na criação de gado (que comprava e vendia em pastos arrendados).

Porém, com o crescimento dos negócios, em 1935, Augusto Toller decidiu deixar definitivamente a administração da fazenda e a criação de gado para se estabelecer na cidade. Essa transição incluiu a venda do primeiro armazém de secos e molhados, concluída em julho de 1935.

Imagem 60 – Fotografia do segundo armazém de secos e molhados de Augusto Toller –
Bebedouro



Nota: fotografia da década de 1930. Fonte:
Arquivo pessoal.

Augusto Toller resolveu levar toda a família para a cidade de Bebedouro. Como a família era grande e provavelmente não caberia no imóvel comercial que se localizava na periferia de Bebedouro, com muito esforço de todos que trabalhavam pelo bem comum, Augusto vendeu o imóvel que havia comprado em 1931 e adquiriu um bem maior.

Tratava-se de um imóvel localizado na Rua Francisco Inácio esquina com a Rua Coronel Conrado Cadeira. Além de espaço para comércio, ele oferecia uma casa ampla nos fundos. Era um sobrado com vários cômodos e banheiros internos, o que era muito melhor para acolher toda a família, composta por vários filhos e agora também pelos sogros de Giuseppe, Victório Rachela e Luigia D'Albroi, que, já em idade avançada, foram incorporados ao núcleo familiar, contando com os cuidados de Maria e suas filhas.

Fotografia de Maria Rachella Toller e Luigia D'albroi - Mulher e Mãe de Augusto Toller – nessa fotografia ambas já São Viúvas.

Imagem 51 – Fotografia de Maria Rachella Toller e Luigia D'albroi
Maria Rachella Toller (Viúva de Augusto Toller) e Luigia D'albroi Rachella



Nota: Fotografia do final da década de 1950.

Fonte: arquivo de João Augusto de Moraes Toller.

O imóvel possuía várias portas para comércio, e o espaço interno era bastante amplo, o que permitia aos Toller vender de tudo no armazém: gêneros alimentícios, frutas, legumes, armarinhos, calçados, papelaria – enfim, havia um pouco de tudo e muitas mãos para o trabalho. Além de Giuseppe, seus filhos também trabalhavam: Victor, Antônio, Domingos, José, João, Luiz e até Ângelo Hilário, que, com apenas sete anos de idade, ia à escola e, no turno inverso, ajudava no armazém, mesmo sendo ainda muito jovem.

Fotografia da parte interna do segundo armazém de Augusto. Na imagem aparece o Filho Victor.

Imagem 52 – Fotografia da parte interna do segundo armazém de Augusto



Nota: Armazém de secos e molhados da Rua Francisco Inácio. Este foi o segundo armazém de Augusto Toller. Nele havia uma série de produtos que eram comercializados na época. Fonte: Arquivo de João Augusto de Moraes Toller.

Por outro lado, o comércio prosperava graças ao empenho e à responsabilidade dos filhos mais velhos. Todos continuavam os estudos. À medida que concluíam o ensino primário

na escola da fazenda, os homens iam para a casa comercial em Bebedouro para trabalhar no armazém e prosseguir com os estudos, enquanto as mulheres ajudavam nos afazeres domésticos para contribuir com os irmãos e continuavam a estudar. E assim, a família foi prosperando

Fotografia em que Antônio Toller está na parte dos fundos do imóvel da Rua Francisco Inácio em Bebedouro/SP.

Imagem 53 – Fotografia em que Antônio Toller está na parte dos fundos do imóvel da Rua Francisco Inácio



Nota: este imóvel que parecia uma chácara, dadas suas dimensões, abrigou toda a família de Augusto Toller quando vieram da zona rural para a zona urbana de Bebedouro/SP. Fonte: arquivo de João Augusto De Moraes Toller.

Na juventude, quando Augusto trabalhava na Fazenda Santa Júlia de Charqueada, sofreu um acidente que lhe trouxe muitos transtornos. Ficou manco de uma perna após cair de um cavalo, sofrendo fraturas em várias partes do corpo. Esse incidente o marcou profundamente,

pois precisou usar sapatos com salto em um dos pés e, no final da vida, passou a utilizar uma muleta para se apoiar. Provavelmente, devido às limitações de diagnóstico e tratamento na época, ele pode ter desenvolvido dismetria dos membros inferiores.

Nem tudo foram flores na vida de Augusto e sua família. Muitos desafios foram enfrentados no cotidiano, e a ideia de progresso pleno sempre foi romantizada e incerta.

A vida reserva obstáculos para todos, mas eles são ainda maiores para os imigrantes. No caso de quem chegou ao Brasil ainda criança, a adaptação não foi fácil, especialmente em um país com costumes e aspectos culturais tão distintos. Augusto enfrentou inúmeros problemas e fracassos ao longo de sua trajetória, embora tenha encontrado certa facilidade em Santa Catarina ao integrar-se a uma comunidade tiroleza, e depois em Charqueada, devido à proximidade com Santana e Santa Olímpia – mesmo estando à margem dessas duas colônias tirolesas no estado de São Paulo.

No entanto, as dificuldades culturais e identitárias foram ainda mais intensas durante as estadias em Pirangi e Bebedouro, onde Augusto e sua família enfrentaram os maiores desafios de adaptação.

No aspecto econômico, as dificuldades começaram pela integração da família em Santa Catarina. Lá, é provável que as promessas feitas aos colonos não tenham sido cumpridas, levando muitos a desistirem da região. Esse foi o caso de Augusto, que, com sua família, migrou para o estado de São Paulo, estabelecendo-se como não proprietários nas fazendas de café da região de Piracicaba.

Lá permaneceu por muitos anos, mas isso não foi suficiente para que alcançasse progresso econômico. Não havia em seus horizontes possibilidade de êxito financeiro, a não ser o crescimento de sua família que chegou a ter meia dúzia de filhos.

Assim, seus sonhos e perspectivas já não cabiam mais em Charqueada.

Impulsionado por um espírito irrequieto e aventureiro – talvez uma de suas características, migrou mais uma vez, desta vez para a região do "paraíso do café", em Ribeirão Preto.

No novo destino, os negócios cresceram. Em 1937, a família decidiu expandir suas atividades e surgiu a oportunidade de comprar um posto de gasolina. Localizado na Rua Antônio Alves de Toledo, entre as ruas São João e Cel. João Manoel, no centro da cidade, o estabelecimento recebeu o nome de Posto de Combustíveis "Anglo-Saxão" (o motivo dessa escolha permanece uma incógnita). É curioso que imigrantes tiroleses e italianos tenham optado por um nome inglês, mas talvez fosse apenas uma estratégia comercial da época.

Nessa ocasião, seus filhos homens já tinham certa idade e todos trabalhavam com o pai. Em 1939, Augusto Toller vendeu o posto de gasolina da Rua Antônio Alves de Toledo para a família Conde. Com o capital obtido e economias acumuladas ao longo dos anos, Augusto adquiriu a agência de automóveis Chevrolet, que pertencia à família Schitini.

Logo após a compra da agência Chevrolet – que também possuía um posto de gasolina em sua fachada e estava localizada na parte central da cidade, na Rua Oscar Werneck –, eclodiu a Segunda Guerra Mundial. O Brasil, dependente do petróleo estrangeiro, viu-se sem acesso aos combustíveis necessários para abastecer automóveis, caminhões e tratores. Apenas veículos adaptados ao gasogênio (movidos a gás) poderiam ser abastecidos, mas poucos aderiram à mudança. Dessa forma, o posto de combustível que Augusto e seus filhos haviam adquirido tornou-se completamente inviável.

Imagem 54 – Fotografia da agência chevrolet da Rua Oscar Werneck



Fonte: Arquivo pessoal de João Augusto de Moraes Toller.

Além disso, não havia como adquirir veículos para revenda, uma vez que todos os automóveis, caminhões, tratores e eletrodomésticos eram importados, nem mesmo montados no Brasil. Assim, começou a faltar mercadoria para comercialização.

A situação não se tornou um fracasso total porque a família ainda mantinha o armazém em pleno funcionamento. Um dos filhos, José, partiu para a região de Votuporanga, além de São José do Rio Preto – então considerada "sertão" –, onde comprava porcos para revenda e levava alimentos para comercializar. Para isso, utilizava um caminhão movido a gasogênio.

Além disso, o filho mais novo, Ângelo Hilário, especializou-se na fabricação de gasogênio para abastecer os veículos da cidade.

Fotografia do posto de gasolina da Rua Antônio Alves de Toledo em Bebedouro/SP.
Imagem 55 – Fotografia do posto de gasolina da rua Antônio Alves de Toledo



Nota: posto de gasolina da Rua Antônio Alves de Toledo que pertenceu à família de Augusto Toller e filhos, comprado na década de 1930 em Bebedouro/SP.
Fonte: Arquivo pessoal de João Augusto de Moraes Toller.

Foram tempos difíceis, que só terminaram com o fim da Guerra em 1945. Novamente, a família manteve seus negócios, tanto no armazém quanto no posto de gasolina.

Posto de gasolina de Augusto Toller localizado na Rua Antônio Alves de Toledo, em Bebedouro/SP. Primeiro posto de gasolina da família.

Imagem 56 – Posto de gasolina de Augusto Toller



Fonte: Arquivo pessoal de João Augusto de Moraes Toller.

No posto, foi aberta uma loja que passou a vender outros produtos, como fogões, geladeiras e bicicletas – a maioria importada. A loja, localizada na Rua Doutor Oscar Werneck, comercializava caminhões, máquinas agrícolas, tratores, bicicletas, automóveis, fogões, geladeiras, entre outros. Todas as marcas eram importadas.

Imagem 57 – Fotografia do interior do comércio de Augusto Toller e alguns dos produtos comercializados



Nota: Fotografia de uma das partes da Agência Chevolet de Bebedouro, local onde Augusto e seus filhos, além de automóveis, vendiam outros produtos como bicicletas, fogões, geladeiras e tratores. Fonte: Arquivo pessoal de João Augusto de Moraes Toller.

Assim, Augusto criou uma importadora. Tempos depois, ele e seus filhos adquiriram um grande imóvel, também na Rua Oscar Werneck, dois quarteirões abaixo do posto de gasolina e da loja.

Fotografia. Reportagem sobre a inauguração da nova agência Chevrolet de Bebedouro, propriedade de Augusto Toller e filhos. Reportagem da década de 1950.

Imagem 58 – Nova agência Chevrolet de Bebedouro - 1950



Fontes: Arquivo pessoal de João Augusto de Moraes Toller.

Mais tarde, mesmo após o falecimento de Augusto, a família deu continuidade às atividades. O armazém foi fechado, e três lojas de veículos foram abertas: uma agência Chevrolet, uma concessionária de tratores Massey Ferguson em Bebedouro e outra agência da Massey Ferguson em Barretos.

Imagem 59 – Fotografia de Maria Rachella Toller já viúva



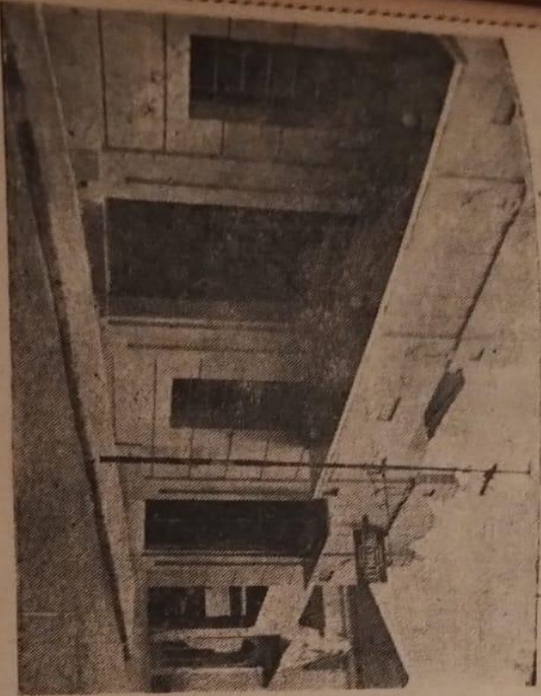
Nota: Maria Rachella Toller, fotografia da década de 1950, viúva e vestida de luto, em momento após a morte de Augusto Toller.

Fonte: arquivo de João Augusto de Moraes Toller.

Fotografia: Propaganda da agência Chevrolet de Bebedouro, pertencente a Augusto Toller e seus filhos – década de 1940. O posto de serviços da agência era denominado Anglo Mexican.

Imagem 60 – Propaganda da agência Chevrolet de Bebedouro

Agência CHEVROLET
- DE -
A. TOLLER & FILHOS LTDA.



Concessionários "Chevrolet" -
Importadores e Atacadistas - A
maior casa de peças e artigos
para automóveis.

Pôsto de Serviço Anglo-Mexican
Oficina Mecânica.

Rua Dr. Oscar Werneck, 375
Caixa, 21 -:- Fone, 93
BEBEDOURO - Est. de S. Paulo

BEBEDOURO, EM REVISTA - Julho de 1949

PÁGINA - 77

Nota: propaganda da agência Chevrolet de Bebedouro, pertencente a Augusto Toller e seus filhos - década de 1940. O posto de serviços da agência era denominado Anglo Mexican. Fonte: Arquivo pessoal de João Augusto de Moraes Toller.

O processo de formação dessas empresas pode ser resumido cronologicamente da seguinte forma:

- 1956: Os filhos de Augusto Toller fundaram a Cia. de Automóveis Bebedouro para vender automóveis DKV, inicialmente importados e depois montados no Brasil. A loja funcionava na esquina da Rua Brandão Veras com a Praça Nove de Julho.

Fotografia atual do local onde outrora fora a primeira agência Chevrolet de Augusto Toller Em Bebedouro/SP.

Imagem 61 – Fotografia atual do local onde outrora fora a primeira Agência Chevrolet de Augusto Toller



Nota: esta foi a segunda empresa de automóveis de Augusto Toller e seus filhos. Fonte: Arquivo pessoal de João Augusto de Moraes Toller

- Final da década de 1950: Criaram a Toller S.A. Comercial Importadora, uma nova agência que vendia automóveis Chevrolet importados. Esses veículos eram comercializados na loja central da Rua Oscar Werneck, enquanto os DKV passaram a ser vendidos em uma nova loja na parte baixa da mesma rua, na esquina com a Rua Brandão Veras.

Fotografia da agência chevrolet na parte alta da Rua Doutor Oscar Werneck em Bebedouro/SP.

Imagem 62 – Fotografia da agência chevrolet na parte alta da Rua Doutor Oscar Werneck



Nota: caminhões da marca Chevrolet e que eram fabricados no Brasil e chegaram para ser vendidos em Bebedouro, na agência dos “Toller” – junto a eles estão os motoristas que conduziram os veículos de São Caetano até Bebedouro, uma epopeia na época, tendo em vista às condições das estradas. Fotografia da década de 1950.

Fonte: Arquivo pessoal de João Augusto de Moraes Toller.

- 1967: A multinacional Volkswagen adquiriu a DKV no Brasil, e a família passou a vender veículos de ambas as marcas.
- 1968: A Chevrolet iniciou a fabricação de veículos no Brasil (caminhões, camionetas e Opalas) em sua fábrica em São Caetano do Sul, e a família Toller começou a distribuí-los em Bebedouro e região.
- 1970: A família transferiu a agência Chevrolet para a loja inferior da Rua Oscar Werneck, mantendo apenas a concessionária de tratores e máquinas agrícolas Massey Ferguson na loja superior. Com isso, deixaram de comercializar veículos Volkswagen.

Fotografia atual de onde funcionou a agência Chevrolet da Família Toller na Parte baixa da Rua Oscar Werneck Em Bebedouro/SP.

Imagem 63 – Fotografia do local atual onde foi a última agência Chevrolet de Augusto Toller e seus filhos



Fonte: Arquivo pessoal.

Outra empresa adquirida pelos filhos de Augusto após seu falecimento foi uma distribuidora de óleo na cidade de Barretos/SP, em 1956. Essa empresa tornou-se o embrião de mais uma agência de tratores Massey Ferguson.

Ainda em vida, Augusto Toller adquiriu uma empresa de transporte de passageiros que operava na rota Bebedouro–Colina– Barretos. A propriedade foi transferida para Augusto como pagamento de uma dívida. O antigo proprietário realizava os consertos de seus ônibus na oficina da "firma" dos Toller e, extremamente endividado, resolveu ceder a empresa a Augusto para liquidar seu débito.

Augusto assumiu o negócio e colocou seus dois filhos para trabalhar na linha: Domingos como motorista e Ângelo como cobrador. Anos depois, Augusto devolveu a empresa ao antigo dono, pois já havia recuperado o valor correspondente à dívida. Para Augusto, uma vez quitadas as obrigações financeiras, era justo restituir a propriedade ao seu legítimo dono.

Todas essas empresas hoje estão extintas, assim como a maioria dos filhos de Augusto já faleceu.

Infelizmente, pelos padrões atuais, Agostino Giuseppe Toller (Augusto Toller) faleceu relativamente jovem. Ele veio a óbito aos 66 anos, vítima de um melanoma que atingiu seu estômago.

Em 1947, quatro anos antes de morrer, Augusto sofreu um infarto do miocárdio aos 62 anos. Foi tratado no Hospital Dante Pazzanese em São Paulo, onde se submeteu a um rigoroso tratamento e recuperou-se completamente.

Seu corpo está sepultado no cemitério São João Batista, em Bebedouro/SP, no jazigo da família, local onde repousam outros parentes, incluindo meus pais Ângelo Toller e Rosélys Maria de Moraes Toller.

Imagem 64 – Fotografia do jazigo da Família Toller - local de sepultamento de Augusto Toller



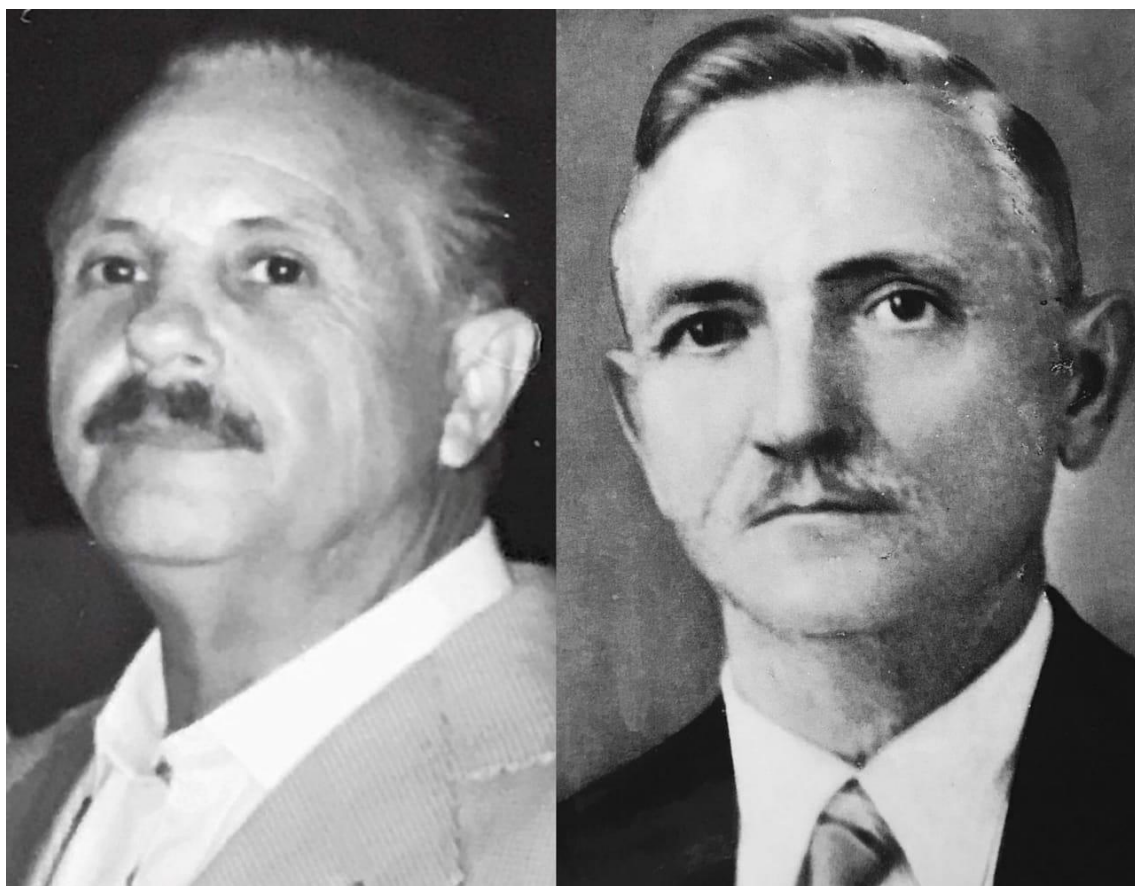
Nota: lápide onde se encontra sepultados Augusto Toller, Maria Rachela Toller, filhos, noras, netos e “nona” Luigia D’albroi. Fonte: Arquivo pessoal.

Augusto deixou diversos bens imóveis, que foram partilhados entre seus filhos. Eles mantiveram a sociedade estabelecida com o pai, e o negócio prosperou ainda mais, fruto do trabalho em conjunto.

O nome de Augusto Toller permanece imortalizado em Bebedouro: um edifício comercial no centro da cidade e uma rua na periferia levam seu nome. Antes de falecer, ele recebeu o título de Comendador da Câmara Municipal em reconhecimento por suas contribuições ao desenvolvimento comercial da cidade.

Fotografia: ambas faces de Ângelo Toller (Hilário) e Augusto Toller (Giuseppe Agostino Toller)

Imagem 65 – Fotografia composta de Augusto Toller e seu filho Ângelo (Hilário)



Fonte: Arquivo de João Augusto de Moraes Toller.

Imagem 66 – Fotografia do Edifício Augusto Toller – localizado na área central de Bebedouro



Nota: Edifício Augusto Toller - Construído por seu neto Abel de Freitas Toller, o qual colocou o nome de Augusto Toller em homenagem ao seu avô paterno. Fonte: Arquivo pessoal.

7 CONCLUSÃO

Esta tese objetivou compreender a imigração tiroleza para o Brasil por uma ampla abrangência temporal e geográfica, mediante o foco central em desvendar os processos complexos e multifacetados da formação, transplantação e reafirmação da identidade tiroleza no Brasil.

Iniciou-se pela construção histórica do Tirol europeu, perpassando pelos motivos e rotas da “diáspora” à qual se submeteram os tirolezes ao longo do tempo e, finalmente, analisou-se a implantação e a evolução das comunidades tirolezas em solo brasileiro. O trabalho foi construído mediante a análise da trajetória de um grupo de imigrantes que, ao que parece, encontra-se pouco visibilizado na historiografia nacional, uma vez que é cientificamente agregado a categorias amplas de outros imigrantes e, por vezes, categorizado como parte da imigração alemã ou italiana.

Ao longo desta investigação, buscou-se demonstrar que a história da imigração tiroleza no Brasil é, em sua essência, uma narrativa de nova formação cultural e, ao mesmo tempo, de forma paradoxal, de resistência identitária.

Quanto à revisão sintética das pesquisas e à fundamentação teórica cotejada, o objetivo central foi traçar um panorama histórico preciso da gênese da identidade tiroleza na Europa. Essa análise pré-migratória teve o atributo em demonstrar que os imigrantes tirolezes não traziam consigo apenas bagagens físicas, mas um verdadeiro “capital étnico”, em consonância com as lições perpetuadas por Bourdieu.

O capital étnico dos tirolezes foi composto por um arcabouço cultural diferenciado, forjado pelos aspectos geográficos oferecidos pelos Alpes, por uma história política própria e por uma religião – no caso, a católica –, à qual sua devoção é resultante de circunstâncias também próprias e apropriadas pelo povo, oferecendo-se também como um marco de diferenças em relação a outros grupos vizinhos. Tudo isso desaguou em um forte sentido de pertencimento que transcendeu as fronteiras impostas a partir do ano de 1919, com a nova configuração europeia mediante o direcionamento do capitalismo de então.

No capítulo dedicado ao processo migratório vivenciado pelo Tirol a partir do final do século XIX, foram aventadas as redes de parentesco e a solidariedade comunitária como pilares do viver tirolês fora de sua localidade de origem. Essas redes foram, ao que parece, determinantes em várias etapas do processo migratório dos tirolezes, desde a escolha dos destinos (influenciada pelas cartas dos migrantes pioneiros), passando pelas adversidades das

viagens, nas quais o grupo procurava permanecer unido, até a formação dos núcleos coloniais aqui no Brasil.

Quando comparamos, por exemplo, as comunidades tirolezas do Espírito Santo com as do Sul do país, vemos algo em comum: a tentativa estratégica de reconstruir no Brasil um novo ambiente (um Tirol imaginário), uma espécie de réplica do mundo que deixaram. Essa reconstrução se dá através da adaptação de práticas religiosas, de atividades associativas (sociedades de canto e de tiro ao alvo), linguísticas – com o uso doméstico de dialetos – e até gastronômicas, através da feitura da polenta e da utilização de tubérculos nativos da “velha pátria”.

Em relação ao estudo efetuado sobre as comunidades tirolezas de Santana e Santa Olímpia, em Piracicaba/SP, estas constituíram o cerne empírico da demonstração desta tese. Após a análise histórica, geográfica, social, econômica e cultural, concluiu-se que tais redutos tirolezes consagram-se como o maior e mais verdadeiro legado do Tirol no Brasil. Santa Olímpia, por exemplo, transformou-se ao longo do tempo em um “lugar de memória” (Pierre Nora), no qual a identidade é ativamente cultivada, celebrada, reconstruída e comercializada. No mundo globalizado do capitalismo latente, Santa Olímpia e Santana transformam-se em produto do turismo étnico, através de festas regulares, restaurantes e arquitetura mais ou menos preservada.

A reconstituição da trajetória do imigrante Agostino Giuseppe Toller e de sua família serviu como corolário humanizado e necessário do “macroprocesso” da imigração tiroleza para o Brasil. Sua saga, do Tirol até Santa Catarina e depois pelas fazendas de café do Estado de São Paulo, demonstra a forma como as motivações econômicas e as dificuldades enfrentadas por ele e sua família em solo brasileiro embasam ou ilustram de forma contundente os conflitos e dramas vividos por vários outros cidadãos do Tirol em terras brasileiras, seja em núcleos de imigrantes, sejam desgarrados de seus compatriotas em locais muito distantes de qualquer amparo da rede de imigrados.

Sua história individual ou familiar é um microcosmo da experiência coletiva, ilustrando como a identidade e as redes de solidariedade étnica funcionavam como um capital social que fornecia, a duras penas, suporte material e emocional, direção e oportunidades de crescimento econômico em um ambiente hostil e desconhecido.

Esta pesquisa é apenas o início de uma série de indagações sobre o processo de formação identitária dos tirolezes em território brasileiro que, inevitavelmente, abriram mais fendas e dúvidas do que costuras e certezas. Mas, mesmo assim, todo o trabalho possibilitou que lacunas

identificadas não correspondam a falhas, mas sim à delimitação de um vasto e fértil programa de investigações futuras, que seriam aconselháveis e essenciais para se compreender mais e melhor a totalidade da experiência tiroleza no Brasil.

Os achados iniciais da presente pesquisa remetem às seguintes linhas de pesquisa, que são necessárias, para não dizer urgentes:

Investigações Linguísticas e Culturais mais aprofundadas: posto que é premente e imperativo realizar um estudo sistemático sobre o dialeto tirolês (“tialian”) mediante metodologias próprias dos estudos científicos da língua. Algumas questões relevantes a serem pesquisadas e respondidas são: qual o estado de preservação do dialeto? Ainda há falantes dos dialetos nas comunidades tirolezas? É uma língua falada apenas por idosos ou há falantes entre os jovens? Quais fatores contribuem para acelerar seu declínio: escolarização, urbanização, mídia? Quais as diferenças entre o dialeto falado no Brasil e no Tirol contemporâneo? Quais arcaísmos foram preservados no Brasil e que se perderam na terra de origem? Há inovações lexicais e sintáticas no dialeto falado no Brasil? Que influências específicas o dialeto recebeu do português, de outras línguas ou de outros dialetos de imigrantes falados no Brasil?

Em relação a questão das interculturalidades, seria muito importante pesquisar e estudar cientificamente os processos de miscigenação e interculturação, tais como: a ocorrência de casamentos mistos com italianos (como é o caso do retratado no capítulo quinto desta pesquisa), alemães, portugueses, brasileiros, ameríndios, africanos e afrodescendentes. Em que geração esse fenômeno ocorreu de forma intensa? Quais foram os grupos mais naturais e preferenciais para tais alianças? A identidade tiroleza foi negociada, diluída ou reforçada nas famílias mestiças? Houve uma cultura híbrida?

Ou seja, em que medida valores, práticas e saberes de outras etnias foram incorporados pela comunidade tiroleza no Brasil? Principalmente em Santa Olímpia e Santana.

Estudos comparativos: a comparação é uma ferramenta importante para isolar variáveis e entender processos históricos. Isso pode se dar através de comparação interna, ou seja, comparar diferentes comunidades tirolezas existentes no Brasil que perduram no tempo (Piracicaba, Nova Trento, Santa Leopoldina). Muitas perguntas podem ser feitas: quais são suas particularidades? A relação de eventual isolamento geográfico e o tipo de economia predominante puderam influenciar trajetórias distintas de integração com outras comunidades? Há também a possibilidade de se efetuar comparações externas, colocando a experiência brasileira de assentamento de imigrantes tirolezes com a de outros países receptores, como

Argentina, EUA e até Austrália. Evidentemente, um estudo dessa envergadura depende de recursos financeiros e pesquisas fora do território brasileiro.

A identidade tiroleza nas novas gerações (no espaço digital): a perspectiva das novas gerações em relação às suas raízes oriundas do Tirol. Cabe aqui proceder a algumas indagações: o que significa ser tirolês para a quinta geração? Seria apenas uma referência simbólica, esgotada em afetividades efêmeras e reduzida à degustação de um prato típico, à participação esporádica em festas tirolesas ou apenas a um certo orgulho em ter ascendência do Tirol? Como a identidade tiroleza é vivenciada por aqueles descendentes que vivem em grandes centros urbanos distantes de núcleos coloniais originais? Os descendentes de tiroleses fora dos núcleos originais buscam pertencer a associações ou grupos folclóricos do “Tirol brasileiro” ou mantêm laços virtuais somente? E o “Cibertirol”: existe, é presente, acontece por meio de blogs, páginas de Facebook, grupos de WhatsApp e Instagram? Esses espaços cibernéticos estão se tornando novos “lugares de memória” para a “diáspora tiroleza”?

O debate sobre a branquitude e a europeização do Brasil: uma discussão que se faz necessária, à medida que pesquisa futura possa inserir a experiência da migração tiroleza neste contexto.

Enfim, e de forma sumária, pode-se concluir que esta tese teve a pretensão de iluminar um ângulo que poderia estar até então obscuro no contexto do grande mosaico imigratório brasileiro.

Ela demonstrou, de forma inequívoca, a luta e a resiliência (daí o uso de “saga” no título da tese) do povo tirolês e sua capacidade de manter e construir laços identitários através de mecanismos formais e informais, tendo como pano de fundo as comunidades tirolesas formadas ao longo do território brasileiro.

Mas chama-se a atenção para o fato de que o maior legado que esta tese pretende deixar é o de evidenciar que há uma vastidão de assuntos que envolvem a migração tiroleza no Brasil.

Assim, o ato de pesquisar, estudar e escrever sobre o passado e o presente do tirolês no Brasil é um desafio permanente e necessário. Há assuntos em profusão a serem abordados por historiadores, sociólogos, antropólogos, linguistas e cientistas políticos, de forma individual ou em um campo interdisciplinar.

É necessário agir dessa forma para se compreender, de modo mais amplo, profundo e abrangente, a riqueza, a complexidade e as contradições da formação social do Brasil. Desse modo, esta conclusão tem o condão de se projetar como um manifesto em favor de investigações

futuras sobre o assunto, com o intuito de inserir a migração tiroleza no Brasil como merecedora de um lugar na galeria das etnias formadoras da nossa nação.

REFERÊNCIAS

- ANDREWS, George Reid. *Blacks and Whites in São Paulo, 1888-1988*. Madison: University of Wisconsin Press, 1991.
- ARRUDA, José Jobson de Andrade. *Historiografia: teoria e prática*. São Paulo: Alameda, 2014.
- ÁUSTRIA-Hungria. Wipédia: a enciclopédia livre. [S. l.: s. n.], [2025]. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/%C3%81ustria-Hungria>. Acesso em: 10 jun. 2025.
- BARBOSA, Fidelis Dalcin. *São Vigílio da segunda légua: cem anos de História*. Porto Alegre: Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes; Caxias do Sul: Universidade de Caxias do Sul, 1980.
- BAUMAN, Zygmund. *Modernidade líquida*. São Paulo: Zahar editora, 2021.
- BONATTI, M.; LENZI, A. *As primeiras famílias trentinas de Rio dos Cedros*. Blumenau: SC UNIASSELVI, 2006.
- BOURDIE, Pierre. *O poder simbólico: memória e sociedade*. Lisboa: Difel, 1989.
- CANI, Iracema Maria Moser. *Histórias e memórias de Rodeio*. Indaial: Uniasselvi, 2011.
- COHEN, Abner. *Urban Ethnicity*. Tavistock Publications: Londres, 1974.
- CORREA, Marcelo Armellini. *A identidade dos imigrantes trentinos e seus descendentes no contexto do centenário da imigração italiana no Rio Grande*. [S. l.: Eeh, 2014a.
- CORREA, Marcelo Armellini. *O monumento aos tirolezes: a identidade dos imigrantes trentinos e seus descendentes no contexto do centenário da imigração italiana no Rio Grande do Sul*. Universidade do Vale do Rio dos Sinos – Unisinos – 2014b.
- CORRÊA, Marcelo Armellini. *Dos Alpes do Tirol à Serra Gaúcha: a questão da identidade dos imigrantes trentinos no Rio Grande do Sul (1875-1918)*. Porto Alegre. Editora Est Edições, 2018.
- CORRER, André Bortolazzo. *Identidade tiroleza em Santa Olímpia (Piracicaba/SP): festas, tradições e memória*, teses. Usp.br. 2013
- CUCHE, Denis. *A noção de cultura nas Ciências Sociais*. Bauru: EDUSC, 2002.
- DALPIAZ, Cristiano. *A cultura trentina/tiroleza no Rio Grande do Sul: um estudo sobre a questão da preservação e da construção da identidade através dos Circulos Trentinos*. 2020. Dissertação de Mestrado em História. Universidade Feevale, Novo Hamburgo, 2020.

DE MARCO, Elizete Aparecida. A trajetória e presença do Talian e do dialeto trentino em Santa Catarina: por uma educação intercultural. Dissertação de Mestrado em Letras. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2009.

DOROCINSKI, Clarice. Piraquara. *Pinterest*, [s. l.], [2023a]. Disponível em: <https://br.pinterest.com/pin/346917977558552571/>. Acesso em: 16 abr. 2023.

DOROCINSKI, Clarice. Piraquara. *Pinterest*, [s. l.], [2023b]. Disponível em: <https://br.pinterest.com/pin/346917977558552556/>. Acesso em: 16 abr. 2023.

EMEB Cel. Conrado Caldeira. [S. l.], [2025]. Disponível em: https://www.facebook.com/photo/?fbid=4255486747811510&set=a.1389412634418950&locale=pt_BR. Acesso em: 29 abr. 2025.

ENNES, Marcelo Alario; FRANK, Marcon. Das identidades aos processos identitários: repensando conexões entre cultura e poder. *Sociologias*, Porto Alegre, v. 16, n. 3, p. 274-30, jan./abr. 2014.

ERIKSEN, Thomas Hylland. Etnia versus nacionalismo. *Journal of Peace Research*, United Kingdom, v. 28, n. 3, p. 263-278, 1991.

FIGUEIREDO, Orencio; ZANELATO, João Henrique. Trajetória de migração no Brasil. *Acta Scientiarum. Juman and Social Sciences*, Maringá, v. 39, n.1, p. 1-15, enero/abr. 2017. <https://www.redalyc.org/pdf/3073/307350907009.pdf>. Acesso em: 29 ago. 2025.

GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

GIRALDELLI, Sandra Regina. *Santa Olímpia e Santana: trajetória social e memória*. 1992. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade de Campinas, Campinas, 1992.

GLAZER, Nathan; MOYNIHAM, Daniel Patrick. *Ethnicity: theory and experience*. Cambridge: Harvard University Press, 1975.

GORDON, William. *Assimilation in American Life: the role of race, and national origins*. Nova York: Oxford University Press, 1964.

GROSSELI, Renzo Maria. *Colônias Imperiais na Terra do Café*. Vitória: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 2008.

GROSSELI, Renzo Maria. *As Schiavi bianchi a coloni. Um progetto per le fazendas*. Trento: PAT, 1987.

HOBBSAW, Eric; RANGER, Terence. *A invenção das tradições*. São Paulo: Paz e Terra, 1997.

HOBBSAWN, Eirc; RANGE, Terence. *Organizadores. A invenção da tradição*. 6. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2008.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *População [Ribeirão Preto]*. <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sp/ribeirao-preto/panorama>. Acesso em: 29 ago. 2024.

LEDRA, Victório. *O clã dos Ferrari*. Florianópolis: Editora Alternativa, 2002.

LEME, Maria Luisa de Almeida. *Dio, che brut studáa [...]: um estudo linguístico da comunidade tirol-trentina da cidade de Piracicaba*. Campinas: Unicamp, 2001a.

LEME, Maria Luísa de Almeida. *Educação, cultura e linguagem: a comunidade tirolotrentina da cidade de Piracicaba-SP*. 2001. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade de Campinas, Campinas, 2001b.

LEOPOLDINO, Everto Altmayer. *O dialeto trentino da Colônia tiroleza de Piracicaba*. 2014. Tese (Doutorado em Língua e Cultura Italiana) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

LEOPOLDINO, Everton Altmayer. Do que sou descendente? De tirolezes! Còssa son mi? Mi son Tirolés! Pequena introdução sobre nossas origens trentinas. *Circolo Trentino di*, São Paulo: 2008.

Disponível em:

https://cicolotrentinocaxias.com.br/_media/67f76_pequenaintroducaosobre-nossas-origens-trentinas.pdf. Acesso em: 4 mar. 2025.

LUVIZOTTO, Caroline Kraus. *Cultura gaúcha e separatismo no Rio Grande do Sul*. São Paulo. Ed. UNESP, 2009. Disponível em: <http://books.scielo.org>. Acesso em: 15 jan. 2025.

MANFROI, Olívio. *A colonização italiana no Rio Grande do Sul: implicações econômicas, políticas e culturais*. Porto Alegre. Grafosul, 1975.

PEBEDOURO (São Paulo). In: Wikipédia: a encyclopedia livre. [S. l.: s. n.], 2025.

PERTILLE, Ana Carolina. *Sobre lugares: Santa Olímpia (Piracicaba/SP)*. [S. l.], 2015.

Disponível em: <https://acpertille.wordpress.com/2015/02/18/sobre-lugares-santaolimpiapiracicabasp/>. Acesso em: 28 abr. 2025.

PLÍNIO Corrêa de Oliveira. [S. l.: s. n.], [1974]. Disponível em: https://www.pliniocorreadeoliveira.info/DIS_SD_740527_FranciscoJoserecebeprincipesalemaes.htm. Acesso em: 10 jun. 2025.

POFFO, Cláudia Alessandra. *Memória alimentar trentina na cidade de Rio dos Cedros (SC) e a potencialidade para o turismo gastronômico*. 2013. Dissertação de Mestrado em História. Universidade do Vale do Itajaí, Balneário Camboriú, 2013.

POSSAMAI, Paulo César. *“Dall’Italia siamo partiti”: a questão da identidade entre os imigrantes italianos e seus descendentes no Rio Grande do Sul (1875-1945)*. Passo Fundo: Universidade de Passo Fundo; UPF Editora, 2005.

POUTIGNAT, Phelippe; SHERIFF, Jocelyne Fenart. *Teorias da etnicidade: seguido de “os grupos étnicos e suas fronteiras*. São Paulo: Editora da UNESP. 1998.

PREFEITURA DE BEBEDOURO. *História de Bebedouro*.

Disponível em: <https://bebedouro.sp.gov.br/portal/index.php/bebedouro/historia>. Acesso em: 28 abr. 2025.

PREFEITURA PIRACABA. *Piracicaba em números: histórico* Ipplap. Piracicaba, 2024. <https://piracicaba.sp.gov.br/servicos/piracicaba-em-dados-historico-ipplap/>. Acesso em: 20 fev. 2023.

Prefeitura de Blumenau. *História do Município*. Blumenau, [2025]. Disponível em: <https://www.blumenau.sc.gov.br/blumenau/historia>. Acesso em: 21 set. 2025.

PRUTSCH, Úrsula. *A emigração de austríacos para o Brasil (1876-1938)*. B Österreich – 2011

SANTA Olímpia e Santan. In: O ESPÍRITO do lugar. [S. l., 2023]. Disponível em: <https://oespiritodolugar.blogspot.com/p/santana.html>. Acesso em: 13 maio 2023.

SANTOS, Jane Falcon dos. *A trajetória do Coro Stella Alpina e seus subgrupos inseridos na cultura dos descendentes de imigrantes tirolezes trentinos de Santa Olímpia - Piracicaba SP*. 2018. Dissertação (Mestrado em música) – Universidade de Campinas, Campinas, 2018.

SCHUTTERSOCK. *Aerial viw of the city of Piracicaba, in Sao Paulo, Brazil [...]*. [S. l.], [2025]. Disponível em: <https://www.shutterstock.com/pt/image-photo/aerial-view-citypiracicaba-saopaulo-2291233459>. Acesso em: 21 out. 2025.

SCHWARCZ *O Espetáculo das Raças. Cientistas, Instituições e Pensamento Racial no Brasil: 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

THOMPSON, Edward P. *A miséria da teoria ou um planetário de erros*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

TIROLESES NO BRASIL. *Identidade tiroleza em Caixas do Sul*. Brasil, 24 mar. 2019. Disponível em: <https://tirolezes.com.br/2019/03/24/identidade-tiroleza-e-m-caxias-do-sul/>. Acesso em: 10 jun. 2025.

VENDRAME, Maíra Ines. *O poder na Aldeia: redes sociais, honra família e práticas de justiça entre os camponeses italianos (Brasil-Itália)*. São Leopoldo. Oikos; Porto Alegre: ANPUH-RS, 2016.

VALDUGA, Remy. *Sonho de um imigrante*. 3. ed. Porto Alegre: Ed. Letra & Vida, 2012.

VICENZI, Padre Victor. *História e imigração italiana de Rio dos Cedros*. 3. ed. Blumenau: Editora Odorizzi, 2000. VILLAR, Diego. Uma abordagem crítica ao conceito de “etnicidade” na obra de Fredrik Barth. *Mana*, São Cristóvão, v. 10, n. 1, p. 165-192, abr. 2004. DO: 10.1590/S0104-

93132004000100006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/mana/a/TTQDR3MtrgJwfTmLxZk7rQf/?lang=pt>. Acesso em: 30 abr. 2025.

WIKIMEDIA COMMONS. *File: Piazzo di Segonzano: chiesa della`imacolata - lato - inverno.JPG*. [S. l.: s. n.], [2025]. Disponível em: <https://commons.wikimedia.org/w/index.php?curid=38271690>. Acesso em: 30 abr. 2025.

WILLIAMS, Raymond. *Recursos da esperança: cultura, democracia, socialismo*. Editora UNESP. São Paulo, 2015.

WOODWAR, Kathyn; HALL, Stuar. *Identidade e diferença*. Petrópolis: Vozes, 2009.

ZANOTELLI, Jandir José. *A saga de um imigrante italiano*. Pelotas: Editora Universitária/UFPE, 2011.